



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV SUP. ÚNICO AO Nº 40, QUINTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2019

ATAS DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS

Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2019	5
Ata da 5ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2019	24
Ata da 6ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2019	48
Ata da 7ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2019	84

1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2019	122
Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2019	135
Ata da 3ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 2019	136
Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de setembro de 2019	137
Ata da 5ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2019	138
Ata da 6ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2019	139
Ata da 7ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2019	140
Ata da 8ª Reunião, realizada em 17, 24 e 25 de setembro de 2019	141

1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2019	209
Ata da 2ª Reunião, realizada em 2 de outubro de 2019	215
Ata da 3ª Reunião, realizada em 8 de outubro de 2019	216
Ata da 4ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2019	217



Ata da 5ª Reunião, realizada em 14 de outubro de 2019	218
Ata da 6ª Reunião, realizada em 15 e 16 de outubro de 2019	219





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Ricardo Barros, Walter Alves, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Arthur Oliveira Maia, Bacelar, Dr. Leonardo, Eduardo Braide, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Reginaldo Lopes, Alexandre Serfiotis, Dário Berger, João Roma, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Beto Pereira, Izalci Lucas, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Celso Russomanno, Shéridan e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Foram aprovados em globo os requerimentos de número: **10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e o Plano de Trabalho.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/25>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e também o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho da nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, e dos requerimentos protocolados dentro do nosso Regimento.

Informo que a Ata da 3ª Reunião foi enviada a todos os membros por *e-mail*, no dia 19/09/2019.

Passemos à leitura da ata.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ata da 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News da 1ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 56ª Legislatura realizada em 17 de setembro de 2019, terça-feira, no Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Ricardo Barros, Walter Alves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Coronel Tadeu, Lídice da Mata, Elmar Nascimento, Dr. Leonardo, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Eduardo Braide, Bia Kicis, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Weverton, Roberto Rocha, Juíza Selma, Rogério Carvalho, Chico Rodrigues, Hiran





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gonçalves, Celso Russomanno, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho que: "Plano de Trabalho apresentado pela relatora." Autoria: Dep. Lídice da Mata. Resultado: Não apreciado. ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2019 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o fenômeno social das notícias falsas, sugerindo como convidados: Sr. Wilson Gomes – UFBA; Sr. Emmanuel Publio Dias – ESPM; Sra. Mariana de Siqueira – UFRN; Leonel Azevedo de Aguiar – PucRio; Representante da Agência Lupa, Sr. André Miceli – FGV" Autoria: Deputada Lídice da Mata. Resultado: Não apreciado. Ainda, foi designado o Senador Alessandro Vieira como Relator Parcial [...]. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News

Coloco em votação as Atas das 2ª e 3ª Reuniões.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Presidente, temos requerimento de votação nominal de cada ata. Tem que enfrentar o nosso requerimento procedimental. Requerimento de votação nominal da ata. Tem que enfrentar o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Entendo que já houve – nós já tivemos a oportunidade de, inclusive, discutir na semana passada – uma definição da Câmara dos Deputados em relação a um recurso de 2016 que coloca que não cabe verificação de votação na ata. Ela não é uma proposição; portanto, não está sujeita a encaminhamento. V. Exa. pode ler a ata, e imediatamente nós podemos passar adiante nesse processo de encaminhamento da reunião.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para contraditar.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, essa decisão acertada pelo Senador Humberto Costa foi no âmbito da Câmara dos Deputados.

Trata-se, como todos sabemos, de uma CPI Mista, e o Regimento Comum e o Regimento do Senado Federal, principalmente o Regimento do Senado, no seu art. 111, dispõe que: "Os trabalhos das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente."

Então, essa decisão, de fato, existe, a decisão citada pelo Senador Humberto Costa, mas é no âmbito da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, a Presidência quer dar celeridade ao processo. Eu vou colocar para o Plenário decidir se iremos votar nominal ou votar sem precisar do quórum individual.

Então, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que a votação deve ser nominal permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não cabe encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não cabe encaminhamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cabe, art. 41 do Regimento Comum, Presidente. Regimento Comum rege esta Comissão, então tem que ser respeitado. O art. 41 fala que pode ser encaminhado por dois membros a favor e dois membros contra.

O SR. BACELAR (PODEMOS - BA) – Presidente, V. Exa. já colocou em votação. Não é proposição, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O encaminhamento é do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aberto o processo de votação.

Os Srs. Deputados e Deputadas, os Senadores e as Senadoras que aprovam a ata a ser votada, sem a necessidade do quórum individual, da votação individual permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com os votos contrários dos Deputados Arthur Maia, Filipe e Caroline de Toni. Portanto, fica aprovada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... fica confirmado que a ata será votada sem ser por votação nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que aprovam as duas atas citadas anteriormente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, a votação da ata tem que ser nominal, porque o Regimento do Senado também dispõe que esse tipo de acordo que V. Exa. está propondo só pode acontecer se houver unanimidade, que não é o caso no presente momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não existe isso, Sr. Presidente. Não existe isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A votação é do nosso requerimento nominal.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Esse é um assunto já resolvido. Vamos seguir em frente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Plenário é soberano.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi rejeitado. Nós queremos verificação do nosso requerimento. Verificação do nosso requerimento de votação nominal.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Pediria que o senhor seguisse na pauta dos trabalhos e, tendo início a pauta, eu solicito que os requerimentos que estão na pauta sejam votados em globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, fica definido que foram aprovadas as Atas da 2ª e 3ª Reuniões.

Vamos dar sequência à nossa pauta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. não leu a 2ª Ata.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem. O senhor leu as atas para começo de conversa? Só leu uma ata.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu li a Ata da...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só leu uma ata e está querendo aprovar duas, Presidente. Vamos seguir a ordem lógica dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A segunda já foi lida, Deputada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, com todo respeito, é uma questão de ordem, art. 111.

Nós apresentamos requerimento de votação nominal, rejeitado pelo processo simbólico, e eu pedi verificação. Deve ser feita a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já foi lido e aprovado. O Plenário já deliberou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E eu pedi verificação da votação simbólica. Pedi verificação da votação simbólica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para questão de ordem.) – Não há como a gente se submeter, o coletivo se submeter à vontade de um único membro desta Comissão. Portanto, eu pediria que V. Exa. seguisse a Ordem do Dia.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O problema, com todo respeito, é que nada está sendo seguido aqui do Regimento das Casas. É por isso que a gente está se insurgindo, e o nosso direito à obstrução é um direito regimental, assim como a oposição vive fazendo em todas as Comissões da Câmara e do Senado.

O SR. BACELAR (PODEMOS - BA) – Os Deputados que votaram contra foram citados nominalmente. Quem votou contra, Deputada, foi citado nominalmente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E eu pedi verificação, porque o que está em votação não é a ata, é o requerimento nominal.

O SR. BACELAR (PODEMOS - BA) – É uma verificação nominal!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... é o requerimento de nominal.

O SR. BACELAR (PODEMOS - BA) – É uma verificação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Plenário decidiu, o Plenário é soberano...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É um requerimento de nominal.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu fiz questão de colocar ao Plenário...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sr. Presidente, V. Exa. já deliberou. Por favor, siga a pauta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Requerimento é de nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... porque o Plenário é soberano. Em qualquer local, qualquer Parlamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, tem que enfrentar o nosso requerimento de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Plenário é soberano, Deputada, em qualquer Parlamento!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu pedi verificação da aferição simbólica. E essa deve ser concedida.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós colocamos também em votação o que seria ...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, o Plenário é soberano quando existe um acordo. Não houve um acordo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente! Quando existe unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. nesse votou contra. Houve três votos contra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Regimento do Senado é claro!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Foram três votos contrários.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – Me permita fazer uma ponderação? Me permita fazer uma ponderação aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – Veja bem, nós estamos aqui numa CPMI que, obviamente, vai seguir os seus trabalhos. Não há dúvida de que provas serão apresentadas, testemunhas serão ouvidas e, ao final e ao cabo, essa Comissão formará o juízo de valor e levaremos, então, aí à apreciação do relatório, que será apresentado pela ilustre Deputada Lídice da Mata. Aliás, eu estou muito orgulhoso de ver que a Bahia está muito bem representada hoje aqui no Senado: V. Exa. na Presidência, a Deputada Lídice da Mata na relatoria; eu estou vindo aqui da sala ao lado, onde o também conterrâneo, o nosso Aras, está prestando lá a sua fala perante os Senadores, para ocupar a Procuradoria-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da República, mas eu quero dizer, Presidente, o seguinte: há de ser, obviamente, respeitado o direito da minoria. Obviamente que ninguém quer aqui, como colocou o Deputado Rogério, que a vontade de um prevaleça sobre a vontade dos demais. Mas o direito de minoria tem que ser preservado de acordo com a lei. Nós somos escravos da lei para não sermos escravos dos homens. Se está literalmente no texto que há de ser uma votação nominal, devemos proceder a essa votação nominal, até para que sigamos o trabalho com paz e harmonia.

Então, eu faço essa ponderação a V. Exa. V. Exa. é um Presidente que tem muita experiência, foi Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, então eu faço essa ponderação, para que a gente siga os trabalhos sem maiores sobressaltos e possamos, ao fim e ao cabo, dar o resultado que essa Comissão merece.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza, Deputado. Tenho certeza de que nós iremos seguir aqui a estrita letra do Regimento, tanto é que eu fiz questão de colocar as matérias anteriores para o Plenário decidir, para que a Presidência não fizesse aqui nenhuma decisão monocrática, então todos viram aí que o Plenário foi soberano e decidiu. Então, vamos dar sequência a nossa pauta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu solicito também do Plenário a deliberação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para que se possam votar em globo os requerimentos de 10 a 97, exceto o 23, mais o Plano de Trabalho, que é o que está pautado para a reunião de hoje.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, se me permite, se V. Exa. já terminou de falar, nós não concordamos com a votação em globo dos requerimentos. Nós solicitamos que V. Exa. coloque em votação requerimento a requerimento, e nós estamos respaldados nos termos do art. 412, inciso III, do Regimento do Senado Federal, que assim dispõe: "impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o *quorum* mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa". Essa questão das atas foi ultrapassada, V. Exa. tomou a decisão, em que pese a minha discordância, só que eu gostaria de pedir para V. Exa. que os requerimentos não sejam votados em globo, uma vez que, segundo a inteligência do art. 412, inciso III, do Regimento do Senado, isso só seria possível se houvesse um acordo unânime do Plenário, com voto nominal, para que esse acordo seja feito. É o que dispõe o art. 412, inciso III.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço encarecidamente a V. Exa. que não permita a votação em globo dos requerimentos para que a gente tenha a possibilidade de discutir requerimento por requerimento. Portanto, que nossa opinião seja respeitada em relação a cada um dos requerimentos. Acima de tudo, que o Regimento do Senado Federal seja respeitado no quesito do art. 412, inciso III.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, pela ordem, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, o Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Na verdade, não chega a ser uma contradita, V. Exa. vai decidir. Como o Deputado Filipe Barros insiste em que a votação em globo seja votada....É regimental. Então, faríamos a votação sobre se pode ser feito em globo ou não e, sem seguida, passaríamos ao resultado. Se for aprovada a votação em globo, segue a minha questão. Caso contrário...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É, mas o Regimento diz que a votação tem que ser unânime. Não é Rui?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, só para complementar o que o Deputado Rui Falcão colocou. É muito claro, no capítulo II, art. 235, inciso III. Nós temos aqui o ponto, exatamente o "d", 5, que traz a forma de serem apresentados os requerimentos. Pode ser votação em globo ou parcelada. Portanto, cabe a V. Exa., aqui na condução dos trabalhos, estabelecer esse tipo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou responder à questão de ordem formulada pelo Deputado Filipe.

A questão de ordem formulada alega a impossibilidade de votação em bloco.

Decido. A possibilidade de votação em bloco de requerimento em CPIs é ponto pacífico e vem sendo adotada no Senado Federal e no Congresso Nacional, pelo menos ao longo da última década, sem qualquer questionamento.

Pela natureza das Comissões Parlamentares de Inquérito, é habitualmente necessário que vários requerimentos de informações, convites e convocações sejam apreciados para a realização de suas tarefas. Ademais, está alinhada com os princípios da celeridade processual e da eficiência que devem nortear os trabalhos das CPIs, ainda com maior razão porque são comissões com prazo certo que sintetizam, à luz da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurisprudência do STF, um direito público subjetivo das minorias parlamentares à investigação de fatos de relevo nacional. A praxe se estende para outras comissões.

Somente à guisa de exemplo, a própria CCJ do Senado, em reunião deliberativa recente, no dia 28 de agosto de 2019, aprovou, em bloco, uma série de requerimentos de audiência pública. Regimentalmente, essa prática do Congresso Nacional e de suas Casas Legislativas está em estrita consonância com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece que ao Presidente da Comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos.

O exposto, por si só, já bastaria para que a Comissão, por aprovação do seu Plenário, votasse em globo as proposições que julgasse conveniente serem apreciadas em conjunto. Não bastasse isso, o Regimento Interno do Senado prevê expressamente essa possibilidade em seu art. 235, inciso III, alínea "d", item 5. Ainda, tal prática em nada contraria qualquer dispositivo regimental, pois só poderia se dar por unanimidade sob a argumentação... Mesma forma em que não há previsão expressa para votação em bloco de requerimento de CPI ou de requerimento de obstrução. Também não há qualquer obrigação para que sejam votados individualmente, de modo que não se pode alegar que a votação em bloco, baseada no art. 412, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal [...]

Aliás, caso acolhêssemos a questão de ordem formulada estaríamos por via oblíqua considerando inválidas uma série de decisões de praticamente todas as Comissões Parlamentares de Inquérito em curso no Senado e no Congresso Nacional na última década. De outro turno, não se tem qualquer violação ao princípio da colegialidade em se deliberando a votação em bloco de determinados requerimentos apresentados em CPIs.

Portanto, a votação em bloco proposta por esse Presidente, apoiado pela maioria do Plenário, possui claro amparo e em nada contraria norma regimental.

Diante do exposto, indefiro a questão de ordem formulada pelo Deputado Filipe.

Vamos à votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Senadores e Senadoras...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É nula essa sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... Deputados e Deputadas que acatam...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O senhor está rasgando o Regimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que aprovam que a deliberação seja em bloco permaneçam como se encontram.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ergue a mão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com os votos contra da Deputada Caroline de Toni e do Deputado Filipe Barros.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, cite o artigo que permite a votação em bloco quando não há unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Portanto, fica aprovado que a deliberação será feita em bloco...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação.

Verificação da sua decisão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... dos requerimentos pautados e também do plano de trabalho da Deputada Lídice da Mata.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação dessa votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados já levantaram a mão e é flagrantemente a maioria esmagadora contra dois votos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós queremos verificação, Presidente. É um direito regimental nosso a verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E queremos fazer constar a nossa insurgência a essa decisão porque contraria o Regimento Interno do Senado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Vamos verificar, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só pode haver votação em bloco...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Vamos verificar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... quando há unanimidade, quando há acordo, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Secretário, abra o painel de votação para atender ao pedido dos...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sua decisão é nula, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... nobres Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós vamos recorrer ao Presidente do Congresso Nacional.

Nós vamos recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. será atendida.

A votação será aberta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Oriente a votação, Presidente.

Quem vota...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota para que todos os requerimentos e o plano de trabalho sejam votados em bloco vota "sim".

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem não quiser que vote em bloco vota "não".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só pode ser unânime essa decisão.

Está no Regimento, Presidente, não é unânime.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não existe nada unânime aqui.

Vamos lá, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está rasgando o Regimento, Presidente.

Vocês estão rasgando o Regimento.

Presidente, eu gostaria de falar aqui enquanto está sendo feita...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. pediu a votação nominal e estou atendendo a V. Exa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero fazer um encaminhamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. tem que ter um norte.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero fazer orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pediu para votação aberta e estou lhe atendendo. Agora estamos rasgando o Regimento?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Orientação de bancada, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. *Fora do microfone.*) – Presidente, quem quer que a votação não seja em bloco vota como?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – "Não".

Em bloco vota "sim", quem não vota em bloco vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os senhores operadores dos computadores, por favor, deem apoio aos Deputados e Senadores que estão com dificuldades em exercer o seu direito de voto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero orientar bancada, Presidente.

Calcula o meu tempo de orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, a orientação de bancada já foi feita, já estamos em processo de votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Enquanto votam eu quero a palavra, Presidente.

Eu quero a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputada Caroline.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, o senhor já respondeu a questão de ordem, mas nós entendemos que ela está em flagrante contradição ao que diz o art. 412, inciso III, que diz que só poderá haver votação em bloco, ou seja, quando houver acordo por unanimidade. O Regimento, a letra da regra é clara. Quando houver unanimidade, nós podemos votar em bloco. Não havendo unanimidade, não pode votar em bloco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tripudiou e rasgou o Regimento. Inclusive, eu quero falar aqui do que aconteceu hoje na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na qual a Vice-Líder do PT, Deputada Maria do Rosário, tomou a palavra hoje, durante uma das discussões dos projetos lá, eu estava lá também, como membro da Comissão, e ela falou claramente que a oposição vai cassar o Presidente Bolsonaro, fazer a impugnação do seu mandato por conta de que ele teria praticado *fake news* nas eleições e que isso seria objeto e seria comprovado nessa CPI.

Isso significa, Presidente, que tudo de que a gente vem falando desde o início da instalação está sendo comprovado, que essa CPI é uma armadilha criada pela oposição para cassar o nosso Presidente. Tanto que os requerimentos aqui apresentados todos eles têm a ver com *fake news* em eleições. E cadê a *deep web*, *cyberbullying*? Só se está dando vazão a uma *fake news*, que é a *fake news* de que haveria...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vocês estão querendo inventar – inventar – situações.

Cadê aqui a minha prova de que quem cometeu *fake news* foi o PT? Cadê aqui? Só um minutinho, Presidente. Eu quero demonstrar aqui o que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Faça o requerimento, convocando também outras pessoas que a senhora achar pertinente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente.

Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só deixa eu concluir aqui.

O Haddad...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Deputada Caroline está com a palavra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero responder a uma outra Deputada aqui.

O Haddad foi condenado pela Justiça Eleitoral por impulsionar *fake news* e eu trouxe aqui as *fake news*...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convoque-o – convoque-o –, Deputada.

O SR. BACELAR (PODEMOS - BA) – Convoca Haddad – convoca Haddad.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convoque-o, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deixa eu concluir a minha fala.

O SR. BACELAR (PODEMOS - BA) – Convoca Haddad.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu trouxe aqui...

O SR. BACELAR (PODEMOS - BA) – Ela está falando, já passou, já passou o tempo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ...algumas *fake news* que o PT fez...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... porque isso aqui é um circo armado para o nosso Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos para o resultado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, esse circo armado começou na origem. Nós recebemos aqui uma CPMI pronta, aprovada na Câmara dos Deputados, com requerimento de um Deputado do Democratas, da Base do Presidente da República.

Então, por que esse...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele pediu a renúncia desta Comissão – ele pediu a renúncia desta Comissão.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Deputado Alexandre Leite pediu a renúncia quando viu esse circo armado aqui.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, tem que ter tempo para todo mundo falar, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos seguir o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A CPI é composta por homens de bem, mulheres de bem, sérios, sérias.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É uma armadilha! É uma armadilha da oposição para pegar o Presidente Bolsonaro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora não pode prejudicar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não pode prejudicar a conduta de ninguém dessa CPMI.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu ouvi isso da boca do autor. Eu ouvi isso da boca do...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, tem que ter tempo para falar, porque senão só ela fala, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu ouvi isso da boca do autor do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não pode prejudicar a conduta de ninguém dessa CPMI.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tem que ter tempo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O resultado da votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esta Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 133, do Regimento Comum do Congresso Nacional, não cabe apresentação de questão de ordem sobre tema já resolvido nesta sessão.

Art. 133, Deputada: "Nenhum Congressista poderá renovar na mesma sessão questão de ordem resolvida pela Presidência".

A votação foi concluída, Srs. Membros? Ainda não?

Já corrigiram os computadores que estavam com problema?

Pela ordem, Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu acho que, primeiro, quando forem dadas questões de ordem, pela ordem, as palavras, enfim, eu acho que tem que ter um tempo, porque, senão, vira um monólogo aqui de pessoas desesperadas para essa Comissão não andar. São pessoas que estão, de forma extremamente surpreendente, o Brasil inteiro vislumbrando essas pessoas, contrárias à investigação de *fake news*.

Na verdade, são pessoas que estão confessando que são pessoas que, de fato, têm medo da CPMI da Fake News. É muito triste, isso aqui é muito esquisito, para não dizer o contrário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quem foi condenado por *fake news* foi o Haddad.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É muito esquisito.

Então, eu acho que agora, a gente precisava, de uma vez por todas, saber qual é o interesse dessas pessoas. Está ficando feio. A gente sai por aí e as pessoas ficam perguntando por que há Deputado contra fazer investigação sobre vários pontos relativos à questão da CPMI: dos algoritmos, de *fake news*, do *cyberbullying*. Está ficando feio socialmente.

Eu participei agora de um debate com um Deputado do PSL que foi eleito em São Paulo e que, inclusive, é favorável à investigação. Ele é major de carreira da segurança pública de São Paulo e é muito impressionante, porque ele também não está entendendo por que está havendo uma obstrução, já que deveriam estar buscando objetivamente conseguir investigar profundamente o que está acontecendo no Brasil.

Mas está ficando muito feio e está quase a gente dizendo que são réus confessos aqueles que, por algum motivo, estão tentando obstruir a todo custo a CPMI, mas não vão conseguir porque nós vamos dar o quórum e vamos aprovar os requerimentos em globo.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Presidente, o senhor pode me conceder a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o nobre Deputado e grande Líder do Amazonas, tudo em minha Manaus.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Muito obrigado, Presidente.

Presidente, eu acho que nós temos que retomar a ordem do debate da CPI. Esta CPI não tem o objetivo nem de o PSL procurar *fake news* do PT e nem de o PT procurar *fake news* do PSL. Esta CPI tem o objetivo de o Brasil descobrir quem quer que seja que utilize *fake news* como instrumento de manipulação de informação, como instrumento de desmoralização de reputações, seja quem for. Isso não é uma briga entre Governo e oposição. Se alguém fez uma declaração atrapalhada na CCJ, isso não contamina o conjunto da CPI.

Portanto, eu acho que nós precisamos limpar o terreno e entender que o objetivo não é perseguir ninguém. O objetivo é descobrir quem utiliza *fake news* como instrumento de indução a suicídio, como instrumento de desmoralização...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... de reputações e como instrumento eleitoral. Se ninguém utilizou, não há o que temer aqui dentro desta Comissão. Agora, quem utilizou nós vamos perseguir para que nós possamos garantir ao País um ambiente mais saudável no ponto de vista virtual.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coberto de razão, nobre Deputado. Votação encerrada. Quórum...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) – Fabiano. Confirmou o voto. A senha de novo. São só 3, não? Não. Eu acho que você errou. Voto "sim". Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Votação encerrada. Solicito ao operador do sistema que abra o painel para contabilizarmos os votos.

SIM, 15; NÃO, 4.

Abstenção: 0.

Ficam aprovados todos os requerimentos de número...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente. Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem, Presidente. Eu estava entendendo que essa votação era para se votarmos em bloco ou em separado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente, exatamente. Eu vou abrir agora para que se vote o mérito. Então, fica aberto agora para votação do mérito de todos os requerimentos em bloco.

Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras podem exercer o seu direito de voto.

Aliás, agora é simbólico.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pela ordem. Nós temos um requerimento de adiamento de votação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que aprovam todos os requerimentos que estão relacionados e citados por esta Presidência permaneçam como se encontram. Aqueles que são contrários externem seu voto contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos requerimento procedimental...

Preliminarmente, é preciso ultrapassar nosso requerimento de adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aprovado, com os votos contrários do Senador Flávio, do Deputado Filipe...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... do Deputado Celso Russomano e da Deputada Caroline de Toni.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ..., temos um requerimento de adiamento da votação. O senhor tem que enfrentar. Está no Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É preliminar a essa votação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, como foi aprovado e deliberado tudo que estava constando na pauta de hoje desta CPMI e temos uma agenda extensa nesta tarde e noite, inclusive reunião do Congresso Nacional, eu quero agradecer a presença de todos e ratificar que esta Comissão... (*Palmas.*)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São nulas todas essas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... não visa à perseguição de ninguém.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São nulas as vossas decisões. Nós vamos recorrer de todas essas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esta Comissão visa a proteger a sociedade brasileira...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... de *fake news*, de perfis falsos, visa a proteger crianças, a proteger empresas. Isto é ao que visa esta CPMI. Então, eu fico indignado quando vejo pessoas trazerem a culpa antecipada para o colo desta CPMI, o que não cabe. CPMI tem que ser neutra, isenta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tudo que não é esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esse é o trabalho desta Presidência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tudo que não é esta CPI, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como não há mais nada a tratar na tarde de hoje, declaro encerrada a presente reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós vamos recorrer das suas decisões, Presidente. Todas nulas.

(Iniciada às 13 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Randolfê Rodrigues, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Irajá, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Luizianne Lins, Natália Bonavides, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Alessandro Molon, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Dário Berger, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Rogério Carvalho, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Celso Russomanno, Shéridan, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de Audiência Pública sobre o fenômeno das Fake News na sociedade e na democracia. **Participantes:** Sr. Wilson Gomes, Doutor em Filosofia, Professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante do Comando de Defesa Cibernética do Exército; Sr. Walter Capanema, Diretor de inovação e ensino na Smart3 Consultoria e Treinamento, Coordenador-geral e Professor do Curso de extensão em Direito Eletrônico da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Sr. Daniel Bramatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Editor do Estadão Dados (Núcleo de jornalismo de dados do jornal O Estado de São Paulo) e Editor do Estadão Verifica. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/22>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada

5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento no Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o fenômeno das *fake news* na sociedade e na democracia, com convidados dos Requerimentos nºs 22, 40, 44 e 45, de 2019, da CPMI Fake News.

Coloco em votação, em primeiro lugar, a ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Inicialmente, informo que esta audiência pública será transmitida ao vivo pela internet e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Estão presentes os seguinte convidados, os quais chamo para tomarem lugar à mesa: Sr. Wilson Gomes, Doutor em Filosofia e professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia; Sr. Daniel Bramatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Editor do Estadão Dados, Núcleo de Jornalismo de Dados do jornal *O Estado de S. Paulo*, e Editor do Estadão Verifica; Gen. de Divisão Guido Amin Naves, Comandante do Comando de Defesa Cibernética do Exército; Sr. Walter Capanema, Diretor de Inovação e Ensino na Smart3 Consultoria e Treinamento, Coordenador-Geral e Professor do Curso de Extensão em Direito Eletrônico da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço inicialmente a presença de todos.

Esclareço que cada convidado terá dez minutos para realizar a sua exposição. Após as apresentações iniciais, passaremos a palavra para a Relatora, seguida pelos demais Parlamentares, por ordem de inscrição.

Dando início a esta audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Wilson Gomes, Doutor em Filosofia e professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA.

O SR. WILSON GOMES – Boa tarde a todos.

Primeiro, eu quero cumprimentar todas as Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados presentes, os demais presentes

fatos, terem sido inventados os fatos, vocês podem pegar fatos verdadeiros e produzir um material que é maligno no sentido de que serve para destruir reputações, para expor pessoas a determinadas situações. Vimos o caso de jornalistas que foram expostos porque publicaram a matéria que era contrária a algum dos lados na hiperpolarização política brasileira, e, de repente, no dia seguinte, tinha a foto da escola do filho, do filho, o endereço do filho, tudo publicado e distribuído nesses ambientes.

Então, o importante não é que a notícia seja falsa, que o material seja falso, mas a malignidade política que faz parte disso. *Fake news* não é parte do jornalismo, embora o jornalismo tenha que se preocupar com *fake news*. *Fake news* é parte da política, e aquela parte da política que os pesquisadores da área de comunicação chamam de política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON GOMES – ... chamam de *dirty politics*, a política suja, voltada para a destruição de imagem e de reputações.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agradeço, já antecipadamente, a participação do Prof. Wilson Gomes. Daqui a pouco eu sei que haverá perguntas para que ele possa também melhorar a sua explanação.

Convoco agora o Sr. Daniel Bramatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), editor do Estadão Dados e editor também do Estadão Verifica.

O SR. DANIEL BRAMATTI (Para expor.) – Boa tarde a todos. Muito obrigado pelo convite. Saúdo todos os presentes.

Muito brevemente, eu queria explicar o que é a Abraji para quem não tem familiaridade. Ela é uma entidade que já tem 16 anos e foi fundada logo após o assassinato do Tim Lopes, jornalista da Rede



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Globo. Nesse momento, jornalistas de várias regiões do País se reuniram para tentar criar um ambiente mais seguro para o exercício da profissão e, ao mesmo tempo, procurar disseminar técnicas de investigação jornalística que, no fundo, podem melhorar o nosso jornalismo, melhorar o jornalismo brasileiro e, dessa forma, colaborar com a consolidação da democracia brasileira. A Abraji tem como bandeira a defesa extrema da liberdade de expressão.

No ano passado, no ano eleitoral de 2018, nós fomos procurados por uma entidade chamada *First Draft*, que é uma entidade que pesquisa e combate o fenômeno da desinformação no mundo, e eles nos convidaram para assumir o papel de coordenadores de um projeto aqui, no Brasil, de combate às campanhas de desinformação durante a eleição, durante o período eleitoral. E esse projeto, que depois foi batizado de Projeto Comprova, tem como essência a formação de uma coalizão entre diferentes veículos de comunicação – foram 24 redações de todo o Brasil, emissoras de rádio, TV, veículos apenas digitais, jornais – que se uniram em torno de uma pauta, de um tema de interesse público que era evitar ao máximo, sempre que possível, a disseminação de informação ruim, de informação de má qualidade durante a campanha, porque a gente sabe que um cidadão que consome informação ruim pode acabar tendo seu voto afetado, a sua escolha, e isso é muito prejudicial para a democracia.

O Projeto Comprova atuou durante três meses, durante o período eleitoral, até o final do segundo turno. Nesse período, nós recebemos, por meio de um canal de WhatsApp, solicitações dos leitores

de WhatsApp, solicitações dos leitores, dos usuários de redes sociais para que fosse feita a checagem de determinados conteúdos que eles consideravam suspeitos. Então, a gente fez isso em 146 ocasiões, 146 textos, imagens, áudios foram checados, e em 92% dos casos se constatou que esse conteúdo era falso, enganoso, e muitos com intenção deliberada de enganar – um conteúdo malicioso.

Nesse contato com esses pesquisadores do *First Draft*, uma das coisas que a gente aprendeu foi evitar o uso do termo *fake news*. Por quê? Vários motivos. Um deles é que o termo não abarca a complexidade do problema, não abarca a complexidade da questão, ou seja, se coloca no mesmo pacote algo que pode ser sátira, algo que pode ser um conteúdo sem malícia, mas que é falso, ou mesmo um conteúdo que tem intenção de prejudicar. E cada um desses itens precisa ser devidamente rotulado, para não ficar tudo dentro de um pacote.

Mas o principal, que nos leva a evitar o uso desse termo, é que ele foi sequestrado pelos políticos, principalmente pelos políticos autoritários. Eles consideram e chamam de *fake news* tudo o que os desagrada, inclusive e principalmente o conteúdo produzido pelo jornalismo profissional e de qualidade. Então, é por isso que a gente não usa, para evitar a confusão que os políticos, de propósito, estão fazendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL BRAMATTI – Perdão, não os políticos; alguns políticos. Bem observado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas isso é muito frequente e prejudica muito o jornalismo. O jornalismo se torna alvo neste momento em que se procura colocar no mesmo saco o jornalismo produzido com qualidade, com competência, com busca pelo fato, busca pela relação com a realidade, busca a descrição da realidade, com esse outro fenômeno, que não tem nada a ver com isso.

Bom, já sabemos, já temos vários exemplos de governantes autoritários que usam esse termo, *fake news*, para atingir a imprensa sempre que possível. A gente sabe que isso está acontecendo, há casos na África, na Ásia, e está chegando perto aqui da gente. Sempre que há uma oportunidade de se tentar combater esse problema com lei ou com justiça, o jornalismo sai prejudicado.

Então, eu quero deixar claro que a comunidade de jornalistas brasileiros que trabalham com a questão da desinformação, eu posso falar que é praticamente consensual a posição de que isso não se resolve com lei nem com Justiça. A sociedade brasileira, aos poucos, está tentando tomar iniciativas, a sociedade civil brasileira está tomando iniciativas para tentar combater esse problema.

O Comprova é uma dessas iniciativas. Nós temos vários veículos de mídia que criaram departamentos

veículos de mídia que criaram departamentos de verificação e checagem de fatos mesmo nesse momento de crise da mídia. As redações estão superenxutas; neste momento, não se tem notícia de jornais e emissoras de TV que estejam em boa situação financeira, mas, mesmo assim, eles estão investindo parte dos seus recursos para tentar combater um problema que não foi criado pelo jornalismo, isso é importante destacar também.

E há iniciativas também num campo importante que é o da educação midiática. O Instituto Palavra Aberta, que é um instituto da sociedade civil, também está, neste momento, levando às escolas o ensinamento sobre o fenômeno da desinformação e como a gente eleva o grau de desconfiança das pessoas em relação ao que é falso.

Um caso que nos alertou muito e que acho que é um exemplo que mostra o perigo de se usar essa categoria abstrata do que é *fake news* e colocar dentro disso o jornalismo aconteceu recentemente e envolveu o Supremo Tribunal Federal. Para nossa surpresa ...

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL BRAMATTI – ... e para nossa imensa preocupação, o Supremo Tribunal Federal, num inquérito chamado Inquérito das Fake News, determinou a retirada de uma reportagem do ar, uma reportagem da revista *Crusoe*, alegando que o conteúdo era falso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço uma reflexão: se a gente colocar na mão de juízes definir o que é verdade e colocar o poder de restringir a circulação de informações e de ideias no Judiciário, pensem nos riscos que isso pode ocasionar.

Então, de tudo que eu falar aqui podem esquecer de mim, mas não esqueçam de uma coisa: desinformação não se resolve com lei nem com Justiça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante do Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro.

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de bater com essa plateia esse assunto tão importante.

A minha abordagem vai ser um pouco mais técnica do que a dos que me aconteceram, tendo em vista a especificidade do meu trabalho.

Na verdade, o que nós chamamos de *fake news* hoje aconteceu com a explosão das tecnologias de informação e de comunicação. Isso aumentou grandemente a possibilidade de difusão dessas coisas.

Esse é um problema muito complexo, e não é de hoje. Antigamente, nós tínhamos que chamávamos de fofoca, que andava por aí, mas numa velocidade muito menor e com muito menos contundência. Hoje, inclusive, já temos o que chamamos de *deepfake*, a inclusão da inteligência artificial nessas questões... Hoje, qualquer um de nós aqui pode ser colocado em um vídeo, falando qualquer coisa, e nossos familiares juram que somos nós, mas é *fake*.

Então, hoje, ver e ouvir não é mais crer. Nós estamos, agora, na era da pós-verdade, onde a prevalência do fato

onde a prevalência do fato cede espaço à prevalência da intenção de quem dissemina. Isso é muito grave e é muito perigoso. Isso traz influência, tanto do ponto de vista... Traz consequências graves, tanto do ponto de vista individual, como coletivo. Inclusive, isso é objeto de um estudo que estou fazendo neste exato momento, altera o equilíbrio de poder entre Estados, de tão grave que isso pode ser.

E essas ações, é muito difícil classificá-las. Há um espectro muito grande. Quando alguém, por exemplo, difunde alguma notícia falsa sobre alguém, uma calúnia, uma difamação ou coisa assim, de alcance naquela pessoa, estou diante de um crime talvez; mas quando isso transpõe para outra ponta do espectro, eu começo, por exemplo, a influenciar eleições de um país ou coisa que o valha, eu já estou mexendo no equilíbrio de poder entre Estados. Então é muito difícil. ,

Nas pontas do espectro, é fácil, não é? A gente classificar crime ou ação contra o Estado. Se alguém, por exemplo, quebra o sistema de segurança de um banco qualquer e rouba lá dinheiro de alguns





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clientes, aquilo está numa ponta do espectro, aquilo é crime. Mas se alguém resolve, por exemplo, invadir a Câmara de Compensação do Brasil, e nós ficamos, no nosso País, dez dias sem compensar nenhuma transação financeira, isso é só um crime ou já é uma ação contra o Estado? Então já... Nos espectros é mais fácil; mais pelo meio desse espectro, é difícil classificar uma coisa e outra.

Mas eu gostaria primeiro de situar onde nós estamos nessa questão. A questão cibernética no Brasil está assim organizada: no nível político, nós temos os atores principais, o próprio GSI, a SAE, nós tratamos ali de segurança de infraestruturas críticas. Muito importante para o nosso trabalho a segurança de infraestruturas críticas, energia elétrica, transportes, água, telecomunicações, controle de espaço aéreo, uma série de coisas. No nível mais baixo, já temos um protagonismo em cima. Falamos apenas de segurança, proteção. Mais um nível abaixo, já entramos com o Ministério da Defesa, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as próprias Forças. Começamos a falar de defesa cibernética. Aqui já é todo o espectro de atuação, a proteção, a exploração e o ataque. Nível operacional e tático, enfim, ali está o nosso comando posicionado exatamente naquele local, entre o nível estratégico e o operacional, e atuando muito severamente em cooperação e integração com a segurança de infraestruturas críticas, tão importante para todos nós cidadãos e cidadãs brasileiros.

A nossa atuação... Essa figura é o espectro do conflito, não é? Nós temos, da esquerda para a direita, as coisas vão ficando mais incontroláveis, e se orienta um uso maior de força à medida que o conflito avança para a direita desse espectro. A defesa cibernética atua em todo esse espectro. O nosso comando pretende ser com capacidade operacional plena, que não temos ainda, é um comando muito novo, três anos de existência, o setor está sendo implantado. Nós buscamos ser um comando operacional conjunto e interagências, permanentemente ativado, da mesma forma que o nosso comando de defesa aérea atua hoje no Brasil. Então esse é o substrato da nossa atuação, guerra cibernética, ações entre Estados. É essa a nossa preocupação.

ações entre Estados. É essa a nossa preocupação.

Com relação às nossas *fake news*, há algumas características da atuação no espaço cibernético com influência nessa questão, as quais se precisa ter em mente no momento em que tentamos combater esse tipo de coisa. Primeiro, a dificuldade de atribuição. É muito difícil se atribuir, com o adequado grau de certeza, uma ação a determinada organização ou pessoa, porque há meios de se anonimizar essa atuação. Assim, simplesmente, não se consegue chegar e determinar, com razoável certeza, a autoria de uma ação como essa. Outra coisa é a facilidade de acesso a essas capacidades. Elas são batatas e de fácil acesso, não demandam, às vezes, nem mesmo grande preparação técnica para que alguém consiga atuar dessa maneira.

Como eu disse antes, com o advento da inteligência artificial e a *deep web*, ver e ouvir não são mais crer. Estamos na época da pós-verdade. É aquele corolário que diz que, eventualmente, o fato é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente irrelevante; o que interessa é a versão que se tem dele, é a percepção que se tem dele. Isso é muito perigoso.

Com relação a essa questão também, como eu disse, é muito difícil nós classificarmos essas ações num espectro entre um crime comum, um crime ou uma ação contra o Estado – e essa é a que mais preocupa o estamento de defesa do Estado. É muito difícil fazer essa comparação, essa classificação e, assim, nos posicionarmos. E essa classificação é importante para se definir que meios serão usados pelo Estado para combater isso.

Nós temos competências já estabelecidas: polícia do Estado, órgãos de defesa do Estado. Então, é importante que cada organização se mantenha no seu âmbito de competência para que não haja problemas, como se diz na Marinha, de um cruzar a proa do outro e acabar dando problema. Nós temos atribuições já definidas no nosso marco legal para esse tipo de coisa.

É importante levar em consideração que, para classificar essa ação hostil e, assim definir que elementos do Estado poderão ser usados...

(Soa a campainha.)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – ... para combater essa anomalia, posso citar, por exemplo, aqui a motivação e intenção do autor, as consequências da ação, o próprio ativo que foi atacado e os próprios meios que o Estado vai usar para combater.

À guisa de conclusão, os órgão de defesa e segurança do Estado, certamente, precisam de agilidade e pronta resposta nesse combate. Isso significa amparos legais, estruturas, meios e capacitação.

Mas, na discussão de fundo disso tudo, comentava com o meu colega de mesa aqui, o Walter, a pergunta que temos de responder é a seguinte: até onde pode ir o Estado em detrimento de um e em favor do coletivo? Essa é uma discussão, senhoras e senhores, que se passa nos Estados Unidos, aqui, em todos os países de cunho democrático, enfim, com quem temos contato e participação e intercâmbio. Essa discussão é muito séria: enfim, até onde pode ir o poder do Estado contra determinadas pessoas, em detrimento dessas pessoas e em favor da coletividade? Isso é muito complicado. Eu não tenho a resposta. Por favor, não me perguntem isso, porque eu não tenho resposta para dar, mas é uma discussão sobre a qual nós temos de nos debruçar;

E, complementando o que foi dito antes aqui

temos que nos debruçar. E, complementando o que já foi dito antes aqui, essa questão, senhoras e senhores, é um desafio para toda a nação brasileira. Isso tem que começar na escola fundamental, ensinar às crianças o que é uma senha, o que é a internet, que as pessoas não são necessariamente boas, como os pais e as mães, que as pessoas fazem coisas más e começar com essa mentalidade que vai desde a escola fundamental até chegar na idade adulta, com essa educação verdadeira, para que possamos transacionar e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos relacionarmos vivendo, ninguém pode viver sem as benesses dessa tecnologia. Ninguém, nenhum de nós aqui hoje, vive sem celular, transações bancárias...

Nós precisamos ter segurança para viver neste mundo e esse é um desafio para toda a nação brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Sr. Walter Capanema, Diretor de inovação e ensino na Smart3 Consultoria e Treinamento, Coordenador-geral e Professor do Curso de extensão em Direito Eletrônico da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WALTER CAPANEMA – Exm^o Senador Angelo Coronel, Exm^a Deputada Lídice da Mata, senhoras e senhores, Sras e Srs. Senadores, Deputados, é uma grande alegria poder participar de um evento tão importante e poder humildemente aqui trazer uma contribuição.

Eu acho muito importante falarmos no contexto atual das *fake news* porque nós verificamos que cada vez mais as pessoas utilizam a internet para tudo. Elas estão infelizmente esquecendo dos jornais, das televisões, das notícias e usando a internet.

E a internet também se tornou a praça do debate político e das informações. E se a vida está ocorrendo na internet, é lá também que de certa forma o mal vai buscar se procriar e se compartilhar. E falando aqui em relação a *fake news*, eu acho aqui importante trazer para as senhoras e os senhores um conceito. Se nós vamos combater as *fake news*, primeira coisa, vamos defini-la, porque se não definirmos o mal que nós estamos buscando combater haverá riscos de injustiças.

Então aqui humildemente eu trago uma sugestão de conceito, que *fake news* seria a desinformação com a intenção de prejudicar alguém. É você manusear a verdade, é você modificar verdade, é você criar uma mentira para trazer um prejuízo, mas eu vou mais além, num contexto eleitoral, eu vejo que a *fake news* poderia ter mais um elemento. Na *fake news* eleitoral haveria o contexto ainda de beneficiar um candidato.

Então, por exemplo, quando um candidato na sua campanha alega que construiu 10 mil casas populares, quando não construiu alguma, eu vejo que nesse caso aqui nós temos também *fake news* e que merecem ser combatidas.

E as *fake news* se utilizam, na internet, de todos os elementos possíveis, desde o antigo SMS, que hoje em dia pouca gente utiliza, passando por e-mails, redes sociais, WhatsApp e que tais.

E portanto aí ela tem um grande poder de compartilhamento. E esse compartilhamento ele acontece com uma intenção dolosa de pessoas que têm a necessidade e a vontade, a consciência, de compartilhar a mentira, ou com uma intenção às vezes inocente, a pessoa acha que aquilo é verdade e vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhando. E às vezes até têm aquela intenção: Eu não sei se é mentira, mas eu vou compartilhar, achando que está fazendo aí um conteúdo público, um conteúdo interessante.

Há os famosos perfis falsos e os robôs que são tão comuns, infelizmente, principalmente nas redes como o *twitter*, em que eles utilizam palavras-chaves ou frases chaves até mesmo para fazer ataques contra pessoas.

Interessante falar que a questão das *fake news* não é um fenômeno moderno.

É interessante falar que a questão *fake news* não é um fenômeno moderno ou um fenômeno digital. É um fenômeno que já é muito antigo. Eu poderia citar aqui como um dos precedentes, até em homenagem ao nosso General, a Operação Fortitude, na Segunda Guerra Mundial, que foi uma operação de desinformação para que os aliados ocultassem por onde fariam a invasão à Normandia. E mais ainda, pensando aqui em *fake news* numa época mais moderna, talvez o nosso precursor tecnológico, a vítima foi a Deputada Jandira Feghali, num ataque de SMS que foi dirigido a pessoas específicas, e a alegação era que ela era contra a Igreja Católica, que ela não acreditava em Deus. Então, era *fake news*, mas *fake news* usando SMS.

Analisando os efeitos de *fake news* na sociedade, é importante falar que há uma quantidade muito grande de casos e de situações que mostram o quanto ela é perigosa. Veja, por exemplo, o boato que surgiu sobre o Bolsa Família, que teria sido cancelado, causando um caos social, ou a moça que foi assassinada em Guarujá – esse assassinato bárbaro foi transmitido pela internet, deu para ver a via-crúcis que ela sofreu por causa de um boato surgido em rede social –, ou, recentemente, um falso anúncio de fila de emprego em Niterói, causando um alvoroço, causando uma tristeza e uma decepção muito grande nas pessoas que estavam procurando o seu emprego.

E há uma preocupação do TSE em criar uma força-tarefa para se combater *fake news* no sentido eleitoral, no contexto eleitoral. É interessante comentar isso porque houve o famoso escândalo da Cambridge Analytica, uma empresa inglesa que tem braços pelo mundo todo e que, usando as redes sociais, conseguiu criar *fake news* microgerenciadas, com *microtargeting*, para pessoas específicas. Aí o nosso querido Mark Zuckerberg foi chamado a depor em vários lugares – perdoem-me pela intimidade – e acabou não dando muitas informações sobre o quanto o Facebook tem poder para influir na propaganda eleitoral. A jornalista Carole Cadwalladr, do *The Guardian*, mostrou o quanto *fake news* acaba influenciando as eleições, como no caso do Brexit, em que uma determinada área da Inglaterra, se não me falha a memória, votou a favor da saída da União Europeia mesmo essa área tendo sido muito beneficiada pela União Europeia, ou seja, como alguém vai votar contra algo que lhe beneficiou muito? Foi por causa de *fake news*, conforme a jornalista apurou.

É interessante que para criar *fake news* não precisa de um grande conhecimento tecnológico. Basta, muitas vezes, você utilizar uma informação, uma foto ou um dado verdadeiro e mudar o seu contexto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como no caso da Senadora Marina Silva, então candidata a Presidente. Circulou-se uma foto dela dizendo que ela teria feito invasões. Era uma foto com ela fazendo invasões em fazendas quando, na realidade, era uma caminhada que ela estava coordenando, ou seja, era um ato positivo dela que foi usado no sentido negativo.

Mas, algumas vezes, é possível haver *fake news* com conteúdo mais tecnológico, como o caso do nosso Vereador Tarcísio Motta. Fizeram uma *fake news* bem interessante dele, uma verdadeira fotomontagem, simulando uma reportagem da TV Globo, dizendo que ele participaria de um rodízio de pizza, churrasco e *sushi* com eleitores, em Botafogo, ou seja, era uma forma de diminuí-lo, de desprezá-lo. E o Tarcísio deu uma resposta muito interessante e muito viva – ele fez até pouco caso: "Na realidade, isso é *fake news*. Se me conhecessem, saberiam que eu gostaria de pastel com caldo de cana. E vamos, então, combater

saberiam que eu gostaria de pastel com caldo de cana. E vamos, então, combater a gordofobia. Então, ele deu uma resposta à *fake news* de forma divertida e à altura. O importante é que mostra que, quando as *fake news* são perigosas, são casos, por exemplo, de pessoas da internet que são contrárias ao uso da vacina. Dizem que as vacinas podem causar câncer, podem matar, dar cegueira e a internet acaba sendo assim um grande manancial de transmissão dessas informações.

É interessante comentar que, por exemplo, é até fácil você transmitir as fake news. No caso do WhatsApp foi uma matéria que, de certa forma, parecia que era do G1, do Portal G1, dizendo que o Presidente Bolsonaro faleceu diante de um ataque. Na realidade, era tão somente uma foto montagem que fizeram com um endereço de internet falso.

Das normas aplicáveis aqui – eu acho interessante comentar – a mais importante é a Constituição; é a Constituição, ao estabelecer a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento. Por outro lado, ela não dá muito limite. Como se vai verificar o limite de liberdade de expressão? Eu acho muito difícil e muito perigoso quando leis definem muito de forma aberta o que seria a desobediência, o que seria o abuso, o que seria o absurdo. Por exemplo, nós temos aqui a calúnia no Código Penal, com uma pena muito pequena, de 6 meses a 2 anos. É um crime de menor potencial ofensivo para o qual não tem prisão. Muitas vezes, alguns criminosos se gabam, numa audiência, dizendo: "Olha, foi pouco. Até valeu a pena. Pelo custo-benefício valeu ter te xingado."

Então, acaba não tendo a coerção. Ou a denúncia caluniosa, que é também você dar motivo a uma investigação sem ser verdade. Eu acho importante, especificamente falando sobre o Código Eleitoral, que o art. 323 estabelece como um crime, mas com uma pena muito pequena, divulgar na propaganda fatos que sabem inverídicos.

Mas o seu Parágrafo Único coloca apenas um agravante se o crime é...

(*Soa a campanha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CAPANEMA – ... praticado pela imprensa, rádio e televisão.

Eu vejo que deveria ter uma modificação legislativa para, além de ter uma pena maior, ter também um agravante em relação à internet, que é o principal manancial de *fake news*.

Prosseguindo aqui, já para caminhar, nós devemos criminalizar o envio de *fake news* e a criação de perfis falsos? Eu acho isso muito complicado, porque, na realidade, criminalizar *fake news*, também implica em justamente criminalizar quem compartilha sem ter o dolo. E como você vai comprovar que aquela pessoa, que aquela senhora, que aquela dona de casa do interior do País, tinha o dolo, tinha vontade de praticar a *fake news*? Isso é muito difícil. Eu acho que isso vai trazer um efeito resfriador à nossa liberdade de expressão. As pessoas vão ter medo de se expressar.

Já caminhando aqui para o final, eu gostaria de falar aqui em relação às medidas que eu acho interessantes, as sugestões: definir o que é *fake news*, uma alteração legal do art. 323, para incluir a internet, definir sanções, formas de combate e medidas coercitivas, também definindo aqui...

Pode passar o eslaide para mim?

Existe uma cooperação das empresas de internet que exige também uma capacitação das empresas do Poder Público e da sociedade, uma adesão à Convenção de Budapeste. Eu acho muito importante que o Brasil possa combater *cyber crimes* no mundo.

Para terminar, deixo aqui uma frase para os senhores: "Os lábios de quem diz a verdade permanecem para sempre, mas a língua do mentiroso dura apenas um instante."

Então, que a mentira

permanece para sempre, mas a língua do mentiroso dura apenas um instante. Então, que a mentira possa ser desvendada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora para a nobre Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos os Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que integram esta Comissão, aos nossos convidados e àqueles que acompanham pelas redes de comunicação da Casa esta audiência.

A ideia de que nós iniciássemos os nossos trabalhos da CPMI com uma audiência que debatesse o conceito de *fake news* foi justamente para que nós pudéssemos iniciar buscando não um consenso, mas chegássemos a pontos de unidade que nos levassem à compreensão de como esse fenômeno ocorre e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posteriormente de como podemos combatê-lo, portanto. Aqui, inclusive, o Sr. Walter Capanema já apresentou algumas sugestões.

Eu queria fazer umas perguntas rápidas a cada um dos que estão na Mesa, até porque do momento em que nós iniciamos e instalamos a CPMI até agora, já aprovamos mais de 80 requerimentos e já temos no forno pelo menos mais 20 requerimentos convidando pessoas para serem ouvidas, e muita água rolou por baixo dessa ponte, muitas coisas vieram à tona, tanto do processo político-eleitoral, quanto da realidade que nós vivemos hoje no Brasil.

Pelo que foi falado tanto pelos jornalistas, pelos comunicadores, quanto pelas palavras do General e do Dr. Walter Capanema, *fake news* é um fenômeno da política, um fenômeno da sociedade. Não é um fenômeno especificamente do jornalismo. Essa foi a tentativa clara de dissociar feita pelo representante da Abraji... Mas, ao mesmo tempo, há o conteúdo de malignidade em *fake news*. À medida que há um conteúdo de malignidade, *fake news* tem que ser vista como um perigo para a sociedade e um perigo para a democracia.

Recentemente houve diversos casos que mostram que isso está caracterizado no mundo. Há intervenções de países em outros países, gerando mais do que uma interferência na eleição, o que já se registra como um caso grave de intervenção na democracia, mas também de provocação de guerras.

Eu queria, portanto, perguntar tanto à Abraji quanto ao Prof. Wilson o seguinte: *fake news* ocorre na sociedade, levando a uma falta de crédito, de credibilidade em tudo. Então, não há também uma ligação com uma certa falta de credibilidade dos grandes meios de comunicação? E também estabelecer uma referência de busca da verdade por instituições que podem

busca da verdade, das instituições que podem desenvolver essa tarefa de revelar se aquela notícia é verdadeira ou falsa. Com toda a negação da mídia, hoje no Brasil, isso também não coloca, ainda assim, uma certa imprecisão dos fatos? Ou seja, há credibilidade? A população, as pessoas, acreditam naqueles que desmentem as *fake news*. Há algum nível de...O jornalismo de fonte basta? Não havia, antes, uma busca de, além da fonte, o jornalista pesquisar a verdade? Apesar de as *fake news* não serem um fenômeno do jornalismo, digamos assim, o jornalismo tem servido, muitas vezes, para a disseminação dessas *fake news*. E com esse fenômeno, ou melhor, com essa revelação recente da Intercept? Como os senhores veem a atuação do Intercept na divulgação desses fatos? É o resultado de uma posição, de um jornalismo investigativo ou, como alguns querem caracterizar, uma ação criminosa?

Aos dois debatedores e conferencistas do lado de cá, digamos, queria direcionar a seguinte questão. Recentemente, o senhor, General, falou muito claramente que há uma relação muito difícil de se estabelecer, uma fronteira difícil de se estabelecer, entre o que é uma questão de *fake news* que atinge a sociedade e que atinge o Estado brasileiro. Muito bem. Na semana passada foi divulgada, por um meio de comunicação – a *Revista Crusoé* –, uma entrevista de pessoas que acusam a existência, no Governo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, hoje, de uma verdadeira força-tarefa para a fabricação de *fake news*. Inclusive, chegam a mencionar a existência de um grupo que se voltou especialmente para destruir a imagem do General Santos Cruz, levando ao seu afastamento do Governo. Isso não seria, portanto, uma questão de Estado? Um grupo de pessoas atuando para destruir membros do próprio Governo! Isso não seria um ataque ao Estado? De que maneira a sua ação, o seu departamento, digamos assim, funciona para impedir a ocorrência dessas situações?

Nós temos, inclusive, já um requerimento para que o General Santos Cruz venha a esta CPMI e faça o seu depoimento. Queria, portanto, saber se o senhor, como responsável por salvaguardar, por defender

por salvaguardar, por defender institucionalmente essa guerra cibernética que pode vir a atingir os interesses do Estado brasileiro veio esse fato.

E, também, ao Walter Capanema, para não esquecê-lo. Foi colocado aqui, essa é uma preocupação desde o início desta Comissão, que nós não podemos, que temos que ir com muita calma para não transformar qualquer ação posterior de legislação, de regulação num movimento que restrinja a liberdade de expressão. Isso quer dizer que nós não podemos ter nenhum nível de regulação desse fenômeno do ponto de vista da legislação penal no Brasil? De que maneira aprimorá-la?

O senhor chegou a indicar ali. Isso basta? É suficiente para punir?

Há registros de que a França hoje já avançou no sentido da corresponsabilidade das redes sociais com a notícia falsa, a desinformação, e de que a punição não se dê apenas na origem de um grupo que venha a praticar esse ato, mas, sim, também, dividindo esta penalidade, inclusive do ponto de vista pecuniário com as empresas que de alguma maneira se colocaram à disposição dessa prática. Como o senhor vê isso? Qual a sua opinião?

Podemos começar?

O SR. DANIEL BRAMATTI – Sobre a questão da falta de credibilidade, de fato, nós vemos hoje uma erosão da credibilidade em todas as instituições do mundo, a imprensa é uma delas, mas essa horizontalidade trazida pelas redes sociais colocou em xeque a credibilidade de instituições que eram vistas como intocáveis até recentemente.

E, nesse sentido, cria-se um ambiente de contestação a tudo, em que nada é sagrado, nada é verdadeiro, é, sim, um contexto muito propício a disseminação de falsidades. Isso obviamente tem a ver com a circulação de conteúdo falso, com a explosão da circulação de conteúdo falso.

Mas a Sra. Deputada pergunta se as pessoas acreditam quando há um desmentido feito, por exemplo, por uma agência de checagem ou por um veículo de comunicação. A nossa experiência é que sim, obviamente nós podemos estar pegando apenas uma pequena amostra não representativa do todo da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, mas eu, como jornalista, em todos os meus muitos anos de carreira, sempre fui acostumado a ser criticado, criticado pelos leitores, criticado pelas fontes, criticado pelos chefes. Ao começar a fazer checagem, a gente começa a receber agradecimentos, as pessoas se sentem perdidas nesse ambiente poluído, um ambiente informativo poluído e quando tem alguém que vai lá e diz: "Olha, isso aqui está errado". E vou dizer não só que está errado, vou dizer por que está errado, por que é falso, como é que a gente chegou à conclusão

E vou dizer não só que está errado, vou dizer porque está errado, porque é falso, como é que a gente chegou à conclusão de que isso é falso. Nós vamos mostrar com transparência qual foi o caminho da nossa verificação para que você, não precisa acreditar em mim, para que você faça os mesmos passos que eu fiz para que você conclua a mesma coisa.

Então, as pessoas têm uma resposta positiva a isso. Repito: pode ser que a nossa amostra seja pequena, pode ser que ela não seja representativa do todo, mas o trabalho das agências, de checagem, e dos jornalistas que trabalham com isso tem um efeito, apesar de ser difícil de medir.

A sua pergunta sobre o jornalismo ter servido ou servir para a difusão de *fake news*. O Rodrigo Duterte acha isso, o Nicolás Maduro acha isso, o Donald Trump acha isso, o Bolsonaro acha isso. Em geral, quem está numa situação de poder usa o estratagema de chamar de *fake news* tudo o que o desagrada e é esse o risco. Nos países onde houve mudança de legislação para tratar desse fenômeno, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa saíram, no mínimo, arranhadas ou saíram muito prejudicadas. Existem ditadores usando leis contra *fake news* para prender gente.

Criminalizar *fake news*, como se fala aqui nessa Mesa, para mim é o absurdo dos absurdos. Não existe, não há como se definir dolo quando um conteúdo falso circula. Não há como se saber quem criou um conteúdo que circula pelo WhatsApp. Um conteúdo pode ser, eu posso mandar um conteúdo para Fulano, que eu recebi de Ciclano, mas eu não tenho como provar que não fui eu que criei. Aí a pessoa que recebeu vai me acusar de ter criado um conteúdo falso e vai criminalizar essa questão? Imaginem isso! E imaginem o poder que vai ter um juiz. Nós estamos... Recentemente, se debate muito a questão do abuso e do poder de juízes. Nós vamos dar mais esse poder para os juízes?

Então, essa é a reflexão que eu faço.

Muito obrigado.

O SR. WILSON GOMES – Eu vou pegar justamente desse ponto aqui. Eu não vou discutir, pelo menos nesse momento, o problema da criminalização de *fake news*. Eu acho que é menos misterioso e menos complicado do que parece e não se trata propriamente de criminalizar a *fake news*, mas há determinadas coisas que se podem fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aparentemente, no discurso popular, *fake news* são uma criação espontânea, que nasce aí como cogumelo no banhado, quando, na verdade, *fake news*, naquilo que realmente importa – destruição de reputações, fazer a política suja, campanha de ataques etc. –, é organizada.

Então, há uma indústria de *fake news*. Para além da *fake news* disseminada espontaneamente por garotos, na *Deep Web* ou em qualquer outra dessas formas, há uma *fake news*, ou por velhinhos aposentados, ou por grupos outros, nos grupos de família, porque têm uma posição partidária etc., há uma indústria produzindo *fake news* organizadamente.

É possível extrair dados e notar que há pessoas que se dedicam profissionalmente dentro de grupos de WhatsApp a fazerem aquilo, porque elas fazem aquilo 24 horas por dia, esse tipo de coisa. Que medidas podem ser feitas e tal... Eu sou professor, eu só pesquisei, eu só levanto os dados etc., mas, certamente, assim, é menos misterioso e menos intocável do que parece.

Voltando à questão do jornalismo, eu acho que sim. O jornalismo, de alguma maneira, entrou muito na hiperpolarização da política e, de alguma maneira, provocou, assim, sabotou

da política e de alguma maneira ele provocou, assim, sabotou a própria credibilidade. Uma parte do jornalismo, pelo menos, né, para não generalizar, colocar tudo no mesmo saco porque eu não gosto desse tipo de generalização. Uma parte do jornalismo entrou na hiperpolarização e aí parecia que não tinha mais ninguém narrando o jogo, estava todo mundo jogando.

Essa é uma impressão, eu falo de sentimentos e de percepções. É a minha área, é a área de sentimento e percepções de política, não dos fatos. Isso corrói, isso produz uma erosão na credibilidade.

Por outro lado, eu acho que confundir *fake news* com mau jornalismo é ruim porque não resolvemos o problema do mau jornalismo, que precisa ser resolvido, e não resolvemos o problema da *fake news*. *Fake news* não é mau jornalismo. Não é jornalismo com uma apuração ruim, não é jornalismo partidário ou hiperpartidário. Porque nós temos todos esses tipos de jornalismo, além do jornalismo *mainstream*, de boa qualidade, baseado em objetividade, neutralidade, imparcialidade, etc.

Temos tudo isso, mas *fake news* não é simplesmente um tipo de mau jornalismo. *Fake news* é um outro tipo de criatura, que qualquer um pode produzir. E não é produzido na redação, ele é produzido em outro lugar. Então, acho que separar esses dois tipos de discussão ajuda um pouco a ver que medidas tomadas tratando *fake news* como fenômeno político, da má política, da política sombria, talvez a gente possa tomar alguma medida a respeito.

Com a credibilidade das instituições, eu digo assim, a gente fica assim. Nós temos a universidade, o jornalismo tem uma credibilidade que está em baixa e nós ficamos contentes. Não é a nossa, é a do jornalismo. Aí, você está no Judiciário, diz: bom, o jornalismo está mal, mas não é a nossa, o Judiciário está bem. E de repente você olha e diz: não, chega um determinado momento que estão atacando e faz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do mesmo movimento que produz *fake news*, a credibilidade de todas as instituições sociais que foram organizadas e que se reconhecem socialmente com uma espécie de arbitragem ou de arbitração sobre o que é verdade, sobre o que é objetividade, sobre o que é Constituição, quais são os territórios legítimos em que a gente pode de alguma maneira construir um projeto de País.

Então, comece atacando o jornalismo. Então, nós não acreditamos no jornalismo e podemos usar o termo *fake news* de madeira reversa. É o fenômeno que os pesquisadores americanos chamam de *fake fake news*. *Fake news* acaba sendo usado como uma espécie de palavirão que você pode usar para desacreditar a *news* que o outro produz. *Fake news* é a *news* dos outros, a *news* contra o meu lugar, a *news* que é contra a minha tribo.

O Donald Trump é especialista em fazer esse tipo de coisa. *Fake news* é CNN e Washington Post, não é Fox. Fox não é *fake news*. No Brasil, não vou dar exemplo brasileiro, mas no Brasil a mesma coisa. Então, nós conhecemos esse fenômeno, que é um fenômeno da política, do uso dos reverses disso. Mas primeiro atacamos o jornalismo.

Para no jornalismo? Não. A *fake news* mais disseminada do mundo é a *fake news* que dizem que vacina causa autismo. Portanto, a ciência também entrou no roldão. Agora ninguém acredita mais em pesquisador, ninguém mais acredita em cientista. Tem um conjunto de pessoas que não acredita mais em cientistas, só acredita nos próprios cientistas. Não acreditam mais nos intelectuais, que arbitravam as informações. Agora não se acredita mais nos intelectuais. Intelectuais também é uma instituição comprometida porque foram todos vendidos ou para o comunismo ou para os liberais ou qualquer outra dessas instâncias.

Você vai incluindo assim, chegamos à Suprema Corte. Ontem eu falava no TRE de Aracaju, semana passada no TRE da Bahia. É a mesma situação. Os juízes também, ninguém mais acredita nos juízes. Se tem o maior objeto de *fake news* no Brasil acho que, além de Jean Wyllys e Lula, é Gilmar Mendes. Eu estou falando de pesquisa, de dados. É o ministro da Suprema Corte. Se nem a Suprema Corte é respeitada por essa barreira de *fake news*, nenhuma das instituições.

Então, as credibilidades de todas as instituições foram atacadas. Então, criou-se um sistema que é mais ou menos assim. Nós decretamos que nenhuma das instituições de arbitragem sobre objetividade de fatos

uma das instituições de arbitragem sobre objetividade de fatos, jornalismo, cientista, professor, intelectual, político, Governo, STF, nenhuma dessas, todas as instituições estão comprometidas. E o que sobra no espaço disso? Quem ocupa esse lugar? Ocupa esse lugar a nossa tribo. Então, a verdade é aquilo que serve para os interesses da nossa tribo. Aí, nós vamos ter os nossos próprios filósofos, nossos próprios cientistas, nosso próprio jornalismo... A ecologia midiática hiperpartidária foi inventada para substituir o jornalismo. E aí, claro, mentira eu sei fazer sozinho. Se todo jornalista é mentiroso, eu minto



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sozinho. É fácil fazer o jornalismo que me interessa, que é esse jornalismo de *fake news*, que não é jornalismo, mas um pseudojornalismo, porque ele é puramente militância.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nosso General.

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Bom, sobre a pergunta que a Deputada me dirigiu, como eu disse, nós temos um espectro: numa ponta, um crime contra pessoas, contra organizações e assim por diante; em outra ponta, as ações contra o Estado estabelecido. E disse também que é mais fácil nós entendermos ações próximas às duas pontas do... Eu citei até exemplos das duas pontas do espectro. Mas, cada vez que essas ações vão indo para o meio do espectro, fica mais difícil caracterizar como uma coisa ou como outra.

Nós, o próprio Comando de Defesa Cibernética, eu poderia enunciar aqui a missão dele: planejar, executar, coordenar ações cibernéticas com a finalidade de garantir liberdade de ação da defesa no espectro eletromagnético e impedir seu uso contra os interesses nacionais, de defesa nacional e assim por diante. O que eu quero dizer é que a nossa atuação hoje é mais focada nas questões da guerra cibernética, que pressupõe uma ação de um Estado contra o nosso Estado.

Em última análise, todo o estamento de defesa – e falo aqui, no caso, pelo Comando que ocupo, o Comando de Defesa Cibernética – vai executar tudo aquilo que o Estado brasileiro disser para ele fazer. Tudo aquilo, nem uma palavra a mais, nem uma a menos.

E, no caso que a senhora citou como exemplo, Deputada, eu posso lhe garantir: esse tipo de coisa não está no nosso espectro de atuação. Nós não atuamos nessa questão que a senhora definiu aqui. Não foi do nosso escopo de trabalho. Está bem?

Por ora, é o que eu tenho a dizer, e fico à disposição para mais perguntas.

Obrigado.

O SR. WALTER CAPANEMA – Em relação às questões de V. Exa., a liberdade de expressão não é ilimitada; ela tem limites. O grande problema é definir esses limites sem que, com isso, nós não tenhamos atitudes arbitrárias, porque defender a liberdade de expressão não significa apenas defender o ponto de vista com que eu concorde. Liberdade de expressão é defender e permitir que coexista o conhecimento, o ponto de vista e a opinião com que eu não concorde. Então, a liberdade de expressão pressupõe uma pluralidade de ideias.

É interessante comentar que, na nossa realidade para se combater a *fake news*, eu vejo que seria interessante, em primeiro lugar, aumentar a pena do crime de calúnia. A pena é muito pequena,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente quando o crime de calúnia é praticado pelas redes sociais. E praticar um crime de calúnia por uma rede social não exige muito conhecimento técnico. Uma pessoa

um clima de calúnia por uma rede social não exige muito conhecimento técnico. Uma pessoa pode usar o seu próprio perfil numa rede social ou pode criar um perfil falso. Não demanda muito conhecimento técnico e causa muitos danos, porque aquele conteúdo acaba sendo compartilhado, ele acaba ficando na internet durante muito tempo e, com isso, cria-se aí uma avalanche de informação.

Eu acho também importante que existam penas maiores para os crimes contra a honra eleitorais e principalmente para o crime do art. 323, citado, para que não só tenha uma pena maior propagar propaganda eleitoral falsa, mas que também exista um agravante caso essa propaganda ocorra pela internet.

E em relação também à outra pergunta de V. Exa. a respeito da corresponsabilidade das redes sociais em relação aos conteúdos que elas transmitem, é interessante mencionar que nós temos em vigor uma lei chamada Marco Civil da Internet, e essa lei, de certa forma, afasta a responsabilidade dessas empresas. A lei chama essas empresas de provedores de aplicação. Então, os provedores de aplicação não são responsabilizados, a princípio, pelo conteúdo que eles divulgam, pelo conteúdo que eles transportam, o que eu acho muito injusto. *Data venia*, eu vejo que o Marco Civil da Internet foi uma lei que só beneficiou poucas empresas, que foram as empresas de internet. Ela dificulta a responsabilidade dessas empresas, porque essas empresas lucram com as notícias, sendo falsas ou verdadeiras.

As empresas de internet não são meros transportadores de informação. Elas são como se fossem canais de comunicação e os usuários é que produzem o conteúdo gratuitamente a troco de *likes*, curtidas e alguns outros mimos virtuais.

O que eu acho interessante é que poucas vezes as empresas de internet cooperam com o Poder Judiciário. Eu não vejo, como regra geral, o Poder Judiciário como um inimigo. Eu vejo que o Poder Judiciário precisa de instruções sobre como lidar com essa nova realidade. E é importante também que as empresas cooperem com o Poder Judiciário. Muitas vezes essas empresas invocam leis locais, invocam normas fantásticas, *data venia*, para não atender as ordens judiciais. E eu vejo que é importante que se traga, por exemplo, medidas coercitivas para que essas empresas cooperem com o Poder Judiciário.

Algum tempo atrás era muito utilizado em alguns casos o bloqueio do WhatsApp. Eu vejo que essa medida atualmente, *data venia*, seria muito abusiva e muito forçosa, porque, afinal de contas, o WhatsApp talvez seja o principal meio de comunicação do Brasil na atualidade, onde as pessoas veem televisão, se comunicam e acessam informações. Então, esse bloqueio, a meu ver e a meu sentir, seria muito exagerado. Mas há outras medidas coercitivas, e aqui cito a doutrina do Promotor baiano Fabrício Patury, de congelamento do CNPJ das empresas, de proibição de contratar com o Poder Público, porque muitas dessas empresas exibem propaganda política e propaganda governamental.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho também interessante mencionar que eu concordo com as palavras dos meus colegas que o Poder Judiciário não deve ser o fiscal da verdade, mas qualquer mentira, qualquer falsidade que cause dano a pessoas e à coletividade deve sim ser judicializada e aqueles que cometerem atos ilícitos devem ser punidos de acordo com a lei e de forma proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Chegaram algumas perguntas no nosso portal.

Fabício Vieira, de Minas Gerais: "Uma Deputada Federal acusa o filho do Presidente de ter uma

Fabício Vieira, de Minas Gerais: "Uma Deputada Federal acusa o filho do Presidente de ter uma milícia virtual. O que o Congresso tem feito no plano penal sobre uso de robôs para *fake news*?"

Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Eu acho que os Deputados e Senadores, já que o tempo é limitado, todos nós somos chamados para outros trabalhos... Talvez deixar a questão dos portais por último para que os Deputados possam... Talvez agora, a bem dos trabalhos, se os conferencistas não se opõem, faríamos um bloco de perguntas e eles responderiam ao final do bloco para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

Então eu vou acatar a sua questão de ordem, Deputado, e vou convidá-lo, inclusive, para assumir a Presidência interinamente, porque fui chamado agora à CMO para dar presença numa votação importante, mas retornarei. E, em tempo, anuncio que o próximo a fazer uso da palavra é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Isso é chamado punição pela idade. O Vice-Presidente precisa ser eleito aqui ainda, mas, como eu vou presidir os trabalhos... (*Risos.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Garanto sua defesa como Presidente da Comissão da Pessoa Idosa.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Eu estou inscrito agora, mas vou deixar os demais Deputados e Senadores falarem antes para poder conduzir os trabalhos.

Então, seguiremos o critério de quem tiver as perguntas e estiver inscrito fazer suas colocações e os conferencistas respondem em bloco.

A próxima oradora é a Deputada Luizianne Lins, Senador Humberto Costa, Deputada Natália Bonavides, Senadora Soraya Thronicke, e Deputado Aureo Ribeiro. São os que se inscreveram aqui. E eu falarei por último.

Deputada Luizianne Lins.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero saudar a Mesa em nome da nossa Relatora, companheira Lídice da Mata, que foi Senadora, e agora é Deputada, está tendo esse grande desafio pela frente.

Eu vou falar um pouco, também o Deputado Rui Falcão é jornalista, a partir do nosso ponto de vista de jornalista, independente do cargo de Deputada Federal. Em primeiro lugar, demorou muito para que a situação do Governo compreendesse isto: esta CPMI tem um papel fundamental no momento em que a humanidade está atravessando um marco, porque, para mim, a revolução tecnológica traz consigo um novo paradigma nas relações entre as pessoas de uma forma geral.

Por acaso, vou apresentar um artigo que foi aprovado, um artigo científico, no Congresso Jornadas de Problemas Latino-Americanos no Chile. Eu estava exatamente revendo uma série de coisas para escrever o artigo e descobri uma coisa: nós tínhamos um teórico da comunicação que escreveu, em 1962, um livro chamado *A Galáxia de Gutenberg*, que foi o McLuhan. McLuhan falava da aldeia global, por incrível que pareça. Ele foi o primeiro filósofo, a primeira pessoa, o primeiro que começou a compreender, a entender que as manifestações, que a tecnologia digital, ele até usa essa expressão nesse livro de 1962, ele dizia que a mídia, ele batia pesado na imprensa, dizia que a imprensa estava destribalizando o mundo e que iria caber à revolução tecnológica a tribalização.

Ele batia pesado na imprensa e dizia que a imprensa estava destribalizando o mundo e que iria caber à revolução tecnológica tribalizar novamente. Ele usou a expressão "aldeia global" e dizia que nós poderíamos viver em uma aldeia global.

A gente precisa entender que a gente está falando aqui de *fake news*, mas o grande fenômeno que gerou todas essas questões... E não necessariamente coisas ruins; coisas boas, inclusive. Como o General falou, nós não podemos viver mais sem essa tecnologia.

Mas quem assistiu Privacidade Hackeada... Eu recomendo que todo mundo assista. Tem no Netflix, gente. Só não assiste quem não quiser... É muito óbvio, é muito claro como nós vivemos hoje. Nós somos apenas algoritmos nesse processo todo. Isso aqui é porque... Eu falo muito o seguinte: se você quer que uma coisa fique escondida, não a leve para a política, porque, se você levá-la para a política, rapidamente ela vai para a esfera pública, porque a política tem esse papel de desnudar essas questões.

Então, isso já era usado e continua sendo usado pela indústria, pelo capital, para ficar o tempo todo azucrinando o seu juízo. Na hora que você abre qualquer dispositivo, seja um *laptop*, seja um computador, seja um *smartphone*, que é o novo vício moderno... Inclusive, a capa de uma revista chamada Carta Capital diz que o novo vício é o *smartphone*. Não. Desculpe-me. É a *Superinteressante* que saiu com isso, que o novo vício é o *smartphone*. E isso é uma coisa um pouco assustadora porque é irreversível. É impossível imaginar que os jovens criados na era da internet possam simplesmente guardar o *smartphone* e dizer "Não quero saber". É muito difícil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos aqui trabalhando em um processo de redução de danos, em um processo onde a vagabundagem – vou usar essa expressão... Porque o problema de *fake news* – concordo com o jornalista Daniel – é o seguinte: a gente...

Eu fazia parte, até pouco tempo, de um grupo de estudo chamado Teorias do Jornalismo, da PUC do Rio. Eu morei um período lá, fiz mestrado lá. Era um grupo de jornalistas que estavam nas redações e que faziam o tempo todo essa avaliação crítica das coisas. E a gente se recusava a usar o nome *fake news* porque o jornalista clássico, o jornalista verdadeiro, o jornalista que tem a profissão como de fato ela deveria ser, para a busca incessante da verdade, ele não aceita falar uma mentira. Então, não existe notícia falsa. Se é notícia, não pode e não deve ser falsa. Mas o que estamos falando aqui é da mentira. E a mentira não é uma coisa nova, gente. A mentira existe desde que o ser humano existe. Sempre havia um mentiroso, sempre havia um mentiroso.

Inclusive, vou citar a época do Hitler. Todo mundo sabe que Goebbels foi o ministro da comunicação, da publicidade do Hitler e a ele é atribuída a frase que até hoje se fala no mundo: repita mil vezes uma mentira que ela vai se tornar verdade. Essa era uma estratégia de guerra, e eles fizeram isso. Só que agora a mentira não precisa mais de muita gente distribuindo papel para ser disseminada; ela está sendo disseminada a toda hora, a todo instante e para todo mundo. É democrática. A mentira chega a todo canto. E o que é pior: os desonestos, os vagabundos da política – vou usar essa expressão, porque para mim não há outra definição –, aquelas pessoas que querem enganar as outras, aquelas pessoas que querem ludibriar para se aproveitar, para ter proveito próprio disso é que estão flinando hoje em cima das chamadas *fake news*.

Com *fake news*, no final das contas, todo mundo deveria estar se preocupando porque é muito grave. Quem joga *fake news* e tem um filho deveria estar pensando – essa é uma questão existencial humana – que o próprio filho pode ser vítima do *fake news* que ele soltou de forma deliberada, de forma desonesta. Essa discussão desses valores precisa ser colocada.

Eu queria, só para finalizar, pedir a vocês o seguinte: eu tenho pensado muito, como professora universitária do curso de jornalismo, em especial de imagem – eu trabalhava com fotografia; quando eu estava na universidade a fotografia ainda era analógica, não era digital...

A gente discutia muito na década de 90 na universidade, primeiro como estudante, depois como professora, o que fazer diante da televisão. Chamava-se radiodifusão. A gente não tinha controle, era um controle muito tênue. Hoje em dia, se a gente achava descontrolado, o que dizer agora com esse processo? A gente dizia o seguinte: temos de fazer imediatamente – foi dito aqui, não sei se pelo General ou pelo Walter – a leitura crítica dos meios de comunicação de massa. Essa era uma tarefa para quem entrava na universidade, era para a gente fazer isso junto ao povo que não tinha acesso à universidade. Então, acho que, cada vez mais, General, isso precisa ir para escola, porque essa questão do caráter, da desonestidade...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, quando foi para política isso... Começou em 2016. Houve a eleição do Barack Obama. Foi uma forma de a política tentar ter ferramentas para otimizar a chegada das informações para as pessoas. A partir da eleição do Trump, a gente começou a ver... A Cambridge Analytica era cara de pau, ela dizia: "A diferença são os dados". Ela tinha cinco mil dados de cada indivíduo. E no filme que estou entendendo que você viu, porque eu o vi citando a jornalista, que hoje é militante dessa área... E ela diz que os direitos digitais deveriam ser mais um patamar dos direitos humanos universais. Ela coloca que a proteção dos dados – por isso estou tão preocupada com essa discussão... Ela hoje é militante, fala isso para a juventude.

Para finalizar, me preocupa muito que tenhamos agora um processo em que você cria bolhas de pensamento das pessoas, principalmente as que, infelizmente – coitadas! –, não têm muito acesso a informação de qualidade e se julgam as mais informadas do mundo. Aí, se você diz para ela uma coisa real, verdadeira, ela diz: "É *fake news*". Quer dizer, é o contrário. Mas, pelo menos, há uma coisa boa. Eu sempre vejo uma coisa boa no fim do túnel, sempre: agora todo mundo sabe o que é *fake news*. Você pode saber se aquilo é ou não é *fake news*, mas hoje o povão, a população, o nosso povo, até o menos escolarizado sabe o que é *fake news*. Só ainda não conseguiu ter capacidade de discernimento sobre a falsa notícia, que está longe do jornalismo sério, longe do jornalismo investigativo de qualidade.

A pergunta que quero colocar para vocês ou pelo menos a contribuição: como nós podemos estabelecer formas... Porque essas as redes advindas da internet, as redes sociais particularmente são empresas mundiais, e elas entram nos países e estabelecem a política delas até que haja uma legislação que possa minimamente organizar naquele País. Nós precisamos de leis. Pode ser que as leis não bastem; os lírios não nascem das leis, como disse Drummond, mas é preciso delas pelo menos para se ter um parâmetro, uma dimensão de onde se vai recorrer contra aquilo ali. E aí finalizo dizendo: o problema de *fake news* é que, infelizmente, as pessoas só sabem o terror, aliás, o potencial destrutivo delas quando são vítimas. Aí, as pessoas começam a se preocupar, mas aí já foi. Então, queria que vocês colocassem como nós podemos tentar melhorar, digamos assim, a legislação ou melhorar a forma como a sociedade vai enfrentar esse problema cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Obrigado, Deputada.

Deputada Natália Bonavides.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Quero saudar também nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

Queria agradecer aos expositores, que vieram enriquecer aqui a nossa primeira audiência desta CPML.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria perguntar: com a experiência que vocês têm no assunto, com o que vocês conseguem perceber por meio desse monitoramento dos atores que têm feito a utilização de notícias fraudulentas para difamação de adversários, nós estamos diante do uso da mentira por amadores ou há algum indício de que haja profissionalização da mentira?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às doze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Irajá, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Walter Alves, Jandira Feghali, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Eduardo Bolsonaro, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Shéridan, Túlio Gadêlha, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Rose de Freitas, Paulo Rocha, Fernando Bezerra Coelho, João Roma, Dário Berger e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Hiran Gonçalves, Arthur Oliveira Maia e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Foram aprovados em globo os requerimentos de número: **71, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178 (aprovado como convite), 180 (aprovado como convite), 182 (aprovado como convite), 186 (aprovado como convite), 187 (aprovado como convite), 189 (aprovado como convite), 191 (aprovado como convite), 202 (aprovado como convite), 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239 e 240.** Em seguida, foi aprovado o Requerimento nº 162. Ainda, foi eleito Vice-Presidente da Comissão o Deputado Ricardo Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/23>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente reunião.

Havendo número regimental, declaro, repetindo, aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar nos resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Requerimentos nºs 71, 98 a 106...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... 108, 153 a 212, 214 a 236, 239 e 240.

Antes, porém, eu queria comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras e aos Srs. Deputados e Deputadas que irei usar a mesma regra utilizada nas sessões anteriores, ou seja, requerimentos aos quais não for dada entrada com dois dias úteis não serão apreciados no dia de hoje. Os requerimentos que serão apreciados são os requerimentos que estão pautados dentro do prazo regimental, em 48 horas dentro do prazo regimental.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que nós estamos sem Vice-Presidente nesta Comissão. E não é de bom grado que, na sua ausência eventual, eu, pelo critério de idade, presida as sessões.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para mim, foi um prazer V. Exa. ter assumido por duas vezes a Presidência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas eu acho que, para um melhor equilíbrio, não seria conveniente que eu fosse o Presidente da Comissão. Então, eu gostaria de propor aos nobres colegas e às nobres colegas o nome do Deputado Ricardo Barros para ser o Vice-Presidente desta CPMI. Se não houver nenhuma contradição...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A sua questão de ordem...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... a gente poderá aclamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... será acatada. Se algum outro nome quiser disputar com o Deputado Ricardo, que se candidate, ou, então, podemos votar por aclamação.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Eu acho que por aclamação vai ser aprovado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por aclamação? (*Palmas.*)

Então, fica eleito o Deputado Ricardo Barros como Vice-Presidente.

Será um prazer estar ao seu lado.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Agradeço a confiança.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E, ao mesmo tempo, já convido V. Exa. para fazer parte da nossa Mesa.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Obrigado, Presidente. Eu vou em seguida. Obrigado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem ainda, Presidente, quero dizer que temos três requerimentos para votação, daqueles que foram listados pelo senhor. Há três blocos separados de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito à Secretaria da Mesa que me apresente os requerimentos protocolados.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Parabéns ao Vice-Presidente!

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. *Fora do microfone.*) – Vamos trabalhar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria até fazer a menção de que a Deputada Lídice da Mata é baiana, eu sou baiano e o Deputado Ricardo Barros também tem laços com a Bahia, ou seja, a Bahia está aqui...

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. *Fora do microfone.*) – Tenho duas netas baianas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem duas netas baianas.

Assim, há uma baianidade total nesta CPMI!

Por favor, a Mesa poderia me passar os requerimentos, para que a gente pudesse... *(Pausa.)*

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós aportamos à Mesa um requerimento para votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já vi aqui, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há três blocos que foram sugeridos pelo Deputado, mas nós gostaríamos que fosse votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há quatro requerimentos. Há um requerimento assinado pela Deputada Caroline de Toni. Eu fiquei feliz até com o retorno dela a esta Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com o seu também, Deputado. Eu fiquei preocupado de que V. Exas. não fossem mais participar, porque eu gosto de ver a jovialidade aqui, cada dia mais, aflorando e mostrando as suas competências.

Então, há um requerimento da Deputada Caroline de Toni solicitando que todos os requerimentos sejam votados em bloco, e há três requerimentos subscritos pelo Deputado Rui Falcão para separar.

Então, é melhor fazer o seguinte: caso não haja acordo, nós vamos votar da seguinte maneira, vota quem é contra em bloco e quem não é contra em bloco. Se for a favor, se a votação em bloco ganhar, os três ficam prejudicados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente!

Veja: por que nós separamos? *(Fora do microfone.)* Por que separamos em três blocos? Porque há uma série de requerimentos subscritos pela Deputada Caroline de Toni que nós gostaríamos de aprovar, e há também outros de convocação que, se transformados em convite, nós também gostaríamos de aprovar. Se a gente adotar o critério de votar tudo em bloco, corremos o seguinte risco: ou de rejeitar tudo em bloco, ou de ir separando. Eu preferiria que a gente pudesse... Existem requerimentos meritórios da Deputada Caroline de Toni que abarcam a questão do *cyberbullying*, a questão das crianças. Há uma convocação de sete blogueiros que a gente queria transformar em convite. Então, eu prefiro que a gente faça a votação dos três blocos, e não a votação de um único bloco.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Eu não sei se seria possível, mas, tendo em vista a fala do Deputado Rui, a gente poderia suspender a reunião por dez minutos para a gente conversar com o Deputado Rui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já ia até propor isso.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Seriam cinco ou dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fica difícil fazer a negociação sem ter o papel na mão.

Então, fica suspensa a reunião por dez minutos, para que o Líder do bloco A e o Líder do bloco B – não vou chamar bloco de Governo ou de oposição porque eu não conheço ninguém aqui, quem é Governo e quem é oposição; como aqui eu sou magistrado, então é bloco A e bloco B – cheguem a uma negociação.

(Suspensa às 12 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 59 minutos.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, nem vou pedir a palavra pela ordem já que está suspensa a reunião. Eu vou só aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – A sessão está suspensa!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria apenas de fazer um registro importante: a gente acabou de saber que, cerca de uma hora atrás, 17 militantes do Greenpeace foram detidos pela Polícia e estão sendo fichados na 5ª DP. Então, acho que isso é muito grave. Eles estavam fazendo um protesto sobre a questão do óleo no Nordeste, do piche no Nordeste, o que é escandaloso neste País. Esse vai ser mais um problema internacional contra o Brasil, já que o Brasil está em baixa no mundo. As pessoas estão rindo dos brasileiros, quando eles saem do Brasil, em função do que está acontecendo aqui no nosso País. Então, infelizmente, eu gostaria de denunciar, pois acho isso muito grave, com repercussões muito ruins, porque o Greenpeace é uma organização internacional.

É triste saber que quem está lutando contra o óleo no Nordeste, que atingiu as nossas praias, principalmente dos nordestinos... Tentaram imputar, em um primeiro momento, até que o óleo estava vindo da Venezuela. É mais uma *fake news* que foi disseminada. Está provado que isso nada tem a ver com a Venezuela. Até agora, não se sabe de nada. Todavia, quando não se quer aprovar nada, quando não se quer apurar nada nesse Governo, coloca-se a culpa na conta do cão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria apenas de aproveitar este momento para fazer esse registro, porque isso é muito grave. Militantes em favor do meio ambiente estão sendo fichados porque estavam protestando contra o óleo que foi derramado de forma criminosa no Nordeste.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, só quero registrar aqui o apoio à Polícia, que está colocando ordem na casa. São pessoas que não estavam protestando, que estavam emporcalhando a rua. Certamente, elas não fazem isso na casa delas.

E, mesmo sem saber a origem, ou qualquer coisa que seja... Se bem que, quanto à origem, existe o DNA do petróleo, e, salvo engano, a Petrobras já detectou que vem, sim, da Venezuela. Mas, independentemente disso, há pessoas que não ajudam e só vêm aqui querer atrapalhar. E fazem da pauta ambiental uma política para tentar atingir o Governo Bolsonaro.

O Governo Bolsonaro não deu causa a isso. O pessoal do Greenpeace teve a cara de pau de vir a público para dizer que existe tecnologia para você retirar as manchas de óleo que estão aparecendo, quando, nas imagens, a gente está vendo que os nordestinos é que estão, em boa parte, fazendo a limpeza daquele local, tratando muito bem das suas praias. Eu acho que a gente tem que ter esforços e energia para solucionar o problema, e não fazer disso uma mera disputa política.

Então, o povo ordeiro de Brasília que está indo e voltando do trabalho agradece à Polícia Militar por ter acabado com essa baderna. E, agora, eu quero ver se essas pessoas que estão na Polícia vão lá limpar. É óbvio que elas não vão limpar as ruas, não é? Elas vão dar para outros limparem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Baderna é o óleo no Nordeste, Deputado!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Baderna é o óleo no Nordeste!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, faço um aparte.

O Deputado Eduardo colocou que os nordestinos estão fazendo o trabalho. Eles o estão fazendo, mas é muito irresponsável um Governo omissivo diante do absurdo que tem acontecido nas praias do Nordeste.

Eu estive lá presencialmente, eu acompanhei. Havia dois agentes do Ibama. Recentemente, o Governo decretou que R\$8,5 mil por mês serão liberados para cada Estado. O que está acontecendo no Nordeste é um absurdo! E a omissão do Governo tem nos deixado cada vez mais chocados, porque não existe nenhuma ação efetiva por parte do Governo Federal. Eles anunciam que há fuzileiros navais atuando nas praias, mas eles botaram ali garotos de 17 anos, de 18 anos. Nem aspirantes são aqueles garotos que estavam fazendo um trabalho sem API, sem luva, sem material, sem bota. Ninguém sabe os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

danos que aquele material pode causar à saúde daquelas pessoas que estavam ali. Ninguém sabe o grau de toxicidade daquele material que está despejado nas praias do Nordeste.

É muito importante que fique claro que falta ação do Governo Federal, é importante que fique claro também que os manifestantes que foram presos não estavam fazendo baderna. Eu estava lá agora também. Eles colocaram uma lona no chão para poder despejar o óleo, eles tiveram cuidado. O que está acontecendo é um autoritarismo exacerbado e uma falta de atenção com o povo do Nordeste.

Muito obrigado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar para fazer uma pergunta ao Deputado Eduardo Bolsonaro, o 03. É o seu pai que fala assim. (*Risos.*)

Eduardo, eu gostaria só de perguntar quando a Petrobras afirmou que o petróleo é da Venezuela! Mais uma vez, agora, repete-se mil vezes uma coisa que não é real, até se tornar verdadeiro o que não é verdade. Isso aí me remete a Goebbels, como falei ontem, que era o Ministro de Comunicação do Hitler. Fale mil vezes uma mentira, que ela vai se tornar verdade.

Eu quero que a Petrobras afirme que esse petróleo é da Venezuela, como o Deputado começa novamente a dizer, quando já foi detectado que não tem nada a ver com a Venezuela. Mais uma vez, nós estamos diante de verdades que não são factíveis e que ficam sendo insistidas sistematicamente para culpabilizar a Venezuela. E o mais interessante é que só o Nordeste foi "premiado", digamos assim, com o óleo vindo dos barris da Shell.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, independentemente da origem do óleo, o problema é a ausência do Governo nessa questão. Esse é o problema central a esta altura. São 60 dias de uma tragédia que é só sintomática do desmanche que esse Governo fez na área ambiental. Primeiro, tocou fogo na Amazônia toda. Aliás, ampliou o índice de desmatamento na Amazônia e teve, como decorrência, os incêndios em larga escala na Amazônia. E agora o petróleo toma conta das praias nordestinas.

O povo nordestino está colocando a mão na massa, porque não há ação de Governo. O Ibama liberou R\$8,5 mil por Estado. Aliás, não existe Ibama, não existe ICMBio porque a governança ambiental deste País foi destruída de janeiro para cá por parte desse senhor que pode ser qualquer coisa menos Ministro do Meio Ambiente, mas que, em tese, responde por essa pasta.

A política do Governo levou a isso. E, veja, a única argumentação... Tanto nós da oposição quanto o povo brasileiro, o povo nordestino não queremos saber se o óleo é venezuelano, se o óleo é iraquiano,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

se o óleo é russo, se é americano, mas queremos a resolução de problemas. O Governo brasileiro se diz tão amigo de Donald Trump, do Governo dos Estados Unidos! Peça o apoio deles! Há lá a Shell, há um conjunto de petroleiras lá. Peça o apoio deles, para eles virem ajudar com tecnologia aqui. Peça o apoio de multinacionais do petróleo, peça o apoio da ONU, mas, enfim, tem que tomar medidas!

Fica travando com um debate ideológico, não trabalha, e é o povo nordestino que está arregaçando as mangas para resolver o problema. É isso o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, primeiro, já que o debate se iniciou em relação à questão ambiental, primeiro, eu quero expressar aqui a minha solidariedade aos ativistas do Greenpeace nesse evento de hoje. Eles foram ali com todo o cuidado, com a limpeza urbana inclusive, fazer um protesto extremamente criativo e simbólico do que ocorre hoje com o povo nordestino, com os pescadores do Nordeste, com um impacto, inclusive, sobre uma cadeia produtiva importante para o Nordeste, que é a do turismo, sobre as praias, sobre a fauna, sobre a flora. Tudo isso impacta muito negativamente a vida daquela região numerosa, que tem uma desigualdade social importante, que sofre um impacto grande quando há uma paralisia, inclusive, de economias, como, por exemplo, a atividade pesqueira daquela região.

Em segundo lugar, quero dizer que há, sim, por todas as informações que acumulamos durante tantos anos, participando não apenas do Congresso Nacional, mas da vida política deste País, dados que sobram neste País, dados científicos das instituições científicas, universitárias e acadêmicas, dos institutos de meio ambiente. Há, sim, uma total capacidade técnica e tecnológica de identificação por satélite e de ação com plano de contingência, de ações que já poderiam ser exercitadas se o Governo, de fato, fosse apto, competente, comprometido e corajoso no sentido de assumir o seu papel. O Governo não é só omissor; o Governo é incompetente, é inepto, é inapto! Esse Ministro não podia mais ser Ministro do Meio Ambiente deste País! Aliás, já há muitas denúncias em relação a ele em São Paulo que se repetem neste momento. Toda a política de construção da política ambiental e de fiscalização foi completamente impossibilitada de ser exercida porque os órgãos foram desmontados. Até as infrações diminuíram porque toda a fiscalização foi desmontada. O que há hoje são muitos voluntários, são prefeituras e governos tentando salvar, mas não há recursos humanos e financeiros suficientes para que isso aconteça.

Então, é um crime o que ocorre hoje no Brasil de omissão e de incompetência, e nós precisamos é cobrar isso jurídica e politicamente desse Governo e fazer com que de fato as coisas ocorram.

É até bom avisar aos Parlamentares presentes que, às 17h, será dada entrada à CPI de apuração, de investigação sobre o vazamento de óleo no Nordeste brasileiro, até para investigar também as ações do próprio Governo. Às 17h, estão todos convidados, porque será protocolada a CPI, assinada por mais de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metade da Câmara de Deputados, ou seja, não é uma questão só da oposição, mas uma questão deste País.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, só quero que conste aqui matéria da revista *Exame*: "Óleo achado em praias têm origem na Venezuela, diz laudo de universidade". É por isso que está o óleo no Nordeste, e não no Sul do Brasil.

Mas o mais estranho é a característica peculiar desse óleo – para finalizar, Sr. Presidente: é que não é de fácil contenção; não é aquele óleo que fica à flor da água, que você cerca com boias e que depois é retirado. Ele fica debaixo da água e só vem à superfície quando toca as praias. Então, é difícil, sim, você retirá-lo, e exige um esforço, que tem sido feito pelo Governo, Marinha, Defesa Civil, Municípios, Estados, todos tentando ajudar. Apenas a oposição, aqui, tenta jogar isso aí na conta do Governo. É um acidente ao qual o Governo não deu causa.

É só isso que quero deixar registrado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Reabro aqui a reunião, apesar de ela não ter sido nem fechada.

Já que não houve acordo, pela informação do nosso Vice-Presidente, que participou, então vamos a voto. Vamos democraticamente a voto.

Então, aqueles que concordam com a votação em bloco de todos os requerimentos em pauta permaneçam como se encontram.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, para orientação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... quero encaminhar a votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Existe um requerimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ... nós queremos orientar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... solicitando a votação em bloco de todos os requerimentos que estão em pauta, e existem mais dois outros requerimentos para separar. Eu vou pelo mais amplo porque, se esse passar, os outros ficam prejudicados. Isso é lógico.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Espere aí, Presidente! Só quero entender: o senhor colocou em bloco todos os requerimentos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Todos os requerimentos que estão em pauta, ou seja, a que foi dada entrada dois dias atrás.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso encaminhar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os requerimentos a que foi dada entrada nessas 48 horas para a frente, como já foi combinado aqui desde o início, não entrarão nesta reunião, mas entrarão na reunião seguinte.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O problema, Presidente, é que pode haver requerimentos dentro desse bloco global que eu quero aprovar e outros que eu quero rejeitar. Como é que eu faço essa votação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, Excelência...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Por isso, é preciso dividir em partes, porque, se eu votar tudo a favor ou tudo contra... Há requerimentos que eu quero aprovar e requerimentos que eu quero rejeitar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi o procedimento adotado na outra reunião. Acredito que é um procedimento justo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O procedimento, Deputada, foi o de que nós os colocaríamos em bloco. Quanto à questão agora de depois querer excluir alguém desse requerimento, cabe a cada um de vocês, regimentalmente, ver de que maneira proceder.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Tentando contribuir com a Mesa, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Obviamente, o conjunto dos colegas tem direito a aprovar alguns requerimentos e a divergir de outros. Então, eu sugiro, como encaminhamento por parte da Mesa, que os colegas que tenham divergência em algum dos requerimentos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

peçam destaque. Pedindo destaque, obviamente, esses serão votados em separado. Os demais, a que não for pedido destaque, obviamente, vão no bloco de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente! Senador, eu faria o seguinte: que cada um que achar que quer votar separado use o Regimento! V. Exa. foi pertinente na questão de ordem.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós, nas reuniões passadas, adotamos o procedimento de votarmos tudo em bloco. V. Exa. já se manifestou inúmeras vezes aqui, na Comissão, e até em particular, nas nossas conversas, de que o mesmo procedimento adotado seria o procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos adotando o mesmo procedimento, Senador.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, perfeito! Não é uma crítica a V. Exa., não! Eu só quero deixar público que, nas reuniões passadas, houve votações em bloco. Então, o nosso pedido, a nossa solicitação é a de que a mesma regra seja usada, que seja votado em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Plenário sempre será soberano aqui, na condução dos trabalhos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, caso...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, caso o pessoal queira destacar, nós queremos destacar todos os requerimentos, e aí vamos votar um a um. Ou isso é feito em bloco, ou a gente quer já consignar que quer destacar todos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sempre digo: cada dia tem sua agonia. Vamos fazer o seguinte: inclusive, vou solicitar que essa votação seja nominal. Por que nominal? Porque há muitos titulares e há suplentes também. Então, na hora H, levanta o braço. A gente aferir quem é suplente e titular vai dar trabalho. Então, nominalmente, fica mais fácil apurarmos o resultado...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... dessa votação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Quero deixar claro que esse requerimento é para votar em bloco ou não votar em bloco. Nós não estamos entrando no mérito dos requerimentos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente, não estamos no mérito ainda.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É o método ainda que está sendo votado...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ainda é o método que nós estamos aqui para votar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... para ver se é um bloco ou se são dois blocos. É isso? Quero só entender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora vamos colocar em votação a votação em bloco. Se a votação em bloco não for vencedora, então os outros três requerimentos começam a ter validade porque foram separados. Mas, se a votação em bloco passar, as outras ficam prejudicadas.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes da votação, permita-me só fazer um esclarecimento. É bom para todo mundo. Muita gente está chegando hoje aqui na CPMI porque houve mudança de pessoas. É importante só deixar claro o que está proposto na Mesa.

Nós já aprovamos uma série de requerimentos...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Em bloco.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... em bloco, porque a maioria decidiu que era em bloco, Filipe, e o Presidente pode encaminhar em bloco. Agora, pode ser que decida que não deverá ser em bloco. Isso aí é uma questão que a cada momento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Irei dar encaminhamento da mesma maneira como me portei nas reuniões anteriores.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Isso, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existem dois pesos e duas medidas aqui.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É claro, exatamente, o Plenário é soberano e encaminha.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: existem requerimentos com que nós, digamos, concordamos – inclusive, quem os apresentou foi, como o senhor chamou, o bloco B –, existem requerimentos de que discordamos, e existem alguns requerimentos que queremos só transformar em convite. Não houve acordo algum. É bom deixar claro que nós estamos querendo esses três que estão aí e que o Deputado Rui Falcão assinou, exatamente pontuando aqueles que são consenso de todos nós, aqueles que não são consenso – e aí poderíamos votá-los em separado – e aqueles que são para transformar a convocatória em convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só esclarecer que, depois que votarmos em bloco ou não, em globo ou não, nós vamos apreciar esses outros três, como o nosso Presidente colocou agora, que tratam exatamente... Eles separam os requerimentos em três outros blocos. É só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já é outro tema, outro assunto. É outro assunto. Então...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só que V. Exa. permitisse o encaminhamento antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na hora do mérito?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Na hora do mérito ou agora V. Exa. quer encaminhar?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não, agora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, V. Exa. está com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nós vamos já iniciar a votação. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos iniciar a votação para ver se será em bloco ou não.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para encaminhar.) – Certo, certo!

Eu queria aqui encaminhar, em nome da nossa Bancada, para que nós votássemos contra essa ideia de fazer a votação em bloco.

Nós já tivemos oportunidade de analisar todos os requerimentos que foram apresentados, e há, sem dúvida – admitimos até que do outro lado possam fazer esses questionamentos também –, uma série de convocatórias, de convites, enfim, que são feitos a pessoas que, em nenhum momento, nada têm a ver com o tema *fake news*. O requerimento é absolutamente claro no sentido de que tem que se tratar de *fake news* no que diz respeito a questões eleitorais que digam respeito a 2018.

Portanto, nós temos que ter aqui o cuidado de não desviar o foco da CPMI. E há inúmeros requerimentos – e nós tentamos negociar ali – que nada têm a ver com o tema desta CPMI. O que tem a ver trazer aqui a Presidenta Dilma ou o Presidente Lula ou quem quer que seja? De que é que eles estão sendo acusados em termos dessa questão de *fake news*?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por essa razão, nós cremos que tem que ser feito um entendimento: aquilo que for consensual, nós aprovamos em bloco; o que não for consensual, nós vamos então destacar e fazer a votação. Esse é o nosso entendimento, é o que nós entendemos.

Portanto, eu quero entender que quem vota contra esse requerimento vota "não". É isso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota favoravelmente a que os requerimentos sejam votados em bloco vota "sim".

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E quem é contrário vota "não".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – São três blocos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não. Nós estamos votando aqui o requerimento central, o requerimento da Deputada Caroline de Toni.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nós votamos "não".

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exatamente. O bloco B vai votar "não", o bloco A vota "sim", no caso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vai ser nominal, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O painel está aberto.

(Procede-se à votação.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É nominal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É nominal. *(Pausa.)*

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para orientar a bancada.) – O PSL orienta "sim", Sr. Presidente, porque nós defendemos uma ampla investigação sobre a divulgação de notícias falsas, *fake news*. Nós não temos receio nem medo de investigar absolutamente nada. Pelo contrário, nós queremos investigar tudo, para que este Parlamento de fato cumpra o seu papel e possa contribuir com a sociedade brasileira no combate a notícias falsas, à divulgação de notícias falsas e mentirosas. Por isso, nós defendemos a votação em bloco, aprovando todos os requerimentos constantes da pauta.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O PSD, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para orientar a bancada.) – O PSD orienta "sim".

Eu fico aqui abismado de ver Deputados e Senadores da esquerda não quererem que se aprovelem em bloco esses requerimentos, como se tivessem receio de que no meio estivessem os requerimentos que exatamente viessem a esclarecer a questão de verdadeiras *fake news* que foram usadas na eleição de 2018. É impressionante! Eu estive ainda há pouco na reunião para tentar que fosse feito em forma de consenso, e parece que a reunião era de caráter leonino; só queriam que tirassem os nossos requerimentos. Quanto aos deles, não queriam que saísse nenhum. Então, não sei por que o receio de que sejam votados em bloco.

É impressionante como a esquerda sempre quer levar vantagem em tudo e não quer que venham as verdades às claras! Só sabe dizer das questões de *fake news* quando se fala do próprio Presidente Bolsonaro, que, naquela ocasião, era o mais atacado por *fake news*: era homofóbico, tinha raiva de mulher e uma série de outras coisas. E agora estão com receio de aprovar o requerimento em bloco?

Vamos votar em bloco! Vamos trazer para cá todos que têm que dar explicação na questão de *fake news*!

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, eu gostaria só, para contraditar, de dizer o seguinte: até agora, esta CPMI tem tido muito cuidado. Se for para trazer quem hoje está diretamente envolvido... E não somos nós que estamos dizendo isso, é o que está público! Nós não estamos convocando o Sr. Carlos Bolsonaro, por exemplo, porque nós entendemos que ela não deve ter esse viés político. Mas quando há aí requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, Deputada, só para interromper V. Exa., esse requerimento não está em pauta.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não está em pauta. Eu estou colocando de forma muito clara que não há sequer um requerimento que atinja ou tente atingir ou constranger na política o Governo, nenhum! Mas aí está listado o da Dilma, e não sei o que ela tem a ver com 2018! É objeto da CPMI, inclusive, a eleição de 2018; esse é um deles, não é para trás! Até a Dilma foi colocada aí!

Então, eu quero dizer que aqui nós estamos tendo uma postura diferenciada da do Governo. Nossa ideia aqui é a gente poder aprofundar as discussões. Inclusive, não tivemos consenso nem concordamos com a colocação de Carlos Bolsonaro como um nome a ser convocado pela CPMI, até agora!

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, qual é o resultado da votação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ainda não se procedeu à apuração.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero só dizer aqui o que eu vejo: a questão do Carlos Bolsonaro é usada aqui como moeda de troca, barganha. Convocá-lo ou não convocá-lo, para mim, sinceramente, é um tanto quanto indiferente! Acho que, se ele vier aqui, ele vai falar muitas verdades, como sempre falou nas redes sociais. O que se tenta aqui é minar todas as pessoas que tenham alguma ascensão conservadora.

O que a gente tem aqui hoje, analisando? Nós temos quatro servidores da Presidência, nós temos Felipe G. Martins, Carlos Bolsonaro, que não está aqui hoje, mas virá na semana que vem o requerimento dele para ser votado. Então, não há problema. Agora querer dizer que o nosso lado aqui não vai chamar a Dilma, porque ela não participou da eleição de 2018, ora, é o mesmo que dizer que Carlos Bolsonaro também não participou da eleição de 2018.

O que a gente está defendendo aqui é uma aprovação em globo para que ambos os lados, todas as vertentes políticas e ideológicas etc. tenham a oportunidade de falar. Se a gente olha, quem está vindo aqui? Parece até um sarau da Globo: Caetano Veloso; Bruno Gagliasso; Felipe Neto, que virá aqui para falar sobre *fake news*; Alexandre Frota, Sr. Presidente. Isso aqui, na verdade, vai se transformar num circo!

Já se perdeu totalmente o propósito desta CPMI. O proponente, Deputado Alexandre Leite, já falou que hoje isto aqui não se presta à intenção inicial dele, que tinha até certa fundamentação, que era ver como as nossas informações que estão nas redes sociais se prestaram para as eleições. O que ele quis dizer com outras palavras é o seguinte: quando a gente pega o celular e fica falando em casa "vou viajar para Brasília" ou quando eu falo com um amigo "eu quero ir para Brasília no final de semana", de repente pula no Instagram um anúncio do Decolar.com ou da Latam com voos para Brasília. É isso que o Deputado Alexandre Leite queria apurar inicialmente.

Então, na minha visão aqui, Sr. Presidente, com todo o respeito, já se desvirtuou muito da pauta daquilo que era querido pelo Deputado. Uma CPMI aqui na Casa, a gente sabe como começa, mas não sabe como termina.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou dar mais cinco minutinhos para que a gente possa abrir o painel.

Pois não, Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu não vejo nenhum problema em aprovar em bloco os requerimentos, porque eu acho que isso não vai mudar o curso da CPI. O que me preocupa é a capacidade que a CPI vai ter de colocar um debate técnico, e não político.

Nós temos que entender que temos um problema com a tecnologia hoje que é muito fácil de ser resolvido se a CPI focar os seus esforços em um debate técnico de solução, não em um debate de transformar a CPI num palco político, de escutar A, B ou C e não escutar fundamentos que possam gerar uma nova legislação. Há uma lacuna no vácuo que ficou no Marco Civil da Internet, e a gente pode propor soluções no Congresso Nacional de avanço nesse tema.

Não vejo problema em se aprovar o requerimento individualmente ou em se aprovar em bloco. Acho que isso não vai mudar o futuro da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito à Secretaria da Mesa que, por favor, abra o painel.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só um minutinho! É que o Senador está votando aqui, por gentileza, Presidente. É só um minutinho, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Chico Rodrigues...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há gente que está chegando e que quer votar.

Os cinco minutos já passaram, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já passaram.

Solicito à Secretaria que abra o painel, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Votaram SIM 09; NÃO, 12.

Fica prejudicada a votação em bloco.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Ele está fotografando o painel.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Nós fizemos três requerimentos para que pudéssemos aprovar solicitações da Deputada Caroline de Toni e outro requerimento pedindo para transformar convocações que a Deputada faz em convite. Nós queremos manter esses requerimentos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos aprová-los aqui. Portanto, pedimos para que esses três requerimentos em bloco possam ser votados nessa ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputado, eu só peço para tomar conhecimento de quais seriam os blocos porque não ficou bem claro quais são os itens. Teria como disponibilizar isso para a gente ou falar os itens, por gentileza, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso! Podia ler, por gentileza, quais seriam os blocos, qual a divisão dos blocos. Há uma cópia?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Ela está vendo ali...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há mais dois requerimentos que eu vou colocar também em apreciação do Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há um requerimento individual: "Requeremos, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 235, inciso III, alínea "b", item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em globo dos requerimentos constantes dos itens da pauta 1 a 96".

Por que eu vou colocar dessa forma? Porque está separado. São dois requerimentos separados.

Há dois requerimentos, mas separados. Foram protocolados três requerimentos: um diz respeito à votação em bloco de todos em requerimentos. Este aqui foi prejudicado.

E há mais dois requerimentos, ou melhor, três requerimentos que separam por blocos. Então, vamos colocar também em votação de acordo como estamos levando aqui a condução dos trabalhos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Qual é o bloco?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É o requerimento... É melhor, realmente, passar uma cópia, porque são muitos números. Isso é melhor. Solicito à Secretaria...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Mas quais são os números dos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São os Requerimentos 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 39, 41, 45, 46, 48, 50, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 96, constantes na pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um requerimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Esses são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Primeiro, vamos saber se vamos votar em bloco ou separado. Estamos primeiro no bloco; depois vamos ao mérito.

O bloco geral já foi indeferido.

Agora, seria importante que se distribuisse, porque é muito requerimento – são quase cem requerimentos –, ou que então eles fossem colocados nos computadores, o que seria melhor, porque aí cada um veria qual é o conteúdo de cada requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – É melhor! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, enquanto a nossa Secretaria da Mesa ajusta o envio *on-line* para os computadores, para dar sequência e celeridade à nossa reunião, quero dizer que existe o terceiro requerimento, que eu acredito que é menos polêmico. É o que diz: "Sr. Presidente, requeremos que os requerimentos de convocação referentes aos itens 31, 37, 39, 41, 45, 46, 48, 50, 51, e 61, constantes da pauta, sejam transformados em convite".

Eu quero colocar em votação, se aprovam ou não, a transformação de convocação em convite constante dos seis requerimentos que eu acabei de ler, enquanto eles separam ali e enviam para os computadores dos senhores e das senhoras.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Por favor, repita os números para a gente, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou ler aqui.

São os que requerem a convocação do Sr. Marcos Petrucelli...

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – São jornalistas, blogueiros. Esse Marcos Petrucelli era crítico de cinema.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... de Josias Teófilo, do representante da revista *Fórum*, do representante do Brasil 247, do representante do *Brasil de Fato*, do representante da *Carta Maior*, do representante do *Diário Centro do Mundo*, do Sr. Edinho Silva, do representante do Ópera Mundi.

São esses aí, transformando de convocação para convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Menos o do Edinho Silva, que não está nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não está na relação?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – É que esse já era convite.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já era convite. Desculpem! Houve um equívoco da Secretaria da Mesa.

Então, os Srs. Senadores e Senadoras e Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ficam transformadas essas convocações em convites, com exceção do Edinho Silva, que já era convite.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Ele não está nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não está nessa relação? (*Pausa.*)

Os Srs. Parlamentares já receberam nos seus computadores os requerimentos? (*Pausa.*)

Ainda não?

Vamos lá, Secretaria!

Está aberto o painel dos senhores?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Isso foi enviado para o computador.

Dê uma atualização, aperte o F5.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. *Fora do microfone.*) – É votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou passando os dois requerimentos do Deputado Rui, para que vocês possam ter acesso a eles, que não vieram com cópia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. *Fora do microfone.*) – O painel está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, o painel não está aberto! Há um equívoco da Mesa. Já foi encerrada a primeira votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, esclareça qual requerimento está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não! Podem fechar o painel aí.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Qual requerimento está sendo votado?

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Nenhum. Vai cancelar o painel.

Eu queria propor aos senhores... Sr. Presidente, há um requerimento para se aprovar tudo em bloco e outro para rejeitar. Está certo? Então, esse que é para aprovar todos que estão em bloco podia ser aprovado, já que se queria votar tudo em bloco. Então, podíamos aprovar esses que são favoráveis, e aí ficam só os que são a rejeitar. Se for aprovado o bloco dos requerimentos a rejeitar, é uma votação única; se não for aprovado o bloco, vamos votar, um a um, aqueles que ficaram destacados. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eles estão aguardando chegar ao computador, para eles terem acesso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não é para rejeitar, é para aprovar de todo mundo que propôs. Para aprovar, há lógica, a não ser que seja para obstruir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu tenho a impressão de que o Ricardo está certo: a xérox aqui é mais evoluída do que o sistema *on-line* da Casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Se quem propôs não quer mais aprovar, é melhor retirar, então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por favor, peço para fechar o painel de votação. Ele está aberto, e não há votação. *(Pausa.)*

Conseguiu zerar agora. Foi um erro do sistema. Até o sistema hoje está dando curto-circuito, a transmissão de dados está dando curto. *(Pausa.)*

Segundo informações da Secretaria da Mesa, eles já se encontram na tela dos senhores e das senhoras. São dois requerimentos que chegaram para vocês, o de nº 246... Qual é o número do outro?

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

Srs. Parlamentares, podemos dar sequência aos trabalhos?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Nós estamos vendo aqui, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Prossiga, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos aguardando os seus colegas analisarem os requerimentos que foram enviados pelo sistema.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – O primeiro bloco já foi aprovado. Foi um bloco de requerimentos que foram aprovados, transformando convocação em convite. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluída a análise, vamos dar sequência aos trabalhos. (*Pausa.*)

Srs. Parlamentares, dando sequência, vamos apreciar o Requerimento de Votação em Globo 246, objeto do envio *on-line* para os computadores dos senhores.

Quem concorda com a votação em globo, segundo a solicitação do requerimento, permaneça como se encontra.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Pedimos verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pedimos verificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de dizer aos senhores e às senhoras que só podem levantar uma mão, um braço.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Faça nominal, de ofício, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É que há suplente... Solicito à Secretaria que abra o painel rapidamente. Realmente, há suplente votando, o que está embolando. O Deputado Eduardo mesmo, que é suplente, está votando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, peço para orientar nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Zerem o painel!

O painel está aberto.

(*Procede-se a votação.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para orientar a bancada.) – Parece-me que o Deputado Ricardo Barros colocou isto de maneira adequada: ora, se todos que aí estão queriam que fossem votados todos de uma única vez, por que não o fazem quanto a esses cuja aprovação pedimos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – O sentido é o que se votem todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de ouvir o Líder aqui do bloco A. Já que os senhores e as senhoras solicitaram aquela votação em bloco, como ela foi prejudicada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – O PT vota "sim".

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aliás, se não querem que aprove, é melhor retirar os requerimentos. Não tem cabimento isso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Continua o painel aberto.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente, Senador Angelo Coronel, quero só fazer aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Eu peço desculpas. Eu estava no Plenário agora há pouco e não acompanhei o debate.

Dentro dessa linha, eu fico muito preocupado, neste momento que a gente vive, com a questão de direita e de esquerda, com uma coisa acirrada. A gente precisa buscar, eu acredito, um entendimento, para o País caminhar, para a gente fazer o que é certo.

Eu queria fazer uma solicitação, mas não sei se a faço a tempo. Eu tenho uma linha aqui independente, tenho demonstrado isso. A pauta é a favor do Brasil. Eu acho o seguinte: se buscamos a verdade, se o objetivo é buscarmos a verdade, que se chame todo mundo, que se chame todo mundo que a direita quer, todo mundo que a esquerda quer, para a gente aqui ouvir todos. Acho que essa linha, eu acredito, no meu ponto de vista, seria algo positivo para o Brasil, para que a verdade prevaleça e venha à tona.

Esse é o meu apelo, não sei se o faço a tempo. Peço desculpas se eu estou me colocando equivocadamente aqui, mas eu acho que desse acirramento, dessa coisa de direita e de esquerda, o brasileiro já está de saco cheio!

Eu acho que a gente precisa partir para uma coisa mais amadurecida e buscar aqui... Se pudermos trazer aqui os especialistas, para ouvi-los – a gente participou ontem, eu pude participar ontem da audiência pública –, eu acho bacana. Agora, se é para chamar todo mundo, de um lado e do outro, vamos chamar! Não vamos ficar seletivos, não, porque eu acho que isso aí não é justo, fica uma coisa parcial.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Senador!

Podem abrir o painel, por favor, e apurar o resultado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aprovada a votação em bloco do Requerimento 246.

Vamos ao mérito desse requerimento.

Zere o painel, para começarmos outra votação do mérito.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) – Presidente...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, eu gostaria de subscrever os Requerimentos nºs 96 e 95. Quero subscrever os Requerimentos nºs 95 e 96.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Secretaria vai considerar isso, Deputado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, só quero um esclarecimento: a última votação nominal foi feita por pedido de verificação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, ali foi para votarmos o *modus operandi*. Agora vamos votar o mérito do requerimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu sei. Mas foi feita por pedido de verificação? Foi por pedido de verificação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pedi de ofício, porque havia suplente votando no lugar de titular e vice-versa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Portanto, tem de haver interstício.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas, na última agora, foi por pedido de verificação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, foi de ofício. Eu é que pedi de ofício.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não foi por pedido de verificação?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, foi de ofício.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) – Presidente, eu quero me unir à fala do Senador Girão, até porque aqui é natural que a gente respeite a pluralidade, a natureza das orientações políticas de cada um. E peço exclusivamente a V. Exa. essa atenção, esse olhar mais sensível. É natural que ambos tenham aqui suas posições.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou me colocando numa condição... Inclusive, ironizam muito, brincam muito com o meu Partido de não estar em nenhum dos lados. Não, eu estou aqui pelo PSDB, na condição exclusiva de trabalhar uma frente que é uma frente necessária, que requer uma atenção especial do Congresso brasileiro com relação a *fake news*, que vitimiza milhares de pessoas, que já fez grandes estragos na vida de muitas pessoas e que transcende também a condição política.

Eu ouvi aqui a fala do Senador Girão e quero me unir a ele nesse apelo a esta Comissão, aos colegas, aos pares que compõem a CPI da Fake News, para que a gente possa avançar.

Eu não sei se a ideia de que todo mundo faça de todo jeito, de "quanto mais, melhor" ou de "quanto pior, melhor" fará com que alguém avance.

Eu acho que a gente tem que estabelecer uma linha de trabalho aqui, focar no que a gente precisa alcançar, sem permitir que mais uma vez as coisas se percam pela polarização, pelo extremismo e pela falta de bom senso, que, muitas vezes, compromete os trabalhos em várias frentes, em várias matérias, em várias pautas importantes neste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza, nobre Deputada.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Espero que, após a aprovação desses requerimentos, nas próximas sessões, a gente vá diretamente para o foco da CPMI; acabar essa briga aí de requerimento aprovado, requerimento rejeitado. Isso aí, na verdade, a população brasileira não está querendo saber desse embate de requerimentos aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não está somando em nada isso aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O painel está aberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, Deputados, Deputadas, podem...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

Para encaminhar, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para encaminhar, Senador Humberto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para encaminhar.) – Bem, eu queria solicitar aqui o encaminhamento pelo voto "sim".

Todos esses requerimentos que foram apresentados e que estão nesse bloco dizem respeito a questões concretas, relacionadas ao tema da proliferação das chamadas *fake news*. Inclusive, como a primeira posição – e aí eu concordo com o argumento do Deputado Ricardo Barros – de todos, de uma boa parte que votou contra, era de que se aprovasse tudo, eu solicito, inclusive, a V. Exa. que se pudesse fazer a votação simplesmente simbólica em relação a essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. solicitou; espero que um membro, do outro lado, também concorde ou não.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone.*) – Não! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque esse bloco aqui não tem problema, esse bloco foi consenso, mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, está sendo feita uma solicitação de verificação? Não se pode votar isso simbolicamente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não, não. Foi de ofício.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aberto, então, o painel.

Eu solicitei... Eu queria até ver com os nobres colegas, como esse requerimento é um requerimento em que há consenso...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para o votarmos simbolicamente e partirmos para o outro, em que há mais questões, porque esse aí está naquele bloco de requerimentos.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não... Mas, Sr. Presidente, só para esclarecer.

A gente era a favor desde que estivessem Gleisi Hoffmann, Palocci e etc. – não vou entrar no mérito, não. É por isso que nós éramos a favor. A partir do momento em que os tiraram, a gente acabou sendo preterido nessa votação em bloco. É por isso que a gente está tendo essa certa resistência. Então, eu não vejo como natural nós aprovarmos agora. Entendeu? Não sei se me fiz entender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu entendi. Entendi.

Em votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para orientar a bancada.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Operadora, o painel, por favor. Pode encerrar e abrir para computarmos o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ficam aprovados os requerimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a retirada desse último requerimento, que pede a rejeição em globo, para que nós possamos fazer a discussão e a votação um por um, para que cada um aqui possa se posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, V. Exa., que é o proponente, está retirando? *(Pausa.)*

Como o proponente, Deputado Rui Falcão, solicitou a retirada do requerimento dele de votação em globo, partiremos para a votação individual de cada requerimento constante deste ofício.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente... Presidente. Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem.) – Eu queria utilizar o tempo de Líder neste momento para fazer um comunicado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputados, Senadores e Senadoras, queria primeiro dizer que é muito importante, fundamental, que esta CPI aja com a maior fluidez e eficiência para que nós cheguemos ao objetivo rápido de combater mentiras, calúnia, difamação e essa rede que foi montada através de *fake news*, com robôs, milícias digitais. Então, quero desejar aos membros da Comissão que essa investigação seja a mais eficiente possível. Estaremos aqui acompanhando também, como Líder.

Mas quero aproveitar, Presidente, para comunicar... Entendo que a CPI, ao aprovar todos esses requerimentos, o que está fazendo hoje, já vai dar uma demonstração dos rumos, mas comunico que a Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados entrou agora com uma representação à Procuradoria-Geral da República – foi protocolada já, através da sua bancada - para requerer a investigação desta questão também. Significa o seguinte: esta CPI tem poder de polícia, tem poder investigativo, tem poder de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punição e de indicar um relatório final, mas a PGR não pode se omitir diante de tantos fatos que mostram que as milícias digitais estão em ação.

Nosso partido levantou, através da crise desencadeada dentro do próprio partido do Governo, que os desafetos procuraram mostrar aquilo que a *Folha de S.Paulo*, o UOL já tinham demonstrado: que existiam milícias digitais e centros de disparos em massa através de perfis falsos, utilizados, inclusive, ilegalmente, indevidamente, e que agora são confirmados por membros do próprio partido governamental que estão em crise com o próprio partido. É o caso da jornalista Deputada Joice Hasselmann, que era Líder do Governo. Ela afirma que não tem medo de milícia e sabe o que todos eles fizeram no verão passado, que é disseminar mentiras e ameaças a opositores e desafetos do Presidente da República, o que ela diz explicitamente que foi comandado pela família do Presidente da República.

Então, nós pedimos ao Ministério Público Federal que não se omita, que não engavete e que investigue também, assim como esta CPI.

Em segundo lugar, nós tivemos vários outros componentes que mostram que os perfis falsos são de funcionários dos filhos do Presidente da República e estão incrustados dentro do Palácio do Planalto. O Deputado Alexandre Frota, que também vai ser convocado aqui – e riram quando o convocaram –, disse que há três centros difusores. Ele precisa ser ouvido também.

Em terceiro lugar, o próprio Delegado Waldir, que era até antes de ontem o Líder do partido na Câmara dos Deputados, também diz que há grupos contratados que foram levados para dentro do Palácio do Planalto, comandados, inclusive, a partir do Rio de Janeiro.

É óbvio que outros Parlamentares, inclusive o Presidente desta Comissão, Senador Angelo Coronel, sofreram ameaças de morte: o Senador Fabiano Contarato, a Senadora Eliziane Gama, o Senador Marcos do Val, vários Parlamentares da Câmara dos Deputados, inclusive os do PSOL, que já sofrem esses atentados há muito tempo. Então, eu acho também que a Procuradoria-Geral da República não pode se omitir. Ela precisa, além da CPI, se posicionar sobre essa questão.

Por isso, Sr. Presidente, finalizando, eu queria só colocar o seguinte: há crime de responsabilidade nesse processo. Por isso, nós estamos pedindo a instauração de procedimento investigativo que pode constituir crime de responsabilidade por coagir pessoas e Poderes, inclusive o Supremo Tribunal Federal. Então, listamos aqui como crime de responsabilidade, da Lei nº 1.079, de 1950, o uso de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara e assim por diante, assim como o uso de violência e ameaça contra juiz e outras instituições; e que o Presidente da República também seja responsabilizado. Nós temos cópias dessa representação. Se os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas tiverem interesse, nós vamos apresentar, como também a imprensa aqui presente.

Agradeço ao Presidente pelo tempo de Liderança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos às votações.

Podemos ir para as votações?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Podemos.

Só para contrapor aqui a fala...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – ... do Deputado Ivan, que eu não sei – sinceramente, eu estou procurando, mas não estou enxergando direito – não sei nem se é titular aqui, na CPI. Mas, de qualquer maneira, seja bem-vindo.

Eu quero agradecer, fazendo parte como base do Governo, ao PSOL por entrar com esse requerimento na PGR. Eu espero que o tiro não saia pela culatra, porque muitos do PSOL, muitos do PT e de outros partidos de esquerda estão sendo investigados, vão ser investigados. Inclusive alguns estão na cadeia, inclusive o maior líder da esquerda, que é o Lula. Para mim não há a menor dúvida de que o requerimento do PSOL só vai contribuir para que a gente possa realmente trazer às claras quem é que estava abusando de *fake news* para poder fazer com que as coisas, em 2018, pudessem acontecer do lado deles.

Ficou muito claro quando se viu, muitas e muitas vezes, dentro das "internets" da vida, ataques ao Sr. Jair Bolsonaro, quando então candidato, que, inclusive, nem saiu de casa para fazer campanha. Eram impressionantes os ataques: que ele não gostava de viado, que ele não gostava de mulher, dentre tantas e tantas outras coisas que ele teve que aturar. Mas não foi ninguém do lado dele que fez isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Foi ele que disse.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não foi ninguém do lado dele. Era a esquerda que plantava isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Foi ele que disse, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – E agora vem dizer aqui que entrou com um requerimento para querer apurar alguma coisa do lado do Governo. Ora, Sr. Ivan Valente, que venha! Nós não temos o menor receio do seu requerimento. Nós vamos enfrentá-lo. O Governo não tem o menor receio. Estão aqui os dois filhos do Bolsonaro – está faltando o Carlos aqui. Não quero aqui fazer defesa, mas tenha a certeza de que o teu partido, que é, sim, um puxadinho do PT, está com o teu líder na cadeia. E não vai ser diferente com tantos e tantos outros, meu amigo. Pode vir!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu não sei que questão é essa...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos fazer simbólica, Presidente, ou nominal?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Qual é o requerimento? É só para a gente saber.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Requerimento nº 162.

ITEM 21

Requerimento Nº 162/2019

Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a Sra. Gleisi Hoffman, Deputada Federal.

Autoria: Deputada Caroline de Toni

Os Srs. Parlamentares que apoiam o requerimento permaneçam como se encontram.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço a verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Aprovado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há um pedido de verificação de quórum do Senador Humberto Costa. Eu gostaria, inclusive...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Líder, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É um direito do Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para verificação de quórum precisamos de 17 Srs. Parlamentares para termos quórum de votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abrir o painel, senhor operador. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Só para deixar registrado – estavam falando aqui sobre Lula, Dilma –, a fala do Deputado Éder Mauro é totalmente verdadeira. Só para a gente lembrar aqui, uma matéria *fake news* da *Folha de S. Paulo* foi utilizada para abrir um processo do PT contra o Presidente Jair Bolsonaro, em que acabou sendo absolvido Jair Bolsonaro.

O mesmo não se pode dizer sobre o Fernando Haddad, que utilizou impulsionamentos em massa para tentar reverter a imagem ruim do PT durante a campanha eleitoral. Depois de enganar o povo, depois de ter esquemas com o BNDES, enviando dinheiro para a construção do Porto de Mariel, em Cuba, pela Odebrecht, metrô na Venezuela, hidrelétrica na Nicarágua, perdão de dívida de países africanos... Uma hora o povo cansa!

Bolsonaro, para ganhar, não precisou fazer *fake news*. Para ganhar do PT, é só falar a verdade, Presidente. Ele passou 77% do tempo da campanha eleitoral ou em casa ou no hospital. E a revolta da população com o PT era tão grande que as pessoas fizeram campanha de graça. Agora querem pegar essas pessoas e dizer que elas são robôs; não adiantou. Querem dizer que é caixa dois; não adiantou. Querem dizer que é MAV; não adiantou. Tomou pau no TSE, que inocentou Jair Bolsonaro. Haddad foi condenado. E, como última instância do terceiro turno, tentam trazer agora esse debate para esta CPMI de *Fake News*.

O Delegado Éder Mauro falou muito bem: não temos medo da verdade. O pessoal vai vir aqui e vai falar. Agora eu quero ver vir aqui quem a gente está querendo convocar e eles estão barrando: Palocci, para falar sobre o dinheiro que entregava para Lula em caixas de uísque; a Sra. Mônica, que fez, junto com seu marido, campanha para Nicolás Maduro, Mônica Santana; e tantos outros que foram presos. O André Vargas... A lista é extensa, Sr. Presidente, ela não se extingue aqui, mas é necessário deixar registrado esse ponto.

Muito obrigado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Sr. Presidente....

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Para concluir a votação, Presidente. Não há quórum.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente, fui citado nominalmente. Regimentalmente, tenho direito de resposta de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado, vou conceder a palavra a V. Exa., mas me deixe apurar o resultado aqui, porque nós teremos sessão do Congresso Nacional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Apure o resultado aí, Presidente!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Abram o painel, senhores operadores.
(Pausa.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não feche o painel, não, Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Eduardo... Eduardo...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – É ele quem determina...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podem abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Abra aí!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já mandei abrir.

SIM, 3; NÃO, 3.

Fica aprovado o convite... a convocação da Deputada Gleisi Hoffmann.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Convocação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convocação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – E ela terá o prazer de vir aqui.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Convocação ou convite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convocação.

Próximo item.

ITEM 22

Requerimento Nº 163/2019

Convocação do Sr. Luiz Marinho, ex-prefeito de São Bernardo do Campo (2009-2016).

Autoria: Deputada Caroline de Toni

Senhores...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Simbólica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sras. e Srs. Parlamentares...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de informar aos Srs. Parlamentares que não há mais pedido de verificação de quórum; só daqui a uma hora, segundo o Regimento Interno da Casa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas foi dado de ofício, Presidente. Não foi feita verificação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É preciso ter 17 Srs. Parlamentares para deliberar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos fazer simbólica, então?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, esse requerimento é a demonstração cabal do que se pretende fazer aqui nesta CPMI, uma CPMI que foi convocada para apurar aquilo que é chamado de *fake news*, ou seja, notícias falsas.

Cada pessoa que nós apresentamos o requerimento para convocação... Ou são pessoas que foram citadas ou são pessoas que já respondem, de alguma maneira, a algum tipo de inquérito que trate de *fake news*. Eu pergunto o que é que o Sr. Luiz Marinho, ex-Prefeito de São Bernardo do Campo, ex-Ministro da Previdência Social; o que é que o Sr. Luiz Marinho tem a ver com *fake news*? Qual foi a denúncia feita contra ele de que ele estaria mobilizando robôs, de que ele estaria fazendo com que notícias que não correspondem à realidade estivessem sendo divulgadas? Quem, em qualquer momento, de imprensa, de Parlamentares, de pessoas fez qualquer referência a isso?

Então nós só podemos entender que quem está nos acusando de querer politizar, partidarizar é quem está partidarizando essa questão.

Portanto nós queremos o voto "não", Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos reapresentando o nosso requerimento de votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já deferi a questão de ordem anterior de que seria a votação, um a um, dos requerimentos, porque a votação em bloco já tinha sido prejudicada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que não foi aprovado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já tinha sido prejudicada anteriormente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, foi retirada de pauta. Então nós queremos a reinclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu indefiro sua questão de ordem. Vai ser votação nominal, cada requerimento aqui proposto, sem verificação de quórum, contanto que haja 17 Srs. Parlamentares na Comissão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas o senhor acabou de falar que não haveria verificação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação o Requerimento nº 163.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos apurar os votos.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O PT vota "não", Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – De ofício nominal ou simbólica, Presidente? Só para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Simbólica.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – É nominal ou simbólica, Sr. Presidente? Eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Simbólica. Só há dois votos aqui do seu bloco, Senador!

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sim, mas há quórum aqui? Não tem que aferir se há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então pronto. Eu vou colocar nominal.

Então abra o painel, senhor operador.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos todo mundo votar "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero, enquanto está nominal, tramitando... Antes de ver se vamos ter quórum nessa votação, eu quero falar um pouquinho, Sr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, só respondendo ao Senador do PT. Todos esses requerimentos, quase 50 requerimentos que nós fizemos, chamando um monte de pessoas que eles não estão entendendo por que a gente está chamando, na verdade sabemos que, no Governo passado, a Secom do Governo foi utilizada para financiar diversos *blogs* para manipular o debate público, espalhando *fake news*, por parte do Partido dos Trabalhadores, e da oposição. Então esses mais de 50 requerimentos que nós apresentamos, Presidente, têm, sim, todo um encadeamento de pessoas, de indícios de manipulação, sim, do debate público, tipo o mensalinho do PT, por exemplo... Do Twitter, perdão; mensalinho do Twitter.

Então tudo isso vai ser demonstrado por meio das pessoas que nós convocamos, por meio dos nossos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Painel aberto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O que está em jogo aqui, Presidente, é a tentativa de cercear a liberdade de pensamento, de expressão e até mesmo a liberdade de imprensa. Então, os grandes veículos de mídia que acompanham esta CPI, que devem estar incentivando muito do que acontece aqui, têm que tomar cuidado, porque existe, sim, uma tentativa de tentar manipular o debate público contra o nosso Presidente democraticamente eleito.

Cabe lembrar que, pela primeira vez na história do Brasil, não foram as elites que trouxeram a público o nome de um candidato à Presidência da República, mas foi o próprio povo, por meio da liberdade trazida na internet, que trouxe o nome do Presidente Jair Bolsonaro, que era um nome totalmente fora das elites burocráticas e da elite social do Brasil.

Então, o que se está tentando fazer aqui é tentar cercear a voz do povo, é tentar dizer, falar sobre algo em que sequer existe um consenso acerca do seu conceito jurídico. Nós não temos hoje uma delimitação, um acordo, um consenso do que seja sequer *fake news*. Não temos a criminalização disso, não temos sequer um conceito, ou seja, o que se está tentando fazer aqui é criar uma narrativa, porque até agora não veio nenhuma evidência, nenhuma prova de, supostamente, ter havido qualquer coisa contra o nosso Presidente.

Então, a gente está assistindo é a uma tentativa da oposição de criar uma narrativa falaciosa. Eles implantam primeiro uma notícia nos meios de mídia para depois, baseados nessas notícias que eles mesmos plantaram, chamarem pessoas para tentar manipular novamente o debate público. O que está acontecendo aqui é uma manipulação do debate público, porque sequer nós temos evidências.

Eu sou defensora, Presidente, da ampla e irrestrita liberdade de pensamento, expressão e opinião. Nós somos favoráveis à Primeira Emenda dos Estados Unidos, que chega a vedar ao Congresso sequer legislar a respeito da liberdade. Nós só teremos liberdade no Brasil quando nós defendermos, de forma irrestrita, que o povo tenha acesso à internet, tenha acesso às redes sociais e possa livremente utilizá-las, mesmo que eventualmente seja desmentida alguma postagem. O que a gente não pode fazer é querer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tolher a voz do povo brasileiro. E é por isso que nós estamos, muitas vezes, obstruindo esta Comissão, mas é importante que o povo brasileiro saiba o que está acontecendo nesta CPI e saiba que isso aqui é uma tentativa de controlar a mídia e de cercear a voz do povo brasileiro. E nós não admitiremos que isso aconteça.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por favor, abrir o painel.

Abrir o painel.

Aliás, computar os votos, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não há quórum.

Não houve quórum para deliberar.

Declaro encerrada a presente reunião.

Fica convocada para a próxima terça-feira, no mesmo horário – terça e quarta, para darmos celeridade, senão a gente não chega a lugar nenhum nesta CPMI.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ver a pauta, porque existe pauta ainda aí... Vamos ver o que foi protocolado. É tanta coisa protocolada que a gente fica com a cabeça perdida aqui.

Esperamos que na próxima sessão a gente consiga fazer um acordo e que não haja essa beligerância como ocorreu aqui hoje. E que o bom senso prevaleça, porque o importante é que a sociedade brasileira veja que esta CPMI é para proteger a sociedade brasileira. Ninguém está aqui para partidarizar, e sim proteger a sociedade brasileira das *fake news*, que destroem, não só no Brasil, destroem famílias no mundo todo, e manter as instituições vivas, acesas, sem serem também dilapidadas e depredadas.

Então, eu declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 12 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Irajá, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Ricardo Barros, Jandira Feghali, David Miranda, Juarez Costa, Rui Falcão, Natália Bonavides, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Lídice da Mata, Arthur Oliveira Maia, Pedro Lupion, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Bosco Costa, Denis Bezerra, Rose de Freitas, Paulo Rocha, Diego Andrade, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, José Nelto, Zé Vitor, Bia Kicis, Diego Garcia e Luisa Canziani. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Walter Alves, Luizianne Lins, Filipe Barros, Marcelo Ramos, Celso Russomanno, Shéridan, Túlio Gadêlha e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Oitiva. Finalidade:** Oitivas decorrentes dos requerimentos 161, 169 e 171/2019. Oitiva do Alessandro Barreto, Delegado de Polícia Civil., em atendimento ao requerimento 169/2019; da Thiago Tavares Nunes de Oliveria, Representante da Safernet, em atendimento ao requerimento 161/2019; da Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Representante da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio, em atendimento ao requerimento 171/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/29>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão, havendo número regimental para nossa 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento do Congresso Nacional nº 11/2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes dos Requerimentos nº 161,169 e 171, da CPMI Fake News.

Inicialmente, esclareço que o Requerimento nº 169, de autoria da Deputada Caroline de Toni, solicita a convocação do Sr. Alessandro Barreto, Delegado da Polícia Civil. Entretanto, conforme se depreende da própria justificativa do requerimento, o Sr. Alessandro não se enquadra nas características de testemunha ou de investigado desta CPMI, mas sim de um delegado com relevante atuação no tema, com muito a contribuir para o objeto deste inquérito parlamentar.

Faço essa ressalva para esclarecer que, apesar de e formalmente convocado para depor, o Sr. Alessandro é um especialista do assunto e, portanto não está qualificado como testemunha ou investigado.

Consulto à autora do requerimento, Deputada Caroline de Toni, sobre a questão. *(Pausa.)*

Ela não está presente.

Estão presentes os seguintes palestrantes, os quais chamo para tomarem lugar à mesa:

Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da Safernet

o lugar à mesa. O Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira é Presidente da Safernet Brasil. O Sr. Thiago possui graduação em Administração, Direito e mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social. É professor da pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador e professor convidado do ESMPU e da Escola de Governança da Internet – EGI. É Conselheiro Titular do Comitê Gestor da Internet no Brasil e do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições do TSE 2017/2018. Em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2005, fundou a Safernet Brasil, ONG de referência e segurança digital no Brasil. Tem experiência na área de direito e tecnologia, formação e implementação de políticas públicas com ênfase em direitos humanos e Internet e organismos internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: crimes cibernéticos, governança da internet, crianças e adolescentes e direitos e liberdades fundamentais.

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia Civil. Alessandro Barreto é Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí. Possui graduação pela Universidade Regional do Cariri, 1998. É pós-graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí. Foi Diretor da Unidade do Subsistema de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, de 2005 a 2016, integrou o grupo de trabalho revisor da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. É professor de cursos de inteligência cibernética pela Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública e pela Seopi – Secretaria de Operações Integradas. É professor na Academia da Polícia Civil do Piauí das disciplinas Inteligência de Segurança Pública e Investigação Policial. É professor convidado da Unaula – Universidad Autónoma Latinoamericana de Medellín, na Colômbia, colaborador eventual da SESGE-MJ e Coordenador do NUFA – Núcleo de Fontes Abertas da Secretaria Extraordinária de Segurança Pública de Grandes Eventos do Ministério da Justiça durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, 2016. É Coordenador Geral da Contrainteligência da Diretoria de Inteligência e, posteriormente, colaborador eventual da Secretaria Nacional de Segurança Pública. É Coordenador-Geral substituto da Polícia Judiciária e Perícia da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, servidor mobilizado da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seja bem-vindo, Dr. Alessandro.

Convido o Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Existe, na pauta, algum requerimento a ser deliberado na tarde de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Regional do Rio de Janeiro, 1974, mestre em Saúde da Criança pelo Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, especialista em Educação em Saúde pelo NUT da Universidade do Rio de Janeiro, pós-graduado em Pediatria no Instituto de Pediatria no Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira, no Rio de Janeiro, médico pediatra do Hospital Infantil Dr. Walter Telles, em Fortaleza, médico pediatra do Ministério da Saúde, aposentado em 2008, Coordenador



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do grupo de trabalho que formulou a Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio, primeiro representante nacional da International Association for Suicide Prevention, de 2006 a 2009, Coordenador Nacional de Saúde do Mercosul, Chefe de Gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério

Chefe de Gabinete da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, coordenador do Projeto ConViver para sobreviventes de suicídios no Rio de Janeiro, assessor do Ministério da Saúde, de 2007 a 2010, coordenador da Comissão Binacional Brasil-Uruguai de Saúde na fronteira, conselheiro do conselho administrativo do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, representante do Brasil no Comitê Coordenador do Conselho Sul-Americano de Saúde da Unasul, coordenador do projeto e representante do Brasil no Comitê Gestor do Memorando de Entendimento Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do sistema de saúde do Haiti, coordenador da rede brasileira de prevenção do suicídio, membro da Associação Latino-Americana e do Caribe de prevenção ao suicídio, membro do conselho consultivo do Centro de Valorização da Vida, membro do conselho consultivo da Organização Decide Viver México de Prevenção do Suicídio, membro da Diretoria da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio, medalha do mérito Osvaldo Cruz, oficial da Ordem do Rio Branco.

O suicídio é um problema de saúde pública e pode ser prevenido. O suicídio e a tentativa não configuram categorias diferentes, todavia, o suicídio é uma forma de comunicação.

No Mato Grosso do Sul, há um quadro alarmante de suicídio dos índios da tribo Guarani: de 100 mortes, 98 foram por suicídio. Na região Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentam os índices mais altos do Brasil.

Isso aqui também está no currículo do Dr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira.

Agradeço a presença de todos.

Queria comunicar que a nossa Relatora encontra-se numa reunião de bancada, mas está chegando. O nosso Vice-Presidente, Ricardo Barros, se quiser tomar assento à Mesa, está a sua disposição. Saúdo a todos os Parlamentares aqui presentes.

Vamos dar início ouvindo o nosso Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da Safernet Brasil, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente, nobres Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, é uma honra para mim e para a Safernet Brasil poder participar dessa audiência pública. Quero agradecer o honroso convite e dizer da minha alegria em poder contribuir com esse debate tão importante.

Eu acho que tem que colocar no "visualizar, apresentação de eslaides", porque aí eu consigo passar aqui mais facilmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Visualizar, modo tela cheia.

Isso, perfeito.

Preparei um roteiro para a minha apresentação e terei o desafio aí de conseguir fazê-la em 15 minutos, procurando fazer em três tópicos, dois grandes eixos, um resumo sobre a nossa atuação institucional e o que justifica a minha presença aqui.

Procurei focar o miolo da apresentação nos eixos do plano de trabalho desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Quais sejam? O eixo de *fake news* democracia e eleições, proteção de dados pessoais e, por fim, *cyberbullying* e os ataques à dignidade humana. São esses, literalmente, os três eixos que constam do planejamento do plano de trabalho

literalmente os três eixos que constam do planejamento, do plano de trabalho desta comissão.

Para quem não conhece a Safernet Brasil é uma organização civil sem fins lucrativos, sem qualquer tipo de vinculação político-partidária, nem religiosa e nem ideológica, fundada há quase 15 anos atrás por professores e pesquisadores do Departamento de Ciências da Computação e da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica, também em Salvador, e atua internacionalmente através da rede Inhope, que é uma associação internacional que tem sede em Amsterdam na Holanda, existe desde 1999, foi fundada pela Comissão Europeia e até hoje é financiada pela Comissão Europeia e que atua na coordenação de *hotlines* ou canais de denúncia em 48 países.

Eu já tive a oportunidade de ser membro da diretoria do Inhope e estive presencialmente em mais de 30 países conhecendo experiências que deram certo e sobretudo as que deram errado no enfrentamento sobretudo à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então aqui no Brasil nós somos responsáveis pelo *hotline* brasileiro que é acessado pelo denuncie.org.br. Recebemos denúncias anônimas de 10 categorias de crimes e violações a direitos fundamentais, desde crimes sexuais contra crianças e adolescentes, até tráfico de pessoas e outros crimes relacionados à dignidade humana, como por exemplo o racismo, a xenofobia, a discriminação e intolerância, apologia e incitação a crimes contra a vida, que incluem páginas que fazem incitação ao suicídio, à automutilação e a outros atos de violência.

Recebemos quase quatro milhões de denúncias anônimas, em 12 anos, mais de 700 mil páginas foram denunciadas nesse período, quase 250 mil foram removidas, e as páginas hospedadas aí em mais de 100 países o que mostra a importância da cooperação internacional nessa área.

Mais da metade das denúncias se referem a crimes de ódio, ou seja conteúdos que pregam o extermínio ou a eliminação de pessoas em razão da sua raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, ou também orientação sexual. E esses crimes que vêm sendo praticados no País representam mais da metade das quatro milhões de denúncias que recebemos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Safernet também oferece um serviço gratuito de orientação a crianças, adolescentes, jovens e também professores e adultos que estejam vivenciando alguma situação de risco na internet.

Então situações de *cyberbullying*, situações de vazamento de nudes, problemas com questões de dados pessoais, privacidade, ofensas e etcétera. Nós temos uma equipe de psicólogos que trabalham diariamente atendendo esses casos e orientando essas vítimas sobre o que fazer e também acolhendo os relatos e oferecendo ali aquele apoio emergencial em situações de grave risco à dignidade ou à integridade dessas pessoas. E colaboramos, contribuímos, com o esforço do Tribunal Superior Eleitoral quando da constituição de um Conselho consultivo sobre Internet e Eleições, que funcionou entre 2017 e 2018 e nós tínhamos um assento nesse conselho, participamos então das dez reuniões que foram convocadas pelo TSE, como também dos dois seminários internacionais realizados pelo tribunal para discutir a questão.

E naquela ocasião submetemos duas contribuições por escrito, com um total de 22 recomendações contribuições por escrito, com um total de 22 recomendações concretas ao TSE, ao WhatsApp e a outras empresas de internet.

E aí, começando, Sr. Presidente, estritamente seguindo aí o plano de trabalho desta Comissão, que trata do eixo 1, o tema *fake news*, democracia e eleições. Importante dizer que esse tema é um tema que é mais amplo e se relaciona com várias questões e desafios que estão colocados no campo não só da política, mas sobretudo da segurança cibernética, da proteção de dados, da própria noção de ambiente e ecossistema informacional.

E não é à toa que a literatura mais consolidada e evoluída trata da questão a partir do conceito da desordem informacional. Ou seja, uma desordem informacional que pode ser didaticamente aí subdividida em alguns *clusters*, em alguns grupos, alguns *clusters* temáticos, que vão desde a desinformação em si, como conteúdos que são tirados de contexto ou conteúdos manipulados ou conteúdos fabricados, até a chamada mal informação ou *misinformation*, que é aquele conteúdo que é criado com o objetivo de provocar um dano. E aí, nessa *misinformation* está incluído aí o discurso de ódio, mas também as tentativas de assédio, de intimidação e também o vazamento de dados e credenciais de acesso.

A desinformação é um fenômeno global. Ela não é um fenômeno brasileiro. Todos os países estão se debruçando sobre esse desafio. E ela tem um efeito real. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Pew Research Center, que é um dos principais *think tanks* responsáveis por pesquisas de ponta nessa área, junto à população, eles detectaram que 64% dos americanos revelaram sofrer de uma grande confusão em relação a fatos básicos.

Então, por exemplo, fatos no campo da saúde. Vacina, por exemplo. Vacina faz bem ou faz mal? Vacina dá câncer? Bicarbonato de sódio, se passar na pele, ajuda a curar o câncer? Esse tipo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação, que seria impensável tempos atrás, hoje encontra uma grande parcela da população que não tem segurança, não tem certeza sobre esses fatos, esses conceitos básicos.

O Datafolha fez uma pesquisa recente e revelou que 11% da população brasileira acredita que a Terra é plana, ou seja, que a Terra não é redonda. Pode não ser uma esfera perfeita, mas plana certamente ela não é. Mas isso mostra o potencial de manipulação que a desinformação pode causar.

Em contextos eleitorais, e aqui são dados da eleição americana de 2016, nós temos exemplos de histórias que foram fabricadas e veiculadas no formato de notícias, que tiveram grande engajamento e adesão. Então, casos aí que se tornaram célebres. O Papa Francisco teria chocado o mundo ao endossar a campanha presidencial do Donald Trump, etc. e vários outros exemplos aí que foram veiculados na época.

E essa questão, Sras. e Srs. Deputados e Senadores está muito bem descrita neste documento recente publicado pela Hande Corporation. A Hande Corporation, para quem não conhece, é a maior consultoria na área de defesa que existe no mundo. Eles publicaram um documento tem cerca de dois meses, com mais de 340 páginas, que procura descrever em detalhes o *modus operandi*

descrever, em detalhes, o *modus operandi*, a tipologia, as definições e os conceitos básicos, para entender como essa desordem informacional e o ambiente informacional podem ser manipulados a partir de técnicas e táticas já bem consolidadas.

Então, não tenho tempo, evidentemente, para me debruçar e para explicar o documento, mas eu deixo a referência do documento e o índice da publicação, com a sugestão de que V. Exas. ou suas assessorias possam se debruçar e entender mais a amplitude desse fenômeno.

Uma outra referência que trago é essa da Universidade de Oxford. Em relatório publicado, há poucos meses, ele revelou que, em 2019, cerca de 70 países já se utilizam dessa estratégia de manipulação e desinformação com o objetivo de influenciar o contexto interno, mas também, em alguns casos, influenciar o contexto externo.

Nesse estudo, que está disponível *online*, é possível perceber, por exemplo, que existe um conjunto de sete países, a que oficialmente já foram atribuídos, inclusive pelas grandes plataformas que são vítimas desse tipo de manipulação, como origem de grandes campanhas de desinformação, de desestabilização e de interferência externa. São aqueles lá que V. Exas. estão vendo: Venezuela, Arábia Saudita, Rússia, Paquistão e Irã, Índia e China.

Esses países têm atuado concretamente no uso da manipulação de redes sociais tanto no ambiente interno quanto no ambiente para interferência externa.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Não está aqui no relatório. É um relatório baseado em evidências.

Então, o relatório não é exaustivo e os pesquisadores são muito rigorosos em termos metodológicos e eles deixam claro não só a metodologia, mas também as conclusões que eles chegam, que são todas elas suportadas por evidências concretas. Então, como eles não conseguiram evidências concretas em outros países, eles se limitaram a mencionar esses sete, que são sete países, cujas empresas Twitter e Facebook já publicaram *statements*, reconhecendo a desativação de redes coordenadas de comportamento não autêntico, ou seja, automatizado.

Prosseguindo, nesse levantamento, o Brasil aparece ali. Existem muitos dados sobre o Brasil: 87%, em dados gerais, desses países utilizam contas operadas por humanos; 80% dos países têm usado contas operadoras por robôs; 11% dos países têm usado contas operadas por ciborgues, que é uma mescla, têm uma parte humana e uma parte automatizada por robô; e 7% têm usado dados roubados ou contas comprometidas, como vazamentos de dados, invasões, etc e tal.

Esses são os dados globais e os dados por países os que estão naquela planilha.

Nessa outra tela, a gente vê que 71% dos países têm utilizado desta estratégia para disseminar e amplificar propaganda

dessa estratégia para disseminar e amplificar propaganda pró-governo ou pró-partido, ou seja, uma iniciativa partidária ou governamental, e 89% têm usado a propaganda computacional para atacar opositores políticos. Então, essa é uma tática que tem se disseminado no mundo inteiro – lembrando que esse levantamento aqui é referente a 70 países.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – E aquela flechinha ali?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – A flechinha ali está destacando o Brasil.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Esses dados não são do Brasil?

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Esses dados são globais, referentes a 70 países. Aquela flechinha ali está destacando as menções ao Brasil nesse relatório internacional.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não entendi aquelas menções com a flechinha no Brasil.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – É apenas para mostrar, situar, localizar dentre as bandeiras, dentre as 70 bandeiras dos países, onde está o Brasil, a bandeira brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e aqui, outras questões ligadas: 75% dos países têm usado a desinformação e a manipulação de mídia para manipular usuários da rede; 68% dos países também têm usado *state sponsors*, ou seja, mecanismos que são verbas públicas, para atingir os seus alvos, que incluem dissidentes políticos, e também oposição à imprensa profissional e perseguição a jornalistas, e 73% têm usado mecanismos de amplificação de mensagens e conteúdo, sobretudo através de sequestro e *flooding de hashtags*.

E nós vimos no contexto político, em eleições existentes no Canadá, no Brexit, na Inglaterra e nos Estados Unidos, como a propaganda computacional pode ser usada como um instrumento efetivo de manipulação do eleitor. E o *modus operandi* é muito simples, até. Esse eslaide ilustra bem, em sete passos, coisas que qualquer adolescente pode reproduzir, o que fazer para amplificar essas mensagens. Então, primeiro você identifica uma audiência que seja alvo: você identifica o alvo, a partir de análise de dados. A partir daí, no item 2, você cria um conteúdo inflamatório e injeta esse conteúdo inflamatório numa câmara de eco ou numa bolha. Isso fará com que haja interação, ou seja, vai gerar interação: muita gente vai curtir, outros vão compartilhar, outros vão contestar, outros vão reagir. Essas interações são entendidas pelos algoritmos da plataforma como sinal de relevância e de autoridade daquele perfil daquele usuário.

Isso serve para que os algoritmos sejam manipulados a acreditar que aquele conteúdo e aquela conta têm uma relevância maior – os conteúdos postados por aquela conta tenham uma relevância maior do que os demais –, de modo que os próximos conteúdos terão uma relevância orgânica maior do que os conteúdos anteriores. Ou seja, eles exploram o próprio mecanismo de funcionamento dos algoritmos.

E a sequência: você então mobiliza os seguidores para uma ação, que pode ser coordenada ou não coordenada, e item 6: você atinge aquilo que se chama de estágio de escândalo, ou seja, ao criar-se um

Aquilo que se chama de estágio de escândalo, ou seja, ao criar um escândalo por conta do conteúdo inflamatório e por conta da repercussão você acaba ganhando atenção da mídia tradicional, e com isso você obtém mídia espontânea e você passa a ser o assunto do momento.

Então, pode estar acontecendo qualquer coisa no País, mas ninguém falará mais nada a não ser repercutir aquele assunto, aquele conteúdo inflamatório que atingiu instituições, que atacou adversários ou que estigmatizou minorias ou o que seja.

Por fim, item 7, você vai aprender com a experiência, revisar adaptar e repeti-la, entrando num processo de *looping* que vai manter o modelo funcional.

Eixo 2: Nada disso seria possível sem acesso a dados pessoais. O dado pessoal é a matéria-prima para estratégias de manipulação de redes sociais e estratégias de campanhas massivas de desinformação. Dados pessoais existem em abundância. Infelizmente, existem vazamentos de dados diários, por mais que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as empresas se esforcem em garantir a segurança da sua infraestrutura, há todo um mercado paralelo de *crackers*, de criminosos que estão desenvolvendo técnicas para tentar invadir esses servidores, descobrir vulnerabilidades; pesquisadores que estão desenvolvendo *softwares*, empresas que estão ganhando muito dinheiro pesquisando vulnerabilidades em sistemas, explorando essas vulnerabilidades. Inclusive, muitas dessas empresas são financiadas pelo Poder Público, porque há uma corrida no mundo para estocar vulnerabilidades por governos. Ou seja, que querem explorar vulnerabilidades em sistemas.

E, apenas em relação a dados sensíveis, esses são os números mais recentes. As maiores empresas do mundo já foram alvo desse tipo de vazamento. Uma vez obtidos esses dados aplicam-se ferramentas *analytics*, de análise de dados, de *big data* e de *microtargets*. Ou seja de perfilamento e de micro impulsionamento.

Então, você começa a desenvolver um mecanismo que se vale muito de psicometria, que é uma área da Psicologia que estuda categorias de personalidades humanas e você começa a segmentar, no contexto eleitoral, eleitores a partir de grupos de preferências, e não mais apenas a partir de indicações geográficas. E essa metodologia, que foi desenvolvida e aplicada pela Cambridge Analytica em vários países, foi bem sucedida e ganhou notoriedade a partir da eleição americana.

Uma das razões que mostra a eficácia da estratégia é o grande engajamento em redes sociais como uma condição para que a estratégia seja eficaz e a produção de conteúdos falsos.

Na eleição americana, conteúdos falsos, veiculados na forma de supostas notícias, tiveram engajamento maior do que toda a produção jornalista profissional feita pelos veículos americanos nesse período, de fevereiro até o dia da eleição, em agosto.

E o que esperar, então, das eleições municipais de 2020? Evidentemente, as eleições de 2020 são muito diferentes das eleições gerais. Ela é uma eleição muito mais fragmentada e uma eleição muito mais difusa. De modo que nós da Safernet entendemos que está havendo e haverá uma

que haverá, está havendo e haverá, uma tentativa de emular o modelo de segmentação e o modelo de *microtargeting* inaugurado ali pela Cambridge Analytica.

A gente tem evidências concretas disso. Isso aqui são eslaides de uma apresentação de uma empresa brasileira que tem sede em Brasília. Esses eslaides vazaram na imprensa internacional e eles mostram exatamente a mesma coisa, ou seja, trabalhar com psicometria, técnicas de psicometria e técnicas de *microtargeting* para fazer chegar, mobilizar audiências e gerar interações em redes sociais, nas quais existem potenciais eleitores dispostos a atuar como embaixadores do Governo ou fazer chegar essas mensagens em *echo chambers* ou câmaras de eco, onde ela tenha maior possibilidade de propagação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que isso aqui não tem uma matriz ideológica, ou seja, pode acontecer nos dois espectros ou nos "n" espectros políticos. Isso aqui é um método, o método pode ser usado para qualquer coisa, pode ser usado na área de saúde, na área de segurança, na área política. O método é o método, ele é agnóstico em relação ao conteúdo e ao propósito.

Então, aqui também há eslaides da mesma empresa mostrando, baseado no mesmo modelo psicométrico que é utilizado pela Cambridge Analytica, que foi baseado num pesquisador da Universidade de Cambridge chamado Alexander Kruger.

No caso brasileiro, o foco maior é em relação ao WhatsApp. Não porque o WhatsApp seja uma ferramenta criada para isso ou propícia para isso, mas simplesmente porque é a ferramenta que é líder de mercado. Se nós tivéssemos outro aplicativo com a mesma base de usuários do WhatsApp ou tivesse a mesma liderança que o WhatsApp tem no mercado brasileiro certamente esse aplicativo seria o alvo dessas campanhas de manipulação e também de uso indevido e ilícito da aplicação.

Também enxergamos como uma tendência a criação de *data lakes* nos Municípios. O que é isso? Os *data lakes* são formas de você coletar uma grande quantidade de dados não estruturados e utilizar ferramentas de *machine learning*, de aprendizado de máquina, e também de *analytics* para extrair dali informações em tempo real e utilizar essas informações acopladas a outras ferramentas de *microtargeting* e de impulsionamento e amplificação de conteúdos.

No caso brasileiro, esses serviços hoje são oferecidos a preços módicos, ou seja, não custa caro você fazer isso. Existem vários serviços na nuvem que são oferecidos. Esse aqui, por exemplo, é um serviço oferecido pela Amazon para o mundo inteiro e você pode contratar um serviço de... Criar um serviço de *data lake* usando a *cloud*, infraestruturas de *cloud*, a um preço módico e as ferramentas de *analytics*, de análise, e *machine learning* também estão disponíveis na mesma *cloud* a preço módico.

A fonte dos dados está muito dispersa. Enquanto as empresas, as grandes plataformas, estão fazendo um esforço enorme para restringir o acesso às suas APIs, restringir o acesso a dados pessoais, responder de forma eficiente e convincente no mundo inteiro ao escândalo revelado após a Cambridge Analytic e a preocupação

ao escândalo revelado pós Cambridge Analítica e a preocupação do mundo inteiro em relação à manipulação de processos eleitorais que, como eu mencionei no início da minha apresentação, não tem ocorrido só aqui, mas no mundo inteiro está sendo assim.

Então, enquanto o foco está todo voltado para as grandes plataformas, Google, Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp, ninguém está olhando para outra fonte rica de dados que são por onde os dados passam, os dutos por onde os dados passam, que são os provedores de acesso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É possível criar *data lakes* a partir de conexões de acesso à internet. E no caso brasileiro nós temos uma característica bem particular, que um terço, quase 40% hoje das conexões à internet no Brasil, elas são prestadas por pequenas e médias empresas, são pequenos e médios provedores. E esses pequenos e médios provedores eles têm uma atuação no município, eles não têm uma atuação como a Vivo, a Claro ou a Oi, que atuam no país inteiro, e que têm uma regulação pesada da Anatel, fiscalização, equipamentos de segurança, ou seja, têm toda uma estratégia e obrigações de *compliance* que eles precisam seguir.

Os pequenos e médios provedores não estão submetidos à mesma carga regulatória, e isso faz sentido, porque, se eles estivessem submetidos à mesma carga regulatória, eles não conseguiriam inovar e não conseguiriam atuar no mercado. Mas o fato é que isso cria uma vulnerabilidade, que é a possibilidade de você ter um pequeno provedor no interior, criando seu próprio *data lake* e usando dados da população do município para estratégias de *microtargets*, estratégias de segmentação e distribuição de propaganda computacional no período eleitoral.

Então hoje, esta aqui é uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet, que é feita com os provedores, essa pesquisa é feita a cada três anos, então o último dado disponível é de 2017. Naquela época existiam 6.618 pequenas e médias empresas provendo acesso à internet no País. Hoje esse número passa de 10 mil pequenas e médias empresas. O perfil dessas empresas é esse aí, 88% são micro e pequenas empresas, de uma a 49 pessoas ocupadas, a distribuição das regiões do País, 85% delas, para se ter uma ideia, são optantes do Simples Nacional, mas o fato é que essas empresas elas são responsáveis por conectar o usuário final e elas tem a possibilidade de visualizar boa parte do tráfego que passa em suas redes e esse tráfego ele pode ser redirecionado para uma infraestrutura de *cloud computing* e criação de um *data lake* para perfilamento e acoplamento a ferramentas de *analytics* e *machine learning* e o uso disso durante a campanha eleitoral, que vai acontecer nos municípios, e cujos dados dos eleitores, muitas dessas empresas, como têm atuação municipal, elas têm acesso.

E por fim, o terceiro eixo, *cyberbullying* e os ataques à dignidade humana. Aqui é fundamental que V. Exas. façam uma distinção, porque o *cyberbullying* pode ser visto de duas formas. Se ele for visto dentro dessa estratégia de manipulação hostil de redes sociais, ele vai aparecer ali como uma das táticas usadas para intimidação de oponentes políticos, de adversários políticos, de jornalistas, de organizações do terceiro

adversários políticos, de jornalistas, de organizações do terceiro setor. Enfim, qualquer alvo de instituições da República, qualquer alvo que represente uma ameaça aos meus interesses pode ser alvo de um *cyberbullying*. Mas isso é dentro desse *framework* de análise.

O outro caso de *cyberbullying*, que é o caso que nós atendemos na SaferNet, e aqui tem o gráfico evolutivo do número de casos concretos de vítimas de *cyberbullying* que nos procuraram, isso aqui são crianças. É outra história. Ou seja, são crianças que estão sendo vítimas de *cyberbullying* por outras razões que não têm nenhuma relação com política nem disputa partidária, disputa política, o que seja. São casos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acontecem em escolas e normalmente o autor e a vítima têm a mesma idade e estão na faixa etária de adolescentes ou pré-adolescentes. E as respostas a esses dois fenômenos são necessariamente diferentes.

Então, esse é o nosso foco. A SaferNet não recebe outros tipos de denúncia. Aqui tem os dados relativos ao primeiro e ao segundo turno da eleição do ano passado, ou seja, quais denúncias foram formuladas naquela ocasião. Todos os casos já foram apurados ou estão em apuração pelo Ministério Público Federal.

Nota-se que, durante o período eleitoral, e isso não foi na eleição passada, nas eleições anteriores também aconteceu, houve um aumento muito significativo no número de denúncias relacionadas a crimes de ódio, preconceito, intolerância, discriminação. Em 2014 foi assim. Em 2018 foi assim. Em 2016 foi assim. E a análise da série histórica comprova que esse período é um período em que há uma maior polarização da sociedade, dos usuários e, muitas vezes, essa polarização transborda para crime de racismo, de intolerância, etc.

E, por fim, então a nossa abordagem tem sido com foco em educação. É dessa forma que a gente aborda a questão do *cyberbullying*. Aqui está o índice de um módulo sobre *cyberbullying* num curso EAD que nós oferecemos gratuitamente para professores da rede pública ou privada de ensino. Já são mais de 21 mil professores matriculados em todo o País, em mais de dez Estados. Uma iniciativa que a gente tem o prazer de desenvolver em parceria com o Google. E aqui uma outra iniciativa, também de prevenção ao *bullying*, dessa vez em parceria com Instagram, Facebook e Unicef, que procura conscientizar adolescentes e pré-adolescentes sobre a importância de se combater o *bullying*.

Essas atividades acontecem não só nas próprias redes sociais, na própria internet, mas também fisicamente nas escolas. E nós estivemos aí, nos últimos anos, em todas as 27 unidades da Federação realizando oficinas, palestras de sensibilização e conscientização sobre o uso ético, seguro e responsável da internet.

Conclusão, Sr. Presidente, espero não ter estourado muito o tempo. Não existe, senhores, uma bala de prata. A experiência internacional tem mostrado isso e as tentativas, algumas vezes açodadas, de criminalizar, por exemplo, o envio de conteúdos falsos têm se revelado um grande tiro no pé porque isso põe em risco a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de opinião.

Nós não estamos falando aqui de notícias imprecisas, de notícias mal apuradas, de notícias de baixa qualidade. Nós estamos falando de algo muito maior, que envolve a utilização massiva de dados pessoais para perfilamento

a utilização massiva de dados pessoais para perfilamento, usando técnicas de psicometria para a amplificação de conteúdos que são deliberadamente criados com o objetivo de manipular algoritmos, de manipular percepções, de gerar engajamento, isso tudo faz parte de um *framework*, que está bem descrito nos estudos científicos internacionais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Isso faz parte de uma metodologia que é bem conhecida, cujos propósitos e finalidades e impactos podem se dar tanto no campo da política, mas também no campo da segurança pública, no campo da saúde – e o exemplo do Movimento Antivacina é isso – e no campo da defesa.

Basta olhar o que aconteceu durante o processo de anexação da Crimeia. As campanhas de desinformação promovidas pela Rússia tiveram um papel decisivo naquele processo. Basta olhar o que a Europa está fazendo, desde 2015, no monitoramento das campanhas de desinformação, que têm origem em Estados estrangeiros. No caso europeu, sobretudo a Rússia. Mas a China agora, por exemplo, está engajada diretamente numa campanha em relação à população de Hong Kong.

Então, não há bala de prata. E a gente entende que o foco deve-se concentrar nas estratégias multissetoriais. São essas que se revelaram as mais bem-sucedidas ao redor do mundo e que procuram aumentar a capacidade de as instituições detectarem esse tipo de interferência e manipulação, responderem em tempo hábil e fortalecerem o *accountability* e a transparência das empresas que são vítimas desse processo. Afinal de contas, não conheço nenhuma empresa que deseje deliberadamente ter os seus serviços utilizados para essa natureza.

Essa é uma estratégia, a me ver, que pode surtir efeitos de curto prazo; e, no longo prazo, aperfeiçoar a educação e investir nela para o uso ético, seguro e responsável da internet.

Eu agradeço muito a atenção, sobretudo a generosidade do nosso Presidente em relação ao tempo.

Fico à inteira disposição de V. Exas. para as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É difícil interromper quando o conteúdo está bom, não é?

Vamos ouvir agora o Dr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia.

Eu queria esclarecer que, ao final das três apresentações, vamos ouvir a Relatora, Deputada Lídice, e, depois, a autora dos requerimentos, a Deputada Caroline de Toni, e os Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que podem se inscrever, caso desejarem fazer alguma pergunta aos nossos palestrantes.

O SR. ALESSANDRO BARRETO – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senhores, Senadoras; Deputados e Deputadas. Obrigado pelo convite. Para mim é uma honra estar aqui

Eu sou Delegado de Polícia Civil do Estado do Piauí, mas estou no Ministério da Justiça há algum tempo. Atualmente eu coordeno o Laboratório de Operações Cibernéticas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha função aqui é falar um pouco sobre a atividade que a gente desenvolve lá: o que tem sido feito na proteção de crianças e adolescentes *online* e, no final, vou passar um pouco da minha experiência, pois venho há algum tempo estudando o ambiente cibernético. E vou propor algumas sugestões para os senhores e as senhoras sobre a temática.

Bom, dentro da Secretaria de Operações Integradas,

Bom, dentro da Secretaria de Operações Integradas, funciona o Laboratório de Operações Cibernéticas. Esse laboratório vem desenvolvendo há algum tempo ações notadamente de proteção a crianças e adolescentes que são abusadas e exploradas *on-line*. Uma dessas ações desenvolvidas é a Operação Luz na Infância. A Operação Luz na Infância visa essa proteção de crianças e adolescentes *on-line* e tem identificado diversos indivíduos pelo País que estão notadamente armazenando conteúdo relacionado a abuso e exploração.

Qual a função, o que o laboratório faz? Ele produz pacotes acionáveis e envia para os Estados, informando dados, indícios de autoria e materialidade de crimes cometidos *on-line*. O que os Estados fazem? Instauram as investigações, identificam os responsáveis e solicitam mandados de busca e apreensão. Crimes gravíssimos são cometidos: crianças abusadas desde os dois anos de idade, imagens, vídeos, fotografias de crianças que são exploradas. Em alguns casos, chegamos a encontrar manuais com o título, por exemplo: *Como fazer amor infantil*, *Como abordar crianças*, qual idade, qual engenharia social aplicada.

Nesse contexto, foram desenvolvidas cinco ações. A primeira em 20 de outubro de 2017; a segunda em 17 de maio, que foi a maior ação já realizada no Planeta contra abuso e exploração sexual infantil; dia 22 de novembro, a terceira fase foi em cooperação Brasil-Argentina; quarta fase, em março de 2019, todos os Estados da Federação participaram; e a quinta fase foi agora em setembro, quando tivemos Brasil, Estados Unidos, El Salvador, Panamá, Chile e mais dois países que agora não me vêm a memória, sete países participaram.

Então, no cenário das buscas e apreensões realizadas, tivemos quase 600 pessoas presas em flagrante, indivíduos acima de qualquer suspeita que estavam cometendo crimes foram identificados, e as investigações estão em andamento.

Vou passar aqui os Estados participantes, o quantitativo de presos em flagrante pela operação. O número é bem maior, porque, em alguns casos, o material é identificado só posteriormente na perícia e os indivíduos são indiciados.

O perfil. Nós temos de 17 anos a pessoas presas com mais de 70 anos, em diversas profissões, não há profissão definida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso centro. Quais são as dificuldades encontradas na proteção de crianças e adolescentes *on-line*? A primeira é nossa legislação. Eu trabalho já há algum tempo estudando crime cibernético e sou totalmente contrário a querer legislar tudo no que se refere a tecnologia, mas a questão de... Algumas coisas

mas a questão de... Algumas coisas precisam ser aperfeiçoadas, por exemplo, vou tentar ser objetivo sobre como a internet funciona. É como se eu estivesse entrando no Senado, preciso passar pela portaria, preciso de uma identificação, preciso de um número de IP válido. Esse número de IP válido não traz conteúdo, é como se fosse uma identificação. Por exemplo, vou entrar na sala do Facebook, eu tenho que digitar facebook.com, boto meu *login* e senha. Na hora em que entro na sala do Facebook, ele vai pegar meu IP, vai guardar meu IP.

Como é que a nossa legislação está construída hoje? Se eu preciso que a aplicação me forneça o IP, eu preciso de ordem judicial. O IP não carrega conteúdo, não é necessário ordem judicial, mas, da forma como a legislação está escrita, eu preciso de ordem judicial para isso. Então, uma das alternativas que o nosso setor discutiu era que, nos casos de abuso e exploração sexual infantil, fosse proposta uma adequação da legislação para não precisar de ordem judicial.

Existe uma iniciativa muito boa do Facebook para os casos de prevenção ao suicídio, *cyberbullying*, automutilação, em que eles identificam, o algoritmo deles consegue identificar as pessoas que fazer postagens suicidas ou de automutilação. O nosso setor já foi acionado por quase uma centena de vezes e sempre está localizando essas pessoas que postam conteúdo. Então, é uma boa iniciativa nesse cenário.

Mais um detalhe: há um projeto de lei em andamento, de autoria do Deputado Marcos Sampaio, do MDB do Piauí, que propõe, na forma da legislação americana, em alguns casos emergenciais, por exemplo, terrorismo, risco da integridade física, risco de morte, abuso e exploração sexual infantil, que as aplicações forneçam dados de IP, geolocalização, sem precisar de ordem judicial. Isso funciona muito bem na lei americana. Algumas aplicações americanas que fornecem serviço para a gente utilizam essa legislação para salvar vidas, o que tem sido uma iniciativa excelente. Eu acredito que se tivéssemos algo parecido no País seria bom.

Mais um detalhe: quando nós estamos fazendo as operações, alguns países vieram participar das ações conosco. E o que nós notamos é que as penas para abuso e exploração sexual infantojuvenil no País são pequenas. Na América do Sul e América Central, só a Argentina tem pena menor. Alguns países têm 10 a 20 anos, outros têm 20 anos, alguns 30 anos. A minha visão é que isso também poderia ser um pouco aperfeiçoado.

Trazendo aqui para o cenário agora de notícia falsa. Como delegado de polícia e com experiência no ambiente cibernético, quando você está investigando um crime no ambiente cibernético você tem três





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

missões: preservar o conteúdo é a primeira opção, ele tem que ser preservado porque essa evidência é bem volátil; e você tem mais dois caminhos.

e você tem mais dois caminhos: a remoção de conteúdo e a atribuição de autoria. Então, ora eu faço um antes, ora eu removo antes ora eu atribuo autoria antes. O que a gente tem visto? Por exemplo, alguns aplicativos de mensageria como o WhatsApp funcionou bem nas eleições para remover conteúdo viral. Apesar de não identificarem o conteúdo que está transitando, eles conseguem identificar o URL de encaminhamento e conseguem fazer a remoção de conteúdo. O que a gente precisa avançar nisso? Quem trabalha com banco de dados sabe que é possível identificar o primeiro que subiu determinado conteúdo. Isso seria interessante para lá na frente responsabilizar o autor do encaminhamento de uma mensagem. Então, é possível isso ser feito nessa seara de identificação, principalmente em aplicativos. Como o Dr. Thiago falou, o WhatsApp é o mais usado, então, a gente tem que focar nele. Se há uma mudança da regra, isso vai ajudar bastante.

Mais um cenário que vou trazer aos senhores e senhoras. Talvez a gente vivencie muito isso no ano que vem, a questão do telefone virtualizado. Tecnicamente é possível você estar dentro do Brasil utilizando telefone de fora, você cria números virtualizados. E isso vai trazer uma problemática grande para o ano que vem. O que nós precisamos fazer? Algumas aplicações de internet, redes sociais, aplicativos de mensageria só indexam pelo +55. Eu preciso indexar além do +55, eu preciso indexar pelo *range* de IPs do Brasil, de IP tal a tal eu preciso coletar dados para que, lá na frente, se alguém cometer o crime, praticar exploração ou disseminar notícias falsas, eu possa chegar à identificação.

Mais um ponto que vou passar para os senhores antes de esgotar o tempo. O que é CGNAT? Até 2012, 2013, nós tínhamos o IPv4. Eles eram individualizados, cada um tinha um IP para utilizar nas suas conexões de internet. O que houve, principalmente com o incremento da Internet das Coisas? Com a implementação da tecnologia, há necessidade de mais IPs. Então, no ano de 2014, se eu não estiver enganado, houve um grupo de trabalho formado pela Anatel, Polícia Federal, Ministério Público Federal que discutiu regras para que o IPv4 fosse nateado. O que acontece? É a mesma coisa que pegar mil gols brancos, colocar a mesma placa, mesmo ano, e dar para mil pessoas dirigirem em Brasília. Se eu não atribuir "porta lógica de origem", eu vou ter dificuldades em responsabilizar aquele autor. Tenho certeza de que ano que vem vamos ter problema com nateamento de IP. E o que está no meio dessa história toda? Duas pontas, os provedores de conexão, que dizem que estão prontos para virar para o IPv6, mas as aplicações de internet não estão prontas. E lá na frente, quando a gente precisar atribuir autoria, a gente não vai conseguir, porque o IP

a gente precisa atribuir autoria, a gente não vai conseguir, porque o IP está nateado. Nós temos casos aqui, no Brasil, de aplicações que dividem um IP para 16 mil pessoas. Se um desses 16 mil cometeu o crime, eu não vou saber quem é. Então, é preciso estar atento a esse cenário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, com a questão de CGNAT, o que é importante? É que peçam para fazer uma revisão no grupo de trabalho para a implementação do protocolo IPv6, para ver se melhora, para ver se principalmente os provedores de conexão reduzem essa quantidade de usuários por IP, enquanto não houver a migração da tecnologia IPv6. Temos um caso muito legal que foi na Bélgica. A Bélgica limitou a apenas a seis usuários...

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO BARRETO – ... por protocolo de internet.

Eu acho que estou dentro do meu tempo, Presidente.

Eu quero agradecer a todos. Muito obrigado pelo espaço, pela oportunidade de estar aqui presente.

Ao final, estarei à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, por enquanto, Sr. Alessandro.

Vamos ouvir agora o Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio.

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA – Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer em nome da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio. Esse convite é mais uma oportunidade que nós temos – vimos trabalhando há mais de 20 anos com o tema do suicídio – de poder dar visibilidade ao tema.

Essa questão de visibilidade do tema diz respeito à questão de que o suicídio era visto como algo que não poderia ser debatido na mídia. Isso tem uma história antiga, era chamado Efeito Werther, quando um livro publicado, nos anos 1800, circulou pela Europa e provocou um aumento da taxa de suicídio. Eu trago isso, porque hoje a mídia de que nós estamos falando é outra mídia, é uma mídia rápida, que, mesmo com todos os recursos de segurança que temos hoje dentro das páginas das mídias sociais, às vezes, é tarde demais.

Hoje, conseguimos até intervir em determinados fóruns... E temos visto alguns fóruns em que as pessoas estão se queixando de suas dores e entram pessoas falando dentro desses fóruns, e não sabemos se é por uma empatia ou se é uma ação criminosa. No final desses fóruns, alguém diz: "Então, não tem jeito, só dando um tiro na cabeça". Isso é uma ação criminosa, crítica e tem um efeito enorme sobre aqueles que têm maior fragilidade, sejam crianças, sejam adolescentes, sejam aqueles que têm transtornos mentais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão, que diz respeito ainda a essa circulação, sobre a qual nós temos recebido vários comunicados, é a transmissão imediata, rápida de imagens contendo a privacidade dos indivíduos e com características, como foi colocado aqui, de ódio ou mesmo de preconceito. Principalmente, temos observado que, em cidades pequenas

Principalmente, temos observado que, em cidades pequenas e médias, o impacto disso é grande sobre esses indivíduos, aumentando as taxas de suicídio. Nas cidades maiores, isso tem um efeito sobre o indivíduo, mas a circulação da informação fica disseminada, o impacto não é "o vizinho que sabe".

Baseado nessas questões todas, é claro... E muitas pessoas nos perguntaram por que nós estávamos aqui. E, claro, fui ver todo o histórico da Comissão no que diz respeito à questão da prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, as pessoas com transtornos mentais. E, quando falamos de transtornos mentais, estamos falando de transtornos mentais leves, moderados ou graves. As pessoas têm transtornos e estão aí, estão na vida trabalhando, se medicando, mas elas podem ser afetadas por induções que podem fazer com que elas cometam atos de tentativas de suicídio ou mesmo de suicídios, como eu vou mostrar mais adiante.

Em relação à questão do aliciamento e orientação de crianças... Em relação à questão do suicídio de crianças, isso é um fato ainda novo, ainda é algo raro, o que não é entre os jovens, porque a tendência que nós temos já nos últimos anos – e aí eu estou falando dos últimos sete anos – foi o aumento da taxa de suicídio em torno de 8% da população jovem, dados do Ministério da Saúde. Então, isso é dentro dessa população jovem, mas isso também diz respeito.... Há o art. 122 do Código Penal já prevê a pena para o incitamento.

Hoje lançamos uma nota por conta de uma nota que saiu na *Folha de S.Paulo*, e essa nota de um humorista foi utilizada num colégio em Belo Horizonte como tema de aula. O humorista é conhecido, e este é o problema: a identificação com pessoas conhecidas. Se é alguém que não tem seu fã-club, isso é menos problemático, mas, se é alguém que tem uma penetração, uma identificação, isso corre o risco. Por quê? Em função de várias questões, que eram questões políticas e ideológicas, essa matéria que saiu na *Folha* dizia: "Com a situação como está, só dando um tiro na cabeça". Em vários e vários momentos, isso foi alertado... E isso foi utilizado numa escola com adolescentes. E aí resolvemos... É claro que ocorreram várias críticas, mas nenhuma atentando para o fato de que ninguém pode dizer e sugerir que, com a situação como está, só dando um tiro na cabeça. Então, esse é o risco de se divulgarem na mídia ações que incitam. Isso tem que provocar um debate.

No âmbito da prevenção do suicídio, nós estamos trabalhando no âmbito do Governo e agora junto com as organizações da sociedade.

Em 2006, o Ministério da Saúde instituiu as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio. E uma delas – e elas podem ser visualizadas na página do Ministério – é dar visibilidade, porque, 20 anos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrás, não podíamos falar sobre suicídio. Hoje, podemos falar e trabalhamos com a mídia também de que forma correta falar. Não vamos, claro, em nenhum momento, apontar casos específicos de suicídio

apontar casos específicos de suicídio nem metodologias usadas por suicídio. Isso pode provocar danos.

A outra questão importante dentro das diretrizes é exatamente essa intervenção junto com a mídia. Queremos que a mídia nos apoie, porque ela pode nos apoiar. Podemos fazer um debate. As próprias mídias de internet têm questões positivas que estão nos ajudando, que podem nos ajudar.

Baseados nessa visão das diretrizes, que na realidade não eram apenas no Brasil... Fizemos todo um levantamento em outro países, vendo como é que vinham aqueles países que já vinham cuidando da questão do suicídio.

E, a partir daí, essa mesma diretriz foi a que acabou dando origem neste ano à Lei 13.819, do Congresso Nacional, que institui a Política de Prevenção de Automutilação e Suicídio. Achamos bom, que bom que o Congresso publique uma lei baseada em dados técnicos. Isso ajuda, isso fortalece, isso permite que gestores de todas as unidades possam hoje ter como uma proteção ou uma forma de negociar com gestores para podermos implantar ações desse tipo.

Em maio de 2013, durante a 66ª Assembleia Mundial de Saúde, o Brasil se comprometeu a reduzir até 2020 em 10% a taxa de suicídio de sua população. O Brasil assinou isso com mais de 30 países. E, dois anos depois, participando de um *workshop* da Organização Mundial de Saúde, eu perguntava: "Mas por que 10% e como é possível que 30 países tão diversos possam ter a mesma meta de redução?". Isso não é um planejamento correto, porque temos cenários epidemiológicos diferentes, temos recursos institucionais, profissionais e financeiros diferentes. Eu estou sempre falando que, se o Brasil tem que implantar um plano nacional de prevenção do suicídio, tem que ser com metas regionalizadas. Isso é fundamental. É claro que, no ano que vem, na Assembleia Mundial de Saúde, nós não vamos poder mostrar esse resultado, porque, efetivamente, de 2013 para cá, a taxa de suicídio do Brasil aumentou em 10%. Na realidade, países que tecnicamente não assinaram esse acordo e tinham visões muito claras, como os Estados Unidos, disseram: "Nós não queremos neste momento reduzir a taxa de suicídio, o que nós queremos é manter num primeiro momento a taxa de suicídio nos níveis em que elas estão".

Outra diretriz importante que defendemos – e isto foi a partir do que vimos no Estados Unidos e no Canadá – foi a participação da sociedade. Por quê? Apenas em 2001, o suicídio foi considerada uma questão de saúde pública nos Estados Unidos, e isso não foi por outro motivo que a pressão dos familiares dos 100 mil retornados do Vietnã que haviam se suicidado. Multiplicando isso por seis, podemos imaginar um impacto sobre 600 mil pessoas. Isso fez com que o Congresso americano aprovasse que o suicídio é uma questão de saúde pública – e isso é muito importante, é um diferencial – e, com isso, também disponibilizasse os recursos necessários para uma questão de saúde pública que ocorre no campo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da saúde mental. É muito importante dizer que isso é uma questão de saúde mental, que envolve aqueles que têm transtornos mentais. É claro que sempre pode ocorrer. Envolve aqueles que têm transtornos mentais. É claro que sempre pode ocorrer um ou outro suicídio de alguém que não tivesse um transtorno, mas a grande maioria e os dados recentes do Ministério da Saúde mostraram isso.

Como o colega falou, a respeito da questão não temos uma bala de prata. Eu tenho dito: esse é um fenômeno complexo. Fenômenos complexos não se resolvem com soluções simples, nem de uma hora para a outra. Precisamos de tempo. Não podemos fazer projeções como "vamos reduzir para o ano que vem a taxa de suicídios". Não. A orientação do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos é que a gente faça projeções para cinco ou dez anos, para fazermos intervenções corretas, até porque quando iniciamos todo um trabalho, como foi o trabalho que ocorreu em 2014, quando a Secretaria de Vigilância em Saúde lançou a portaria que torna as tentativas de suicídio um agravo de notificação obrigatória e fez com que houvesse um treinamento das equipes, tivemos, nos anos de 2014 e 2015, um aumento das taxas de suicídio. Isso não quer dizer que tivemos um aumento, mas sim que melhoramos os nossos registros. E isso vai ser sempre assim.

O Brasil tem hoje um sistema – tanto o Sinam quanto o Sistema de Informações de Mortalidade – denso, compacto, bom, e que vai continuar desenvolvendo todo esse trabalho nesse sentido. Mesmo quando as pessoas dizem que há casos que não aparecem na mídia, que tem casos que não estão aparecendo... É, tem casos que não aparecem, mas nós já temos uma visão bastante clara do número de suicídios.

Em relação à questão do fenômeno, é um fenômeno complexo, não é linear, e isso quer dizer o seguinte: não é inteiramente previsível. É regulado por diversas variáveis. Ninguém se suicida porque viu apenas uma mensagem na internet, mas tem um cenário, tem um conjunto de fatores de risco e de proteção, e aqui nós estamos falando da internet como um fator de risco e também como um fator de proteção, que podem intervir. Essa é a visão moderna que a gente pode ter de que o suicídio é um fenômeno complexo. Ninguém se suicidou apenas porque tinha uma depressão, porque brigou com a namorada. Não, a questão era mais ampla.

Baseados nisso, nós temos dados bem recentes mostrando esse quadro. No período de 2011 a 2015, a taxa geral de suicídios publicada pelo Ministério da Saúde passou de 5,3 para 5,7. Aqui uma observação clara: Nós estamos em 2019. O Ministério vai publicar os dados de 2017, porque é preciso dois anos de crítica dos dados, para termos uma observação, e vem fazendo isso, análises de cinco em cinco anos. Tecnicamente, é bastante correto, porque não são viradas. Às vezes, uma instituição passa a não publicar determinados dados, e os dados podem desaparecer. Então, estudos de cinco e dez anos são bem consistentes.

Temos um aumento de óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos. Isso é preocupante, porque isso vem se manifestando como uma tendência, sendo 8,7 entre os homens e 7,3 entre as mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Soa a campainha.)***O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA – Um minuto?**

Entre 2011 e 2008, ocorreram 150 mil casos de lesões autoprovocadas na população dessa faixa etária; 20% tinham transtornos mentais – dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério. Como eu disse, entre 2011 e 2017, tivemos um aumento de 10% da taxa de mortalidade dessa população, quando havíamos, em 2013, assinado um acordo segundo o qual iríamos reduzir em 10%.

As organizações têm trabalhado nesse sentido. Trouxe aqui exemplos de trabalhos especificamente relacionados à internet: *Prevenção do Suicídio na Internet*, pelo Instituto Vita Alere – o Instituto Vita Alere participa da diretoria da nossa associação – e *Prevenção do Suicídio na Internet para Pais e Educadores*.

Eu relatei aqui como fazer um uso positivo da internet, mas está nas cartilhas, está nos manuais. Em função do tempo, eu não vou ler esse material. Agora, é importante falarmos que temos fatores de risco, mas temos que atuar mais fortemente nos fatores de proteção. Em relação à rede, temos que ter mecanismos mais rápidos de resposta, porque hoje o que acontece é uma transmissão rápida, e principalmente de imagens, e essas imagens são extremamente danosas sobre os jovens. Não dá tempo. Não é apenas "vamos, sim, localizar de onde vem essa mensagem". Isso é efetivo, isso é importante, mas antes disso, os atos suicidas estão acontecendo na rede.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Carlos Felipe.

Vamos ouvir agora nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores convidados, que contribuem muito nesta audiência, Srs. e Sras. Parlamentares, esta audiência hoje é dedicada exatamente à pesquisa e identificação do fenômeno do *cyberbullying*, vinculado ao suicídio – não apenas a ele, mas também à ideia de que há diversos crimes cometidos na rede que atingem a sociedade e a sua vida, independente do crime relacionado com a política. Eu queria, portanto, fazer algumas perguntas, para que nós pudéssemos, com essa discussão, também relacionar aquilo que está identificado também pelos especialistas, que é a forte utilização da ferramenta das redes sociais, da propagação de notícias fraudulentas, ao processo eleitoral.

Do ponto de vista do processo eleitoral, já que Dr. Thiago falou da proximidade das eleições de 2020, e tem sido uma preocupação nossa na CPMI nos anteciparmos aos fatos eleitorais de 2020 e 2022, como também pelos partidos políticos. Nós temos visto a sua movimentação aqui na Casa, inclusive uma audiência marcada com o TSE para discutir as medidas de prevenção à utilização de *fake news* na próxima eleição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntaria ao Dr. Thiago: no caso do *data lake* e grandes empresas, se o senhor tem alguma proposta que possa nos ajudar a desestimular a prática desse fenômeno, ou sugestão, já que V. Sa. é um daqueles que defende que não é possível nenhum tipo... Que tem dificuldade de analisar qualquer forma de criminalização das redes analisar qualquer forma de criminalização das redes e põe isso *versus* a liberdade de expressão. Esse é um debate que se mantém permanente em toda a discussão. Na primeira mesa que nós tivemos, também alguns se pronunciaram contrários e outros, pelo contrário – os que são especificamente representantes do mundo jurídico –, da possibilidade de aperfeiçoar a legislação já existente no sentido de se coibir o que já está criminalizado.

Também ao nosso delegado eu gostaria de perguntar: quais têm sido as ações adotadas pelas autoridades policiais brasileiras, em especial as polícias civis, para investigação dos delitos cometidos na internet?

Dois. O Thiago também, como uma representação desse monitoramento, pode responder. As organizações criminosas que atuam na internet são especializadas em determinados tipos de crime ou costumam atuar em modalidades plurais? Existe alguma relação comprovada entre grupos que comercializam dados pessoais – essa é uma questão importante que já foi destacada aqui, não é possível se ter uma ação do tipo da Cambridge Analytica sem ter acesso aos dados – sigilosos e ações de direcionamento de propaganda política para grupos específicos? Se sim, de que maneira, e quem são os envolvidos?

Quatro. Como é a relação dos órgãos de investigação com os provedores de aplicação de internet que atuam no Brasil? Esses órgão de investigação, como eles se relacionam com esses provedores, grandes, médios e pequenos? Existe alguma dificuldade de obtenção dos dados necessários à investigação? A adesão do Brasil a tratados internacionais sobre o cibercrime, em especial a convenção de Budapeste sobre o cibercrime ajudaria os órgãos de investigação brasileiros em suas atividades nesse setor? De que modo? Sabemos que o Brasil não é signatário da convenção de Budapeste, apenas pela tradição diplomática de não aderir a acordos sobre os quais não foi sequer convidado a discutir os termos, mas em relação à convenção, integrarmos o compromisso, o acordo de Budapeste, ajudaria a combater esses crimes? São perguntas iniciais para que possamos ampliar o debate e também abrir para que outros Parlamentares possam também dirigir perguntas.

Quanto à questão do suicídio, eu creio que a fala do representante da Associação Brasileira de Suicídio destaca uma questão fundamental neste momento, que é um novo parâmetro de enfrentamento da questão. No passado – algumas religiões até condenam o suicídio, por isso também omitem a sua prática –, a atitude das autoridades em relação ao suicídio era a não divulgação, com a não divulgação como elemento de prevenção.

divulgação, com a não divulgação como elemento de prevenção. Hoje citou uma postura radicalmente diferente, que é divulgar para prevenir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, na fala de V. Sa., eu senti também que pensa que é possível haver ações, mesmo que não sejam de perseguição na rede, de monitoramento e ações que possam vir no sentido de alguma legislação que pudesse ser auxiliar no combate à luta contra o suicídio. Há da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio alguma sugestão visando legislar esta questão no Brasil?

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA – Deputada, na realidade, o Código Penal, em relação ao incitamento, está claro. Eu acho que uma revisão desse art. 122 cabe, porque diz respeito à questão inclusive das penas, que são pequenas. Elas aumentam, por exemplo, quando ocorre um caso de suicídio por indução: ela duplica, mas duplica de dois para quatro anos. Nós estamos falando de populações jovens, menores. Então, isso tem que ser avaliado do ponto de vista jurídico, mas, como eu acho que é um cidadão fragilizado, eu acho que cabe ao Estado uma maior proteção.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Levando em conta que justamente se trata de uma população fragilizada, seja pelas características emocionais da faixa etária, seja pela possibilidade de algum transtorno emocional, há já em estudo... Apenas o aumento de pena seria o indicado ou há uma dificuldade de identificação de que o processo, talvez até para o delegado... É possível identificar a incitação ao crime de suicídio e, de forma imediata, estabelecer os critérios para a sua penalização?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Muito obrigado pelas questões, Deputada Lídice.

Eu anotei cinco questões que V. Exa. formulou e pretendo abordar todas. Se eu escapar alguma ou surgir alguma outra, por favor, sinta-se inteiramente à vontade para complementar.

Em relação aos *data leaks*, o que fazer? Bem, eu entendo que a principal medida legislativa já foi adotada, que foi a aprovação por esta Casa e também pela Câmara dos Deputados da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Essa lei geral, com o seu decreto regulamentador, estabelece uma série de garantias e compromissos para a coleta, tratamento, armazenamento de dados pessoais.

Acontece que o órgão responsável pela fiscalização e pelo estabelecimento das diretrizes – inclusive para a educação do mercado em relação à conformidade da LGPD –, que é a autoridade nacional de proteção de dados,

Acontece que o órgão responsável pela fiscalização e pelo estabelecimento das diretrizes – inclusive para a educação do mercado em relação à conformidade da LGPD –, que é a autoridade nacional de proteção de dados, ainda não foi constituído. Então, nós estamos diante de uma situação em que temos uma lei, a lei é fruto de um amplo consenso que foi alcançado no Congresso, nas duas Casas Legislativas, e o órgão que vai fiscalizar a sua implementação e definir as diretrizes de sua aplicação ainda não existe. A lei entra em vigor em agosto do ano que vem e nós estamos quase em novembro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a minha principal sugestão em relação a esse ponto seria, dentro das possibilidades institucionais da CPMI, estimular ou fazer gestões no sentido de agilizar a criação da ANPD e a definição de seu corpo diretivo e de seu órgão consultivo. Isso estabelecido, com a ANPD funcionando, certamente esse tema poderá ser objeto de maior aprofundamento e haverá o estabelecimento de algumas diretrizes de conformidade para os pequenos, médios e também os grandes provedores de conexão.

Um outro caminho alternativo seria via Anatel. A Anatel tem um regulamento, que é o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que estabelece uma série de regras para os pequenos e médios provedores de conexão e acesso à internet.

Por que eu estou chamando a atenção para os pequenos e médios provedores de conexão à internet? Porque esses têm uma atuação municipal e, no ano que vem, nós temos eleições municipais. Então, em alguns casos, dada a capilaridade e o número de empresas que atuam nessa área, será muito difícil uma fiscalização efetiva, de modo que a janela de oportunidade para que sejam estabelecidas diretrizes claras nessa área está aberta agora. Se nós não conseguirmos avançar nesse ponto, teremos que lidar com as consequências depois.

Da mesma forma, eu acredito que também seria interessante um diálogo desta Comissão com as empresas que oferecem infraestrutura de *cloud computing*. Sobretudo eu destaco aqui a Amazon, que é líder de mercado, mas não só a Amazon: a Microsoft também tem uma estrutura de *cloud computing*, o Google também tem uma estrutura de *cloud computing*. E eu tenho certeza de que essas empresas têm interesse de que os seus produtos e as suas plataformas sejam usados em conformidade com a lei. Eles não têm interesse em promover usos ilícitos ou abrigar serviços que não estejam em conformidade com lei.

Sobre as organizações criminosas – eu acho que o Dr. Alessandro tem mais propriedade para falar sobre isso do que eu –, eu comentaria o seguinte: em relação à desinformação, em 2016, nos Estados Unidos, um dos principais vetores de fabricação de conteúdo falso e criação de *sites* para veiculação desses conteúdos falsos, uma das principais células estava na Macedônia. A Macedônia é um país no Leste Europeu, com uma grande taxa de desemprego e com uma renda média de US\$382

A Macedônia é um país no Leste Europeu, com uma grande taxa de desemprego e com uma renda média de US\$382 mensais. E lá, numa cidade chamada Veles, foi detectada uma grande quantidade de conteúdos produzidos. E houve um documentário de um jornalista brasileiro chamado André Fran, que tem um programa na GloboNews. Ele foi até lá, conseguiu entrevistar alguns desses jovens diretamente envolvidos na fabricação desses conteúdos e descobriu o seguinte: que eles estavam fazendo isso não por interesse ideológico, ou político, ou partidário; eles estavam fazendo isso para ganhar dinheiro. Eles estavam desempregados e eles perceberam que tinham ali uma fonte de renda que garantia a eles algo em torno de 10 mil euros por mês fabricando conteúdo falso e monetizando esse conteúdo *on-line*. Então, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

motivações variam: você tem o agente que vai ter motivação ideológica, outro vai ter motivação política, outro vai ter motivação partidária, outro vai ter motivação financeira, então as motivações são as mais diversas.

E, em relação a dados pessoais, esses dados, uma vez obtidos, têm valor, evidentemente, são monetizados. E eu me recordo de que mais de 50% – essa é uma estatística internacional – dos vazamentos de dados ocorrem pelo público interno. Recentemente nós vimos aí um grande vazamento de dados do Detran, ou seja, de órgãos públicos. Até hoje, se você for na Santa Efigênia, em São Paulo, você consegue comprar credenciais de acesso ao Infoseg, que é um sistema de segurança pública restrito a órgãos públicos de segurança pública, autoridades de segurança pública. Você compra credenciais de acesso, você compra *login* e senha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Exatamente, o Deputado está bem lembrando: compra-se declaração de Imposto de Renda, até hoje é vendida. Você vai na Santa Efigênia, em São Paulo, e você consegue comprar um *dump*, a cópia da base de dados da declaração de Imposto de Renda. Pode não ser a cópia mais autorizada, mas a base histórica é possível comprar, sim.

Então, existe muito vazamento de dado vindo do próprio setor público, e isso eu reputo mais grave ainda, porque, em relação às empresas, eu tenho sempre a opção de não ser cliente daquela empresa. Se eu entender que uma determinada empresa não trata bem os meus dados, aliás, deixo de estar lá, e muitos aplicativos no meu celular, porque sou daqueles chatos e raras espécies que leem os termos de uso. Eu li o termo de uso e não concordei. Eu deixo de estar lá e deixo de usar o aplicativo. Inclusive vários aplicativos muito usados no Brasil e no mundo eu não tenho instalados no meu telefone, porque eu li os termos de uso e não concordei com a política de privacidade.

Agora, em relação ao Estado, eu não tenho essa opção. Se eu não fornecer minha impressão digital, eu não tiro passaporte; se eu não fornecer a minha impressão digital, eu não exerço o meu direito de votar. Percebeu? E eu não tenho opção. Para me relacionar com o Estado, eu sou obrigado a fornecer dados pessoais e, quando esses dados pessoais não são armazenados de maneira correta, quando eles são compartilhados, quando eles são vendidos, em muitos casos, ou quando eles são objeto de vazamentos internos, sejam eles intencionais, sejam acidentais, estamos diante de um cenário de extrema gravidade, porque esses dados terão as finalidades múltiplas: eles serão usados para fins comerciais, eles serão usados para a finalidade política, eles serão usados

para fins comerciais, eles serão usados para finalidade política, eles serão usados para *doxing* que é uma das táticas de intimidação muito utilizada quando você quer perseguir um oponente. Isso acontece muito contra jornalistas; você quer intimidar um jornalista, você vaza informações pessoais do jornalista, da família do jornalista, e você expõe esses dados na internet ou você ameaça expor como uma forma de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intimidação, de chantagem, para evitar que o jornalista publique uma matéria investigativa, ou, então, que ele continue publicando ou apurando determinada pauta. Isso acontece no Brasil e em todo o resto do mundo.

Então, as organizações criminosas que obtêm esses dados, normalmente visam o retorno financeiro. Portanto, elas são polivalentes nesse aspecto, desde que haja retorno financeiro.

Em relação à relação dos órgãos de investigação com os provedores de plataformas, também o Dr. Alessandro está muito melhor posicionado do que eu para falar sobre isso, mas eu posso compartilhar a minha experiência, sobretudo nos temas em que a Safernet atua há quase 15 anos. Há uma atuação proativa e efetiva das principais empresas na colaboração no que diz respeito aos crimes mais graves relacionados a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, suicídio, riscos iminentes à vida ou à integridade física, inclusive casos emergenciais em que não só metadados, mas informações de conteúdo são compartilhadas em questão de minutos. Eu já vi um caso de uma tentativa de suicídio em que o próprio, nesse caso, Facebook, informou a Polícia Civil de Santa Catarina uma tentativa de suicídio em quatro minutos, e eles, proativamente, acionaram a autoridade local para tentar repassar a informação e tentar impedir que aquele caso de suicídio se consumasse.

Da mesma forma com os casos de abuso e exploração sexual, anualmente o Brasil recebe em torno de 600 mil relatórios com suspeitas de divulgação de imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses relatórios são produzidos de forma proativa pelas empresas que têm sede nos Estados Unidos e são compartilhados com a Polícia Federal aqui, no Brasil, de forma proativa. Sempre que as imagens são detectadas pelos sistemas de inteligência artificial, de aprendizado de máquina ou são objeto de denúncias de usuários ou de *hotlines*, essas empresas produzem o relatório e encaminham.

Em relação à adesão do Brasil à Convenção de Budapeste, a convenção de 2001 é um texto. O texto principal da convenção já foi bastante superado, mas existem os protocolos facultativos. O primeiro protocolo facultativo à convenção trata de xenofobia e racismo, e o segundo protocolo facultativo está, neste exato momento, sendo negociado pelo grupo de países, pelos representantes dos países que aderiram à convenção.

Haverá, inclusive, agora, nos dias 20 e 22 de novembro, em Estrasburgo, na França – eu estarei lá –, uma conferência, a Octopus Conference, que é a conferência do Conselho da Europa, convocada pelo Conselho da Europa. Nessa conferência será realizada uma consulta pública multissetorial, ou seja,

será realizada uma consulta pública multissetorial, ou seja, aberta à participação da sociedade civil, das empresas, dos governos e da academia para avaliar esse protocolo facultativo, o segundo protocolo facultativo à convenção de Budapeste, que trata sobre acesso transfronteiriço a dados, metadados em curso ali, durante o curso das investigações criminais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, um último comentário ainda dentro das perguntas que V. Exa. formulou, sobre o que é possível fazer. Eu queria até tomar emprestado um exemplo da dificuldade mencionada pelo Dr. Alessandro quando ele mencionou, por exemplo, os números virtualizados. Esses números já foram largamente utilizados na eleição de 2018. Muitas das contas que foram usadas, tiveram comportamento automatizado na amplificação de conteúdos, sobretudo pelo WhatsApp, eram contas de números virtualizados. Isso foi detectado, foi discutido inclusive à época, no Conselho Consultivo do TSE.

Acontece que essa questão nos confronta, ela não é simples de resolução. Por quê? Porque ela nos confronta com a natureza transnacional da internet. O Brasil é parte da internet, mas ele não estabelece regras globais para a internet, ou seja, as regras estabelecidas aqui precisam estar em harmonia com o consenso internacional. Por quê? Porque a rede é internacional. Com próprio mecanismo de telefonia, nada impede que eu pegue o meu celular aqui, disque 00, operadora, código do país, código da cidade, com o número do telefone e faça uma ligação, com o telefone fixo, para Nova York, por exemplo. A partir dessa conexão de um telefone fixo, eu posso transitar voz, mas eu também posso transitar dados. O sistema de telefonia foi concebido dessa forma, e existem acordos e tratados internacionais que disciplinam essa matéria.

Então, é por isso que é importante, quando a gente vai falar, por exemplo, de atribuições de números IPs, alocação de IPs, etc., é preciso que o Brasil siga as melhores práticas internacionais. Eu não estou, com isso, dizendo que os números virtualizados não são um problema; sim, eles podem, sim, ser uma fonte de problema, mas a solução não passa, ao meu ver, por um distanciamento daquilo que é consenso técnico nos foros técnicos internacionais. A gente tem que buscar um consenso em relação a essa área.

E, sobre o CGNAT e o IPv6, o Dr. Alessandro também destacou como âmbito das dificuldades de se estabelecer atribuição e autoria dos crimes cibernéticos – isso é fato. Essa prática tem sido usada no Brasil pelos provedores não só de aplicações, mas também de acesso, sobretudo de acesso e conexão à internet.

A solução para isso também não é simples, porque passa por uma questão econômica, e a razão para isso é que essas empresas fizeram investimentos lá atrás em equipamentos que são incompatíveis com IPv6, e a substituição desses equipamentos demandaria um investimento significativo. Então, criaram essa solução provisória, que não é uma solução, é uma gambiarra chamada CGNAT. Existem várias versões. O mais comum é o 444.

Aí, usa-se essa solução como uma maneira de prolongar a vida útil de roteadores e sistemas de rede que

prolongar a vida útil de roteadores e sistemas de rede que são incompatíveis com o IPv6. A solução definitiva para isso é a migração para o IPv6, e o Comitê Gestor da Internet iniciou, há mais de dez anos,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

uma iniciativa nesse sentido, procurando acelerar o processo de migração e oferecendo curso, treinamento e capacitação gratuitos para técnicos e engenheiros de redes, empresas, pequenos, médios e grandes provedores de acesso e aplicações na internet, para que essa migração aconteça da forma mais célere possível.

Hoje, cerca de 30% das conexões da internet no Brasil já são sob o IPv6, e essa é a média internacional. Quando comparamos o Brasil com países como França, Alemanha e Inglaterra, nós estamos dentro da média internacional, mas, como bem destacou o Dr. Alessandro, os outros 70% não são ainda IPv6, e nós ficamos diante dessas dificuldades de definir com precisão a adesão em matéria de crimes cibernéticos, sejam eles da natureza que forem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou passar a palavra agora à Deputada Caroline de Tone, e, ao final, o Dr. Felipe e o Dr. Alessandro poderão também fazer as considerações e responder a alguma pergunta se, por acaso, a Deputada solicitar. Depois ouviremos também os Senadores e Deputados que assim desejarem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, só gostaria de saber se a gente poderia delimitar o tempo de resposta, porque a gente tem outras Comissões também para participar na Câmara – delimitar o tempo de resposta dos convidados.

Então, boa tarde a todos, em especial aos convidados desta audiência pública. Primeiramente, quero dizer que esses temas são muito importantes, e acho que o nosso principal foco nesta CPMI deve ser principalmente salvar vidas de crianças e adolescentes, especialmente com relação ao suicídio ou a automutilação. Pelo menos de minha parte, essa é a principal intenção ao participar desta CPMI.

Primeiro, eu gostaria, então, de cumprimentar o primeiro a falar, que foi o Sr. Thiago Tavares de Oliveria. Nossa intenção ao chamá-lo aqui foi saber um pouco mais sobre o trabalho da Safernet com relação às mais de 1,4 milhão de denúncias anônimas de pornografia infantil, envolvendo 296 mil páginas distintas, escritas em nove idiomas e hospedadas em mais de 39 mil domínios diferentes, atribuídos a 97 países, em cinco continentes. Então, gostaria de que o senhor falasse um pouco mais sobre isso, especialmente com relação à remoção de conteúdo. Além da remoção de conteúdo, quais foram os dados sobre as punições de todos os envolvidos. Gostaria de que respondesse isso.

Também gostaria de saber um pouco mais sobre a Safernet, no sentido de que, para tanta demanda – mais de 1 milhão de denúncias ao longo de mais de uma década –, com quantos colaboradores vocês contam e como a entidade se mantém, se ela se mantém com ajuda governamental, etc.

Enfim, esses são meus questionamentos, agradecendo já pela sua vinda. Também gostaria de agradecer ao Delegado Alessandro Barreto e de pedir desculpa com relação à sua convocação; na verdade, era um convite. Então, por erro da nossa assessoria, acabou vindo como convocação. Quero parabenizá-lo pela Operação Luz da Infância, que trouxe resultados espetaculares no combate à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração sexual de crianças e adolescentes pela internet. Foram mais de 500 pessoas presas, uma operação com mais de 300 mil documentos analisados. Enfim, devido

documentos analisados. Enfim, devido ao nosso tempo, eu vou encurtar aqui o nosso comentário, mas acredito que a operação foi um marco na luta da pornografia infantil e com relação às redes internacionais de pedofilia que afligem hoje em dia.

Com relação à operação: numa entrevista, o senhor faz uma espécie de queixa baseada numa constatação do Laboratório de Inteligência Cibernética, que o senhor coordena, contra as operações de telefonia e os provedores de internet. O senhor comentou brevemente sobre isso, que seria a migração do sistema IPV4 para IPV6, que tornaria a identificação dos criminosos mais fácil. O senhor poderia detalhar como é que a polícia enxerga essa questão ou quais os obstáculos que a gente tem para poder fazer essa migração, bem como que essa operação ocorreu com a participação internacional de órgãos de segurança e justiça e o senhor também identificou dificuldades que o Estado brasileiro enfrentou que outros países não enfrentariam. Então, eu gostaria de saber se isso se refere a marcos legais, regulamentação, operacionalidade; no que o Estado brasileiro está aquém de outros países nessa luta. E, com relação às redes de pedofilia, há os seus consumidores e produtores. A Operação Luz da Infância chegou a estimar quanto esse mercado criminoso movimentava no Brasil?

E quero deixar aqui o nosso gabinete à disposição no sentido de aprimoramento da legislação para poder colaborar para esse tipo de operação que o senhor aí realiza. De minha parte é isso.

Com relação... Boa tarde – não é? –, Sr. Carlos Felipe. Quero parabenizar também pelo trabalho à frente aí da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção ao Suicídio. O senhor relatou que já haveria uma previsão legal com relação ao induzimento, só que até eu gostaria de noticiar que eu já fiz a relatoria na CCJ do Projeto de Lei 8.833/2017, que tinha mais de 15 apensados, que vem justamente tentar dar uma resposta a esse fenômeno que a gente está enfrentando nas redes, que é o induzimento à automutilação e ao suicídio por meio das redes, seja principalmente para proteger aqueles que, por sua idade, são mais suscetíveis, que são as crianças e adolescentes. Após fazer a relatoria desse projeto de lei, que inclui mais de 15 iniciativas, havia um outro projeto do Deputado Marcelo Ramos e nós pegamos a relatoria de Plenário. Então, acredito que já era para ter sido feita na semana passada, mas eu acho que vai ficar para hoje agora no Plenário, que é a relatoria de todos esses projetos que incluem... E a gente está criando um tipo penal para atender a esta demanda; seria o artigo... Eu até vou pedir licença para poder ler, até para ter conhecimento, porque nós tivemos acordo aí de todas os partidos no sentido de aprovação do projeto já. Então, nós vamos criar o art. 122 do Código Penal. É uma alteração... Havia várias alterações sugeridas, seja na Lei do Marco Civil da Internet, seja no Código Penal ou no Estatuto da Criança e Adolescente. Nós vimos por bem alterar apenas o Código Penal para criar o seguinte tipo:

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se, a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça: Pena - reclusão, de seis meses a dois anos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

§ 1º se da automutilação ou da tentativa de suicídio resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 129 deste Código:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º Se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte:

Pena – reclusão, de dois a seis anos.

§ 3º A pena é duplicada:

I – se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil;

II – se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

§ 4º A pena é aumentada até o dobro se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real [que aí atenderia a esse fenômeno das redes].

§ 5º Aumenta-se a pena em 1/2 (metade) se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.

§ 6º Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime descrito no art. 129 § 2º [...].

§ 7º Se o crime de que trata o § 2º deste artigo é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem [...], não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 desde Código.

Então, essa ficou a nossa sugestão, depois de amplo debate na Comissão de Constituição e Justiça. E vem aí a nossa resposta também legal para atender a essas demandas modernas, que seria a rede mundial de computadores.

De minha parte, quero agradecer a presença de todos e devolver a palavra aí para os comentários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra aos nossos três palestrantes. Dr. Alessandro em primeiro lugar.

O SR. ALESSANDRO BARRETO – Vou tentar ser objetivo nas respostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Lídice, é muito difícil criminalizar a internet, até porque as aplicações, grande parte delas, foram criadas com fins lícitos; todavia, criminosos usam ilicitamente. Por exemplo: aplicativo de mensagens foram criados lícitamente, mas o criminoso usa para se comunicar. Agora, eu tenho algumas sugestões para a senhora, aproveitar até a deixa aqui que o Dr. Thiago falou, sobre o caso da publicidade com *fake news*.

Os garotos da Macedônia ganharam muito dinheiro. Eu vou tentar ser objetivo aqui sobre como a publicidade funciona *online*. Há de um lado o anunciante e há do outro o *publisher*; quer dizer, há a grande empresa que quer anunciar em algum *site* e no meio há um intermediário de propaganda ou a rede de propaganda. O que acontece? Isso não sei se através de lei, mas precisa haver um saneamento da publicidade *online*, porque os garotos da Macedônia ganharam muito dinheiro, mas quem está ali no meio, a rede de propaganda ou o intermediário de propaganda, ganhou muito mais – algumas centenas de milhões de dólares. Então, a gente precisa fazer esse saneamento. As regras de *compliance* têm que ser adequadas para publicidade *online*.

Uma outra pergunta da senhora, Deputada, é sobre que tipo de crime os criminosos cometem no ambiente cibernético: todo e qualquer que a senhora possa imaginar. Então, utilizam a rede como facilitador. A rede é um meio, e há crimes contra o patrimônio, contra a dignidade sexual – tudo nessa tocada.

O que as polícias estaduais têm feito? Elas têm avançado. Há uma lei de 2012 que manda criar delegacias de polícia especializada nos Estados. Todavia, na minha visão, hoje não é mais suficiente; só uma delegacia especializada não tem condição, porque todo o crime está virtualizado, seja patrimônio, seja qualquer tipo de crime. As polícias judiciárias têm atuado basicamente no treinamento. A capacitação é uma excelente arma na luta contra esse tipo de crime. E, do outro lado, a gente tem um crime como serviço. Eu não preciso ser um *hacker* para cometer crime cibernético: eu subloco o serviço, é o que se chama *crime as a service* (crime como serviço). Então, seja na *surface*, seja na *deep web* há algo como "Pague US\$50 e acabo com a vida de quem você quiser", "Invado redes sociais" – tudo que é tipo de crime eles fornecem.

Dificuldades encontradas com os provedores de conexão: vamos lá! É uma relação de amor e de ódio. Já foi mais de ódio, está mais com amor. Estou falando como quem está lá na ponta. Em 2014, quando estava exercendo minhas atividades no Piauí, eu e um grupo de delegados solicitamos informações ao WhatsApp. A primeira resposta que obtivemos foi: "Não devemos satisfação à Justiça brasileira". E, de lá para cá, avançou. Nós pedimos o primeiro bloqueio no País. Foi a Polícia Civil do Piauí que pediu. Na época foi bem difícil. Muita gente ficou chateada com a gente. Até minha filha mais nova reclamou: "Papai, vão bloquear o aplicativo!" Mas melhorou, avançou bastante. Algumas aplicações de internet hoje que passam muitas informações, há cinco, seis anos diziam: "Eu não tenho condições técnicas de lhe dar um IP, eu não tenho condição técnica de lhe fornecer isso", a gente, como polícia, escuta muito "condição técnica", "me falta condução técnica", e para a tecnologia da informação não há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impossibilidade – não há impossibilidade; sempre há um caminho que possa ser resolvido. Então, algumas aplicações vão avançando. É certo que outras vão trazendo dificuldades.

Deputada Caroline, é uma dificuldade um rastreamento de um IP. Eu tive uma reunião com as operadoras de telefonia principais do País, as quatro grandes, semana passada, e elas me disseram que estão com a chave pronta para virar para o IPV6, só que as aplicações de internet dizem que não têm a obrigação de coletar porta lógica, algumas não estão adequadas ainda para virar para IPV6. E fica aquela confusão, com a polícia no meio – vai ao provedor de conexão e ele diz: "Me dá a porta lógica"; chega para a aplicação de internet, que diz "Eu não tenho porta lógica", fica aquela confusão, e, no final das contas, a gente não atribui a autoria delitiva. É uma gambiarra, com bem Dr. Thiago falou, mas ela está sendo toda vida adiada – adiada. Então, a gente não pode ficar, principalmente o ano que vem

pode ficar principalmente no ano que vem, quando vai haver mais utilização de rede social, mais essa digitalização. E a gente precisa resolver esse problema ou pelo menos minimizá-lo, limitar a quantidade de usuários por protocolo de internet. Porque o Marco Civil da Internet é claro. Ele diz o seguinte: que as empresas têm que fornecer informações que individualizem a autoria em matéria delitiva – ponto.

Quanto à Comissão de Budapeste, Deputada, ela é interessantíssima, apesar de já ter alguns anos, e vai facilitar para o Brasil principalmente no que se refere à troca de informações, ao intercâmbio. E a luta contra o crime cibernético não pode ser dentro de uma bolha. Ela precisa de parcerias, de que as polícias se conectem, não só polícia, polícia, mas polícia, iniciativa privada. Os *players* privados têm que ser trazidos para cá. As grandes empresas têm que cooperar e estão cooperando. Mas com uma adesão à Convenção de Budapeste, certamente o Brasil vai ganhar na luta contra o crime cibernético.

Só mais um detalhe. Quanto ao emergencial, concordo com o que o Dr. Thiago falou. A legislação, as grandes empresas, principalmente Google, Facebook, Twitter, Instagram, estão cooperando em situações emergenciais. Mas, no Brasil, as empresas com sede aqui não têm essa obrigação. E eu asseguro a vocês ... O Dr. Thiago falou sobre um caso de Santa Catarina. E eu asseguro a vocês, nós trabalhamos em um caso em Goiás, em que o Facebook informou que um adolescente estaria praticando suicídio. E nós acionamos a polícia com geocoordenadas. Chegamos a casa, e o pai disse: "Ele está dormindo". "Não. Abra o quarto que seu filho se automedicou". E o filho estava bem ruim no quarto. Então, em vários casos a gente chegou a tirar... Mas é preciso aperfeiçoar a legislação para obrigar as empresas com sede aqui dentro a fornecerem isso.

Quais as estimativas de ganho?

Deputada, eu não tenho como precisar para a senhora o quanto o crime organizado se locupleta com abuso e exploração sexual infantojuvenil. As organizações criminosas migraram para esse ambiente, porque é uma fonte de renda espetacular que, em tese, garante um anonimato, porque nada é anônimo na



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

internet. E as dificuldades enfrentadas são grandes nesse tipo de ambiente. A gente precisa aperfeiçoar a legislação. Temos algumas alternativas que depois eu passarei para a senhora. Mas essa luta contra o crime no meio cibernético é bem difícil.

Por último, Deputada Lídice, quanta à incitação, é possível a identificação? Sim. Todo e qualquer ato praticado na internet é possível ser identificado. Só é preciso haver procedimentos na identificação, na atribuição de autoria e materialidade delitiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Carlos Felipe

O SR. CARLOS FELIPE ALMEIDA D'OLIVEIRA – Obrigado, Deputado.

De início, queremos colocar a Associação à disposição de participar desse debate

De início, queremos colocar a Associação à disposição de participar desse debate das contribuições ao art. 122 e parabenizar pela inclusão das populações fragilizadas com transtornos e deficiências.

Agora, há uma questão que é uma dúvida. Na realidade, lendo o Código e o artigo, quando falavam dos motivos egoísticos, logo isso me levou a Durkheim, que definiu suicídio como suicídio egoísta, altruísta – que é aquele dos camicazes –, anômico – daqueles que perdem suas ligações culturais. E eu sinceramente não... Qual é o significado? Eu pergunto isso no sentido de que a legislação possa ajudar aqueles que vão responder o que significaria, nesse caso, a indução egoística em relação ao suicídio. Isso parece, quer dizer, eu não sei realmente... Fica uma dúvida e fico pensando que essa dúvida pode se reproduzir na aplicação da lei. Então, acho que isso deveria estar bem tipificado, uma especificação na própria lei. De qualquer forma, quero parabenizar pela ação.

Obrigado!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Estou satisfeito.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Muito obrigado, Deputada, pelo convite e também pelas perguntas. Atendendo ao pedido de V. Exa., serei curto nas respostas, mas já me disponho a, com mais tempo, visitá-la no seu gabinete e lhe fornecer mais detalhes e informações.

O que tem sido feito em relação a combate, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes pela internet? De fato, a Safenet recebeu 1,6 milhões de denúncias em relação – esse dado referente aos últimos 14 anos... Nessa mesma ferramenta em que existem os dados globais é possível analisar os dados anuais. Existe uma linha de tempo em que é possível ver, ano a ano, a evolução desses números e também conhecer onde o conteúdo estava armazenado, ou seja, uma vez que o conteúdo está disponível na web, ele pode estar armazenado em qualquer lugar, inclusive nos chamados paraísos cibernéticos – lugares do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo como Tuvalu, como outros espaços –, onde são armazenados conteúdos ilícitos sem atuação das autoridades locais.

As denúncias são anônimas. Isso significa dizer que há um índice de falso positivo muito grande. A única informação que nós solicitamos é o *link* da página. Então, imagine V. Exa. que os dados oficiais, por exemplo da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública em geral, apontam que 60% das ligações para 190 são trote. Isso que, quando o sujeito liga para 190, o telefone dele fica identificado. Em se tratando de um formulário anônimo na *web*, em que você não tem que fornecer nenhum dado exatamente para que o denunciante tenha segurança em denunciar, esse índice pode subir, em muitos casos, para até 90%.

Então, o nosso trabalho é, sobretudo, de filtrar essa duplicidade. Uma mesma página também pode ser denunciada várias vezes. A gente teve casos, por exemplo, de uma organização criminosa envolvendo Silvio Koerich. Foram mais de 70 mil denúncias duplicadas em relação a esse *site*

denúncias duplicadas em relação a esse *site*.

Nós desenvolvemos sistemas automatizados, algoritmos automatizados que filtram automaticamente essa duplicidade. Havendo a unicidade da URL, existem *crawlers* que fazem a coleta dessas evidências que estejam publicamente disponíveis na *web*. Então, se o conteúdo não estiver na *web*, nós não temos capacidade nem de receber nem de processar denúncia. Por exemplo, conteúdo que circulam pelo WhatsApp: nós não temos acesso; conteúdos que, mesmo estando na *web*, estão protegidos por ferramentas de privacidade ou estão bloqueados por processo ou necessidade de pagamento, ou seja, em que nós não temos acesso público, também não conseguimos verificar.

De modo que o sistema coleta essas evidências e armazena isso em um sistema em que os órgãos conveniados têm acesso. Quais são os órgãos? Hoje, atualmente, cerca de 20 ministérios públicos estaduais e procuradorias da República nos Estados, mas também a Procuradoria-Geral da República, através da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, que é câmara criminal, a que nós temos acesso. A Polícia Federal também acessa o sistema da SaferNet e extrai dali informações, e com essas informações já foi possível deflagrar pelo menos dez operações policiais. A maior delas foi a Operação Turko, que foi deflagrada em 2009 e que resultou no cumprimento de 130 mandados de busca e apreensão em 21 Estados e no Distrito Federal e na prisão de mais de 30 agressores sexuais; e 100% da operação, que mobilizou na época 450 policiais federais, tiveram origem em denúncias anônimas e informações extraídas pela Polícia Federal da base dados da SaferNet Brasil.

Quando o conteúdo está no exterior, nós atuamos em parceria com os *hotlines* internacionais membros do e-Hope não só na remoção desse conteúdo, mas também na preservação dessas evidências.

E aí, concluindo, eu destaco o último balanço público que foi divulgado, um balanço conjunto divulgado pela SaferNet e pelo Ministério Público Federal, em que essa atuação conjunta resultou na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificação de mais de 6 mil *sites* de pornografia infantil, sendo que 832 desses *sites* estão sendo objeto de investigação pelo MPF. E há um núcleo especializado em crimes cibernéticos da Procuradoria da República em São Paulo que faz esse trabalho de análise e de verificação do conteúdo dessas denúncias diariamente. É um trabalho hercúleo, um trabalho difícil, porque ver essas imagens não é algo fácil: são imagens, como o Dr. Alessandro mencionou, de abuso sexual de crianças muito pequenas. Então, é fundamental investir em acompanhamento e suporte psicológico para os profissionais que atuam nessa área, sobretudo no setor público – policiais, promotores, analistas, técnicos do Poder Judiciário, técnicos do Ministério Público. Os policiais que conduzem essas investigações precisam de um maior apoio, sobretudo interno, e mais estrutura também.

E os demais casos foram reportados aos *hotlines* internacionais.

Há uma nota no *site* do Ministério Público Federal com essas informações, que eu posso repassar a V. Exa.

No tocante à última pergunta....

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – Pois não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não. Conclua.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – A sua última pergunta, em relação a como a entidade se mantém.

A SaferNet se mantém exclusivamente com receitas próprias provenientes de palestras, cursos, treinamentos, capacitação e projetos que são desenvolvidos com grandes empresas – por exemplo, o Google, o Facebook, a Netflix, a Telefônica Vivo, entre outras – e também projetos desenvolvidos com organismos internacionais, como, por exemplo, o Unicef. A SaferNet não recebe recursos públicos de nenhuma natureza, nem do Poder Executivo federal, estadual ou municipal, nem de empresas públicas, nem de empresas estatais, nem de economia mista; e também não recebe destinação de recursos provenientes de emendas parlamentares ou de partidos políticos ou de agremiações políticas de qualquer espectro ideológico.

E, por fim...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – São empresas privadas?

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVERIA – São empresas privadas e organismos internacionais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E o número de colaboradores. A SaferNet nasceu em rede. Nós somos um grupo fixo, pequeno, somos oito pessoas no quadro fixo da instituição, sendo cinco delas com mestrado, doutorado ou pós-doutorado, e temos dezenas de colaboradores externos, que são contratados para atuar em projetos específicos por um período específico de tempo. A equipe fixa dos colaboradores está na instituição há mais de uma década.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Primeiro, queria cumprimentar a Deputada Caroline de Toni pelos convites, pela convocação. As perguntas muito percucientes, como também as perguntas da nossa Relatora Lídice da Mata. Queria cumprimentar os nossos convidados, apesar da baixa frequência aqui.

Eu achei muito elucidativa essa audiência. Extraímos vários ensinamentos daqui. Ela mostra que há organismos de controle que podem dar cobro a esse tipo de desinformação, de propaganda com grau de malignidade; enfim, boas sugestões como esta de acelerar a constituição da Agência Nacional de Proteção de Dados, que nós podemos, se a Relatora assim entender, colocar no nosso relatório.

Eu queria manifestar uma preocupação. V. Sa., Prof. Thiago, disse que na Macedônia os jovens principalmente devido às taxas de desemprego num país que tem uma renda de trezentos e poucos dólares mensais – maior portanto do que a nossa renda média aqui no Brasil... Dado o alto índice de desemprego aqui existente no País, sobretudo na juventude, é preciso que haja um alerta às autoridades, àqueles que trabalham inclusive com medidas preventivas, para que os nossos jovens, sem fazer nenhum juízo de valor aqui, não sejam recrutados ou tentados a ter uma renda, não só uma renda de sobrevivência, mas uma renda como essa da Macedônia e se transformarem em aviõezinhos de *fake news* aqui. Chamou-me a atenção esse exemplo da Macedônia, para que a gente esteja atento e para que esse exemplo não se repita aqui no Brasil; ao contrário, que a gente crie condições para que essa sua juventude tenha outro no tipo de ocupação, acesso à universidade, oportunidade de trabalho, para não serem vítimas desse tipo de recrutamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para responder aqui ao Dr. Carlos Felipe.

Ele questionou, dentro do tipo criado, o que seria motivo

o que seria motivo egoístico, não é?

Então, nós entendemos que, na hora de aplicação da pena, quando você vai instigar ou induzir alguém a cometer suicídio ou automutilação, o motivo egoístico é um elemento subjetivo, que o juiz vai ver na hora da aplicação da pena. Ele pode ter como motivação, numa relação familiar, por exemplo, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejo de obter uma herança ou uma competição de negócios. Mas, no âmbito das relações da internet, eu entendo, pelo menos, o motivo egoístico – até o delegado pode colaborar nisso –, quando, por exemplo, a pessoa pode ter ali uma misantropia, um ódio à humanidade e querer refletir isso dentro das relações das redes, ou uma inconformidade, um distúrbio psicológico e querer, por motivos egoísticos mesmo, personalísticos, induzir outro com base nisso. Isso já está no tipo do homicídio também. Eu acho que esse tipo também, essa modalidade de motivo egoístico pode ser aplicada não só no caso do homicídio, mas também na instigação da automutilação ou do suicídio. Eu acho que a mesma modalidade que se aplica ao homicídio pode ser aplicada aqui também neste caso, até porque pode resultar no fenômeno morte.

Eu vou pedir licença, Presidente, porque tenho que ir para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero agradecer a presença do Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, da Safernet; do Sr. Alessandro Barreto, Delegado de Polícia Civil; do Sr. Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio.

Quero propor que as atas sejam apreciadas somente ao final das reuniões, como tem sido feito, sem as respectivas leituras, inclusive a 5ª e 6ª da semana passada, 22/10 e 23/10.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que se realizará amanhã às 13h.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Antonio Brito e Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcio Bittar, Simone Tebet, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Eduardo Costa, Alan Rick, Alexandre Padilha, Bia Kicis, Joice Hasselmann, Alexandre Serfiotis, Dr. Jaziel, Átila Lira, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil, Léo Moraes, José Nelto, Leandre, Carmen Zanotto, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Diego Andrade, Angelo Coronel, Marco Bertaiolli, Márcio Biolchi, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Pedro Lupion, Pr. Marco Feliciano, André Ferreira, Aline Gurgel, Hugo Motta, Felício Laterça, Kim Kataguirí, Pastor Sargento Isidório, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Jarbas Vasconcelos, Igor Timo, Jaqueline Cassol, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Da Vitoria e Reginaldo Lopes. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Rodrigo Cunha, Randolfe Rodrigues, Elmano Férrer, Arthur Lira, Jhonatan de Jesus e Mário Heringer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Ruy Carneiro e do Senador Marcio Bittar para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Ruy Carneiro, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Confúcio Moura como Relator e o Deputado Antonio Brito como Relator-Revisor. É apresentado o plano de trabalho proposto pelo Relator Senador Confúcio Moura que, submetido à deliberação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. É aprovada a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/21>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Antonio Brito. PSD - BA) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 890, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, CN, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a Relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa, tendo sido indicado para a Presidência o Deputado Ruy Carneiro, aqui presente, e para Vice-Presidente, o Senador Marcio Bittar.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

De acordo? (*Pausa.*)

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito Presidente o Deputado Ruy Carneiro e Vice-Presidente, o Senador Marcio Bittar.

Passo a Presidência desta Comissão ao nobre e Exmo. Deputado Ruy Carneiro, a quem desejo boa sorte na condução dos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria, como Presidente eleito, de designar como Relator o Senador Confúcio Moura e designar como Relator Revisor o Deputado Antonio Brito.

Gostaria de convidá-los para comporem a Mesa, assim como o Ministro Mandetta, a quem agradeço a honra de vir prestigiar a Comissão da medida provisória.

Antes de passar a palavra ao Relator, gostaria de comentar que nós já recebemos, aqui, 27 requerimentos de audiência pública. Para aproveitar melhor o tempo, o Relator vai apresentar um plano de trabalho – já com duas audiências públicas na próxima semana – que contempla, inclusive, parte desses requerimentos. E depois nós faremos uma sessão para apreciá-los todos, porque, até a data da apresentação do relatório, nós ainda temos oportunidade de ter seis ou sete audiências públicas.

Gostaria de passar a palavra para o Senador Confúcio Moura para as suas considerações.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Ministro da Saúde, Mandetta; Sr. Presidente, Ruy Carneiro; Srs. Senadores; Srs. Deputados presentes, Deputadas; vamos submeter a V. Exas. o plano de trabalho dessa medida provisória.

Não vou fazer a leitura por completo, porque são detalhes iniciais. Vou entrar na parte de cronogramas das atividades para que os senhores possam entender bem cada etapa que nós estamos propondo à Comissão.

Considerando a necessidade de a Câmara dos Deputados e o Senado terem um prazo adequado para a apreciação da matéria, prevê-se o seguinte cronograma de atividades: no dia 21 de agosto, hoje, a instalação, eleição e deliberação sobre o plano de trabalho.

No dia 27 de agosto, semana que vem, audiência com o Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta; o Dr. Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; um representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems); um representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; o Dr. Mauro





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; e a Secretária Sílvia Nobre Waiãpi, Secretária Especial de Saúde Indígena.

No dia 28 de agosto, vai ficar um intervalo. E, no dia seguinte, subsequente, haverá uma reunião de trabalho para a aprovação dos requerimentos e a realização da segunda audiência pública com a presença do Dr. Raul Cutait, que é Professor da Faculdade de Medicina da USP; um representante do Conselho Nacional de Saúde; um representante da Comissão Nacional de Residência Médica; um representante da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem); e um representante da Sociedade Brasileira de Medicina da Família e da Comunidade.

No dia 20 de setembro, haverá a realização das demais audiência pública.

No dia 24 de setembro, haverá a apresentação do relatório.

Nesse intervalo de agosto para setembro, virão muitas audiências públicas propostas pelos senhores, vários requerimentos serão apreciados e serão admitidos ou não pelo Sr. Presidente e pelo Plenário.

No dia 24 de setembro de 2019, quero submeter o relatório da medida provisória a toda a Comissão.

No dia 25, a discussão e a votação do relatório.

Por que aparentemente há uma certa pressa? Porque 21 dias já se passaram da edição da medida provisória. Cento e vinte dias, já perdemos aí 99 dias. Então, normalmente a Câmara dos Deputados exige, quanto à medida provisória, para o seu prosseguimento habitual, votação e análise, pelo menos 30 dias antes na Câmara, para o rito normal; e o Senado dez dias. É o prazo também para inclusão na pauta de votação. E ela caduca do dia 29 de novembro.

Então, nós estamos correndo contra o tempo. Tudo vai ser muito condensado, muito compactado. A gente conta com a colaboração de todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores para que a gente possa produzir um relatório de boa qualidade, a gente consiga atender esse chassi apresentado que é a medida provisória. E o restante nós vamos compondo, as coisas faltantes, com o bom senso e o andamento dos nossos trabalhos.

Era esse meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (*Fora do microfone.*) – Obrigado Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Os Parlamentares que concordam com o plano de trabalho apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria de perguntar se alguém quer fazer o uso da palavra. (*Pausa.*)

Deputado Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar o senhor pelo cargo e a missão que assume, pela sua disposição com o tema e o seu envolvimento.

Quero saudar e dar um grande abraço no Relator, nosso Senador, Governador, Confúcio Moura, uma saudação ao colega médico, uma saudação muito especial ao senhor, e dizendo claramente do plano de trabalho que o senhor nos apresenta. Nós apresentamos um conjunto de requerimentos do sentido de, única e exclusivamente, podermos ouvir vários segmentos. O senhor sabe, o senhor é um conhecedor dessa matéria, viveu essa realidade como gestor, vive essa realidade como Senador, vive essa realidade como profissional da saúde. Que a gente possa ouvir um conjunto de segmentos da academia, dos médicos, do Ministério da Saúde e do





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ministério da Educação, para que a gente possa fazer exatamente o que o senhor falou, nos dedicar ao chassi aí da medida provisória e, ouvindo e compondo, transformar esse chassi numa Ferrari.

O Presidente Ruy me perguntou, teve a liberdade de perguntar, se eu considero o projeto bom? Acho que é uma boa iniciativa e eu acho que o esforço sempre do Congresso e da Casa fazem com que uma boa iniciativa que venha para cá saia daqui muito boa, saia ótima, ajudando, inclusive, às vezes, em dificuldades que o próprio Ministro e o Ministério da Saúde têm eventualmente dentro do Governo, não por uma orientação "a", ou "b" ou "c" de um Governo, mas, às vezes, por incompreensões de algumas instituições, de alguns órgãos, de algumas áreas do Governo. Eu fui Ministro da Saúde e eu sei o que era difícil conversar com a área econômica, o que era difícil conversar com o Ministério da Educação sobre esse tema, o que era difícil conversar com o Ministério do Planejamento.

Então, acho que o Congresso Nacional pode ajudar o Ministério da Saúde, o Ministro Mandetta, nosso colega Deputado Federal, e esta Comissão cumprindo o papel de fazer esse esforço, ao ouvir as audiências públicas, de aprimorar, ampliar e dar conta daquilo que, eu acho, tem que nos mover aqui: de um lado, o sofrimento do povo brasileiro, em um tema que é complexo, crônico, permanente; e a responsabilidade sobre a valorização e a qualificação dessa oferta do trabalho que acontece na atenção primária em saúde.

Então, primeiro é para solicitar isso. A gente tem um conjunto de requerimentos. E eu gostaria tanto do Sr. Presidente, quanto do Sr. Relator, uma atenção especial. E, se o senhor puder, a gente poderia até fazer uma reunião, uma audiência, para que a gente pudesse configurar, dar forma. Eu acho que conjunto de propostas de audiências cabe tranquilamente para podermos tratar dos vários temas que a medida trata aqui.

Reafirmo que a nossa postura aqui vai ser uma postura de tentar, de um lado, aprimorar – nós apresentamos um conjunto de emendas – aspectos da proposta apresentada pelo Governo e dar conta de outras questões que eu acho que não puderam ser enfrentadas, mas que o Congresso pode enfrentar, para garantir com que o Brasil possa continuar a ter uma evolução e ampliação da atenção primária em saúde com muito mais qualidade.

O Ministro sabe disso, o Presidente Brito também sabe, porque foi, na Comissão de Seguridade Social. Cabe informar ao Presidente da Comissão, ao Relator, aos nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que nós aprovamos, na Comissão de Seguridade Social da Câmara, um plano de visitas técnicas às áreas desassistidas pelo Programa Mais Médicos atualmente, não só na periferia das grandes cidades, nos Municípios do interior, do Sertão, mas também na área indígena. O Ministério está sendo convidado, como foi anunciado na semana passada, para cada uma dessas visitas.

Então, digo que nós vamos buscar fechar o canal de visitas também nesse calendário que o senhor apresentou, para que essa impressão local que os Deputados e Deputadas terão nas visitas a vários Municípios que estão com desassistência em relação aos médicos no nosso País possa contribuir também para o relatório final do senhor.

Então, saúdo o Presidente Ruy, saúdo o Ministro Mandetta, saúdo o nosso Relator. Estou otimista de que poderemos fazer um grande trabalho aqui, nesta Comissão, porque o povo brasileiro precisa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Antes de passar a palavra para o Deputado Alexandre, eu gostaria, Ministro, de agradecer as suas palavras e dizer que eu tenho





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

certeza de que nós vamos fazer um debate aqui completamente apolítico, exatamente bastante técnico, sobretudo para as pessoas que mais precisam de saúde e de médicos no País.

Deputado Alexandre, a palavra é de V. Exa.

O SR. ALEXANDRE SERFIOTIS (PSD - RJ) – Sr. Presidente, Ruy Carneiro, eu o parabeno pela condução dos trabalhos.

Sr. Relator, Senador Confúcio, médico, colega de profissão, eu também sou médico cardiologista; nosso Ministro Henrique Mandetta, com quem tive o prazer de caminhar junto, pois fui Relator junto com o Ministro lá na Câmara; nosso Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Relator Revisor Antonio Brito, bem, primeiro, como médico, tenho um prazer enorme e me sinto honrado de poder estar participando da construção, neste momento, do trabalho da medida provisória do Médicos pelo Brasil. Pude acompanhar o Ministro no lançamento lá no Palácio e também quando convidou toda a Comissão de Seguridade Social e Família para apresentar o programa lá no Ministério.

E o Ministro já mostrou o seu interesse em fortalecer a atenção básica quando separou a Saes em atenção especializada e atenção primária. Pela primeira vez, o Ministério da Saúde tem uma Secretaria que fortalece a atenção primária. A gente sabe que a atenção primária é a porta de entrada da saúde para o cidadão, para que a saúde chegue, para que todo cidadão tenha acesso à saúde. E, de fato, nós só vamos conseguir ter um SUS de qualidade e a que todos verdadeiramente tenham acesso quando a gente fortalecer a atenção básica de saúde e valorizar o médico.

Então, eu creio que a essência do Programa Médicos pelo Brasil vem resgatar o que foi desvirtuado ao longo do programa anterior, do Mais Médicos. Então, eu creio que esse Programa Médicos pelo Brasil vem valorizar o médico brasileiro, seja o médico formado aqui no Brasil, ou o médico formado no exterior, que, através do seu Revalida, se certifica, se qualifica e começa a ingressar, tem o direito de ingressar como trabalhador, como médico aqui no nosso País. Então, creio que esse programa vem, de certa forma, fortalecer a nossa saúde.

Fico muito feliz e honrado em poder participar desse momento tão importante para a nossa valorização do Sistema Público de Saúde e da atenção básica, e, principalmente, do médico brasileiro. Eu tenho certeza da competência do Ministro. Eu fui Relator quando o Ministro foi Presidente na nossa Subcomissão Especial da Carreira Médica, e o Ministro está trazendo para dentro desse trabalho, para dentro desse programa, quase 280 páginas, que nós construímos na nossa Subcomissão Especial da Carreira Médica, onde ali nós levantamos os pontos de critérios de abertura de cursos de Medicina ao longo dos últimos anos. Nós quase que dobramos o número de faculdades no nosso País nos últimos anos, dobramos o número de vagas para médicos e, muitas vezes, sem um critério muito claro, sem entender muito bem claro como é que isso tudo aconteceu. E nesse relatório nós construímos, reforçamos ali.

A gente sabe que a nossa carreira médica só virá através da atenção básica e que, realmente, esses profissionais possam ser amanhã inseridos no programa de uma forma técnica, como diz o Ministro, e não através de uma forma política. Nós sabemos que, muitas das vezes, alguns Municípios substituíram os seus médicos pelos médicos do Programa Mais Médicos – não é verdade? –, quando a essência desse programa seria atender os locais mais longínquos, mais distantes e mais vulneráveis. Então, como o Ministro falou, essa seleção será técnica, sem nenhum viés, sem nenhuma interrupção política, para que a gente tenha o médico onde é necessário.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Lançou recentemente também o Saúde na Hora – não é, Ministro? –, onde fortaleceu também a atenção básica nas grandes cidades, e certamente agora, com o Programa Médicos pelo Brasil, chegará a todos os outros Municípios do Brasil, onde teremos uma cobertura em todo o nosso Território nacional.

Então, parabênizo o Ministro, parabênizo o Sr. Relator, o nosso Presidente Ruy Carneiro e o nosso Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Antonio Brito, e me coloco à disposição para que a gente possa colaborar e contribuir para um relatório final de qualidade e a gente de fato venha a levar à nossa população uma saúde digna e de qualidade, que todos merecem.

Agradeço a Deus a oportunidade e boa sorte, em nome de Jesus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Quero cumprimentar a todos os presentes, o Sr. Presidente, o Sr. Relator, o Sr. Ministro, companheiros Parlamentares.

Eu fico até surpreso, porque a atenção primária é uma atenção toda descentralizada. Esse projeto centraliza, quando a burocracia pública da saúde já abandonou esse modelo há 20 anos, com o..., que era um modelo de atenção primária, descentralizado no País todo. Não deu certo, não pode dar certo. E, do jeito com que ele está desenhado, o Governo Federal trouxe para si, quando fala menos Brasília e mais Brasil, trouxe para Brasília um problema do tamanho do mundo que vai ser gerenciar a burocracia de operação desse sistema. Difícil, muito difícil!

Segundo, o modelo consiste em dar exclusividade a um regramento brasileiro de certificação, de titulação, quando o Brasil é um País continental e precisa viver integrado com a América do Sul e com o resto do mundo.

Então, é válido o projeto? É muito válido, porque ele estrutura demandas que o médico, de maneira geral, sofre por falta de regularidade, de estabilidade, anarquia, essas coisas todas. Resolve, mas eu acho que a gente tinha que resolver de forma descentralizada, assim como a educação foi descentralizada. Não há mais um professor de educação básica que seja estadual ou municipal.

Então, eu creio que esse debate vai oportunizar para que a gente possa enfrentar e fazer alterações que possam melhorar a administração do sistema. E outra: existe uma regra econômica, uma demanda, para ser atendida? Só atende se tiver oferta. Do jeito que está desenhado esse modelo, ele vai dar exclusividade a uma carreira cômoda, confortável, dentro de regramentos que não dá mais para atender o Brasil. É isso que eu queria colocar. Vamos para frente para ver se a gente melhora esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Gostaria de passar a palavra para o Deputado Alan Rick e posteriormente para a Deputado Carmen Zanotto.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC) – Cumprimento o Deputado Ruy Carneiro, que preside esta Comissão; o Ministro Henrique Mandetta, autor do projeto; o Senador Confúcio Moura, Relator da matéria; o nosso querido Antonio Brito, eterno Presidente da nossa Comissão de Seguridade Social e Família, Relator Revisor; todos os presentes, Deputados e Senadores que eu tenho certeza de que farão um debate em altíssimo nível, porque pensamos a saúde no Brasil com o maior objetivo a ser alcançado: a atender quem mais precisa nas regiões mais carentes.

No entanto, eu gostaria de apresentar, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, algumas sugestões que serão acatadas durante os debates, as audiências públicas





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que faremos nesta Comissão Especial. Primeiro, realmente devemos garantir uma carreira médica que resguarde a atenção nos Municípios do Brasil profundo, onde nós temos os menores índices de desenvolvimento humano, as menores condições de higiene, onde realmente se precisa do médico.

Eu venho de um Estado pobre, que é o Estado do Acre, onde nós temos Municípios com uma carência de médicos que é latente. Municípios onde não temos especialistas. Imagine só a dificuldade que é fazer uma cirurgia nesses Municípios. Portanto, eu entendo que, primeiro, nós devemos pensar em atender o Brasil profundo, mas não podemos deixar de lado as capitais com baixo IDH.

As capitais do Brasil, do Norte e Nordeste, como Rio Branco, Macapá, Porto Velho, Boa Vista, Palmas, outras capitais, que já estão estranguladas na Lei de Responsabilidade Fiscal no seu contingente de contratação de pessoal e encontram, no Mais Médicos e agora no Médicos pelo Brasil, a condição de ter um médico da atenção básica fora do seu orçamento de pessoal. Isso deve ser visto com muito carinho por esta Comissão, Sr. Relator. As capitais dos Estados mais pobres, com menor IDH, não podem ser deixadas de lado. Esse é o entendimento que tenho e devemos aprofundar esse debate nesta Comissão.

E o segundo é olhar com muito carinho os nossos médicos brasileiros formados no exterior. São eles que hoje fazem parte do maior contingente, aqueles que mais permaneceram nos Municípios carentes e nos distritos sanitários especiais indígenas, que não largaram, que não abriram mão, que não desistiram. Então, esses médicos têm que ser olhados com carinho. Até porque o meio que foi encontrado no projeto, a maneira de se entrar no programa é concurso, é prova de conhecimento, e isso é muito importante. Entendo que é a melhor maneira de você aferir a qualificação do médico para que ele possa atender nas nossas cidades. Entendo, portanto, são dois temas importantes, além de outros que vão se seguir aqui e que devem ser avaliados com muito carinho, Senador Confúcio, no relatório de V. Exa.

Agradeço a todos. Tenho certeza de que Deus nos abençoará, nos dará entendimento, sabedoria e, acima de tudo, a compreensão das necessidades do povo brasileiro para que possamos fazer um grande trabalho nesta Comissão e apresentar um projeto à altura das necessidades da nossa população.

Muito obrigado.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Presidente, só para completar. Eu deixei de saudar aqui o nosso Relator, o nosso querido Confúcio. Foi Deputado conosco, Governador e é um grande médico. Eu espero que você renove sua sensibilidade para nós fazermos a integração da América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputada Carmen.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Muito obrigada, nobre Presidente desta medida provisória; colega Deputado Ruy Carneiro; nosso Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, nobre Deputado Antonio Brito; e o nosso Relator, Senador Confúcio. Em seu nome, eu quero saudar todos os colegas Deputados, Deputadas e Senadores, Senadoras que vão fazer parte desta Comissão da Medida Provisória 890.

Quero saudar especialmente o Ministro Mandetta e destacar que não é comum a gente ter a presença de um Ministro, quando há uma matéria afeta ao seu Ministério, já na abertura dos trabalhos. Isso mostra, Ministro Mandetta, a sua preocupação com esse tema. O senhor, que foi





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nosso colega da Comissão de Seguridade Social e Família e, lá, debatíamos muito algumas questões, inclusive quando da implantação do Programa Mais Médicos.

Mas a nossa tarefa nesta Comissão tenho certeza de que não será das mais fáceis, porque só de emendas foram apresentadas, se eu não estou equivocada, 366. Isso mostra a preocupação do coletivo de Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas com esta matéria. Isso mostra que nós precisamos dar uma resposta a cada um dos nossos Municípios brasileiros, que precisam dessa política, que precisam deste programa mais sólido, ou seja, com vínculo empregatício, com formação, com remuneração adequada.

Então, quero aqui me colocar à disposição para a gente poder debater muito, enfrentar as dificuldades, mas, acima de tudo, buscar atender a demanda dos nossos Prefeitos, dos nossos gestores municipais, porque é lá que as coisas acontecem, em cada um dos Municípios. E os nossos Municípios, os nossos Estados, todos eles têm as suas peculiaridades. Há as regiões metropolitanas, com áreas menos favorecidas, há os Municípios com áreas menos favorecidas de médio e grande porte, assim como há as comunidades do interior, com mais dificuldade ainda de inserir e de manter o profissional médico.

Eu costumo dizer que nós avançamos muito no nosso Sistema Único de Saúde. E avançamos mesmo, gente. Só não reconhece quem não consegue olhar para trás. E foram muitos os atores dessa construção do Sistema Único de Saúde. E cabe a este coletivo de homens e mulheres continuar fortalecendo esse sistema público de saúde e dando a resposta que a nossa população precisa. E, se a gente der uma boa resposta à atenção primária de saúde, com certeza nós vamos ter menos pacientes nas filas de esperas das especialidades e nas mesas de emergência dos nossos hospitais. Que a gente tenha muito sucesso.

E que, aqui, na intenção melhor de todos nós, a gente consiga, através do nosso Presidente, dos nossos relatores, ter o melhor texto para que o Ministério possa implementar essa política pública para o atendimento direto à nossa população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Zacharias Calil.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – Boa tarde a todos.

Nosso Presidente Antonio Brito, nosso Ministro Mandetta, Confúcio, eu fico orgulhoso de estar aqui hoje – é meu primeiro mandato – e de participar desta atividade aqui.

Eu vejo aqui como exemplo o Senador Confúcio. Eu conheci o Confúcio, quando eu estava no primeiro ano de faculdade, em Goiás, em 1975. Ele é ex-aluno da Universidade Federal de Goiás. Eu o conheci quando eu era acadêmico de Medicina, e ele, no sexto ano. A gente sempre estava ali sapeando, por assim dizer. Logo que ele terminou a faculdade, ele foi para Roraima. E está lá até hoje. Quer dizer, vocês veem a grande experiência que ele tem hoje, que nos mostra realmente o que é o Programa Médicos pelo Brasil. Eu vejo isso aí como um exemplo. Eu acho que ele vai desempenhar um papel importantíssimo aqui com a gente pela experiência dele e pelo que ele viveu. E houve muitas mudanças, né, Senador?

Então, há poucos dias – eu tinha vontade de reencontrá-lo, depois de muitos e muitos anos –, o reencontrei ali, no nosso almoço e fui agradecer-lhe, porque ele me ajudou muito. A gente, quando está no início da faculdade, tem essas dificuldades. E é bem diferente do que é hoje.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu parabenizo o nosso Ministro Mandetta e lhe agradeço, viu, Mandetta? Na semana passada, foi de fundamental importância a transferência daquelas crianças siamesas da Bahia para Goiânia. Eu agradeço e parabenizo a agilidade que o Ministério da Saúde fez.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (*Fora do microfone.*) – Como elas estão?

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – Elas estão bem, estão bem estáveis. Mandaram-me as fotos agora. Elas já estão mamando espontaneamente. Nós vamos preparar a cirurgia para daqui a um ano, quando elas estiverem mais resistentes e com pele o suficiente para fechar o abdômen e a bacia. Mas foi fundamental a interferência do Ministério da Saúde e, em tempo recorde, em menos de 12 horas, já estavam em Goiânia.

Então, agradeço e me coloco à disposição para ajudar no que for possível nessa nossa nova etapa aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Sem mais inscritos, eu gostaria de numa deferência passar a palavra ao Ministro, já lembrando a todos os presentes que nós teremos a primeira audiência pública no dia 27 de agosto, terça-feira, às 14h30, de acordo aqui com o plano de trabalho.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Muito obrigado, nosso Presidente Ruy Carneiro.

Cumprimento aqui o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Antonio Brito; nosso Relator de tão importante matéria, Senador Confúcio Moura; todos os pares, alguns que já conheço de outros mandatos, todos eles extremamente pertinentes nas suas colocações.

Na terça-feira, nós vamos apresentar, aí, sim, o programa com PowerPoint, mas basicamente para dizer para vocês quais foram os princípios. O princípio número 1, antes do 1, é liberdade. Nós não pensamos um programa em que uma pessoa fique sequestrada pela sua situação profissional. É difícil levar médicos para o interior do Acre? Muito difícil. Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul? Muito difícil, mas não vai ser abrindo mão da liberdade das pessoas que a gente vai conseguir fazer isso.

O segundo pilar é qualidade, qualificação. Não dá para a gente colocar um médico e falar: "Bom, lá tem um médico. Não importa a qualidade dele. Seja lá o que for, pelo menos ele já está de branco lá e está bom", mesmo brasileiro, estrangeiro, seja lá o que for. Por isso, os primeiros dois anos o programa vai qualificar para a atenção primária. Só serão efetivados no programa aqueles que alcançarem a titulação de especialista em atenção primária, que é muito mais difícil do que atenção especializada. Eu sou médico, ortopedista, pós-graduado nos Estados Unidos em ortopedia pediátrica. Vi aqui Zacharias Calil falando das siamesas. Sei da dificuldade técnica, mas a gente anestesia uma criança, fica duas, três, quatro, seis, doze horas na cirurgia, termina a cirurgia, ela depende daquela equipe. Transformar, promover saúde, transformar o cidadão, acompanhar, monitorar, conhecer a família, entrar na casa, isso é muito mais complexo do que aqueles que se chamam de atenção especializada.

Terceiro pilar é equidade. Embora a municipalização no Brasil tenha sido um marco, no caso da saúde, ela trouxe um desequilíbrio muito grande. Equidade é o terceiro pilar do SUS: universalidade, integralidade e equidade. É preciso, em determinadas situações, tratar diferente para que se consiga chegar na igualdade.

Os Municípios e as áreas urbanas – capitais, periferias – que receberão esse profissional é porque eles esgotaram a sua capacidade de colocar lá o profissional. Esse princípio é dinâmico e por isso que há classificação. Por que mandar um médico para Picos lá, no Piauí? Porque lá,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a classificação do IDH, a classificação da OCDE e do IBGE, o número de pessoas no Bolsa Família, o BPC, o número de pessoas em situação de previdência, a expectativa de vida, a mortalidade infantil, a somatória de todos os indicadores vai nos mostrar que ali é necessária a presença do Estado. E aí o cidadão não pode ser penalizado se o ente é municipal, estadual ou federal, é preciso colocar.

Isso, quando nós fizemos, você pega um Município como Porto Velho lá, em Rondônia, terra aqui do nosso relator; o Município está ali, é capital, mas o Município tem distrito a 370km. Por isso, tem que ter uma classificação que reconheça a área rural, rural remoto, intermediário, urbano. Por isso, essa classificação não é inventada, ela é simplesmente apropriada da classificação da OCDE e do IBGE.

Transparência. É preciso ter transparência para a formatação de por que colocar médico aqui ou acolá. O critério político – "eu preciso de dez médicos ou de cinco médicos, porque o meu prefeito precisa de dez, porque daí ele vai diminuir o seu gasto" –, infelizmente, causou tantos transtornos no programa anterior que nós tivemos cidades de IDH alto, na Região Sul do Brasil, com 100% da atenção primária terceirizada para médicos estrangeiros e, quando saíram, entrou em colapso.

Classificação: mérito, prova, avaliação. Eu não tenho como escolher a indicação política: "Esse daqui vai para lá, porque ele é filho de um correligionário e precisa ficar aqui para fazer campanha". Mérito. Tendo mérito, tendo prova, tendo um critério meritório, a gente vai conseguir sair do outro lado.

Controle da sociedade. É preciso a participação do controle social, dos conselhos municipais de saúde. Eles fazem parte da avaliação.

Vínculo qualificado. Não dá para a gente pensar que uma pessoa vá decidir ir para o interior do Brasil – ele, a mulher e levar os filhos – sem saber se o programa vai continuar ou não vai continuar, sem saber se vão renovar ou não vão renovar. Hoje, são três anos, renováveis por três, e ele não sabe se, no meio do caminho, vai ser renovado ou não; ele não sabe se a internet no dia que ele digitar vai estar em alta velocidade ou em baixa velocidade. Então, a gente quase que tem um programa de bico.

A valorização da atenção primária. Por isso – Senadora Simone Tebet, como vai a senhora? Tudo bem? –, o vínculo na atenção primária é CLT para que permita que a gente pague variável por transformação de indicadores de mortalidade materna, de mortalidade infantil, de atendimento aos diabéticos, de insuficiência renal, para que a gente possa falar: "Olha, esta equipe transformou a saúde lá, em Cruzeiro do Sul. Ela tem que ganhar mais, porque é assim na sociedade".

E o respeito, procurando o diálogo em todos os momentos, mas esses pilares foram os pilares dos quais nós saímos com o texto. Nós fizemos inclusive de uma maneira, Deputado Átila, que se a cidade melhora o seu IDH, melhora sua condição econômica... A gente quer que o Brasil seja igual, que sejamos todos super prósperos, aproximar talvez o índice de desenvolvimento da região mais desenvolvida do Brasil da Região Sul, da Região Nordeste. Mas esse programa, basicamente, vai olhar o Semiárido. Ele olha o Vale do Jequitinhonha, ele olha o Fundo de Vale da Amazônia, ele olha as situações de saúde indígena, tanto que no ápice do programa anterior, de 18 mil, nós tínhamos 12 mil nas cidades médias e grandes e 6 mil nas pequenas. Com essa classificação, a gente põe 14 mil nas cidades de difícil provimento,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

localidades de difícil provimento, e 4 mil nas cidades grandes, apenas naqueles lugares onde realmente se necessita.

Então, é um programa que foi muito pensado, muito gestado, que vem para esta Casa para ser sabatinado, questionado, interpretado, modificado, mas sem – eu espero – ofender os pilares. Sem ofender os pilares pelos quais nós fomos desafiados a mostrar esse texto, que é fruto de debate que se faz há muitos e muitos anos, mérito do programa anterior, do Ministro Padilha, de ter colocado essa questão. Chega uma hora em que a União precisa, sim. E tentou-se, fez-se um caminho que funcionou, tem os seus lados bons e serve como aprendizado, algumas coisas nós vamos retificar, mas precisa, neste momento, que a gente mostre para que lado nós vamos.

Quanto a essa questão de educação, revalidação de diploma, integração das Américas, como V. Exa. coloca, acho importante, acho pertinente, acho que deve ter. O Deputado Alan Rick sempre colocou muito, a Deputada Cassol. Acho importante. Temos texto para isso. Acho que precisamos trazer para a Comissão o MEC. Acho que há caminhos para serem feitos.

A redação que nós fizemos no Ministério da Saúde foi com a legislação que temos, com o que nós podemos, com as regras que temos. Novas regras exigem novos textos, novo debate.

Desejo à Comissão um bom trabalho. Na terça-feira, a gente vem, com o Secretário de Atenção Primária, apresentar todos os detalhes, item por item, para que vocês possam entender, conhecer o texto, aprimorá-lo, e tenho certeza de que faremos um bom trabalho.

A equipe estará sempre aqui à disposição de vocês, a equipe do Ministério da Saúde, e toda a semana. Aí é uma questão de combinar aqui com o Presidente, com o Relator. Eu vou deixar um horário à disposição, na agenda do Ministério, para os membros desta Comissão que quiserem, eventualmente, fazer algum questionamento sobre o assunto, para que possamos juntos dirimir dúvidas, encontrar textos, encontrar um caminho que seja de consenso.

Gosto desta Casa. Estive hoje de manhã na Comissão de Defesa do Consumidor, mas a Comissão queria discutir defensivo agrícola juntamente comigo e com a Deputada Tereza. Mas a Deputada Tereza não pode vir, teve um problema familiar. Eu cheguei lá e vi que eles queriam a mim e à Deputada Tereza. Então, eu remarquei e aí me deu um tempo, hoje de manhã, para poder ir na Semana da Pessoa com Deficiência, lá no Nereu; almocei aqui no restaurante da Câmara, com o Deputado Dagoberto, o Deputado Beto Pereira. Hoje foi uma comida da Paraíba. Parabéns à Bancada da Paraíba. É um prazer estar aqui reencontrando alguns Parlamentares e alguns Senadores com os quais convivi durante o período em que estive nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu queria agradecer, Ministro. Cumprimentar a Deputada Jaqueline, que chegou posteriormente; o nosso Vice-Presidente, Marcio Bittar; a Senadora Simone Tebet; a Deputada Joice. E dou a palavra à Senadora Simone Tebet, posteriormente à Deputada Joice e aí nós encerramos.

Já temos aqui o Plenário, para terça-feira, dia 27. Será no Plenário 6, aqui nessa mesma ala.

Senadora Simone, com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ser breve. Se V. Exa. me permitir, gostaria de, em nome da Joice, a única da bancada, das mulheres aí nessa bancada, e em nome do Relator, Senador Confúcio, cumprimentar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Eu não poderia deixar de estar aqui não só como titular desta Comissão, mas especialmente porque soube da presença do Ministro Mandetta.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Primeiro, já faço uma reclamação, Ministro. Obrigada pelo não convite do almoço da Bancada do Mato Grosso do Sul, aqui no restaurante do Senado!

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Foi informal.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) – Mas está contribuindo com a minha dieta. Eu agradeço por isso. (*Risos.*)

Deixando a brincadeira de lado...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Terça-feira eu venho almoçar no Senado.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) – Deixando a brincadeira de lado, é uma honra ter a presença de V. Exa. aqui. Eu, como Senadora de Mato Grosso do Sul, tenho muito orgulho, quando vou a Mato Grosso do Sul, e ouço, por parte dos nossos concidadãos eleitores, só elogios ao trabalho de V. Exa. e da Deputada Federal, hoje Ministra Tereza Cristina, os dois Ministros sul mato-grossenses do Governo Bolsonaro.

Eu quero apenas e rapidamente dizer da importância desta medida provisória e dizer que o tempo regimental que temos, pelo Regimento, pela Constituição brasileira, não é pouco, é muito para uma medida provisória como esta. Que esta medida provisória possa, por parte desta Comissão e do Congresso Nacional, não ser prorrogada. Por mais que a MP já comece a valer a partir do momento da edição pelo Presidente da República, é fundamental garantirmos à sociedade brasileira que ela vá vigor de hoje até o momento em que ela perder a sua necessidade para o País, porque nesse aspecto de saúde preventiva, o Brasil tem pressa.

Eu tive o cuidado de olhar a exposição de motivos assinada por V. Exa. Eu quero repetir apenas o que V. Exa. colocou, que me chamou muito a atenção: a nossa baixa cobertura vacinal, o aumento do número de casos de sífilis e outras doenças como tuberculose, o insuficiente controle de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, que geram milhares de internações inevitáveis. As pessoas estão morrendo nas pequenas cidades não por causa das doenças, mas pela ausência de médicos.

No Programa de Saúde da Família, quando eu era prefeita, eu me lembro, há 20 anos... Não foi há 20 anos atrás, mas 20 anos atrás eu me lembro de que havia um dado que dizia... Foi um pouco mais do que isso. Tinha idade para ser prefeita, mas foi um pouco depois disso. Mas eu me lembro que havia um dado que dizia que as cidades pequenas... Acho que eu até anotei: 1998, quatro anos depois da criação do Programa de Saúde da Família, apenas 7% da população brasileira recebiam atenção primária de saúde. Sete por cento da população brasileira recebiam atenção básica primária, 20 anos atrás. Hoje, passados 20 anos, já temos dois terços da população. Nós precisamos agora atender o que está faltando: um terço. Esses 30% da população brasileira que vivem em Municípios com menos de 20 mil habitantes possam ter uma resposta imediata desta Comissão e do Congresso Nacional. Que essa medida provisória não gaste 45 nem 60 dias. Que nós possamos fazer um esforço concentrado para, ajustando o texto naquilo que for necessário, entregar para a sociedade o que ela precisa: saúde pública de qualidade.

Parabéns a V. Exa., Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputada Joice com a palavra.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Obrigada, Presidente.

Ministro, Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas, eu estou com muita expectativa em relação à evolução das questões envolvendo a saúde pública, Ministro, com essa medida provisória e o aperfeiçoamento dela através de uma legislação que nós vamos aprovar





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

aqui no Congresso Nacional. A Senadora Simone falou que faltam médicos nos rincões do País. E faltam médicos mesmo, nos rincões do País, porque não há hoje uma carreira para esses médicos que estão na área pública.

Nós estamos cuidando, aqui, do nosso cidadão que será bem atendido por um profissional capacitado, por alguém que terá uma carreira médica e será valorizado, e isso é importante para todo o País. Eu me lembro, Ministro Mandetta, de que, quando o nosso Presidente ainda era pré, pré, pré, pré, pré-candidato, ele estava passeando no Piauí, do nosso Deputado Átila Lira, ele foi tomar um café na minha casa e, conversando sobre as questões envolvendo os médicos, a falta de médicos, as polêmicas envolvendo o Programa Mais Médicos também, eu disse a ele: olha, nós podemos criar um programa mais médicos brasileiros. Eu usei essa expressão à época. E acabou que melhoraram o nome: Médicos pelo Brasil. Ficou melhor aí a expressão do programa.

Acho que vai ser de um grande avanço para o nosso País, para a nossa população. E eu sei que todos aqui, inclusive aqueles que participaram da criação do Mais Médicos – nós temos aqui o Ministro Padilha – poderão contribuir com esse debate. Eu vou estar bem assídua aqui, viu, Ministro Mandetta? Acompanhando de perto, não é? Porque mulher de médico, mãe de estudante de Medicina e cidadã brasileira tem que acompanhar de perto o desenvolvimento desses temas que envolvem a nossa saúde pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Gostaria, antes de encerrar os trabalhos, da aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores e Deputados, Parlamentares, que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando o dia 27, Ala Nilo Coelho, Plenário 6, às 14h30.

(Iniciada às 15 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Elmano Férrer, Eduardo Costa, Alan Rick, Alexandre Padilha, Bia Kicis, Antonio Brito, Alexandre Serfiotis, Átila Lira, João Roma, Dr. Zacharias Calil, Léo Moraes, José Nelto, Leandre, Carmen Zanotto, Arolde de Oliveira, Pr. Marco Feliciano, Felício Laterça, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Jorge Solla, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Gilberto Nascimento, Vanderlan Cardoso, Camilo Capiberibe, Styvenson Valentim, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Gonzaga Patriota, Paulo Paim, Pedro Lupion e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Arthur Lira, Dr. Jaziel, Jhonatan de Jesus e Mário Heringer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 890/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, de 2019. **Participantes:** Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Silvia Nobre Waiãpi, Secretária Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS; Alberto Beltrame, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/27>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Eduardo Costa, Alan Rick, Alexandre Padilha, Zeca Dirceu, Antonio Brito, Alexandre Serfiotis, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil, Mário Heringer, Léo Moraes, José Nelto, Carmen Zanotto, Jayme Campos, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Diego Andrade, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Major Olimpio, Lucio Mosquini, Delegado Pablo, Pedro Lupion, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Rodrigo Pacheco, Elmano Férrer, Hiran Gonçalves, Bia Kicis, Dr. Jaziel, Átila Lira, Jhonatan de Jesus e Leandre. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, de 2019. **Participantes:** Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde; Dr. Raul Cutait, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Francisca Valda, Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Daniel Knupp, Diretor da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade - SBMFC. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Aprovados os Requerimentos nº 32 e 33, para realização de Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/28>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia três de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Hiran Gonçalves, Eduardo Costa, Alan Rick, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Alexandre Padilha, Bia Kicis, Joice Hasselmann, Antonio Brito, Dr. Jaziel, Átila Lira, João Roma, Beto Pereira, Dr. Zacharias Calil, Léo Moraes, José Nelto, Carmen Zanotto, Flávio Bolsonaro, Otoni de Paula, Felício Laterça, Sergio Souza, Pastor Sargento Isidório, Perpétua Almeida, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Jarbas Vasconcelos, Igor Timo, Gonzaga Patriota, Lucio Mosquini, Paulo Paim, Pastor Eurico, Coronel Armando, Diego Garcia, Dário Berger, Benes Leocádio, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Dr. Frederico, Izalci Lucas, Major Olimpio, Luis Carlos Heinze, Rodrigo de Castro, Pedro Lupion e Pr. Marco Feliciano. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Juíza Selma, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Elmano Férrer, Jhonatan de Jesus, Mário Heringer e Leandro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 890/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, de 2019. **Participantes:** Sr. Abraham Weintraub, Ministro de Estado da Educação; Sr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; Sr. Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Aprovado o Requerimento nº 34, de autoria dos Deputados Ruy Carneiro e Alexandre Padilha e do Senador Confúcio Moura, para realização de audiência pública. Rejeitados os Requerimentos nºs 1 a 28, 30 e 31. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/03>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Telmário Mota, Eduardo Costa, Alan Rick, Alexandre Padilha, Alexandre Serfotis, Dr. Jaziel, Átila Lira, Luciano Ducci, João Roma, Beto Pereira, Dr. Zacharias Calil, Léo Moraes, José Nelto, Leandre, Carmen Zanotto, Dário Berger, Jorge Solla, Claudio Cajado, Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Jarbas Vasconcelos, Delegado Pablo, Paulo Paim, Pedro Lupion, Chico Rodrigues, Fred Costa, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Marcos Rogério, Elmano Férrer, Hiran Gonçalves, Bia Kicis, Antonio Brito, Jhonatan de Jesus e Mário Heringer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 890/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, de 2019. **Participantes:** Sr. Vinícius Ximenez, Representante da Rede de Médicas e Médicos Populares; Sr. Flávio Lima Barreto, Representante da Associação de Médicos Formados no Exterior; Sra. Niurka Valdes Pérez, Presidente da Associação de Médicos Cubanos; Sra. Lilian Gonçalves, Coordenadora da Associação Médica Nacional Maíra Fachini; Sr. Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão aprovação da ata da presente reunião e de reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/04>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Zenaide Maia, Telmário Mota, Hiran Gonçalves, Eduardo Costa, Alan Rick, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Alexandre Padilha, Zeca Dirceu, Antonio Brito, Alexandre Serfiotis, Luciano Ducci, João Roma, Dr. Zacharias Calil, José Nelto, Carmen Zanotto, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Major Olímpio, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Eduardo Gomes, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Jorge Solla e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Marcos Rogério, Elmano Férrer, Bia Kicis, Dr. Jaziel, Átila Lira, Jhonatan de Jesus, Mário Heringer, Léo Moraes e Leandre. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 890/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, de 2019. **Participantes:** José Eduardo Fogolin, Presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de São Paulo – COSEMS-SP; Verônica Savatin Wottrich, Presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás - COSEMS-GO; Manuel Del Olmo, Vice-Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS-SC; Denilson Magalhães, Supervisor do Núcleo de Desenvolvimento Social da Confederação Nacional dos Municípios; Florentino Alves Veras Neto, Representante do Consórcio do Nordeste; Lucas Wollmann, Diretor de Programa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/10>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Otto Alencar, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Hiran Gonçalves, Eduardo Costa, Alan Rick, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Alexandre Padilha, Bia Kicis, Antonio Brito, Alexandre Serfotis, Dr. Jaziel, João Roma, Dr. Zacharias Calil, Léo Moraes, José Nelto, Carmen Zanotto, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Diego Andrade, Rogério Peninha Mendonça, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Efraim Filho, Izalci Lucas, Miguel Lombardi, Delegado Pablo, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Marcelo Ramos, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Túlio Gadêlha, Jorge Kajuru, Lucio Mosquini, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Da Vitoria, Arolde de Oliveira e Dário Berger. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Rodrigo Cunha, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Marcos Rogério, Elmano Férrer, Átila Lira, Jhonatan de Jesus, Mário Heringer e Leandre. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, de 2019. **Participantes:** Sr. Heleno Corrêa, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO; Sr. Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica Brasileira; Sr. Lucas Wollmann, Diretor de Programa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS/MS; Sr. Carlos Fernando da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Médicos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e zero minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/11>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 17, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dez minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Ruy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019, com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Simone Tebet, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Weverton, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Humberto Costa, Telmário Mota, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Elmano Férrer, Hiran Gonçalves, Eduardo Costa, Alan Rick, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Alexandre Padilha, Zeca Dirceu, Dr. Luiz Ovando, Dra. Soraya Manato, Antonio Brito, Alexandre Serfiotis, Luciano Ducci, João Roma, Beto Pereira, Dr. Zacharias Calil, Mário Heringer, Sergio Vidigal, Léo Moraes, José Nelto, Leandre, Carmen Zanotto, Rodrigo de Castro, Fred Costa, Acir Gurgacz, Pr. Marco Feliciano, Sérgio Petecão, Marcelo Ramos, Eduardo Braide, Flávio Bolsonaro, Bia Kicis, Rodrigo Coelho, Jorge Solla, Kim Kataguri, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Alessandro Vieira, Jarbas Vasconcelos, Igor Timo, Jaqueline Cassol, Manuel Marcos, Lucio Mosquini, Paulo Paim, Elmar Nascimento, Arolde de Oliveira, Reginaldo Lopes, Joice Hasselmann, Toninho Wandscheer, Diego Garcia, Dário Berger, Marcos do Val, Tereza Nelma, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Coronel Tadeu, Izalci Lucas, Major Olimpio, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Pacheco, Paulo Azi, Hercílio Coelho Diniz e Delegado Pablo. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Dr. Jaziel e Jhonatan de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 890, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório do Senador Confúcio Moura e concedida vista coletiva. Às dezesseis horas e dezenove minutos a Reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e quatro de setembro. Às quinze horas e dois minutos do dia vinte e quatro de setembro a reunião é reaberta. Apresentada Complementação de Voto do Senador Confúcio Moura. Apresentados os Requerimentos nºs 35 a 49, de destaque; o Requerimento nº 50, de votação em globo dos requerimentos de destaque; e os Requerimentos nºs 51 a 54, de votação nominal de requerimentos de destaque. Os requerimentos de destaque nºs 38, 39, 44, 45 e 46 são retirados pelos respectivos autores. Às dezesseis horas e dezenove minutos a Reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e cinco de setembro. Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de setembro a reunião é reaberta. Recebidos os requerimentos nºs 55, de destaque, e 56 a 59, de votação nominal de destaques. O relator apresenta nova complementação de voto. Retirados os requerimentos nºs 49 e 53. Reapresentado o requerimento nº 44. Prejudicados os requerimentos 54, 56, 57, 58 e 59. Atendidos o requerimento nºs 51 e 55. Aprovado o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

requerimento nº 50, de votação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaque. Aprovada a admissibilidade dos requerimentos de destaque nºs 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 47 e 48. Aprovado, por 19 votos a 0, o Relatório do Senador Confúcio Moura, ressalvados os destaques, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela presença dos pressupostos constitucionais e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 890, de 1º de agosto de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, sendo aprovadas as Emendas nºs 1, 2, 4, 18, 44, 46, 52, 65, 67, 80, 111, 140, 143, 163, 167, 180, 184, 200, 209, 216, 221, 235, 239, 253, 257, 269, 282, 289, 293, 322, 325, 332, 343, 351, 360 e 363, aprovadas parcialmente as Emendas nºs 3, 5, 6, 12, 13, 22, 23, 34, 35, 36, 38, 41, 42, 47, 48, 49, 63, 64, 66, 79, 84, 95, 99, 104, 106, 108, 127, 129, 134, 138, 139, 154, 158, 160, 168, 173, 175, 177, 185, 190, 192, 201, 203, 205, 212, 214, 222, 227, 229, 232, 240, 245, 248, 250, 258, 263, 265, 270, 276, 278, 285, 286, 294, 299, 301, 307, 312, 313, 320, 321, 328, 332, 334, 335, 339, 347, 350, 352, 356, 357, 364 e 366, e rejeitadas as demais Emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Rejeitada a emenda nº 309, objeto do destaque nº 42, pelo processo simbólico, fica mantido o texto do relator. Rejeitada a emenda nº 251, objeto do destaque nº 47, pelo processo simbólico, fica mantido o texto do relator. Rejeitada a emenda nº 312, objeto do destaque nº 36, pelo processo simbólico, fica mantido o texto do relator. Foi rejeitado também o requerimento nº 52 de votação nominal deste destaque. Rejeitada a alteração do artigo 32, objeto do destaque nº 37, por 14 votos a 4, fica mantido o texto do relator. Rejeitada a supressão do artigo 34, objeto do destaque nº 40, pelo processo simbólico, fica mantido o texto do relator. Aprovada as Emendas nºs 9 e 98 (de idêntico teor), objeto do requerimento de destaque nº 35, por 10 votos a 8. Rejeitada a emenda nº 306, objeto do destaque nº 41, pelo processo simbólico, fica mantido o texto do relator. Rejeitada a emenda nº 145, objeto do destaque nº 43, pelo processo simbólico, fica mantido o texto do relator. Aprovada a emenda nº 242, objeto do requerimento de destaque nº 48, por 11 votos a 7. Rejeitada a emenda nº 126, objeto do destaque nº 44, pelo processo simbólico, fica mantido o texto do relator. A presidência submete à Comissão ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Ruy Carneiro

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/24>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 890, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Senador Confúcio Moura, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Deputadas, preliminarmente, quero fazer os agradecimentos ao Presidente desta Comissão, Deputado Ruy Carneiro, que nos concedeu plena liberdade de manifestação nesta Comissão e também pela presença proativa, respeitosa e, acima de tudo, democrática, a todos os membros da Comissão, Deputados e Senadores, que, junto a este Relator, cooperaram com as emendas, sugestões e debates; a todos os palestrantes das audiências públicas realizadas – não vou citar os nomes – que se disponibilizaram a estar conosco nesta jornada, cuja contribuição foi fundamental para que chegássemos aos entendimentos necessários nesta relatoria.

Eu não poderia deixar de registrar o brilhante trabalho realizado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, nas pessoas do Dr. Vitor Marcel, Dr. Sebastião Moreira e Dr. Marcelo Ottoni, sem os quais não conseguiríamos apresentar um relatório tão demonstrativo das possibilidades técnicas e legais; ao pessoal do meu gabinete, especialmente aos assessores Flávio Romero e Vivian Horta, que também nos ajudaram sobremaneira.

Ao chefe de gabinete do Deputado Antonio Brito – está aqui o nosso Deputado-Revisor desta Relatoria –, Hermes Sampaio, que também foi devoto na participação desse trabalho; aos Srs. Ministros da Saúde e da Educação, a todo o corpo técnico dos Ministérios, que nos receberam muito bem, sempre tirando as nossas dúvidas e cooperando.

O relatório está no sistema, no portal do Senado. Ele tem 52 páginas, é longo, e eu procurei... O projeto de lei de conversão já está lá demonstrado, para que os senhores estudem com detalhes tudo que está escrito, tirem dúvida durante esse período de... Provavelmente, será concedida vista pelo Sr. Presidente. E aí, nesse período, nós vamos ajustando o que for necessário.

Eu fiz um resumo do projeto de conversão e um comentário: são 366 emendas. Nós lemos todas, detalhadamente, classificamos os blocos, as individuais, e, dentro do possível, nós acolhemos muitas emendas, no todo ou em parte. Foram contempladas, ricamente contempladas. E até agora estamos ainda discutindo aqui maneiras de incluir coisas no nosso relatório, demonstrando aos senhores que eu não fiz relatório absoluto. De maneira nenhuma. Nós recepcionamos as sugestões para aperfeiçoar a medida provisória.

Assim sendo, Srs. Parlamentares, eu inicio aqui uma leitura. Vou acelerar um pouquinho porque eu fiz um resumo. Do total, das 52 páginas, eu resumi em 10 páginas apenas, para a gente correr, para, depois, o Sr. Presidente assumir o comando e conduzir os debates e discussões se, por acaso, surgirem.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O relatório.

Vem ao exame desta Comissão Mista de Deputados e Senadores a Medida Provisória 890, de 1º de agosto de 2019, que institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde.

A medida provisória institui o Programa Médicos pelo Brasil, cuja finalidade é incrementar a prestação de serviços médicos em locais de difícil provimento ou alta vulnerabilidade, além de estimular a formação de médicos especialistas em medicina de família e comunidade, no âmbito do SUS. A medida provisória também autoriza o Poder Executivo federal a instituir um serviço social autônomo, denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde, chamada abreviadamente Adaps.

A medida provisória estabelece que a agência contratará seu pessoal por meio de regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho por meio de processo seletivo público.

Caberá ao Conselho Deliberativo aprovar o Estatuto da Adaps, no qual, entre outras regras, serão estabelecidos mecanismos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades.

A medida provisória regula a contratação pela Adaps dos médicos de família e comunidade e dos tutores médicos. Para os primeiros, exige-se como requisito essencial apenas a inscrição no Conselho Regional de Medicina, enquanto para os últimos é exigida também a especialização em medicina de família e comunidade ou em clínica médica.

Em qualquer caso, os candidatos serão submetidos a processo seletivo que, para o cargo de tutor, consistirá apenas de prova escrita. Já para os demais médicos, há a previsão de um processo mais complexo, dividido em três etapas: após a prova escrita, os candidatos aprovados farão curso de formação, com duração de dois anos, seguido por prova final escrita de título de especialista em medicina de família e comunidade.

Ficam revogados os arts. 6º e 7º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o Programa Mais Médicos; os dispositivos previam quais seriam as especialidades de Residência Médica consideradas para fins de cumprimento da meta de ampliação de vagas de Residência Médica desse programa, bem como estabeleciam o Programa de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade.

De todo modo, é importante ressaltar que a medida provisória não extingue o Programa Mais Médicos.

Na Exposição de Motivos, argumenta-se que os objetivos do Programa são

promoção do acesso universal e igualitário da população às ações e serviços do SUS, especialmente nos locais de difícil provimento ou alta vulnerabilidade; o fortalecimento da atenção primária à saúde, com ênfase na saúde da família; a valorização dos médicos da atenção primária à saúde, sobretudo no âmbito da saúde da família; o incremento da provisão de médicos em locais de difícil provimento ou alta vulnerabilidade; o incremento da formação de médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade; e a consolidação da presença de médicos na atenção primária à saúde do SUS.

Desse modo, espera-se aumentar a quantidade atual de seis mil médicos de família e comunidade para 45 mil médicos.

Foram apresentadas 366 emendas à medida provisória, sendo uma delas, a Emenda nº 101, retirada pelo seu autor.

No âmbito da Comissão Mista, houve amplo debate entre sociedade civil, profissionais de saúde, Parlamentares e Governo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Foram realizadas seis audiências públicas com a presença de diversos representantes do Governo, da sociedade civil, entidades, profissionais médicos e de saúde. Destaca-se a presença dos Ministros da Saúde e da Educação nas audiências.

Foram oferecidos também muitos comentários por cidadãos mediante o Portal E-Cidadania do Senado Federal, alguns deles retratados abaixo.

As Emendas e os comentários serão referidos e relatados na análise.

No relatório de 52 páginas, com o projeto de lei de conversão inclusa, nós detalhamos emenda por emenda, autor por autor, objeto por objeto de cada uma.

Análise.

Não se vislumbram vícios de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade na medida provisória, sendo atendidos os requisitos constitucionais de relevância e urgência.

Os relatórios do projeto de pesquisa Demografia Médica no Brasil trazem informações preciosas a respeito da distribuição de médicos no País. O estudo – coordenado pelo Dr. Mário Scheffer, professor do Departamento de Medicina Preventiva (DMP) da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) – demonstra de maneira detalhada como se dá a distribuição dos profissionais da medicina no território brasileiro e os problemas que justificam a edição da Medida Provisória nº 890, de 2019.

O estudo mostra que, em janeiro de 2018, os Conselhos de Medicina registravam a existência de 452.801 médicos em atividade no Brasil. O número confirma uma tendência de crescimento significativo da categoria, que perdura há quase cinco décadas. Entre 1970, quando havia 58.994 médicos, e o ano de 2018, o número de médicos aumentou 667%. O percentual é muito superior ao do crescimento da população, que nesse período pouco mais que duplicou.

A perspectiva atual é de manutenção dessa curva ascendente. Enquanto a taxa de crescimento populacional reduz sua velocidade, a abertura de escolas médicas e de vagas em cursos já existentes mantém um ritmo crescente. A estimativa do estudo é de que cerca de 24 mil novos profissionais desembarcarão anualmente no mercado de trabalho a partir de 2024.

Essa diferença entre a formação de novos médicos e o crescimento da população provocou um aumento na razão médico *versus* habitante. E, aqui, eu cito a distribuição de médicos pelas regiões do Brasil. De 1970 a 2018, que já foi muito bem repisado durante as audiências públicas, e hoje, nós temos a média de 2,18%

Eu passo diretamente para o item 1: Adaps como serviço social autônomo

Com a criação da Adaps como serviço social autônomo, haverá grande ganho de flexibilidade de gestão, com maiores eficiência e segurança jurídica em comparação com o modelo do Programa Mais Médicos. Durante o curso de formação, com duração de dois anos, o médico receberá bolsa-formação com valores atrativos. Após esse período, ele poderá ser contratado como médico especialista em medicina de família e comunidade, tendo seu vínculo jurídico regido pela CLT, com todos os direitos e deveres dos demais trabalhadores.

A seguir eu justifico, continuando, afastada a execução pela Fiocruz e pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que é do Ministério da Educação. E justifico e vou saltando aqui para ganhar mais tempo.

No último parágrafo desse mesmo item 1, há emendas que estabelecem a necessidade de criação de carreira no âmbito da Adaps para os médicos contratados pelo regime celetista, de modo a gerar atratividade e previsibilidade para os ingressantes sobre sua progressão da vida profissional. As Emendas são positivas





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

e podem ser acatadas parcialmente, para obrigar a Adaps a organizar os médicos participantes celetistas no plano próprio de carreiras e salários.

Faz-se também acréscimo do §3º ao art. 24 para estabelecer que não se abrirá novo processo seletivo enquanto houver candidato aprovado em processo seletivo anterior com prazo de validade não expirado e candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas.

Item 2. Definição territorial da política pública.

Há emendas para alterar as definições de locais de difícil acesso e provimento e de alta vulnerabilidade, ou seja, dos locais a serem atendidos pelo Programa Médicos pelo Brasil.

Com efeito, algumas propostas aprimoraram o texto da MP na definição do local de alta vulnerabilidade ao estabelecer a totalidade do Município como base territorial para determinar os locais a serem beneficiados pelo programa, ou seja, as capitais, as regiões metropolitanas. Então, a sugestão, inclusive do Deputado Padilha, é colocar o termo "localidade" ao invés de "Município".

Terceiro: a manutenção do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

É importante ressaltar que a Medida Provisória nº 890 não prevê a descontinuidade do Programa Mais Médicos nem do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Em reunião mantida no Ministério da Saúde, S. Exa. o Ministro garantiu que os contratos vigentes serão cumpridos e há previsão de lançamento de novos editais. Inclusive, neste momento, cerca de 700 médicos recém incorporados ao projeto encontram-se em fase final de capacitação em Brasília.

Último parágrafo do item 3.

Portanto, propõe-se, no projeto de lei de conversão, uma emenda de redação para deixar bem claro que o Projeto Mais Médicos para o Brasil poderá continuar a ser executado sem nenhum impedimento.

Item 4. Contratação de terceiros pela Adaps.

Há propostas de emendas que suprimem o §1º do art. 19 da medida provisória para proibir a contratação de terceiros pela Adaps para quaisquer finalidades. Trata-se de medida muito rígida e que, na prática, pode inviabilizar o funcionamento da agência. Imagine-se, por exemplo, o problema que isso pode acarretar nos casos em que a Adaps precise de técnicos para fazer a manutenção de um equipamento ou de empresas para o fornecimento de insumos.

Item 5. Possibilidade de execução da política pública por Estados e Municípios.

Houve sugestões – agora bem aqui neste momento – de inclusão dos Municípios no projeto descentralizado, para que os Municípios pudessem contratar com seus próprios orçamentos.

Diversas emendas buscam possibilitar a Estados e Municípios a execução do Programa Mais Médicos e do Programa Médicos pelo Brasil, inclusive com a contratação direta de médicos sem inscrição no Conselho Regional de Medicina.

Opina-se pela rejeição dessas emendas pelo fato de a lógica desses dois programas ser a centralidade administrativa e de pessoal na União, que poderá acompanhar e fiscalizar melhor as atividades desses profissionais.

Item 6. Médicos formados no exterior e a questão dos médicos cubanos.

Há emendas que propõem a dispensa de exigência de inscrição no CRM dos candidatos ao processo seletivo para médico de saúde da família e comunidade. A nosso ver, essas iniciativas devem ser vistas com reserva, pois o programa foi desenhado para receber profissionais plenamente habilitados ao exercício da profissão. A comprovação da habilitação pressupõe a prévia inscrição no CRM.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ressalte-se que permanece ativo o Projeto Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei nº 12.871, de 2013. É este projeto governamental que tem previsão para receber os médicos com diplomas estrangeiros não revalidados no País.

Aqui está a emenda do Exmo. Deputado Lucio Mosquini.

Há ainda emendas que estabelecem um percentual de 50% e 30%, respectivamente, de reserva de vagas para brasileiros formados no exterior sem registro no CRM para participarem do Programa Médicos pelo Brasil. Embora entenda a preocupação como legítima, haveria uma contrariedade da lógica das ações afirmativas como políticas públicas direcionadas a favorecer pessoas mais carentes, isso porque os profissionais tiveram condições financeiras de estudar fora do Brasil por anos, durante os quais muitos estudaram no Brasil, onde os cursos privados de Medicina custam muito caro, e endividaram-se para pagar o financiamento de seus estudos.

Desse modo, criar uma reserva de vagas para profissionais formados no exterior seria reduzir as oportunidades dos que estudaram no Brasil.

Contudo, é importante registrar a excepcionalidade da situação dos médicos intercambistas cubanos – há muitos médicos cubanos aqui no auditório... Eu vou repetir esse início.

Contudo, é importante registrar a excepcionalidade da situação dos médicos intercambistas cubanos que exerciam suas atividades no âmbito do Projeto Mais Médicos e que permaneceram no Brasil após a rescisão do Convênio de Cooperação entre a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e o Ministério da Saúde Pública de Cuba para o fornecimento de mão de obra ao projeto.

A vinda desses médicos para o Brasil, na condição de participantes do Projeto Mais Médicos, foi viabilizada pelo 3º Termo de Ajuste ao 80º Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações vinculadas ao projeto intitulado Ampliação do acesso da população brasileira à atenção básica em saúde, firmado entre o Governo Federal e a Opas. Registre-se, portanto, que nunca houve um contrato direto entre o Ministério da Saúde e esses profissionais.

Eles eram contratados pela Sociedad Mercantil Cubana Comercializadora de Servicios Médicos Cubanos S.A., submetida ao Ministério da Saúde Pública de Cuba, que por sua vez estabeleceu convênio com a Opas.

Último parágrafo.

Em função da situação humanitária difícil em que se encontram esses profissionais, na condição de desertores, e da sua importância para a atenção à saúde nas localidades mais carentes, foram inúmeros os apelos de Parlamentares para sua reincorporação ao Projeto Mais Médicos para o Brasil. Em atendimento a essas demandas, proponho o estabelecimento de regra excepcional e transitória no projeto, para que os médicos cubanos que exerciam suas atividades por ocasião da ruptura do convênio com a Opas possam ser admitidos diretamente pelo Ministério da Saúde, na condição de médicos intercambistas, sem a intermediação de qualquer entidade. Trata-se de demanda também expressada por diversos cidadãos mediante o Portal e-Cidadania, como o Sr. Lester Lopez, do Estado do Amazonas, Danilo Mendes, do Distrito Federal, e muitos outros.

Revalidação de diplomas de médicos formados no exterior, o Revalida. Muitas, diversas emendas propõem a realização obrigatória, em período anual ou semestral, do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituições estrangeiras, conhecido como Revalida.

A proposta de instituir o Revalida por lei, convém registrar, não é nova, pois foi objeto de iniciativa da Câmara dos Deputados e no Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nos termos da Portaria Interministerial MEC/MS nº 278, de 17 de março de 2011, o Revalida não é obrigatório para o processo de revalidação dos diplomas médicos e nem substitui esse processo, que é feito somente por universidades públicas, nos termos do §2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – a LDB.

A criação do exame buscou oferecer maior agilidade ao processo de revalidação dos diplomas médicos, principalmente devido às dificuldades burocráticas levantadas pela maioria das universidades públicas brasileiras na condução do processo, inclusive como reflexo das desconfianças apresentadas por entidades médicas quanto à procedência dos diplomas estrangeiros. De modo que, devido a restrições orçamentárias, desde 2017 o Revalida não é aplicado em nosso País.

De acordo com informação apresentada pelo Ministro da Educação, na audiência pública realizada pela Comissão Mista em 3 de setembro de 2019, o exame custa, em média, por volta de R\$6 mil reais por candidato. Embora se compreenda que esses valores onerem sobremaneira o orçamento público, é preciso olhar para a situação de milhares de médicos que ficam à espera da oportunidade de terem seus diplomas revalidados para que possam exercer a profissão no Brasil, assim como da população que, em diversas localidades do País, carece de assistência médica por falta de profissionais.

As soluções que apresentamos no projeto de lei de conversão buscam traduzir ao máximo as sugestões apresentadas tanto pelas emendas dos Srs. Parlamentares quanto pelas manifestações de representantes de diversas entidades em audiências públicas. Embora amplo consenso se tenha constituído sobre alguns aspectos da matéria, em outros ainda permanecem posições que carregam algum grau de divergência, o que nos levou a fazer escolhas mais razoáveis para favorecer as demandas dos médicos formados no exterior e, ao mesmo tempo, assegurar a qualidade dos serviços a serem prestados à população por esses profissionais.

Assim, mantivemos o Revalida em duas etapas: a primeira constituída de um exame escrito, a ser aplicado pela Administração Pública Federal, e a segunda formada por exame de habilidades clínicas, a cargo de instituições de ensino que assinarem o termo de adesão com a União.

Estendemos essa prerrogativa para as instituições de ensino com cursos de medicina – olhem bem – com avaliação positiva do Poder Público; porque existem as categorias das faculdades de medicina e universidades 1, 2, 3, 4 e 5; eu não quis colocar 1, 2, 3, 4 ou 5: colocamos avaliação positiva.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Existe alguma negativa?

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Não. Só positiva. Porque, logicamente, se estão aprovadas é porque estão aprovadas, não é?

Bem, mantivemos o Revalida e estendemos essa prerrogativa para as instituições de ensino em que os estabelecimentos aptos a formar médicos podem igualmente fazer a aplicação da segunda etapa do Revalida, quer dizer, universidades públicas estaduais e privadas.

O projeto de lei de conversão determina ainda que o Revalida seja aplicado semestralmente, o que dará segurança aos profissionais que buscam tornar mais célere o processo de revalidação dos seus diplomas por meio desse exame.

Reafirmamos ainda nosso compromisso contrário ao estabelecimento de limitação de oportunidade de prestação do Revalida.

Por contornar obstáculo orçamentário, fica estabelecido que os custos de realização dos exames serão marcados pelos próprios candidatos.

De acordo com o regulamento... Por regulamento, o MEC vai definir.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Finalmente, incorporam-se sugestões de diversos Parlamentares para que um candidato reprovado – isso é importante, é uma sugestão de ontem para cá. Finalmente, incorporam-se sugestões de diversos Parlamentares para que o candidato reprovado na segunda etapa – que é a prática – do Revalida permaneça habilitado à realização das edições seguintes do exame, sem necessidade de se submeter à primeira etapa em que já foi aprovado previamente, como a OAB já faz.

O voto.

Vota-se pela presença dos pressupostos constitucionais e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória 890, de 1º de agosto de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, sendo aprovadas as emendas... Eu vou aqui, são muitas emendas: 2, 4, 44, 46, 52, 65, 67, 80, 111, 140, 143, 163, 167, 180, 184, 200, 209, 216, 221, 235, 239, 253, 257, 269, 282, 289, 263, 322, 325, 332, 343, 351, 360 e 363 e aprovadas parcialmente as Emendas 3, 5, 6, 12, 13, 23, 34, 35, 36, 41, 42, 47, 48, 59, 63, 64, 66, 79, 84, 95, 96, 99, 107, 108, 127, 129, 134, 138, 139, 158, 160, 168, 173, 175, 177, 185, 190, 192, 201, 203, 205, 212, 214, 222, 227, 229, 232, 240, 245 e vai até a 366... É muita coisa. (*Risos.*)

Depois vocês olham direitinho as emendas acatadas parcialmente. E rejeitadas as demais emendas, na forma da lei de conversão apresentada.

É esse o relatório.

A lei de conversão, para maior detalhamento, está à disposição dos senhores para, nos períodos em que o Presidente vai decidir, os senhores analisarem item por item e nos ajudarem a corrigir eventuais falhas.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Presidente, eu gostaria de pedir vista coletiva...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Calma, a gente vai chegar nessa fase.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Antes da discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Calma, minha gente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Está todo mundo calmo.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Quem tem tempo não tem pressa.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Confúcio pelo relatório, que, dentre outros temas, traz dois assuntos muito importantes: a questão do Revalida, em que tínhamos, se eu não me engano, 70 emendas, um projeto de urgência no Plenário, uma série de projetos na Câmara e no Senado, e a questão dos cubanos.

Eu acho que o Brasil faz justiça com vocês! Vão ter agora oportunidade de trabalhar por dois anos, tendo oportunidade de fazer quatro Revalidas, com um salário digno, de vocês, porque quem trabalha é que tem que receber o salário. (*Palmas.*)

Eu gostaria de consultar se algum membro da Comissão deseja pedir vista da matéria.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Nós fizemos um pré-acordo de uma vista, que é a máxima, de uma semana, mediante um compromisso de que nós finalizássemos a matéria na próxima semana.

Então, nós vamos dar vista até terça-feira e vamos votar o relatório entre terça e quarta. Nós temos aqui, pela ordem, alguns Parlamentares que pediram para usar da palavra, e nós vamos dar dois minutos a cada um, iniciando pelo Deputado Lúcio Mosquini.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não é discussão da matéria.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é que como V. Exa. concedeu vista coletiva, eu entendo que nós não devemos abrir a discussão da matéria...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Não, não é discussão. A discussão fica para depois.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – ... Veja bem, nós estamos fazendo uma concessão pela ordem.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Então, eu queria, pela ordem, pedir a V. Exa. que encerre a discussão e nós possamos discutir o relatório na próxima sessão, porque se assim não for nós vamos começar a discutir o relatório.

Essa é a minha questão de ordem.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para questão de ordem.) – Presidente, uma questão de ordem para que fique muito claro.

Essa vista, que normalmente seria de 24 horas, e nós poderíamos votar amanhã, foi feito um acordo por uma semana. O que eu gostaria de saber é se nesse acordo está contemplado, de uma forma livre de qualquer dúvida, que na semana que vem não haverá nenhum tipo de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Olhe, primeiro, a questão de vista ser 24 horas é prerrogativa da Presidência, e nós temos a vista de uma semana.

Nós temos tido aqui na Comissão uma relação extremamente harmônica...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – ... e nunca houve nenhum problema. Então, acredito que não haverá – e aí o Deputado Alexandre Padilha pode usar da palavra –, não haverá problema em relação a essa questão.

Existe um compromisso de finalizarmos na próxima semana, e eu tenho certeza de que o compromisso será cumprido.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Houve alguns Parlamentares que pediram a palavra pela ordem.

Eu não vejo nada demais dar dois minutos a cada um, pela ordem.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Entre outras coisas, para a gente saudar o Presidente e o Relator pelo trabalho feito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Lúcio Mosquini...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Só para parabenizar o Senador Confúcio, porque teve agilidade até falar, porque por mais que a gente observasse não deu tempo para acompanhar: "emenda aprovada, aprovada parcialmente..." Mas por isso a gente tem uma semana para ver.

Parabenizar também o Deputado Ruy Carneiro por este diálogo franco, porque na verdade aqui a gente fica discutindo, a grande maioria, como eu estou vendo aqui o meu colega médico Iran, é a vivência na ponta. Isso ajuda muito numa formação dessa. Então mais uma semana é interessante.

Parabéns Confúcio. Você dava para divulgar jogo de futebol pelo rádio.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Alexandre Serfiotis. Aí V. Exa. depois.

O SR. ALEXANDRE SERFIOTIS (PSD - RJ) – Igualmente parabenizar ao senhor, Deputado Ruy Carneiro, Presidente desta Comissão, que conduziu com muito equilíbrio. De forma democrática, todos, durante as reuniões, puderam se expressar nas diversas audiências em que nós participamos aqui. Ao Senador Confúcio, Relator dessa medida provisória, parabéns!

Eu acredito que, com todas as emendas que o senhor acatou, avaliando uma por uma juntamente com a equipe técnica do Senado, aqui do Congresso, pôde melhorar ainda mais essa medida provisória, o Projeto de Lei de Conversão, e saindo um relatório muito melhor, para que possa de fato cumprir o objetivo da medida provisória, que é levar o médico lá para a ponta, para os locais mais difíceis, para que toda a população seja contemplada e atendida.

O nosso Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, o Relator-revisor, Deputado Antônio Brito, também contribuindo, participando.

Então, de fato, eu agradeço muito a Deus a possibilidade de poder estar aqui e participar deste momento tão importante para o País, para o médico. Sendo médico, também entendo a importância. E ao senhor, Senador Confúcio, que juntamente com o nosso Presidente e com o nosso Relator-revisor, conduziu de forma brilhante todas as reuniões, dando-nos aqui também a oportunidade de falar e de opinar sempre.

Então, parabéns aos senhores e que Deus abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC) – Sr. Presidente Ruy Carneiro, quero parabenizá-lo pela condução desta medida provisória, dos debates nesta Comissão Mista, parabenizar o Senador Confúcio Moura pelo relatório, principalmente no que se refere à revalidação de diplomas de médicos formados no exterior. Entendo que já é o momento de o Brasil aprovar esse marco regulatório de uma vez por todas. Não cabem mais atrasos, não cabe mais tergiversar sobre esse tema. Por isso felicito-o pelo relatório tão bem colocado no ponto da revalidação de diplomas, principalmente no que se refere a ser realizado duas vezes por ano, semestralmente.

No que se refere ao acordo, Sr. Presidente Ruy Carneiro, em que pese o artigo 132, §1º do Regimento do Senado estabelecer o prazo máximo de cinco dias, nós aqui estamos entrando num acordo, deixando muito claro que será na terça-feira que vem, portanto sete dias a contar a partir de hoje. Então deixando muito claro isso, para que depois não haja nenhum questionamento. Nós estamos entrando num acordo e esta Comissão debaterá, na próxima terça, ou no máximo quarta-feira, o relatório final, através desse acordo que estamos fechando aqui.

E uma última pergunta, somente ao nosso Relator, Senador Confúcio, sobre a inserção dos médicos cubanos na categoria de refugiados.

É no Programa Mais Médicos, perfeitamente. Concluindo, então, no Programa Mais Médicos. O.k.?

Portanto, entrando no mesmo entendimento do Deputado Lucio Mosquini, concordo que nós devemos fazer o debate do tema, do mérito na próxima semana, quando vamos fechar todos os detalhes do relatório de V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Só comentando que são cinco dias úteis. Então, quarta, quinta, sexta, segunda, terça.

Passo para o Deputado Alexandre Padilha.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Saudar o senhor e em nome do senhor, saudar todos os Parlamentares aqui da nossa Comissão, saudar o nosso Relator.

Eu pedi a palavra exatamente para saudar esse processo e acredito que nós temos o compromisso absoluto, todos nós, de que esse processo de debate, de discussão, de definição final do que é o relatório final aqui desta Comissão honre a qualidade do debate, a tranquilidade do debate, a diversidade do debate e do processo pelo que nós viemos até aqui.

Saúdo o esforço do Senador Confúcio e dizer, Senador, que da nossa parte sempre terá o apoio a qualquer medida que leve mais médicos para o povo brasileiro. E acredito naquilo que eu ouvi da sua leitura, parte dela, ressaltada essa característica que a nossa Senadora disse aqui, de um bom locutor de corrida de cavalo, de rinha de galo, de futebol, de futebol de rádio. Mais uma qualidade do Senador Confúcio, além de uma caligrafia que, dizem, Brito, que abre corações; a caligrafia do Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Diva.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Gilda.

Dizer da importância desse aprimoramento. Eu acho que o esforço nosso é aprovar uma medida que leve mais médicos para o povo brasileiro, que possa ter vindo bom o programa aqui para o Congresso Nacional, e que em nosso papel como Congressista ele fique ótimo. Até porque a realidade, Senador... Ontem eu estava na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, iniciando um conjunto de visitas técnicas às áreas desassistidas do Mais Médicos, que foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Fui, inclusive, em Eldorado, que é a cidade onde cresceu o Presidente da República. Sua família está lá, poderosa. E o que a gente assiste da realidade, Senador, é das áreas que tinham médicos do Mais Médicos, relatos que nós ouvimos das unidades de saúde. Visitei as unidades de saúde, conversei com os profissionais, com conselheiros, com trabalhadores, membros da comunidade. De áreas onde tinham médicos do Mais Médicos ou que eram médicos cubanos ou médicos formados em outros países que não foram repostas até agora.

Eu vi uma situação de uma unidade de saúde que tinha um médico permanente lá e que agora passou a ter um médico a cada 15 dias. Ou seja, muitas vezes os números que nos apresentam em planilhas não é o que acontece na realidade. Eu acredito que o esforço do senhor e desta Comissão é para tentar fazer com que essas áreas sejam supridas.

Como também tem vários médicos formados fora do País que estão aqui junto conosco, quem me apresentou foi a Deputada Jaqueline Cassol. Estão aqui porque, Presidente, estão tentando se inscrever no Mais Médicos e não foi permitido que se inscrevessem, inclusive com liminar da Justiça. Estão tentando se inscrever. Médicos brasileiros e brasileiras, que se formaram em outros países, que querem apenas uma coisa: serem os médicos que vão levar o estetoscópio, o cuidado, a análise, a palpação, a semiologia, a orientação e o diagnóstico ao povo brasileiro que está sem médico.

O nosso grande esforço é exatamente esse, Presidente. E o senhor pode contar com a bancada aqui da oposição, que represento, num esforço para que a gente possa votar na semana que vem. O que podemos fazer, a minha sugestão, é que, a partir da leitura do relatório, a gente possa ler com detalhe o relatório, ver o esforço que o Senador fez, ver o que foi incorporado e o que não foi. Certamente existem pontos que foram incorporados, devem existir pontos que não foram incorporados, ainda que tenham que vir para a votação. E que a gente organize, no máximo, dez destaques. Que a gente estabeleça um certo número, no máximo, de destaques, a gente pega os pontos que não foram e, na semana que vem, a gente vota.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Da nossa parte, aquilo que ficar sendo honrado, aquilo que têm sido os procedimentos dessa Comissão, a postura do Presidente, a postura do Senador e de todos os Parlamentares, independentemente do partido político aqui, o nosso compromisso é, a partir dessa análise, listar os destaques e poder votá-los.

Então, da nossa parte, se isso for cumprido, o rito que tem essa Comissão...Que não venham para esta Comissão polarizações que, às vezes, acontecem em outros espaços aqui, nessas duas Casas. Eu acho que é isso que provoca obstrução ou não. O que a gente conseguir manter, vamos votar, independente. Inclusive, serão votações nas quais não vai haver Governo e oposição, não, porque são temas que mobilizam de forma diferente os Parlamentares, sejam da base do Governo ou da oposição.

Então, a gente precisa identificar quais são os pontos que o Senador, por vários motivos, não pôde incorporar ou com que não concordava, no diálogo com o Ministério ou o que seja, com a consultoria, até ele listar quais são os pontos e a gente votar aqui, de forma democrática, vendo aquilo que possa ser.

Então, é para saudar, mais uma vez, o Senador Confúcio e o Presidente Ruy Carneiro. E contem com a bancada da oposição para a gente levar mais médicos pelo Brasil, para onde o povo precisa, onde o povo mais precisa que a gente possa garantir.

O Programa Mais Médicos já foi um passo importante nisso. Eu acho que é uma marca que veio para ficar, tanto que o senhor insistiu veementemente que O Mais Médicos continue. Há essa possibilidade que ele continue, mas que a gente possa aprimorar a proposta que veio para a gente passar a garantir o atendimento e a atenção primária em saúde com a qualidade que o povo merece. Inclusive, o povo lá do Vale do Ribeira ontem...Passei por Registro, Pariquera Açu, Eldorado. Fui lá nos quilombolas do Município de Eldorado. É muito triste a situação, os relatos das pessoas.

Havia médicos lá. Deixou de existir O Mais Médicos e os médicos que vieram não ficam permanentemente. Uma passou no concurso e saiu; outra foi para a residência e saiu. Está certo agora, e agora a gente precisa resolver essa situação para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra...

O SR. ALAN RICK (DEM - AC) – Sr. Presidente, só um aparte à fala do Deputado Alexandre. Nós temos aqui os médicos brasileiros formados no exterior que entraram com liminar. Nós solicitamos ao Secretário Erno que se reúna com os advogados, com as advogadas e chegue a um consenso em relação à obediência da decisão judicial, até porque decisão judicial tem que ser obedecida e eles não podem ficar à revelia.

Então, Sr. Presidente, está feita aqui a sugestão. Eu tenho certeza de que, pelo bom senso, pela educação e pela grandeza do Secretário Erno, receberá os advogados e chegará ao entendimento jurídico, judicial necessário para o obediência da ordem judicial que os manda participar do programa dentro daquilo que é legal e está na lei do Programa Mais Médicos, a 3.871.

Portanto, parabéns aos nossos médicos.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Deputado Hiran Gonçalves. Depois, Jaqueline Cassol, Luciano Mosquini e Deputada Bia Kicis.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente Ruy Carneiro; ilustre Relator, Senador Confúcio; meu querido Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família Antonio Brito.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero aqui, inicialmente, estender os elogios pela condução dos trabalhos à qualidade dos debates dos Srs. Deputados e Senadores que participam desta Comissão Especial e também dos debatedores que participaram das audiências públicas aqui.

Ilustre Relator, parabéns pela sua tolerância, pela sua paciência, pela sua inteligência, e eu espero que, ao encerrarmos esta reunião... Certamente esta reunião será encerrada, porque houve pedido de vista. Vamos ter um novo painel na próxima semana e, quando tivermos quórum, vamos aprovar esse relatório. Que seja o mais adequado, para que nós possamos, como o Deputado Alexandre Padilha falou, garantir a presença de médicos nos vazios dos nossos Estados do hemisfério norte do País.

Eu quero também, finalmente, salientar que há algumas questões muito simples que a gente não conseguiu inserir no texto, como a questão da... Aqui nós temos a Fenam, que é a nossa representação sindical. Nós sugerimos que ela fizesse parte do conselho deliberativo da nossa Adapt, e eu acho que não vai haver problema nenhum e nós vamos conseguir vencer esse tema.

Muito obrigado a todos. Parabéns, mais uma vez, a todos que participaram desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputada Jaqueline Cassol.

A SRA. JAQUELINE CASSOL (PP - RO) – Boa tarde, Presidente, boa tarde, Senador Confúcio, Relator, os demais pares.

Primeiramente, eu quero deixar o meu elogio aqui, Senador, pelo seu relatório. Eu compreendo e consigo perceber, de uma leitura rápida, que o senhor conseguiu atender tanto aos médicos formados no exterior como aos médicos brasileiros, e isso é muito importante, porque o que mais eu vejo é que quem mais precisa são os populares, são as pessoas que estão lá na ponta, e nós, de Rondônia, sabemos disso – como os de Roraima, Acre, Amapá, Nordeste e tantos rincões –, que faltam médicos, e a gente sabe da importância.

E só pedir aqui... Na verdade, eu não faço parte da Comissão, mas eu falo que eu não tenho voto mas eu tenho voz. Eu gostaria que depois só fosse esclarecido... Se não consta isto, uma sugestão: na parte que fala do exame Revalida, V. Exa. disse: "Determino ainda que o Revalida seja aplicado semestralmente, o que tornará mais previsível e célere o processo de revalidação". Aí, o senhor reafirma o compromisso com relação a isso. A minha sugestão seria que constasse aqui que ainda este ano haverá o Revalida, e, se não houver, não se abrirá o Programa Médicos pelo Brasil. (*Palmas.*)

Seria uma sugestão.

E também quero parabenizá-lo, Senador, porque eu recebi várias pessoas falando sobre a questão de que só haveria a limitação de oportunidades, e eu achei maravilhoso o senhor falar que "reafirmamos ainda o nosso compromisso contrário ao estabelecimento de limitação das oportunidades de prestação do Revalida pelos candidatos não aprovados".

Então, eu vejo que, da mesma forma que é feito na OAB – eu sou advogada – vai ser feito, e quem não passou vai ter outras chances.

E aqui quero só deixar registrado que nós temos vários médicos formados no exterior, aqui conosco, hoje, e também, como o Deputado Alan e o Deputado Alexandre Padilha falaram, os médicos que conseguiram a liminar, mas não fizeram a prova na sexta, e outros, que foram comunicados a menos de 24 horas – e, aí, eu vou dar um caso específico, de um que veio do Acre: a gente sabe lá, quem mora no Norte, as limitações de voos que a gente tem, e ele não chegou a tempo; a prova era às duas horas e ele chegou às 18. E a gente sabe da dificuldade que essas pessoas tiveram para vir, Deputado, a Brasília, que já estão numa condição sem dinheiro, indo ao agiota, pegando financiamento, endividando-se, para poder vir.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, só reafirmar, na questão do Ministério da Saúde: conversamos com o Dr. Erno e nós estamos na luta também, para que essas pessoas tenham a oportunidade de realmente fazer essa outra prova, porque decisão judicial, como o Deputado Alan falou, é para ser cumprida. E se, depois, não houver os argumentos necessários, ela cai, mas aí já não nos compete.

Então, quero deixar os meus parabéns e agradecer, Deputado Ruy, pelo espaço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – O Relator vai usar da palavra e, depois, passaremos para o Deputado Lucio Mosquini.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO. Como Relator.) – Só respondendo à Deputada Jaqueline, que pede um Revalida ainda este ano.

Eu fiz as contas, Deputada, porque a medida provisória, se tudo correr bem, vai ficar 60 dias... Aprovada semana que vem – vai ser no dia 25, mais ou menos, 26... –, remete para a Câmara, fica lá em torno de 60 dias, aí vai outubro, um pedaço de novembro... Dia 28 ela caduca. Então, ela teria que ser votada na Câmara e no Senado. O Senado, aqui, vota com 15 dias, chegando aqui.

Então, vamos supor que aqui aprove dia 25 de novembro – teria sido votada nas duas Casa. Se for 25 de novembro, não dá tempo para abrir o edital para o Revalida este ano.

Eu queria fazer este ano, mas não vai ser possível abrir assim, porque não há prazo até dezembro. Agora, ela terá que ser feita no início do ano que vem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – É. No início do ano.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Não, não, Sr. Senador... Mas o MEC não está impedido de fazer o Revalida. Ele pode. O que nós estamos criando aqui é uma obrigação de ele fazer duas vezes por ano no mínimo.

O Revalida é uma portaria. Então, o MEC pode...

O que o senhor está conseguindo fazer, e vai ficar histórico, é que o senhor está estabelecendo uma obrigação permanente, independentemente de uma decisão de governo ou não. Aquilo... Não é?

O Deputado Hiran sempre fala... Há até um projeto de lei do Deputado Hiran sobre isso, mas o MEC está autorizado. Pode fazer amanhã. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Deputado Lucio Mosquini.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa. e falar do meu prazer de ter participado desta Comissão. Eu vim a todas as audiências...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Só acaba na semana que vem, viu? *(Risos.)*

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Que bom.

Mas dividir esse assunto com pessoas como o Deputado Alexandre Padilha, como o Deputado Alan, como o Deputado Hiran, para mim é um prazer muito grande.

E nós estamos diante de uma celebridade aqui do assunto, que é o Senador Confúcio Moura. Ele, para quem não o conhece, foi Deputado Federal nesta Casa, já por três mandatos; foi Prefeito por dois mandatos; foi Governador do Estado de Rondônia por dois mandatos; é médico...

Essa medida provisória não teria mãos melhores para estar do que nas do Confúcio Moura, de maneira, Senador, que nós queremos construir, junto com V. Exa., um relatório de consenso, que possa atender ao desejo do Parlamento, ao desejo do Governo e à necessidade desses brasileiros médicos, formados no exterior, que estão no Brasil e que virão para cá.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, meus parabéns ao Deputado Ruy Carneiro, ao Senador Confúcio Moura e a todos os membros desta Comissão.

Como nós não vamos discutir, eu vou guardar todos os meus argumentos para a próxima semana, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu gostaria de parabenizar... Tomei conhecimento agora de que hoje é aniversário do Deputado Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Não, não, não, não é, não. Foi sábado, Presidente. Foi sábado.

Mas amanhã à noite... Eu moro na 302 Norte, Bloco G, 6º andar. O meu vizinho é Paulão, Deputado Federal por Alagoas. Eu faço dia 14; Paulão faz dia 15. Então, amanhã à noite, todos estão convidados...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Festa do Alexandre e do Paulão, é isso?

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Paulão e Padilha vão fechar o andar ali em comemoração. Só água.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu estou lá.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Só água.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu estou lá, estou lá.

Para finalizar, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu gostaria de saudá-lo pela condução dos trabalhos. Gostaria de saudar o Senador Confúcio. Fiquei agora realmente encantada com a sua história brevemente aqui relatada pelo Deputado Lúcio Mosquini. Tenho ouvido só elogios ao seu trabalho. Agora fica explicado como uma pessoa com tanta experiência e médico é capaz de fazer essa construção tão harmônica aqui nesta Comissão.

Então, eu quero parabenizá-lo, parabenizar também o Deputado Antonio Brito e todos os meus pares aqui presentes. Falo não só como titular, mas como Vice-Líder do Governo no Congresso, que tem que ficar atendendo a todas as Comissões, nem sempre podendo me fixar em uma única.

Estou muito contente, até porque a questão do Revalida – nós temos lidado com isso inclusive na CCJ da Câmara – é um anseio antigo dos médicos formados fora do Brasil e também da população brasileira.

Então, agora, esse casamento deste novo programa que surge, Médicos pelo Brasil, com o Programa Mais Médicos, agora reeditado em um novo formato que possibilita aos médicos serem bem remunerados, serem valorizados... Esse encontro de programas só tem a beneficiar o nosso País para levar o atendimento médico aos rincões mais distantes e atender à população mais carente. Fico muito satisfeita e quero, mais uma vez, parabenizar todos.

Fico realmente na expectativa de, na semana que vem, podermos votar esse relatório tão bem-feito, inclusive atendendo a eventuais destaques que se apresentem, mantendo a boa condução dos trabalhos e a harmonia pelo bem do Brasil, dos brasileiros e dos médicos, que tanto esperam por essa definição.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu gostaria, nos termos do art. 132, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, dizer que fica concedida vista coletiva da matéria e declaro suspensa a presente reunião, marcando uma reabertura para o dia 24 ...

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – ... de outubro...

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – ... às 14h30.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente, é encerrada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não, não. Suspensa, suspensa para manter o painel.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – O acordo foi encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não, não. O acordo foi votar na semana que vem. Encerrar ou suspender é prerrogativa da Presidência, e nós estamos suspendendo a reunião e marcando a reabertura para o dia 24 de setembro, às 14h30.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Veja bem, Presidente, no final da minha fala, eu coloquei que nós tínhamos pedido vista. Então, a reunião seria encerrada, e nós continuaríamos na terça-feira, com novo painel, com nova presença.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Isso, deixe-me explicar a V. Exa.

O pedido de vista foi feito por vários Parlamentares e a Presidência concedeu vista coletiva.

V. Exa. pediu para encerrar a reunião, e é uma prerrogativa do Presidente encerrar o suspender a reunião, e nós decidimos suspender a reunião.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Obrigado, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 10 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 05 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de pedir que, caso cheguem Parlamentares, os assessores liberem a terceira e a quarta fileiras.

Declaro reaberta a 8ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 890, de 2019.

Informo que, no dia 17 de setembro, foi feita a leitura do relatório do Senador Confúcio Moura, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Passo a palavra ao Relator, Senador Confúcio Moura, para as suas considerações.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todo o público presente, telespectadores que nos assistem – e muita gente está nos assistindo no Brasil inteiro, principalmente aqueles que precisam fazer o programa de revalidação de diplomas em todos os cantos do País –, eu passo aqui, neste momento, a fazer apenas a leitura do voto complementar, um complemento de voto.

Como o relatório já foi feito na semana passada, vamos relatar essa parte que tem algumas sugestões de outros Parlamentares que nós acolhemos. Não se trata de um relatório novo, mas do mesmo relatório complementado.

Análise e voto.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Depois da leitura do Relatório no dia 17 de setembro de 2019, diversos Parlamentares e entidades da sociedade civil apresentaram algumas sugestões para o aperfeiçoamento da Medida Provisória nº 890, de 2019, que institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu pediria um pouco de silêncio no plenário.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – A primeira sugestão acatada é, além de corrigir erros de redação no art. 10 da medida provisória, incluir um representante da Federação Nacional dos Médicos no Conselho Deliberativo da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps). A medida é positiva, pois amplia a participação das entidades médicas no Conselho Deliberativo e permitirá uma visão ampliada dos desafios a serem enfrentados na execução do Programa Médicos pelo Brasil. Para que se mantenha a lógica de governança do Programa pelo Poder Executivo federal, acrescenta-se também um representante do Ministério da Saúde ao Conselho, para que fique paritário.

Outro registro que deve ser feito refere-se somente à fundamentação do Relatório apresentado. Conforme informações recebidas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) não cobra taxa de administração de seus projetos, mas apenas ressarcimento de despesas operacionais e administrativas, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Nos termos do art. 74 do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, essas despesas podem chegar a 15% dos recursos destinados ao projeto – é uma sugestão, um complemento de voto emitido pela Fiocruz.

Efetuamos, ainda, ajuste na redação do §3º do art. 19, para deixar explícito que a vedação à intermediação de mão de obra se restringe às ações assistenciais de saúde.

Em relação à situação dos médicos intercambistas cubanos que exerciam suas atividades no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, é preciso descrever em maior detalhe a caracterização desses profissionais, de modo a circunscrever com precisão aqueles que serão reincorporados. Para isso, acrescentamos a exigência de terem permanecido no País após a ruptura do acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde Pública de Cuba e a Organização Pan-Americana da Saúde. Dessa forma, a medida não alcançará inadvertidamente aqueles profissionais que já retornaram ao seu país de origem.

A respeito do Revalida, propomos nova redação para os parágrafos do art. 32, de forma a precisar os termos da colaboração das instituições de ensino, públicas e privadas, na aplicação do exame. Também, deixa-se claro que as diretrizes para realização do exame serão redefinidas pela Administração Pública Federal, de modo a assegurar-se a uniformidade da avaliação em todo o Território nacional, limitando-se o valor a ser cobrado dos inscritos. Além disso, fica estabelecido que o exame será acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina.

Por fim, feita uma revisão das emendas acolhidas e das rejeitadas, vamos ao voto: vota-se pela presença dos pressupostos constitucionais e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória 890, de 1º de agosto de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, sendo aprovadas as Emendas 1, 2, 4, 18, 22, 44, 46, 52, 65, 67, 80, 111, 140, 143, 163, 167, 180, 184, 200, 209, 216, 221, 235, 239, 253, 257, 269, 282, 289, 293, 322, 325, 332, 343, 351, 360 e 363; aprovadas parcialmente – eu vou só ler... que é muito, que vai me faltar até fôlego para ler esse tanto de coisas; então, parcialmente: 3, 5, 6, 12, 13, 23, [...], 35... e vai... e concludo aqui, está tudo aí para vocês lerem no sistema, nos computadores... vai a 335, 339 ... aprovamos muitas, e termina na 366, e rejeitadas as demais emendas, na forma do projeto de lei de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

conversão apresentado no relatório do dia 17 de setembro de 2019, com as seguintes alterações e mantidos todos os demais dispositivos – agora são as pequenas alterações:

Art. 10. O Conselho Deliberativo é órgão de deliberação superior da Adaps e é composto por representantes dos seguintes órgãos...

E vem aquilo que já falei no texto, são 7 do Ministério, 6 do Ministério da Saúde e os Conselhos que acabei de falar, Federação, Conselho de Medicina, etc.

Art. 12.....

II – um representante indicado, em conjunto, pelos conselhos e pelas entidades de que tratam os incisos II ao VII [...]

Art. 19

§ 3º É vedada a contratação de pessoa jurídica para executar, diretamente ou mediante intermediação, ações de assistência à saúde no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil.

Atende a muitos pedidos.

Art. 32.

Preste bem atenção aqui.

§ 1º O Revalida será implementado pela União e acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina, facultada a participação de instituições de educação superior públicas e privadas que tenham curso de medicina com avaliação positiva do Poder Público, nos termos do regulamento.

Isto é, o Ministério vai regulamentar.

§ 2º A instituição de educação superior interessada em participar do Revalida firmará ato de adesão voluntária, cujos critérios serão definidos em regulamento pelo Poder Executivo Federal.

§ 3º O Revalida, referenciado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – isso é novo – do Curso de Graduação em Medicina e coordenado pela Administração Pública Federal, compreenderá duas etapas de avaliação, garantida a uniformidade da avaliação em todo o território nacional:

.....

§ 5º O custeio do Revalida observará as seguintes regras:

Preste atenção.

I - os custos da realização do Revalida serão cobrados dos inscritos, nos termos do regulamento [regulamentação posterior];

II – o valor cobrado [preste atenção] para a realização do exame será limitado ao equivalente ao valor mensal da bolsa vigente do médico-residente, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981.

.....

.....

Art. 34. A Lei nº 12.871 [Lei do Mais Médicos], de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 23-A [estou terminando, é o último]:

Art. 23-A. Será reincorporado ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, na forma do inciso II do *caput* do art. 13 da Lei, pelo prazo improrrogável de dois anos, o médico intercambista que atenda cumulativamente os seguintes requisitos:

I – estar no exercício de suas atividades, no dia 13 de novembro de 2018, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil em razão do 80º Termo de Cooperação Técnica para implementação do Projeto Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica em Saúde, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde;





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu explico melhor esse inciso: somente os médicos cubanos que poderão ser admitidos no Mais Médicos são aqueles que não foram embora para Cuba no dia 13 de novembro de 2018, época que o acordo foi denunciado. Quem foi, não volta. Quem está fora, não vem. Somente aqueles que permaneceram e que estão na condição de refugiados ou em outras condições de aspecto humanitário que nós resolvemos acolher.

II – ter sido desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil em virtude da ruptura do acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde Pública de Cuba e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde para a oferta de médicos para esse Projeto; e

III – ter permanecido no território nacional até a data de publicação da Medida Provisória nº 890, de 1º de agosto de 2019, na condição de naturalizado, residente ou com pedido de refúgio.”

É esse o voto complementar, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Em discussão a matéria.

Nós vamos dar cinco minutos a cada Parlamentar para discutir a matéria, lembrando que qualquer destaque deve ser entregue até o final das discussões.

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Deputado Ruy Carneiro, e Sr. Relator, Senador Confúcio Moura, quero parabenizar o Relator e quero parabenizar a iniciativa do Governo Bolsonaro de dar segurança jurídica, principalmente aos brasileiros que precisaram sair do nosso País, como muitos brasileiros, Senador Confúcio, têm que sair do nosso País para trabalhar porque aqui não existe liberdade. Nós achamos que vivemos numa democracia e não vivemos, nós vivemos num socialismo, onde não se pode trabalhar quando se quer, onde não se pode nada.

Então, os nossos brasileiros que saíram por qualquer motivo daqui do Brasil para fazer uma faculdade fora, principalmente por motivos financeiros... Eu sou do Mato Grosso do Sul, moro perto de Ponta Porã, divisa com Pedro Juan Cavallero – Raquel Portioli é nossa amiga do PSL, uma grande batalhadora – e foi pauta nossa de campanha assumir esse compromisso com os estudantes brasileiros, que não têm segurança jurídica, que não têm uma periodicidade no Revalida, que ficam nessa situação terrível, porque aqui, no Brasil, tudo é caro, nossas universidades...

Dias atrás, o nosso Ministro Abraham Weintraub discorreu sobre o preço dos nossos alunos. Nossos alunos numa USP custam mais do que um aluno em Harvard. Nós gastamos muito e entregamos pouco. E, quando entregamos, não entregamos aquilo de que o mercado precisa, e a gente vive uma situação de desemprego. A faculdade de Medicina é caríssima. Só quem tem condições de estudar nos cursinhos mais caros ou aqueles que nasceram superdotados conseguem. Realmente é difícil para aquele quem tem que trabalhar, estudar e não pode fazer um cursinho; é raro conseguir passar no vestibular.

Então, por isso eu parabenizo V. Exa., Senador Confúcio, por esse relatório, porque teremos periodicidade, porque abraçaremos os nossos brasileiros, e isso é primordial.

Então, quero parabenizar a Dra. Raquel Portioli, que saiu de Ponta Porã ontem e viajou mais de mil quilômetros para estar aqui e acompanhar. Nós recebemos, a Dra. Raquel recebeu muitos, muitos, muitos alunos brasileiros nessa insegurança. Seus pais agonizados, o filho precisa estudar fora... Enfim.

E mais: quando dizem que estão fazendo faculdades lá fora de baixa qualidade, eu venho aqui dizer que também existe uma voz contrária, que precisamos escutar os dois lados. Eles, passando no Revalida, estão aprovados, acabou, não tem discussão. Foram estudar... Qualquer pessoa que estude, que faça uma





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

faculdade fora, de outra faculdade, de Direito, de qualquer outra coisa, chega, tem que se adaptar, fazer uma adaptação, mas consegue trabalhar. Vivemos num país aberto, com abertura de mercado.

E, por fim, em relação ao Mais Médicos.

O Presidente Jair Bolsonaro muito nos honra com seu discurso de abertura hoje na ONU. Gostem ou não – foi o que disse O Antagonista –, foi o discurso de um estadista, principalmente de um Presidente da República que defende seu povo e seu território, que não empresta dinheiro para...

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – ... países socialistas, que está preocupado com seu povo, que abaixa imposto de remédios, de centenas de coisas, e ninguém fala. Ninguém fala do que esse Presidente tem feito neste País. Diminuímos a violência, aumentamos empregos... Ele diminui, ele tem aberto mão de impostos, tem aberto mão de...

Nós aprovamos, há alguns dias, na CRA, isenção de IPI para insumos e maquinários do leite, e assim tem sido diariamente.

Então, parabéns ao Presidente Jair Bolsonaro e parabéns ao Brasil, que está acolhendo esses em torno de 1.800 cubanos que escolheram entre o seu governo e o nosso Governo democrático, finalmente, Senador Confúcio. Finalmente, temos um Governo democrático. Eles escolheram não ir e deixar US\$300 milhões todo ano aqui, no nosso País, para os nossos brasileiros. A todos que vierem pedir asilo, o que quer que seja, nós estamos abertos. O Brasil sempre foi um país de braços abertos. Mas abraçar essas pessoas que conhecem a Medicina...

(Interrupção do som.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – ... e comprovar com o Revalida é a coisa mais democrática que possa existir. Isso é justiça.

O seu relatório, Senador Confúcio, é justo para todo mundo, para todos.

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Então, parabéns!

Eu peço aos nossos colegas Parlamentares que votem "sim", votem *in totum* com o seu relatório.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Deputado Lucio Mosquini.

Eu pediria só que vocês tivessem atenção à questão do tempo, porque a gente ainda tem os destaques, ainda tem o texto principal.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Sr. Presidente, eu queria que contabilizasse o meu tempo. Antes, porém, eu quero indagar ao Relator, Senador Confúcio, V. Exa., quando estava lendo aí os ajustes do relatório lido anteriormente, não mencionou a questão das duas provas anuais do Revalida. Eu estou olhando aqui, tanto no art. 32 quanto no 24 e não estou encontrando.

Estão mantidas as duas provas?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Está no texto que foi lido anteriormente. Isso foi só a questão do acréscimo.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Então, está mantido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Está mantido.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – Então, você zerar o meu tempo e começar agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Opa!

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO. Para discutir.) – Mas, olha, eu quero cumprimentar o Senador Confúcio Moura.

Como falei em todas as audiências aqui, Deputado Ruy, essa medida provisória não teria mãos melhores para...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu pediria silêncio no plenário.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – E o Senador Confúcio fez um relatório de consenso. Na parte final, nos ouviu hoje pela manhã, buscou um consenso, de maneira que, Senador Confúcio, o senhor está prestando um grande serviço para o Brasil.

Quando nós definimos aqui que a prova do Revalida, Senador Confúcio, deverá ser aplicada duas vezes ao ano e também pelas instituições privadas, nós saímos de um leque em torno de 15 instituições para 155 instituições. Não necessariamente todas elas vão fazer, mas vão ter essa prerrogativa de fazerem.

Então, o senhor vai ficar na história desse País como o Senador, como o médico, como o Governador que realmente entendeu a necessidade desses brasileiros, que são realmente, verdadeiramente médicos, apesar de estarem formados fora do Brasil, mas não deixarão de ser médicos. O conhecimento intelectual que eles adquiriram nenhuma entidade de classe vai retirar deles. Poderá até não estar habilitado para trabalhar, mas eles são médicos e foram reconhecidos nesta Comissão, muito mais ainda neste projeto de lei de conversão.

Mas eu quero apelar aqui, o Deputado Alexandre Padilha deverá fazer alguns destaques e eu vou citar dois, Senador, e eu quero mais uma vez insistir: esta Comissão foi brilhante em todos os seus apontamentos, mais brilhante ainda é você ter oportunidade aqui de discutir com o Ministro Barros, com o Padilha e a gente vê que é importante essa propositura.

Eu vou falar de duas aqui, porque eu quero insistir com isso. Primeiro, Senador, é a possibilidade de os Estados, as capitais e os consórcios municipais poderem executar o Programa Mais Médicos. Não é usurpação, é uma complementação, é uma prerrogativa que esses Estados, capitais e consórcios terão. Não necessariamente é obrigatório, mas, por exemplo, hoje de manhã nós discutimos muito a questão de Salvador. O prefeito de Salvador falou que quer contratar mais 30. Ele não vai poder.

Então, se nós acatarmos aqui nesse projeto de lei de conversão a possibilidade de Estados, capitais e consórcios executarem o Programa Mais Médicos, nós vamos dar oportunidade para aquelas pessoas que não vão ter o médico com o CRM, tanto do Mais Médicos quanto do Médicos pelo Brasil, de serem atendidos. Então, essa é uma propositura muito importante.

E o segundo ponto é a garantia da permanência do Programa Mais Médicos no Brasil. Como nós destacamos aqui, de todo edital que for lançado do Programa Médicos pelo Brasil, 30% dessas vagas quantitativas deverão garantidas para o Programa Mais Médicos. Isso é maravilhoso porque você vai ter a continuidade desse programa.

E lá na lei dos Mais Médicos está escrito que a prerrogativa, a prioridade é para os médicos com CRM. Então, Deputado Lucio, o que você está querendo? O que nós estamos querendo é dar oportunidade para aquelas pequenas comunidades onde o médico com CRM não quer ir trabalhar para que os médicos brasileiros formados no exterior...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – ... que têm o RMS tenham oportunidade de trabalhar.

E o que é isso? É dar oportunidade para aquelas pessoas receberem esse médico porque o que vai acontecer é que o médico com CRM, Senador, vai preferir ficar num grande centro, numa grande cidade. Ele não vai querer ir lá para os rincões do Brasil. E aí, quem vai para lá? Nós vamos fazer dois, três, quatro, cinco editais.

Então, esse destaque, prestem bem atenção, senhores, garante a chegada do médico para aquele menos favorecido, para as comunidades indígenas, para as comunidades quilombolas, para aqueles que moram distantes do grande centro. Então, são dois destaques importantes que nós vamos tentar avançar...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – ... de qualquer forma, Senador, nada tira o mérito, tira o brilho, tira a competência do seu relatório.

O senhor foi fantástico e provou, mais uma vez, a competência que tem como o grande governador que foi do Estado de Rondônia por 8 anos, como o grande prefeito de Ariquemes e...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO) – ... como o grande Deputado Federal que foi por 3 mandatos. Nós prestamos essa homenagem a V. Exa. e parabenizamos pelo seu relatório.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Deputado Eduardo Costa.

O SR. EDUARDO COSTA (PTB - PA. Para discutir.) – Presidente Ruy Carneiro, parabenizar pela condução de toda esta Comissão Mista. Quero também fazer um elogio ao nosso Relator, Senador Confúcio Moura, e ao nosso Relator revisor, nosso Presidente da Comissão de Seguridade e Família, Deputado Antonio Brito.

Eu quero me somar aqui às duas falas anteriores, tanto a da Senadora Soraya, que comentou aqui a questão da inversão de valores que temos com relação à questão da inversão de valores que temos com relação à educação.

Hoje quem ocupa, Senadora, as cadeiras das universidades públicas – V. Exa. comentou do alto custo – são os mais favorecidos, os mais beneficiados da sociedade, aqueles que estão no topo da pirâmide social. E, normalmente, aqueles que querem ter uma oportunidade de poder cursar um curso tão diferenciado, como é o curso de Medicina, têm realmente que sair porque o valor das mensalidades de uma faculdade privada é proibitivo, uma média de R\$11 mil a mensalidade. Então, essa inversão de valores é que leva grande parte dos nossos brasileiros a irem para o exterior buscar uma oportunidade. E, da mesma forma, Senador, eles querem ter uma oportunidade de mostrar que são capazes, que querem e são capazes de exercer a Medicina aqui no Brasil.

O Senador teve a sensibilidade, a atenção de poder ouvir, de fazer um texto que contemple todos os interesses aqui que estão em jogo. E, em momento algum, pensou apenas por um lado. Conseguiu assimilar todas as propostas e fez o possível para poder acatar o máximo. Então, Senador, V. Exa. tem o nosso respeito, nosso carinho; V. Exa. tem, com certeza, o respeito da maioria das pessoas aqui que estão presentes pelo ato e pelo gesto que fez.

Algo foi colocado na reunião que tivemos na última sexta-feira dessa vista conjunta do processo, e V. Exa. ainda, mesmo assim, acatou muitas das sugestões. Eu acho que apenas dois destaques estão pendentes, que eu posso citar aqui. A questão dos parâmetros exigidos para a prova, que seriam os mesmos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

parâmetros de uma residência médica, seria um destaque. E, como foi dito aqui pelo Deputado que me antecedeu, também a questão da proporção de 30%.

É importante manter o Programa Mais Médicos, para se fazer um comparativo, para, mais tarde, a gente perguntar para o Prefeito qual é o médico que ele quer: do Programa Médicos pelo Brasil ou Programa Mais Médicos. E eu tenho a certeza de que as pessoas que vão estar inscritas no Programa Mais Médicos não vão se recusar ou vão deixar os locais menos assistidos deste País por qualquer outra facilidade. Então, esses dois destaques a gente comenta aqui.

E eu queria parabenizar novamente esta Comissão Mista e dizer que estamos aqui para dar todo apoio e votar em favor do Programa Mais Médicos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o nosso médico e Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente; Sr. Relator, Senador Confúcio Moura – podia aumentar um pouco o som do meu microfone, que está muito baixo, por favor? Podia aumentar aqui o som, por favor? –; Relator Revisor, nosso querido Presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara, meu querido amigo Antonio Brito, quero fazer minhas as palavras de elogio aos trabalhos desta Comissão, principalmente ao trabalho do nosso querido Relator, pela sua tolerância, seu equilíbrio, sua visão de Brasil, e ao nosso Presidente também, que, inclusive, abriu um debate, agora há pouco, no nosso Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com as entidades médicas, quando ele ouviu o pensamento das entidades.

Eu quero começar a minha fala aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, dizendo que nós usamos um termo que não fica muito adequado. Nós somos legalistas, esta Casa é a casa das leis. Então, para mim, médico formado em Cuba, na Elam, sem CRM, não pode ser chamado de médico. Médico é médico com CRM, porque o Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia federal especial, tem como preceito constitucional registrar os nossos diplomas, os nossos apontamentos e nos considerar aptos para exercer plenamente a nossa atividade médica.

Dito isso, eu queria deixar bem claro aqui que há alguns pontos que nós vamos ter que discutir nos destaques, o que é muito salutar, porque, por mais tolerante que V. Exa. seja e que nos dê oportunidade de discutir muito a matéria, há coisas que nós não podemos, a meu ver, aprovar aqui. Por exemplo, nós temos aí a composição das instituições que vão fazer a revalidação do diploma em nosso País... Aliás, isso já estava pactuado desde a Comissão de Seguridade Social da Câmara, quando, depois de um longo período dormitando lá, esse projeto foi aprovado.

E aqui está o meu querido amigo Deputado Alan Rick, que aquiesceu ao nosso relatório de que nós faríamos o nosso processo de revalidação duas vezes ao ano, com o Ministério da Educação, universidades públicas e supervisão do Conselho Federal de Medicina. É isso que ficou acordado. Aqui nesta Casa, já há uma tradição de se dizer que o que vale aqui é o acordo. Então, feito esse acordo, esse projeto, na sua tramitação, foi para a Comissão de Educação e lá se alterou o texto, colocou-se que se poderia fazer, pelo menos, uma vez por ano.

Isso não nos contemplava, e nós, eu e o Deputado Alan, tentamos consignar no texto, na CCJ, duas vezes ao ano, na fórmula que tínhamos acertado lá na Comissão de Seguridade Social. Mas, no decorrer da tramitação dessa Comissão, inseriram-se as universidades privadas.

Com todo o respeito que eu tenho por V. Exa. e pelas Sras. e Srs. Deputados, nós temos visto que revalidação com universidades privadas neste País tem suscitado, inclusive, operações policiais. E eu acho





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que, para preservar a qualidade e a segurança da saúde que se faz ao povo brasileiro... E nós não podemos deixar aqui de salientar que somos contra. Eu sou de um Estado longínquo, lá do hemisfério norte...

(Soa a campanha.)

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – ... eu queria agregar ao meu tempo de Líder, por favor, Presidente! –, então, eu não posso estar de acordo com que, sob a alegação de que temos médicos nos vazios deste País, garantamos a presença de médicos sem a devida qualificação lá nos meus Municípios de Caracarái, de Rorainópolis, que são Municípios muito longínquos neste País.

De forma que aquela alegação da nossa discussão de hoje de manhã... Inclusive o meu querido colega ex-Ministro Ricardo Barros falou: "Olha, mesmo que a gente faça o Médicos pelo Brasil, dando aos médicos uma remuneração mais adequada, esses médicos não ficarão nesses lugares longínquos". Isso é um exercício de premonição. E aqui eu me lembro de Mãe Diná, lá da Bahia, quer dizer, só a Mãe Diná que pode saber. Agora, só se consegue garantir a presença de médicos nos rincões deste País, se nós fizermos à carreira médica algo que seja semelhante à carreira de magistratura e Ministério Público. Por que nós temos juiz, por que nós temos promotor lá em Caracarái, lá em Benjamin Constant, lá em Tefé, lá em Fonte Boa, lá em Boca do Acre? Por que nós temos isso? Porque nós temos um plano de cargo e salário, de que eu não vi ninguém falar aqui.

De forma que eu quero aqui enfatizar que nós entramos com seis destaques, entre os quais, rechaçamos a questão do art. 84, dos médicos cubanos, porque não se pode chamar médico cubano sem CRM de médico. Vamos ter que construir uma outra coisa, algo que seja mais factível, que seja mais palatável pelo movimento médico nacional, porque não é justo também com o jovem que estuda, que faz uma universidade pública ou particular neste País: o acesso à pública é muito difícil; e, para custear uma universidade particular neste País, V. Exa., Presidente, que tem uma filha que faz Medicina numa universidade privada, sabe do sacrifício que se faz. Não é justo que nós tenhamos aqui um tratamento isonômico entre os médicos que fazem Medicina aqui, no País, e os médicos que vão lá para Ponta Porã, Pedro Juan Caballero fazer Medicina numa faculdade que não forma médicos com a qualidade devida, o que gera grande vulnerabilidade para as pessoas mais pobres deste País. Nós não podemos concordar com isso. De forma que vamos apresentar esse destaque.

Vamos apresentar também, se não chegarmos a um acordo, a retirada do art. 32 deste relatório para que nós possamos votar em separado o texto que defendemos, que é aquele texto que veio lá da Comissão de Seguridade Social e Família, que é: Revalida duas vezes ao ano com a adesão da universidade pública e a supervisão do Conselho Federal de Medicina. Esse é um texto adequado, com sete artigos – e que volto a dizer –, fruto de um acordo desde lá, da Comissão de Seguridade Social, onde ele foi extremamente discutido.

Vamos também – e isto é um destaque, são duas Emendas 9 e 98, que são de minha autoria e do Deputado Luizinho – tentar recompor a carreira de médicos federais que trabalham nos hospitais federais do Rio de Janeiro. Esses médicos ganham, com todo respeito que tenho à classe dos enfermeiros, porque não se faz Medicina sem equipe multiprofissional, mas não consigo entender como é que um médico, em um hospital federal, prestando um serviço fundamental ao País, em um lugar onde temos tantos problemas no SUS no Brasil, que é o Rio de Janeiro, que esses médicos ganhem menos do que os enfermeiros.

Com todo o respeito que tenho à classe dos enfermeiros, porque não se faz Medicina sem equipe multiprofissional, não consigo entender como é que médicos, em hospital federal, prestando um serviço





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

fundamental ao País, em um lugar em que temos tanto problema no SUS do Brasil como o Rio de Janeiro, ganham menos do que os enfermeiros.

Então, eu queria deixar consignado aqui que vamos apresentar esses destaques e peço às Sras. e aos Srs. Deputados que analisem a matéria, porque, se nós fazemos esses marcos legais mirabolantes, como, por exemplo, deixar 30% de médicos sem CRM trabalhem no Brasil e 70% no Médicos pelo Brasil, ora, nós vamos terminar nunca com esse Mais Médicos, nós vamos criar um grande negócio aqui: vão criar mais faculdades fora do País visando esses 30%. Então, isso é uma coisa com que eu não posso concordar. De forma que vamos apresentar esse destaque e, se nós não conseguirmos tirar a universidade privada da revalidação e essa questão do Mais Médicos, nós vamos destacar para votar em separado, Presidente.

Quero mais uma vez salientar o trabalho desta Comissão, tanto do Presidente quanto do Relator e do Revisor. A discussão foi grande, mas chega a um ponto em que vamos ter que ir para o voto e para os argumentos finais.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Senador Confúcio Moura, a quem parabenizar pelo trabalho e pela relatoria da medida provisória. V. Exa. conseguiu aprimorar a medida provisória, incorporar elementos que dão consistência e amplitude ao Programa Médicos pelo Brasil, preservar a dimensão do Mais Médicos, que é fundamental para absorver os médicos que são formados fora do Brasil e outros médicos que queiram exercer a profissão do Programa de Saúde da Família dentro de determinadas condições, sem que tenham a plenitude para o exercício profissional, a não ser naquele programa específico, em situações muito difíceis em que dificilmente a gente vai conseguir profissionais do Médicos pelo Brasil para que possam exercer.

Portanto, eu quero parabenizá-lo por introduzir mudanças no conceito da estrutura da profissão, dando aos médicos que atuarem no Programa de Saúde da Família, na especialidade de Medicina geral de família, de Medicina de família e comunidade, a condição de ter como pré-requisito para residência médica, como estímulo para haver profissionais nessa área, porque são esses profissionais que atendem 150 milhões de brasileiros. Então, no geral quero parabenizar V. Exa. pelo brilhante trabalho que fez e pela capacidade de absorver, de tecer, de bordar um relatório que vai representando o conjunto de necessidades que estão postas pela realidade. Quero também aproveitar a oportunidade... Na época do Mais Médicos, a gente tinha o desafio de fazer 5 mil unidades de saúde. Chegamos a 2.5 mil, 3 mil novas unidades de saúde, mas naquele momento havia financiamento, e nós temos hoje um impeditivo legal, que é a Emenda à Constituição nº 95, que já retirou R\$10 bilhões da saúde pública, e eu sinto que um programa dessa envergadura, com essa abrangência, possa não ter os recursos suficientes para garantir a carreira, garantir o custeio de um organismo para gerenciar essa carreira, para pagar os salários desses profissionais, porque no Brasil não basta ter dinheiro para fazer o Programa Saúde da Família. Precisa pagar os hospitais, precisa pagar o transplante, precisa pagar o medicamento de alto custo. Nós temos uma denúncia, hoje, de redução, de mais da metade dos medicamentos para tratamento de tuberculose no Estado de São Paulo. Nós temos redução do número de itens que compõem a relação de medicamentos que são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde, redução dos medicamentos de alto custo da lista, e isso é o reflexo dos cortes que estão sendo feitos no financiamento da saúde pública brasileira.

Por fim, eu quero dizer que vivemos em uma democracia, e essa democracia se deu a partir de 1985, com a luta do povo brasileiro, depois de uma ditadura militar, que matou, que torturou, que prendeu, que maltratou o nosso povo, principalmente aqueles que tinham um ideal diferente. E vivemos em uma





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

democracia a ponto de eleger o Presidente que hoje esteve na ONU e que a muitos envergonhou, pelo discurso desconexo, pouco civilizado ou pouco civilizatório, no momento que a gente vive. Então, é importante dizer que nós ainda estamos respirando um ar democrático, e sinto que, com o que aconteceu esta semana, de uma decisão monocrática invadir esta Casa para fazer busca e apreensão... Não é de um Senador, é busca e apreensão dentro do Congresso Nacional. Nem na ditadura militar eles ousaram entrar aqui dessa forma, a Justiça ousou entrar aqui, como não ousou entrar nas universidades, e nós estamos vendo, neste momento, nesta democracia em que a gente vive, a ameaça rondando, as falas de que é preciso conter, ter mais poder, concentrar o poder. E nós não vamos descansar e nós vamos lutar até o fim para garantir que a gente tenha democracia.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – No mais, eu quero, Sr. Presidente e Sr. Relator, Exmo. Sr. Senador Confúcio Moura, parabenizá-lo pela sua sensibilidade e pela sua experiência, porque só quem tem experiência como médico, como ex-Governador, como uma pessoa que viveu e sentiu no dia a dia o que é a falta de médicos, como é difícil ter médicos em um lugar, como o que eu vivi, como Secretário Municipal, Secretário Estadual, como é difícil fixar o médico, como é difícil ter aquele profissional que vai atender ao mais pobre.

Parabéns a V. Exa.

Vamos ter alguns destaques para discussão, mas, no geral, eu quero dizer que V. Exa. contempla mais de 90% das expectativas de quem compõe esta Comissão.

Parabéns, Sr. Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Zé Neto, com a palavra.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, Relator desta matéria, da Medida Provisória 890, meu conterrâneo da Bahia, Antonio Brito, Relator Revisor, nós podemos dizer que, neste momento, inclusive num dia muito confuso, em que o Presidente da República, mais uma vez, nos envergonhou na ONU, por outro lado, nós vemos o Senado e a Câmara dando um exemplo muito claro de resignação, de democracia e, acima de tudo, de um olhar fraterno para esses homens e mulheres, meninas e meninos, como eu vejo na Bahia muitos, que vão para outro País, de famílias que não são ricas, e que, se fizeram isso, não tiveram as oportunidades necessárias para enfrentar as dificuldades de um Brasil com tantos poucos cursos de Medicina. Esta é a realidade: um Brasil com dificuldades imensas, Sr. Senador, Srs. Deputados, para termos cursos de Medicina e termos avaliação, porque é um absurdo estarmos há dois anos sem o Revalida, sem uma perspectiva, com humilhação e maltrato.

Paralelamente a isso, é bom que se diga que esta MP está sendo aprimorada nas Casas Legislativas. Se há alguém que tem paternidade sobre as melhoras desse processo de discussão, são os Senadores, os Deputados e a democracia, que nos trouxe aqui. E isso é grande.

Temos a esperança de, aqui nesta Casa, cumprir o papel dos justos, o papel dos pais e mães, que também somos, que estão vendo a realidade desses que foram buscar uma formação profissional e também daqueles que precisam de atenção básica e de média complexidade. Há falta de médico no interior, falta de médico nas periferias, porque hoje se escolhe onde se quer trabalhar, porque existe pouco médico no Brasil. Essa é uma realidade. Esses é que estão também sofrendo e muito e vão agradecer muito ao Senado e vão agradecer muito à Câmara Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não se fala aqui em confronto de médicos que estão formando fora do País com médicos que estão formando dentro do País. Aqui, nós estamos falando de saúde pública, de harmonizar interesses, de encontrar consensos, de encontrar razoabilidade, bom senso, equilíbrio, verdade e cuidado com o ser humano.

Senador Confúcio, V. Exa., que teve a honra de relatar junto com o Relator Revisor, Deputado Antonio Brito, está dando um passo decisivo o que a gente vinha construindo no Brasil, com o nosso Alexandre Padilha, com nosso Jorge Solla e com outros tantos que trabalharam fortemente na construção do Mais Médicos.

O que nós queríamos, e ainda queremos, é que a atenção de alta complexidade não precise ser... A saúde do povo brasileiro é uma operação, é uma cirurgia, é uma situação grave, é um hospital que atende como se fosse a saúde. A saúde é o cuidado, a saúde é lá embaixo, é lá na atenção básica, é na atenção intermediária. É o médico que dizer: "Tome esse medicamento, cuide assim ou assado".

Isso reduz custos da saúde; isso é um investimento na saúde. Vai reduzir e muito o custo de especialidade e de alta complexidade, que é o que de mais caro nós temos na saúde brasileira. Isso é um investimento na vida das pessoas, isso que estamos...

(Soa a campanha.)

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) – ... construindo aqui é um investimento acima de tudo na dignidade humana. E dando regras.

Vem aí, agora, Senador Confúcio e demais Deputados e Senadores que aqui estão, meu amigo Zeca do PT, que está aqui conosco... Nós do PT vamos apresentar sugestões de destaques, e que esse espírito que fez com que essa medida provisória, vinda do Governo Federal meio estrambelhada, fosse aprimorada persista e que possamos dar ao Brasil e a esses jovens que estão aqui hoje a dignidade, o respeito e que eles possam realizar o sonho de poder exercer a Medicina e cuidar melhor e mais do povo sofrido, do povo brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu pediria silêncio do Plenário, sobretudo quando os oradores estiverem falando.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Alan Rick e, depois, ao Senador Marcos Rogério.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Deputado Ruy Carneiro, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos; parabenizo o nosso Senador Confúcio Moura, Relator, exímio redator nesta matéria, e que acatou no bojo da MP 890 a nossa proposta de um Revalida descentralizado, periódico, com duas realizações por ano, sendo trabalhado, inclusive, pelas universidades públicas e pelas melhores universidades privadas do Brasil, para que ele seja acessível a todos aqueles que um dia optaram por fazer Medicina no exterior e optaram por voltar ao Brasil para atender ao povo mais sofrido, mais carente do nosso País.

Sr. Deputado Antônio Brito, nosso ilustre Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, nosso Relator Revisor da matéria, senhoras e senhores, Sr. Presidente, eu gostaria de relatar aqui como essa matéria do Revalida vem, desde 2012, sendo gestada e, ao mesmo tempo, vem sofrendo paralisações, embargos ao longo desse tempo devido à construção de uma proposta que contemple o desejo de todo cidadão brasileiro que almeja ter atendimento de saúde principalmente nos Municípios mais carentes.

Observem que, em 2012, quando o projeto ainda era o PLS 138, de 2012, Senador Paulo Davim, eu me lembro, Deputado Antonio Brito, que foi feita uma proposta para ser inserida uma emenda ao projeto





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que obrigava o médico brasileiro formado no exterior a cumprir dois anos de residência médica no exterior para poder estar apto a fazer o Revalida, um completo absurdo! Eu me lembro disso.

Em 2015, logo que cheguei aqui a esta Casa, à Câmara dos Deputados, conversei então com o Senador à época Relator da matéria, o Senador da Bahia Otto Alencar. E Otto disse: "Alan, realmente essa situação, eu vou rever." E retirou do seu relatório aquela obrigatoriedade de dois anos de residência médica no exterior, ou seja, cobrar pós-graduação antes da graduação para poder revalidar a graduação. Veja o senhor vê o tamanho das batalhas que já foram enfrentadas, Senador Confúcio.

Logo depois tivemos o programa Mais Médicos pelo Brasil, que tinha uma falha: mesmo dentro da lei, com a permissão da atuação do médico brasileiro formado no exterior, habilitado para o exercício da Medicina no exterior, ele não poderia entrar, porque havia uma regra que basicamente impossibilitava o seu trabalho.

Foi quando um Ministro corajoso, Ricardo Barros, nosso amigo Deputado, acatou uma emenda minha, aprovada na Medida Provisória 723, que permitia o trabalho do nosso médico formado no exterior – quando a maioria dos médicos no Brasil, com seu CRM, não optava pelos Municípios carentes, pelos Municípios com baixo IDH, nos distritos sanitários especiais indígenas, e essas áreas ficariam descobertas –, que entrou a tal da cooperação com Cuba, que acabou suprimindo essa necessidade. Mas o médico brasileiro formado no exterior, que é a segunda opção, a segunda prioridade na lei, não era atendido, não era observada a lei.

Então, Sr. Presidente e Ilmo. Relator Confúcio Moura, o Mais Médicos veio, e veio a Portaria 1.708, de 23 de setembro de 2016, que contemplava a nossa emenda, acatada pelo Ministro Ricardo Barros. E hoje esses jovens estão trabalhando no Brasil.

E eu visito Municípios lá no meu Estado do Acre, onde nós temos a mão de obra desse médico formado no exterior. Ele é um médico e permanece no programa, porque é o único vínculo dele. Ele não quer continuar trabalhando...

(Soa a campainha.)

O SR. ALAN RICK (DEM - AC) – ... sem o Revalida, sem revalidar o seu diploma. É o único vínculo dele durante três anos apenas. E há a possibilidade de atendermos os Municípios mais pobres, e esse médico ir sendo capacitado dentro do programa, para poder depois atender, com o seu diploma revalidado, em qualquer lugar do Brasil, ou poder optar pela sua carreira médica.

Então hoje, quando se cria o programa Médicos pelo Brasil, e ele não contempla o médico brasileiro formado no exterior, isso nos causa uma preocupação. Daí a importância desses destaques, de o senhor inclusive acatar, no seu relatório, a concomitância dos dois programas, o Mais Médicos e o Médicos pelo Brasil, porque se o Médicos pelo Brasil, que prevê criar uma carreira médica, um sonho da classe médica brasileira, mas não ocupar as vagas nos Municípios mais pobres, com IDH mais baixo, nos distritos indígenas, como é que vai ficar essa população?

Nós queremos o Revalida, sim, Sr. Presidente, Sr. Relator. Queremos que esses médicos tenham a opção, a oportunidade de realizar esse exame duas vezes por ano, um exame descentralizado, realizado no Brasil inteiro, com ampla possibilidade, fiscalizado, muito bem fiscalizado, para não acontecer, como disse o Deputado Hiran, qualquer tipo de ilegalidade ou balcão de negócio. Não é isso que esta Casa quer, não. Nós queremos oportunidade para esses jovens revalidarem seu diploma e trabalharem legalmente, trabalharem com a plenitude do exercício da profissão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, Sr. Presidente, o que nós estamos hoje pedindo: analise com carinho os destaques apresentados, para que os dois programas trabalhem juntos, para que o médico brasileiro formado no exterior continue sendo uma das opções dentro do Programa Mais Médicos, para que eles tenham a possibilidade de fazer o seu Revalida duas vezes ao ano, para que eles possam atender ao povo mais carente deste País, porque é isto que nós estamos propondo aqui, Deputado Ruy Carneiro: a atenção básica acessível nos rincões mais pobres deste País.

Parabéns, Senador Confúcio, pela sua grandeza, pelo seu senso democrático, parabéns pela sua humildade. O senhor é um homem tão sábio, um Senador da República, mas com um coração tão grande.

Quero pedir a Deus que ilumine cada membro desta Comissão e para que nós possamos aprovar um texto que vá ao encontro dos anseios do povo brasileiro, principalmente dos Municípios mais pobres que precisam de um médico para atender às suas necessidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério. Depois, o Deputado Alexandre Padilha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, queria inicialmente cumprimentar V. Exa., Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos desta Comissão e o eminente Relator, Senador Confúcio Moura, pelo substancioso relatório apresentado junto a esta Comissão. É um Relator habilidoso, sereno, responsável, mas com sensibilidade humana. Acho que é justamente isso que devo destacar neste momento porque foi o que vi no curso da tramitação dessa medida provisória no trabalho de V. Exa., nobre Senador Confúcio Moura. V. Exa. tem o nosso respeito, o nosso acatamento, em razão, justamente, desses predicados, dessas qualidades. Para quem o conhece de longa data não é surpresa. V. Exa. coloca tudo isso a serviço do Brasil na construção desse relatório sobre a MP do Médicos pelo Brasil.

O debate aqui acabou sendo direcionado para um dos vieses dessa medida provisória que vai além daquilo que foi proposto inauguralmente. Então, queria cumprimentá-lo, inclusive por ter a habilidade de assimilar também esses pontos.

Ouvi a fala do Deputado Alan Rick, que é um defensor intransigente desses médicos brasileiros formados no exterior. Essa é uma realidade muito presente, especialmente no Estado de Rondônia, o nosso Estado, onde temos milhares e milhares de filhos de rondonienses, de filhos de acrianos e de outros Estados da Federação que vão buscar, lá fora, o que não conseguem no Brasil.

É bom que se diga, antes que queiram rotular esses brasileiros, que eles fazem opção por buscar essa formação no exterior, duas razões básicas: primeiro, porque não têm oportunidade de fazer no Brasil, faltam vagas, há mais demanda do que oferta; segundo, por falta de possibilidade financeira. Não dão conta, suas famílias não têm condições de bancar esses cursos de Medicina no Brasil. Por isso, passam pelo sacrifício de uma vida dura, de uma vida de humilhação, de uma vida de distanciamento da família, para buscar uma formação em países, na maioria das vezes, não muito acolhedores.

E aqui não está um Senador que fala de ouvir dizer, está um Senador que conhece de perto. Especialmente os cursos na Bolívia conheço pessoalmente, estive lá algumas vezes, visitando várias universidades. Vou citar apenas algumas aqui. Em Santa Cruz: Cebol, Udabol, Unifranz e tantas outras. Lá em Cochabamba, a Univalle, para citar apenas algumas que conheço pessoalmente, tanto a parte estrutural quanto a parte de conteúdo, o universo acadêmico.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Enfim, esses brasileiros vão para lá não por opção, mas justamente por falta de condições e de oportunidade de fazer no Brasil. Tivesse o Brasil oferta e condições de acesso a esses brasileiros, nenhum deles estaria no exterior, buscando oportunidade de ser médicos. Então, não é justo que o Brasil lhe feche a porta quando volta para cá. Por outro lado, não sou defensor de uma revalidação automática. É preciso cautela, é preciso cuidado. São profissionais que vão exercer a Medicina.

Eu já disse aqui, em outra hora, em outra ocasião – alguns até ficaram um pouco assustados; não estou defendendo isso –, que, se nós entendermos a dimensão do ministério que é ser médico, nós exigiremos essa qualificação, essa condição também para os formados no Brasil, porque não é...

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – Concluo aqui, Sr. Presidente.

Não é essa a questão que está em debate aqui, mas estou dizendo isso para dar a dimensão da importância que é o exame de revalidação.

Agora, a revalidação não pode ser um instrumento de exclusão. Ela tem que ser um instrumento para aferir habilidades, aferir a qualificação médica desses profissionais e não servir de instrumento de reserva de mercado. Isso não se pode admitir.

E, nisso, eu queria destacar, mais uma vez, o trabalho e a compreensão de V. Exa. Eu apresentei uma sugestão a V. Exa., comparando, inclusive, o que acontece no exame de ordem da OAB, e V. Exa. acolhe a emenda que apresentamos para, no caso da primeira prova, na prova objetiva... Fez a prova, reprovou, tem que fazer de novo, mas, se fez a prova objetiva e vai para a prova prático-profissional, V. Exa. assegura três oportunidades para esse exame. V. Exa. manifesta aqui uma sensibilidade, uma capacidade de percepção da realidade do Brasil que poucos enxergaram até hoje. E eu quero reconhecer o trabalho de V. Exa. Votarei, com muito orgulho, favoravelmente ao parecer de V. Exa.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Deputado Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos colegas.

Sr. Relator, ontem eu estava na cidade de Embu-Guaçu, fazendo uma visita técnica nas áreas desassistidas pelo Programa Mais Médicos. Embu-Guaçu é uma cidade onde quase 100% do seu território é área de manancial, praticamente uma cidade rural. Chegou a ter 18 médicos do Mais Médicos – 18 médicos do Mais Médicos –, chegou a ter cobertura de 100% da saúde da família, pela primeira vez na sua história, com o Programa Mais Médicos. De dezembro para cá, dos 18, hoje, são 8 médicos. Dos oito médicos, Senador, sete são brasileiros formados no exterior; apenas um é brasileiro formado aqui, com CRM.

Se dependesse da medida provisória encaminhada pelo Presidente Bolsonaro para esta Casa, Embu-Guaçu não teria solução para o seu problema, porque a medida provisória não permite a incorporação dos médicos brasileiros formados no exterior e excluía Embu-Guaçu dos Municípios a serem atendidos pelos Médicos pelo Brasil, por considerar Embu-Guaçu um Município urbano, só porque fica na grande região metropolitana de São Paulo, embora seja um Município rural, com quase metade da sua população atendida pelo Bolsa Família.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Semana passada, eu estive no Município de Eldorado, Vale do Ribeira, terra onde o Presidente da República cresceu. Em Eldorado, teve a sua maior cobertura de Saúde da Família por conta do Programa Mais Médicos – chegou a seis médicos: quatro cubanos e dois brasileiros formados no exterior. Hoje, esses médicos não estão mais lá.

Eu tive inclusive a situação de encontrar um dos médicos cubanos – ele está morando aqui no Brasil, casou-se com uma brasileira – atendendo na parte administrativa do pronto-socorro de Pariquera Açu, porque não pode exercer a Medicina. Se dependesse do Presidente Bolsonaro e da sua medida provisória, Eldorado continuaria com a imensa situação de sofrimento.

Por isso eu quero, em primeiro lugar, agradecer, Sr. Senador, porque o senhor incorporou o conjunto de debates feitos aqui por essa comissão, em relação à compreensão, por exemplo, de que os Municípios que são Municípios grandes, mas que têm localidades vulneráveis, não poderiam ser excluídos do programa, como era a proposta feita pelo Presidente Bolsonaro de excluir todos os Municípios da região metropolitana do País, das cidades médias, porque não enxerga que o Município pode ser grande com indicador médio de IDH, mas que têm nas suas localidades, nas suas comunidades, realidades altamente vulneráveis, como qualquer outro Município do Sertão e da Amazônia brasileira.

Quero agradecer também porque o senhor também teve a sensibilidade de estabelecermos uma regra clara de que agora vai ser lei que o Revalida tem que acontecer pelo menos duas vezes por ano neste País, porque é inadmissível o Revalida ter sido, na prática, interrompido desde 2017. Nada justifica o Governo de 2017, o de 2018 e o atual Governo – e são 9 meses de Governo – não terem feito nenhuma edição do Revalida este ano ainda. A partir de agora, por força da lei, ele vai ser obrigado a fazer duas vezes por ano com regra clara e diretrizes curriculares. E quero agradecer a sua sensibilidade para incorporar um teto sobre o gasto, sobre custeio do Revalida, compatível com a bolsa de residência médica.

Nós vamos continuar o debate aqui sobre alguns pontos, Sr. Relator, Sr. Presidente.

Primeiro, eu apresento destaque e vou defender até o fim a criação de uma carreira pública para os profissionais médicos da Atenção Primária em Saúde e para os profissionais de saúde. Não podemos perder a oportunidade de fazer esse debate. E a minha proposta, inclusive, deixa muito clara a permissão de que o Ministério e o Governo, ouvindo o Conselho Nacional de Saúde, possam apresentar qualquer proposta, regulamentar. Mas que não vamos perder oportunidade de criar uma carreira médica para a Atenção Primária em Saúde e para os profissionais de saúde.

Eu gostaria de pontuar uma questão para o conjunto dos nossos colegas e também para o nosso relator. É que a gente precisa, como foi dito aqui por vários Deputados e Senadores, manter a possibilidade de que, para aquelas áreas não cobertas pelos médicos, pelo Brasil, possam ser realizados editais do Mais Médicos, porque a gente está resolvendo um problema para o médico cubano poder participar do Mais Médicos, e não estamos resolvendo o problema para médicos brasileiros formados no exterior!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Como é que... Eu queria pedir a sensibilidade, porque um Governo que chamou os médicos cubanos de guerrilheiros, açougueiros, despreparados, está tendo a sensibilidade de atender os médicos cubanos que estão aqui no Brasil, mas não vai ter a sensibilidade de atender os médicos brasileiros formados no exterior, de quem os Municípios precisam tanto?!

Então, eu queria reforçar o apelo sobre isso para que a gente possa criar a possibilidade, ainda no debate, de que, se o Ministério da Saúde não quiser arcar com isso, que ele autorize os Estados e os





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

consórcios de Municípios a poderem fazer editais, trazer a abertura de editais para complementar as áreas não assistidas pelo Médicos pelo Brasil.

E por fim, Sr. Relator, só para tirar uma dúvida: o Ministério da Saúde havia proposto, na composição do Conselho, nas audiências públicas, que houvesse a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, o próprio Ministério da Educação e representantes de trabalhadores da Adaps, da própria agência. Eu queria que a gente pudesse – acho que não precisa haver destaque sobre isso, nem sei se há algum destaque específico sobre isso –, eventualmente, no próprio ajuste, incorporar a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, o que foi defendido aqui pelo próprio Ministério, defendido por todos nós; trabalhadores – há um conselho deliberativo que não tem os representantes dos trabalhadores dessa agência –; e o Ministério da Educação, porque é uma agência que vai fazer formação, pós-graduação. Então, talvez, como não havia nenhuma emenda específica sobre isso, se a gente puder fazer esse ajuste, quero fazer esse apelo final sobre isso.

Muito obrigado, Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu gostaria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Palmas são até toleráveis, mas é que não...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Em tese, manifestações desse tipo não são permitidas, porque dificultam o debate. Nós estamos discutindo uma matéria de grande importância, e é preciso manter um mínimo de respeito aqui no Plenário.

(Manifestação da plateia.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Senador Veneziano, pode falar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente, eu estou inscrito e eu perguntaria a V. Exa. e ao próprio querido companheiro, Relator Confúcio, e aos demais membros tão qualificados que integram esta Comissão, se nós, sem perdas ao direito legítimo à participação... Inclusive, eu próprio apresentei-me como desejoso de fazer alguns questionamentos e de expor a minha opinião e perguntaria a V. Exa., até por força de já estarmos em processo de reunião congressual, daqui a pouco esta sessão terá que encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Quando começar a votação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) – ... quando começarem as votações. E nós teremos oportunidades para discorrer – eu próprio me sentiria plenamente atendido, ao tempo que os destaques estiverem sendo apresentados, votados... Eu perguntaria a V. Exa. se nós não poderíamos ir direto aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Aí, depende dos Parlamentares.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) – Não há...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu acho a ideia ótima, mas eu preciso...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) – Eu ponderaria para que...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Só se os Parlamentares abrirem mão do uso da palavra. Se isso acontecer, nós podemos adiantar: Deputado Zeca Dirceu, Senadora Zenaide Maia, Dr. Zacharias Calil, Bia Kicis, Jorge Solla, Veneziano e o Deputado Dr. Luiz Ovando. *(Pausa.)*

Eu preciso que V. Exa. apresente um requerimento à Mesa. Nós temos quatro Senadores para usarem da palavra, então nós teríamos que ter mais dois oradores: Deputado Zeca Dirceu e depois a Senadora Zenaide Maia; aí, regimentalmente, caso a Mesa receba um requerimento, a gente coloca em votação.

Por deliberação minha, eu autorizei mais pessoas do que a sala comportava. Normalmente, fechou o limite de sentados, encerramos. Por isso, quero pedir também a compreensão dos presentes nesta questão de manifestação.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Zeca Dirceu.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Relator, como Vice-Líder eu também estou inscrita e gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente, uma questão de ordem.

Uma questão de ordem.

Começou a sessão do Congresso, Presidente. Tem de suspender.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não há problema nenhum.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – A Ordem do Dia começou.

A Ordem do Dia começou, está suspensa...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Então, está suspenso, mantido o quórum.

Como começou, Deputada Bia Kicis, a votação da sessão do Congresso, regimentalmente nós não podemos continuar.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem.) – Presidente Ruy, eu havia pedido inscrição à Mesa e o senhor não leu o meu nome. Se o senhor puder, por favor, só garantir a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Claro.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Vejam bem, o quórum está mantido.

A reunião amanhã nós vamos antecipar: ao invés de 14h30 será às 13h30. E vamos continuar nesta ordem de inscrição: Deputado Zeca Dirceu, Zenaide Maia, Dr. Zacharias Calil, Bia Kicis, Jorge Solla, Senador Veneziano, Dr. Luiz Ovando, Carmen Zanotto e, depois, os destaques.

Está suspensa a reunião.

Só lembrando que amanhã será neste plenário, às 13h30.

(Iniciada às 15 horas e 10 minutos e suspensa às 16 horas e 05 minutos do dia 17/09/2019, a reunião é reaberta às 15 horas e 1 minuto e suspensa às 16 horas e 19 minutos do dia 24/09/2019.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Declaro reaberta a 8ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 890, de 2019.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Continuando a discussão da matéria, pela relação de ontem, Deputado Zeca Dirceu; depois, a Senadora Zenaide Maia e o Deputado Zacharias Calil. Cinco minutos.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Congressistas presentes, convidados, médicos e estudantes, é bom a gente estar chegando a este momento tão decisivo aqui, de votação do relatório, também da discussão e votação dos destaques. Queria parabenizar a condução, Deputado Ruy, dos trabalhos e o trabalho também que foi feito pelo Relator Confúcio Moura.

A partir de uma proposta muito tímida, eu diria até um pouco fictícia, que chegou aqui vindo do Governo Federal, o debate das ideias, todo o trabalho desta Comissão, as emendas e o trabalho do Relator nos permitem agora ter um texto que começa a dialogar com a realidade da vida de cada brasileiro e brasileira: incorporamos a questão justa e necessária em relação aos médicos cubanos, que serão incorporados novamente ao Programa Mais Médicos; tratamos aqui, de forma corajosa, da questão do Revalida, que nós queremos que seja permanente, seja claro, transparente, justo, sem exageros, e que possa ser feito pelo maior número possível de instituições de ensino; tratamos aqui, e começamos a colocar clareza na composição do que será essa agência, agora mais plural, com mais participação, e sem aquela ideia fechada do início.

Nós vamos tentar ainda aqui, no destaque, Presidente, contemplar alguns outros aspectos. Acho que nós avançamos bastante na questão também da interiorização dos médicos, das regiões que de fato serão atendidas. No início, algumas regiões eram excluídas de forma equivocada, na minha avaliação.

Nos restam aqui sete destaques: um que procura dar caráter verdadeiro a uma carreira interfederativa para os médicos, coisa que o Governo prometeu mas não fez no papel; vamos insistir na alteração da natureza jurídica da Adaps, para que ela seja pública e, em especial, através de uma fundação; vamos insistir aqui, no nosso destaque, com a equivalência dos valores bolsa residência médica; vamos incluir também aqui um dispositivo para avaliação dos cursos de medicina, um resgate daquilo que já se fez ou se tentou fazer ainda na época do Mais Médicos; vamos insistir para que os consórcios de Municípios e de Estados possam também, através dos parâmetros do Mais Médicos, contratar médicos, levar os médicos onde a população hoje está desassistida: que isso não fique só na dependência de editais do Governo Federal e do Ministério da Saúde, os governos do Estado e os consórcios de Municípios têm, sim, condição de cumprir esse papel.

Se um Estado, através de uma universidade pública estadual, tem autonomia para criar um curso de Medicina, por que ele não pode ter autonomia para executar um programa como o Mais Médicos, que tem critérios claros, que funciona, que deu certo e que estaria em ascensão se não fossem as barbeiragens do Governo Federal no pós-eleição e também no início da gestão?

Vamos insistir aqui num piso para os funcionários que vão estar integrados à agência e, principalmente, Presidente – essa é uma emenda, inclusive, de minha autoria –, há a nossa preocupação com as atitudes que a gente tem que ter para evitar aqui uma espécie de terceirização e de privatização da atenção básica em saúde. É muito preocupante que se continue permitindo que a agência contrate serviços privados para suprir necessidades do dia a dia do funcionamento da atenção básica no nosso País.

Nós não podemos aqui deixar nenhum tipo de brecha. O Senador Confúcio, o nosso Relator, já acolheu uma parte das nossas sugestões, que procuram evitar a terceirização, a privatização, ainda mais sendo feita por uma agência de caráter privado, mas nós entendemos que se faz necessário suprimir o inciso I do art. 19 da Medida Provisória 890 para que a gente não tenha nenhuma brecha e nenhuma possibilidade de mercantilizar, privatizar e usar o dinheiro público da atenção básica muito mais para atender a interesses





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de negócios de empresas da área da saúde do que para cuidar da vida e do dia a dia e encontrar soluções para o nosso País.

O Brasil precisa de mais médicos, nosso povo precisa de mais médicos. Acredito que nós mudamos muito aqui a proposta, e ela vai ter esse princípio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para discutir.) – Presidente Ruy Carneiro, eu quero parabenizá-lo pelo trabalho.

Como o colega aqui já falou, Senador Confúcio, uma coisa que me chama a atenção aqui é que a atenção primária de saúde não está limitada só ao Mais Médicos ou ao Médicos pelo Brasil. A agência vai se responsabilizar por toda a atenção primária.

A atenção primária de saúde é multidisciplinar. Nós temos médicos, técnicos de enfermagem, enfermeiros, dentistas, técnicos de saúde bucal. Eu acho temeroso... Temos agentes de endemias, agentes comunitários de saúde. Essa equipe como um todo é quem faz a saúde primária de um Município, e eu só questiono – queria até que o Confúcio estivesse aí – porque a gente está restringindo, ou seja, considerando... A atenção primária de saúde é um programa... A gente está aqui parabenizando o Mais Médicos ou o Médicos pelo Brasil, mas eu acho que a gente não pode deixar toda a atenção primária com uma agência de caráter privado. É como ele falou aqui: e o restante dos profissionais? Esse ponto é algo que a gente tem que ver. Saúde primária não é só com médicos que se faz. Inicialmente, essa agência era para fazer uma transição do Mais Médicos para o Médicos pelo Brasil, mas, pelo que estou vendo aqui – se não me engano, é o inciso I do art. 7º –, a agência vai se responsabilizar, Deputada Carmen, por toda a saúde primária, e a saúde primária não é só Mais Médicos ou Médicos pelo Brasil.

Outro item que eu acho que a gente tem que ver: como podemos deixar os médicos cubanos – é um direito, é certo – no Mais Médicos por dois anos, enquanto eles fazem o Revalida, e não vamos permitir que, para os nossos médicos brasileiros que fizeram suas graduações em outros países, a conduta seja a mesma? Dois anos para eles prestarem... Até porque eles não têm culpa de não terem feito o Revalida: desde 2017 que ele não acontece. Então, eu acho que a gente vai dar essa oportunidade aos médicos cubanos, pelos quais eu sempre tive o maior respeito, nunca fui numa cidade para ter médico cubano para a sociedade... Aliás, todos do Mais Médicos. Agora, não podemos deixar que a agência, que foi criada para fazer uma transferência do Mais Médicos para o Médicos pelo Brasil sem ter solução de continuidade, seja a única responsável pela atenção primária neste País. A atenção primária é muito mais do que só médicos.

Então, eu estou chamando atenção, Sr. Presidente, e eu acho que a gente tinha que ver isso aí. Primeiro, incluir os médicos brasileiros formados no exterior com a mesma...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Dois anos. Dois anos enquanto fazem o Revalida. Eles não fizeram porque não tiveram oportunidade, o Estado brasileiro não lhes ofereceu isso.

Então, são duas coisas que me chamam a atenção: uma agência que foi criada para o Médicos pelo Brasil ser responsável por toda a atenção primária de saúde neste País... A gente tem que refletir sobre isso, Sr. Presidente.

Parabéns por termos chegado onde chegamos, mas estes dois itens me chamaram a atenção: a Adaps, uma agência de caráter privado, ser responsável por toda a atenção primária de saúde, que não é só médicos e, segundo, os médicos brasileiros formados no exterior não poderem ser tratados de forma diferente daquela pela qual são tratados os médicos cubanos, que, diga-se, a gente tem o maior prazer de ter aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Dando sequência, passo a palavra ao Deputado Dr. Zacharias Calil.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO. Para discutir.) – Queria parabenizar a Comissão e dizer que nós tivemos aqui, durante todo esse período, uma relação muito harmoniosa nesses debates, que foram de suma importância.

Mas eu pontuei algumas coisas que eu achei interessante trazer para cá. É que ontem eu ouvi aqui, nós ouvimos, de um Parlamentar algo em relação à formação do médico. Ele dizia que apenas gente rica estudava Medicina, os mais favorecidos, os que estão no topo da pirâmide, que existe inversão de valores, que faltam médicos no Brasil. Ora, eu acho que sou superdotado, porque eu vim da escola pública do primário à universidade, à residência, me destaquei na minha profissão como médico com reconhecimento mundial – não sei se vocês me conhecem, mas atuo na cirurgia de separação de gêmeos siameses. Então, é estranho esse ponto de vista.

Tenho aqui reportagem do G1 que mostra que um brasileiro, Jessé Soares, vendia bombons dentro dos ônibus na cidade de Belém – ele veio de Limoeiro do Ajuru, lá no Pará – e se formou em Medicina. Quer dizer, o Brasil, o Governo, ofereceu cotas, ofereceu financiamento.

Mas o problema não é a falta de médicos. Vejam só: o próprio Relator diz que, de 1970 a 1980, houve um aumento de 667% dos médicos; que, em 2024, nós vamos ter 24 mil médicos formados a cada ano. Hoje mesmo, eu vendo... Inclusive, ele fala que existe uma formação de estoque de médicos. Quer dizer, estoque se relaciona a mercadorias, não é? Eu não consigo entender isso. O médico está ali num cadastro de reserva, mas "estoque"... Tudo bem.

Depois a gente vê aqui que a média nacional hoje é de 2,18 para mil habitantes, mas a maioria das capitais... Por exemplo, Amapá: 90% dos médicos estão na capital; Amazonas: 93%. Quer dizer, o problema é fixar o médico, você dar condição para que ele fique no interior.

Vejam aí, por exemplo: os Prefeitos estão desesperados porque não têm médicos, mas o prefeito utiliza uma política suja, ele vai lá, contrata um médico por 30 mil, paga 10 no primeiro mês, 5 no segundo e, aí, ele briga com o médico e manda ele embora. Então, você vai a esses postos de saúde, no atendimento primário, e o máximo que você tem é um estetoscópio e um esfigmomanômetro.

Hoje mesmo, no Estadão, saiu uma matéria enorme sobre brasileiros formados no exterior, na qual a repórter relata muito bem. Por que, segundo ela, o Brasil não tem essa quantidade suficiente de médicos e a maioria vai para o exterior? No Brasil há 35 mil vagas para faculdades de Medicina, mas há um milhão de candidatos, e os jovens não têm condição, vão para o exterior. Nessa cidade que ela falou, Pedro Juan Caballero, que é ali na divisa com o Brasil, ela mostrou algumas faculdades de Medicina que ela visitou. As mais novas são as mais precárias.

(Soa a campainha.)

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – Há 200 alunos que cursam faculdades sem habilitação e, teoricamente, não vão ter diplomas.

São 65 mil brasileiros estudando no exterior, mais esses 24 mil que vão entrar a cada ano a partir de 2024. Então, olhem só o que está acontecendo nas faculdades, Presidente! Ela visitou uma faculdade mais nova e, chegando lá, viu o seguinte. É uma rua de terra, eles estudam num galpão cujo telhado é de lata, é um calor insuportável, e 90% são brasileiros. O MEC pediu relatório para o consulado, solicitou ao Itamaraty, que mostrou que o ensino é deficiente, não há estrutura, não há laboratório adequado, não há





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

anatomia, os alunos estudam em atlas e a biblioteca possui poucos exemplares. O idioma é o espanhol. O brasileiro chega lá na esperança de fazer o curso de Medicina com oportunhol. É diferente, gente! Eu, quando era estudante na Universidade Federal de Goiás, tinha colegas que vinham de países com os quais o Brasil tinha convênio. Eles chegavam aqui e sofriam. Por quê? No momento de fazer uma prova, eles tinham dificuldade com o idioma. E os professores falavam: "No seu país eu sou obrigado a falar o seu idioma." Então, não tem jeito.

Outra coisa que eles mostraram lá: há abuso em relação às custas. Então, ele vai com a esperança de pagar de R\$700 a R\$1,5 mil pela prestação da faculdade, a mensalidade. Aí, ele faz um requerimento lá: é tanto; se ele ficou no segundo período, é mais tanto. Então, isso é uma ilusão.

E outra coisa que eu achei muito interessante aqui: existe até abuso sexual em relação aos estudantes brasileiros, como já foi relatado – não sou eu quem está falando não, isto aqui é um relatório do MEC.

De 2011 a 2017, nós tivemos o Revalida, que teve de 200 a 4 mil candidatos. Dezenove por cento deles passaram, apenas 19%! É uma coisa que a gente não entende! O nosso Relator aqui ressalta o seguinte... Muita gente questiona aqui: "Ah, mas foi estudar no exterior porque as faculdades brasileiras são caras." O nosso Relator diz o seguinte. Os profissionais tiveram condições financeiras de estudar fora do Brasil por anos e anos e também os muitos estudantes no Brasil se endividaram para pagar o financiamento dos seus estudos. É um fator ilógico criar uma reserva de vagas e diminuir as oportunidades dos que estudaram no Brasil com sacrifício.

Então, precisamos, realmente, fixar o médico nessas regiões mais carentes, mais longínquas, mas de forma a colocar o brasileiro lá. Quer dizer, a pessoa vem... Ela se forma no exterior... Eu vou dizer aqui, posso até soar um pouco agressivo, mas existiram facilidades para que você fosse, e agora querem voltar com a mesma condição, chegar ao mercado do Brasil na mesma condição, tendo facilidade para fazer a Medicina. Eu acho que não é um caminho.

Nós temos, sim, de fazer o Revalida nas universidades federais. Por quê? O que vai acontecer? Nós vamos nos transformar numa filial dessas faculdades de Medicina do Mercosul aí, que estão nessa região, nessas cidades como Pedro Juan Caballero e outras na Bolívia e na Argentina.

E outro detalhe: eu vi na reportagem... Por exemplo, chegou lá o pai para acompanhar o filho. O pai tem 41 anos de idade, Confúcio, e o filho, 20 anos. Porque a maioria dessas pessoas que estão estudando nessas regiões aí são pessoas mais velhas e, no Brasil, estão os mais jovens. Ele chegou lá: "Mas eu também quero fazer Medicina." Então, pai e filho estudam na mesma classe, na mesma sala, e eles vendem espetinho à noite – o outro filho vende bolo no sinaleiro – para se manterem.

Então, nós estamos questionando aqui é a condição em que esses alunos estão sendo formados nessas faculdades. Eles não têm, às vezes, nem o diploma. A faculdade abre, põe 200 alunos lá, a maioria brasileiros, e, chegando ao final, eles não têm condição de ter o diploma. É que, durante todo esse curso, eles estão deixando estar para ver como é que fica para emitir o diploma brasileiro.

Então, esse é o meu questionamento em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A Deputada Bia Kicis está ausente.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Antes de fazer alguns comentários que acho importantes, eu queria parabenizar a condução dos trabalhos pelo Presidente e, especialmente, parabenizar o Relator pelo trabalho que vem fazendo nesta difícil... A gente sabe que é uma árdua tarefa, que não é fácil, as demandas são as mais diversas, mas foi muito importante, Senador, ter contemplado os profissionais cubanos que ficaram aqui no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu estive, domingo passado, num Município do interior da Bahia chamado Amargosa e tive oportunidade de conhecer mais uma médica cubana. Casou, constituiu família e está lá sem poder exercer sua profissão. É uma profissional muito bem avaliada no Município pela contribuição que deu. Então, eu queria parabenizá-lo, porque não é justo o que estão fazendo com esses profissionais. Inclusive, o Governo, o Presidente, publicamente incentivou que eles ficassem aqui no Brasil. Eles têm prestado relevantes serviços, são muito bem avaliados. Então, a sua contribuição para garantir a viabilização do posto de trabalho para esses profissionais é muito importante.

E nós temos que contemplar também os brasileiros formados no exterior. São profissionais que merecem uma oportunidade, e a nossa população merece ainda mais ter a possibilidade de ter um provimento adequado onde mais precisa.

É bom lembrar também que não só os pequenos Municípios têm dificuldade de fixação: na periferia de nossas grandes cidades é tão difícil você colocar um médico para a atenção básica quanto no Semiárido, quanto em locais com uma população mais dispersa. E, aí, a medida provisória que veio do Governo... Claro que a gente não poderia esperar nada diferente, porque este Governo não está aí para atender os interesses da maioria da população, mas a medida provisória que veio era contra abrir espaço para os médicos formados no exterior, era contra garantir espaço para a atuação dos profissionais cubanos, era contra garantir a oportunidade de, através do programa, fixar profissionais para atuar na atenção básica na periferia das grandes cidades. E a alternativa, Senador, de locais de alta vulnerabilidade... Eu ainda fico preocupado, queria fazer esta observação... Sei que sua intenção é garantir a oportunidade nesses locais, mas nós precisamos ter mais clareza de que esses locais de alta vulnerabilidade incluem, Presidente Ruy Carneiro, a periferia das grandes cidades deste País.

Há alguns destaques que vamos ter que debater. Eu começaria com a carreira... Foi divulgado amplamente... O Brasil inteiro acha que, nessa medida provisória, há uma carreira federal para os médicos. O Brasil inteiro acha isso porque o Governo divulgou como se assim fosse, mas não colocou no texto da medida provisória. Nós precisamos garantir a carreira para os profissionais médicos e precisamos garantir o piso para viabilizar a remuneração adequada desses profissionais.

Outra preocupação é com a Adaps. A natureza jurídica de serviço social autônomo não é o melhor desenho institucional para uma instituição com esse caráter, com esse objetivo. Acho que uma fundação se reveste de melhor capacidade para exercer o que se propõe. E não precisamos...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – E precisamos blindar essa instituição da possibilidade de ela ser uma mera terceirizadora de mão de obra. Não podemos permitir que ela seja contratante de empresas para contratar médicos. Ela tem que ser o espaço institucional para viabilizar a carreira, viabilizar o piso e viabilizar a contratação dos profissionais.

Queria chamar atenção também para a questão das bolsas, para garantir equivalência do pagamento das bolsas de residência.

E, em relação à atuação dos consórcios de Estados, Senador Confúcio, acho que a gente deveria... A experiência dos consórcios interfederativos e interestaduais é uma novidade, eu diria, em nosso País no momento atual. Cito o exemplo do consórcio da Região Nordeste, que já está trabalhando proposta de registro de preço.

Vocês imaginem: 55 milhões passam a ser a escala de compra para produtos tão importantes para a saúde, como medicamentos, material médico-cirúrgico. Isso, se é bom para um Estado como a Bahia, que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

tem 14 ou 15 milhões de habitantes, imaginem, para Estados que têm uma população menor, o quanto isso vai agregar de valor! Então, da mesma forma, acho que deveríamos estimular – não só abrir a possibilidade, mas estimular – que os Estados e os consórcios possam também desenvolver políticas dessa natureza para ajudar o Governo Federal na questão do provimento.

Sobre o Revalida, me permitam ser até um pouco mais enfático. Eu sei que há vários movimentos, o Deputado Hiran tem sido um batalhador para garantir a realização do Revalida duas vezes por ano, e nós nos associamos a isso. Mas nós não podemos perder a oportunidade, Deputado Hiran, de sair daqui com essa medida provisória transformada em lei para garantir a oportunidade para que o Revalida seja efetivamente realizado. Nós estamos desde 2016 sem criar essa possibilidade. Precisamos aprovar isso.

Eu não quero nem entrar no mérito da proporção estimada de aprovação. E eu fico muito à vontade para criticar, porque, desde a primeira vez em que foi feito o Revalida, ainda com Ana Estela Haddad no Ministério da Educação, eu cobrei que me apresentassem um estudo que comprovasse que a prova do Revalida cumpria o objetivo de fazer o confronto da qualificação do profissional fora do Brasil com a formação que nós temos aqui. Se você quer revalidar o diploma, o padrão-ouro é a formação que nós temos aqui no Brasil, ela precisa ser o espelho. Trata-se de usar o padrão das provas de residência médica como referência, garantir que não seja algo descolado do perfil profissional que nós formamos no Brasil e, muito menos, que não seja uma revalidação pensando numa formação especializada e, sim, numa formação generalista para um profissional da atenção básica.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Esse é um ponto também importante.

Para concluir, só aproveito para fazer uma denúncia, já que se comentou aqui sobre a questão dos cursos privados. É importante que os colegas aqui tomem conhecimento de que um fundo que tinha como um dos sócios o Ministro Paulo Guedes, o Ministro da Economia, está, de forma acelerada, comprando cursos privados de Medicina em vários Estados. O fundo de Paulo Guedes, esse fundo, já comprou cursos de Medicina na Bahia e em Minas Gerais. O de Vitória da Conquista, Afonso, foi comprado, o de Montes Claros foi comprado. Eles estão, de forma avassaladora, Presidente, tentando monopolizar o mercado, o que vai agravar mais ainda a situação, porque os valores das mensalidades vão subir ainda mais, vai se tornar ainda mais elitizado o acesso, e mais candidatos vão ser expulsos para fazerem, como alternativa, o curso fora do Brasil. Isso não é interessante para ninguém. Tinha que ser o contrário, acho que tínhamos que garantir Fies para os cursos privados de Medicina, o que hoje não acontece; tínhamos que garantir políticas que visassem baixar os valores das mensalidades.

Obrigado.

Desculpe aí, Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra...

Eu queria pedir silêncio aos presentes – a gente está com uma lotação acima do normal –, até para que todos possam estar no ambiente. Aí, peço a vocês um pouquinho de silêncio. Hiran, um silenciosinho. Passo a palavra para o Deputado Dr. Luiz Ovando.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS. Para discutir.) – Nobre Deputado Ruy Carneiro, Presidente desta Comissão, Sr. Senador Confúcio Moura, nobres colegas Deputados e Senadores, eu quero, nesta





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

oportunidade, me apresentar aqui para que a gente possa verdadeiramente conversar de forma mais consistente e abrangente.

Meu nome é Luiz Ovando, nome parlamentar Dr. Luiz Ovando. Eu sou médico, clínico, cardiologista, professor universitário do curso de Medicina, formado há 44 anos e, até 8 meses antes de assumir aqui a Câmara Federal, atuava na terceira maior Santa Casa do Brasil, linha de frente, hospital de guerra, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Comecei a minha atividade profissional numa cidade pequena, chamada Iguatemi, de aproximadamente 7 mil habitantes, no interior de Mato Grosso – único na época, hoje Mato Grosso do Sul –, onde eu era o único médico – com 26 anos de idade. Na época, não havia a quem encaminhar, tinha que resolver o problema ali. E resolvi muitos problemas, porque a faculdade que eu cursei me deu condição de resolver esses problemas.

Hoje, Senador Confúcio, nós temos criado uma casta de médicos acostumada a encaminhar pacientes. E nós estamos aqui hoje discutindo exatamente uma situação criada pelo Mais Médicos. Eu quero aqui destacar que eu respeito bastante o nobre Deputado Alexandre Padilha, indivíduo sensível, competente, perspicaz, atento às situações, mas foi por ocasião da sua ação como Ministro que nós instituímos aqui no Brasil o Mais Médicos acreditando que esse programa resolveria o problema. Isso não é verdade.

Aqui eu quero simplesmente me reportar ao Milton Friedman, Prêmio Nobel de 1976 de Ciências Econômicas. Ele diz que o maior erro na análise de uma política pública é julgá-la pelas suas intenções, e não pelas suas consequências. Infelizmente, nós não temos uma avaliação de efetividade do Mais Médicos e também não temos uma projeção de eficiência do Médicos pelo Brasil. Mas o Médicos pelo Brasil, através da Medida Provisória 890, vem exatamente para acabar com aquela situação de escravidão que foi instituída no Mais Médicos. É bom que se diga isso.

Infelizmente, nós estamos hoje com um problema de ordem humanitária. E aqui o problema de ordem humanitária, nós, como Estado, temos que resolvê-lo. Nós temos que dar uma solução para esses 1,8 mil médicos cubanos que se encontram no País sem condição de trabalho.

Então, essa é uma questão de que eu sou partidário, entendo que devemos aprovar a Medida 890 sem alteração, como ela veio proposta, mas nós precisamos discutir os 1,8 mil médicos cubanos que estão aí sem uma definição do Estado.

Sobre outra condição que eu quero colocar aqui, foi falado muito ontem. Foi dito que os médicos não têm condição de estudar, os alunos não têm condição aqui e, por isso, eles vão para uma cidade de fora, como Pedro Juan Caballero.

Sr. Senador, eu estive em Pedro Juan Caballero. Eu sou de Campo Grande, estou sempre lá, e tive oportunidade de conversar, inclusive, com os alunos. Lá existem 11 faculdades de Medicina – onze! –, são mais de 25 mil alunos. E vocês sabem quantos hospitais existem para essa prática? Apenas um hospital de 60 leitos! Esses alunos não sabem nem por que porta se entra no hospital!

Medicina é prática, Medicina é experiência. Isso que está sendo proposto aqui é uma inconsequência: pegar médicos formados fora e colocá-los aqui sem avaliação adequada. Nós precisamos insistir nessa avaliação. É importante que nós tenhamos o Revalida pelo menos duas vezes por ano. E esses alunos lá não pedem a extinção do Revalida. Eles querem que haja Revalida, porque o Revalida estimula o mérito, corrige distorções, aprimora a avaliação e dá oportunidade aos jovens.

Nós precisamos ter isso muito claro, e precisamos defender: não podemos, de forma alguma, escamotear, sair para uma situação de Revalida *light*, disso ou daquilo. Coitado daquele que não teve oportunidade e foi para lá, porque nós estaremos expondo a nossa população a uma situação de estelionato





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

médico inclusive, enganando a população dizendo que esse médico aqui pode resolver seu problema. Não é verdade! O médico só vai para o interior se ele tiver um apelo econômico e se ele for resolutivo, o que nós não temos tido no nosso País.

E aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu quero dizer o seguinte: nós precisamos estar atentos, porque todas essas alterações que têm acontecido aqui também são consequências dos olhos vendados do Ministério da Educação e Cultura, que começa a ver um movimento...

(Soa a campanha.)

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS) – ... para que, verdadeiramente, se faça a avaliação dos médicos formados no Brasil, visto que não há a fiscalização adequada que deveria ser feita.

Então, nós estamos começando a chegar àquela situação: se o médico de fora precisa ser reavaliado, por que não avaliar o médico de dentro?

(Manifestação da plateia.)

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS) – E nós temos... Mas eu não sou... Essa é a ideia que se tem, mas eu sou contra isso. Nós precisamos, inclusive, cobrar do Ministério que reavalie adequadamente as escolas médicas, que não têm cumprido o seu papel, mas não mudar a regra no meio do jogo, como as coisas estão acontecendo. O médico brasileiro precisa ser respeitado. Ele tem condição, ele enfrentou a concorrência, ele enfrentou o vestibular e, portanto, ele tem mérito para continuar aqui.

Revalida: em duas edições. Médicos cubanos: isso é uma questão de cidadania, é uma questão de direito humano. Essa é uma outra situação que nós precisamos ver.

Muito obrigado.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC) – Sr. Presidente, pelo tempo de Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Certo, mas também o Deputado Beto Pereira pediu, pelo PSDB.

Passo à última oradora inscrita ontem – não teremos mais oradores –, a Deputada Carmen Zanotto, para usar da palavra. É um acordo aqui do destaque, que me parece que V. Exa. vai retirar. Depois, pela Liderança, Beto Pereira e Alan Rick. Aí nós passamos para o processo de votação.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Para discursar.) – Quero saudar o nobre Presidente Ruy Carneiro e o nosso querido e qualificado Senador Confúcio, Relator dessa importante matéria.

Faço aqui também o registro...

(Interrupção do som.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – ... do debate e da harmonia, em que pese a gente divergir em alguns itens, com que foi conduzida e está sendo conduzida esta Comissão da MP 890, que trata do Médicos pelo Brasil.

Primeiro, Sr. Presidente, eu queria, como inscrita, agradecer ao nobre Relator o acolhimento das nossas Emendas 104, 106, 334 e 335, mesmo que parcialmente, e pedir que também fosse considerada no relatório a Emenda 332, porque ela foi acolhida parcialmente. Então, seria só a inclusão da 332, com acolhimento parcial.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu fiz um destaque, Sr. Presidente, e o meu destaque é com relação ao valor remuneratório, conforme lido ontem no voto complementar do nosso Relator, no parecer complementar – é com relação ao valor cobrado para a realização do exame, que será limitado ao equivalente ao valor mensal da bolsa vigente.

O Dr. Calil já trouxe uma fala que eu ia trazer: qual é o número e, até hoje, qual foi a média de aprovação da primeira etapa para segunda etapa? Chegar ao valor da prova do médico residente, da bolsa do residente, significa uma inscrição de R\$3,4 mil. É claro que isso é teto. Historicamente, no País, teto se transforma em piso, ou seja, poderemos correr o risco de esse ser o valor efetivamente cobrado para as inscrições.

Eu queria, Presidente e Relator, propor – aí proponho a retirada do destaque; eu já conversei com o Senador Confúcio e queria pedir o apoio dos pares – que a primeira etapa da prova custasse 10% do valor da segunda etapa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – Até 10%.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Até 10% – até 10%. Por quê? Porque, se mantivermos a média de 19% de aprovação, 20% de aprovação, é muito complexo uma pessoa desembolsar um valor total, visto que todos nós sabemos que o custo efetivo da prova do Revalida maior é na segunda etapa, que exige estrutura hospitalar, exige mais profissionais médicos para a realização da prova. E a primeira etapa é mais simples, é uma prova geral. Então, queria propor isso, e o nobre Relator se dispôs a acolher.

Preciso aqui saudar também o Relator, que, a partir das falas que foram feitas e das emendas apresentadas, acolheu a questão dos médicos cubanos que permaneceram no País. E vou dizer aqui com muita tranquilidade que o que estamos fazendo – acolhendo os médicos cubanos que permaneceram no Brasil – é cumprir o que o Presidente da República disse quando houve a interrupção do contrato do Mais Médicos com o Governo de Cuba, através das organizações internacionais. Por que isso? Porque ele disse que esses profissionais seriam acolhidos. Então, nós estamos dando a eles, a partir desse PLV, dessa medida provisória, aquilo que foi prometido, que é a possibilidade de continuarem no Programa Mais Médicos, ou seja, de reingressarem – porque esses profissionais não estão atuando e estão fora do Programa Mais Médicos – no Programa Mais Médicos e prestarem todas as provas que precisam ser prestadas, a partir do início das provas do Revalida, por dois anos. Eu acho que é uma bela oportunidade que nós estamos dando para os médicos de Cuba poderem se fixar no Brasil.

Eu tenho ainda uma preocupação que não consigo definir. Eu vou, daqui a pouquinho, ter uma clareza, depois das falas e na continuidade dos debates. É que nós não estamos dando isonomia aos brasileiros formados fora do País. Nós estamos tratando os cubanos que estão no Brasil diferentemente dos brasileiros que estudaram fora. Compreendo e quero aqui destacar que, no início do Programa Mais Médicos – eu estava na Casa, a Deputada Dra. Zenaide estava na Casa –, de alguns países, não foi permitida a entrada no Programa Mais Médicos. Concordam comigo? Solla, que estava no Ministério, e demais colegas Deputados...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Tudo bem. Foi uma condição para aprovar. E foi acolhida a condição para aprovar, certo? Nós não podemos pegar o total de universidades fora do País e as tratarmos como se todas fossem de baixo padrão. Então, a gente precisava...

Eu sei que a prova do Revalida, com dois anos de execução das provas, vai acolher... E quem tem competência vai passar e vai permanecer, como os médicos brasileiros que estudaram fora, mas com CRM





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

no Brasil. Mas não posso deixar de manifestar ainda a minha preocupação com esse coletivo de profissionais, porque hoje muitos deles estão atuando no Mais Médicos por três anos, podendo ser renovados por três anos. Aí a minha pergunta é: qual será a garantia desses que estão? Eu não estou falando dos que poderão vir.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós temos uma situação que é a daqueles que estão atuando hoje, com três anos de contrato, podendo ser renovados por mais três anos. Os demais, eu acho que terão de realmente fazer a prova, porque nós temos, inclusive, um conjunto que não assumiu e já tem liminar na Justiça determinando ao Ministério da Saúde que o incorpore no Programa Mais Médicos.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente, destacando que quando o senhor acolheu – e eu não pude participar de parte da reunião de ontem – a questão das instituições para fazerem a prova do Revalida... Eu preciso ser leal com V. Exa.: o senhor acolheu demandas apresentadas por este Plenário, de Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, não foi de livre iniciativa sua quando o senhor incluiu as universidades privadas com conceito bom ou ótimo para prestarem a prova do Revalida.

Obrigada, nobre Deputado Ruy Carneiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra o Deputado Beto Pereira, por cinco minutos, pela Liderança do PSDB. Depois, Deputado Alan Rick. Aí nós encerramos e vamos votar a admissibilidade dos destaques, depois o relatório e depois destaque por destaque.

Queria pedir silêncio aos presentes.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Para discutir.) – Nobre Presidente Deputado Ruy Carneiro, nobre Relator Senador Confúcio, primeiramente quero parabenizar V. Exas. pela forma democrática da condução dos trabalhos, em especial a forma cortês com que o Senador Confúcio recebeu todos os Parlamentares durante o período de debate dessa importante matéria.

Eu não vou utilizar os meus cinco minutos do tempo de Liderança, mas gostaria aqui de fazer um apelo final ao nobre Relator, o Senador Confúcio. Já foi prevista, pelo relatório de V. Exa., a realização do Revalida de forma contínua duas vezes por ano, uma vez por cada semestre. Eu sei que, quando há o descumprimento da lei, já está ali implícita a questão das penalidades, mas, na minha emenda, a Emenda nº 5, eu deixei isso explícito no seu §4º, e gostaria que V. Exa. ainda pudesse fazer a reflexão para que, antes de votarmos, incluísse este parágrafo no texto, que é justamente o que prevê que não cumprir o disposto nesse artigo implica ato de improbidade administrativa por parte da autoridade ministerial, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Senador, o objetivo deste §4º é justamente garantir... O Revalida já era para estar acontecendo, mas, quando não ocorre, qual é a sanção? Qual é a penalidade? Que autoridade será questionada no momento da não execução da prova? Nós estamos aqui criando a obrigação, mas, e se a obrigação não for cumprida, qual autoridade vai ser penalizada? Aqui está ficando explícito que a responsabilidade pela realização é do Ministro e, se ele não cumpri-la, estará ele responsabilizado pela Lei de Improbidade Administrativa. Por isso, faço o apelo a V. Exa. para que faça a inclusão desse parágrafo no texto que iremos votar logo mais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Passo a palavra ao Relator para que se coloque em relação ao destaque da Deputada Carmen Zanotto.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu queria pedir que os assessores fossem um pouco mais lá para trás. O pessoal da TV Senado pediu para que não circulassem em frente à mesa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – No destaque da ilustre Deputada Carmen Zanotto, ela prefere prefixar o valor da prova teórica inicial. Ela colocaria 10% sobre o valor da bolsa de residência. Não é isso, doutora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Será acolhido.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Muito obrigada, nobre Senador Relator desta importante matéria. *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Só uma questão de ordem, Presidente.

O Deputado Alan Rick vai fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Isso, vai falar pela Liderança. O documento está chegando. O Líder já falou e logicamente nós vamos...

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Para questão de ordem.) – É só uma questão.

É o seguinte, Presidente: se o Deputado Alan Rick se inscreveu agora para falar pelo tempo de Liderança, eu posso também me inscrever para falar pelo tempo de Liderança? É uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A gente vai só atrasar a votação, Hiran.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – O senhor está cerceando o meu direito de me manifestar, Presidente? O senhor está usando dois pesos e duas medidas aqui? O Alan Rick, só porque é do Acre, vai falar mais do que eu que sou de Roraima? Isso eu não admito.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Vamos votar, Presidente! Vamos votar!

Presidente, eu assumi um acordo com o senhor no sentido de que nós dos partidos de oposição não iríamos fazer nada que obstruísse a votação. Então, não vou pedir o meu tempo de Liderança, para a gente poder caminhar e votar. Quero aliviar sua vida aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Presidente, uma questão de ordem só para entender como será o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu vou explicar agora.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Em votação a matéria.

Foram apresentados, conforme acordo, dez requerimentos de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma. Votaremos em primeiro lugar o requerimento de admissibilidade dos destaques; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques; e, por último, os destaques cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

De acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos que tratam da admissibilidade dos destaques não serão discutidos nem encaminhados. Conforme acordado, a admissibilidade dos dez destaques, dos requerimentos de destaque, será feita em globo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Os Srs. Parlamentares que concordam com a admissibilidade dos requerimentos de destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovada em globo a admissibilidade dos destaques.

Em votação o relatório, ressalvados os destaques.

Determino de ofício a abertura do painel.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Agora chegou o maior Ministro da Saúde que este País já teve: Senador Marcelo Castro, Presidente da CMO. Agora vai!

(Procede-se à votação.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Presidente, só para entender: quem é a favor do relatório, ressalvados os destaques, vota "sim", não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Vota "sim". Acabei de votar.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – O PT vota "sim", a favor do relatório, ressalvados os dez destaques.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Quem vota com o Relator vota "sim".

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – O PROS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – O Democratas encaminha o voto "sim", Sr. Presidente, acompanhando o eminente Relator, Senador Confúcio Moura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PSB vota "sim".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, o PTB vota "sim".

(Procede-se à votação.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu voltaria a pedir aos presentes, ao pessoal da lateral, que fosse lá para trás, porque até do painel não se tem visibilidade.

(Procede-se à votação.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Em dois minutos nós vamos encerrar a votação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Senhores e senhoras, vamos encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Resultado: SIM, 19; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovado o relatório por unanimidade. *(Palmas.)*

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Questão de ordem, Presidente.

Presidente...

Presidente, questão de ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Um minutinho.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Ressalvados os destaques, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Claro.

Você está tão ansioso que não espera nem eu falar!

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Não... V. Exa. é que está ansioso, Presidente, para votar rápido. Eu, não; eu só estou lembrando que estão ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Aprovado o relatório, ficam ressalvados os destaques.

A votação das matérias destacadas será realizada dispositivo a dispositivo, conforme sua ordem no projeto de lei de conversão oferecido. Primeiramente serão votados, a cada dispositivo, os trechos destacados daquele artigo, sendo em seguida votadas as emendas supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas.

Para a apreciação do destaque, a Presidência adotarás as seguintes normas: poderá usar da palavra um Parlamentar a favor e um contra, sendo o primeiro preferencialmente o autor, por três minutos cada um. Após os dois Parlamentares, usará da palavra, caso queira, o Relator.

Em votação o destaque referente à Emenda 309.

A favor, fala o Deputado Alexandre Padilha, autor do requerimento; e contra, parece-me, a Deputada Soraya Manato. É isso?

Três minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Um minuto.

"O art. 1º da Medida Provisória nº 890 passa a vigorar com a seguinte redação..."

Três minutos para V. Exa.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria a atenção dos Parlamentares.

Estamos apresentando este destaque porque a medida provisória está criando um serviço social autônomo. O que nós estamos propondo é que quem gerencie e execute o Médicos pelo Brasil seja uma fundação pública de direito privado. Qual é a diferença central entre um e outro? Um serviço social autônomo não é um órgão do Estado, ou seja, a medida provisória está criando um órgão paraestatal, que não é do Estado, cuja única relação que vai ter com o Ministro da Saúde e com o Presidente da República será através de um contrato.

Então, vamos supor o seguinte: o Presidente da República e o Ministro da Saúde estabelecem um contrato com esse órgão para que ele execute o Médicos pelo Brasil pelos próximos três ou quatro anos, estabelecendo várias metas. Se houver algum problema, a única forma pela qual o Ministro da Saúde e o Presidente da República poderão cobrar e exigir desse órgão, que não é mais um órgão estatal, mas paraestatal, vai ser para saber se ele está cumprindo ou não o contrato. Até comentaram o seguinte: "Ah, pode negar o contrato, pode questionar o contrato". Imaginem: esse órgão vai ter em suas mãos milhares de médicos sendo distribuídos em todo o País. Qual é o Ministro ou Presidente da República que vai conseguir reagir a um contrato como esse?

Segundo ponto: o serviço social autônomo pode fazer o seu regimento próprio, ou seja, ele faz o regimento próprio. Não é decreto do Presidente da República, nem portaria do Ministro. Então, ele pode estabelecer seu regimento próprio, de como é a substituição de seus membros, seu rito de licitação, suas





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

sobras de compra. Uma fundação pública pode até propor em relação a isso, mas o decreto é do Presidente. Ou seja, o Congresso Nacional está propondo aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – ..., para gerenciar o Mais Médicos, um Sesi, um Senai, onde ninguém tem... Nem o Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio nem o Presidente da República consegue incidir sobre o Sesi e o Senai. Ou seja, ele vai fazer o próprio regimento. Imaginem o Presidente da República, pelo Ministério, tendo uma agência gerenciando milhares de médicos! Nós sabemos o papel que isso tem, a pressão que vai ter, sem ter incidência nenhuma sobre isso. Esse serviço social autônomo vai poder estabelecer suas regras de licitação, como o Sesi, o Senai e o Sesc, que estabelecem suas regras de compras, de como fazer compra, não obedecem a um decreto presidencial.

Então, por isso, eu queria fazer um apelo aos Parlamentares: o Congresso Nacional não pode dar um cheque em branco. Esse é um cheque em branco. Nós não podemos criar um novo Sesi para tocar o Médicos pelo Brasil, a atenção primária no nosso País. É preciso haver responsabilidade pública. O Congresso pode ter que acompanhar, o Conselho tem que ser acompanhado, o Presidente da República tem que acompanhar esse serviço.

(Soa a campanha.)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Senadora Soraya.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) – Não, eu sou Deputada Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Esse é o desejo do Senador Confúcio. Já alçou V. Exa. ao Senado!

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) – Vamos profetizar.

Sr. Presidente, em relação a esse ponto, essa proposta do nobre Deputado acaba indo para o Regime Jurídico Único e destrói todo o Programa Médicos pelo Brasil, prejudica a MP inteira, prejudica todos os destaques. Então, eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – O Relator não vai usar da palavra? *(Pausa.)*

As votações serão simbólicas.

Eu peço que prestem atenção: os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição da Emenda 309 permaneçam como se encontram.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. *Fora do microfone.*) – A favor da emenda se manifesta. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Isso. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

Próximo destaque.

Em votação o destaque referente à Emenda 351.

Fala a favor o Deputado Alexandre Padilha... Deputado Zeca Dirceu, corrigindo, por três minutos.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) – É a 251, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – É a 251: suprime o §1º do art. 19 da MP 890.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Para encaminhar.) – Essa emenda vem à discussão aqui, já reconhecendo o esforço do Relator em acolher vários outros pontos importantes, inclusive um que era muito próximo a essa preocupação nossa quanto às possibilidades de terceirização.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Presidente e o Relator avançaram nesse tema, mas nós entendemos que ainda temos brechas aí para esse assunto.

A Adaps, que está sendo criada, tem, no corpo da lei, o papel, além de executar o Programa Médicos pelo Brasil, de também contribuir com a prestação de serviços no âmbito de toda a atenção primária. Quando você dá esse caráter para a agência e permite que ela faça contratos com pessoas físicas e jurídicas, nós estamos, sim, dando uma brecha para terceirizar todo o Sistema Único de Saúde.

Nós não podemos...

Presidente, o barulho é...

(Soa a campanha.)

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) – Nós temos que ser implacáveis aqui, cuidadosos e não podemos permitir, de maneira alguma, qualquer tipo de possibilidade de entrega dos serviços básicos, principais, primários do SUS para os interesses empresariais do dia a dia da saúde.

Nosso compromisso aqui é com a vida, nosso compromisso é com a população que está desassistida de médicos e o nosso compromisso aqui é que o Poder Público, através do SUS, jamais através da terceirização, preste saúde pública universal, gratuita e de qualidade à nossa população.

Pode até ser – e eu peço aqui o voto, o apoio de todos – uma preocupação exagerada nossa, mas, nesse tipo de conflito, nesse tipo de ponto, quando nós colocamos em risco a essência do SUS público, gratuito e universal, eu acho que vale uma preocupação a mais. Nós estamos propondo aqui, então, essa emenda, para que a Adaps não tenha a possibilidade de, através da contratação de terceiros, também prestar o serviço ou levar o serviço à atenção primária.

Com este entendimento muito claro: isso não favorece a vida do nosso povo e da nossa gente, isso não vai ampliar o serviço, isso não vai melhorar a qualidade; nós vamos fazer aí uma mercantilização, escoar pelos ralos do interesse privado o dinheiro público, que tem que atender a população.

Espero a compreensão do Relator e o apoio dos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Para encaminhar contra, Deputado Luiz Ovando.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS. Para encaminhar.) – Nobre Presidente, Sr. Relator, o relatório do nobre Senador Confúcio Moura já garante que essa ação, que essa atividade não vai ser terceirizada. Portanto, esse passa a ser um discurso vazio, desnecessário, e nós somos exatamente contra a proposição dessa Emenda 251.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Dentro do mesmo formato, os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição da Emenda 251 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque, rejeitada a emenda. *(Pausa.)*

Em votação o destaque referente à Emenda 312.

A favor, Deputado Hiran Gonçalves; contra, Deputado Alan Rick, por três minutos.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há sobre a mesa um requerimento de votação nominal.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, esse destaque a gente tem que discutir depois da discussão da questão da votação nominal desse destaque.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Hiran, V. Exa. primeiro discute, depois a gente trata dessa questão.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Muito bem. Esse nosso destaque, Presidente, tem como finalidade a gente inserir o texto que já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social da Casa, é um texto que já foi aprovado aqui no Senado, que é o Projeto de nº 4.067, de autoria do Senador Paulo Davim.

Esse projeto foi discutido na Comissão de Seguridade da Câmara, passou pela Comissão de Educação da Câmara, pela CCJ e está no Plenário da Câmara dos Deputados, aguardando urgência para ser votado. Esse projeto é um texto muito simples de sete artigos, que fala que o nosso exame de Revalida será feito pelo Ministério da Educação, com a adesão das universidades públicas do País.

E aqui eu quero chamar a atenção de que nós ficamos em dúvida, Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em relação a essa avaliação das universidades privadas, uma avaliação positiva. Isso é muito subjetivo. O que é avaliação positiva, Deputado Luiz Ovando, ilustre aniversariante do dia? Não entendi. A avaliação positiva é avaliação um, dois, três, Senadora Zenaide? Eu acho que tem que ficar claro aqui. A gente não pode ter dúvida. Até poderíamos admitir universidades privadas com avaliação quatro e cinco, por exemplo, mas isso não está claro. E nós corremos o risco de submeter os candidatos a exame de Revalida no País em universidades como essa de Fernandópolis, que, inclusive, redundou numa ação policial, porque lá existia um conluio para fornecer revalidação de diplomas a preços exorbitantes. Eu acho que nós temos que avaliar isso com muito cuidado.

E o Projeto de Lei nº 4.067 é um projeto simples, como deve ser projeto para ser cumprido. Lei para ser cumprida tem que ser simples. É um projeto de sete artigos, que diz: Revalida, duas vezes por ano, com adesão de universidades públicas, com supervisão do Conselho Federal de Medicina, duas vezes por ano. É isso que diz o projeto de lei. E nós queremos inserir, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, substituindo todo esse art. 32 do relatório do nobre Relator, Confúcio Moura.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Alan Rick, por três minutos.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, em que pese a meritória proposta do ilustre Deputado Hiran Gonçalves, a qual nós debatemos, profundamente, nas Comissões desta Casa, há algumas situações nessa proposta que precisam revistas para aprimorar o acesso ao Revalida para os nossos médicos formados no exterior e qualquer outro médico formado fora do Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França ou em qualquer outro país do mundo, para que possam fazer a revalidação do seu diploma no Brasil.

Primeiro ponto: nós não compreendemos como correta no texto a frase "com a colaboração das universidades públicas", excetuando-se aqui as privadas, "e do Conselho Federal de Medicina". O Conselho Federal de Medicina não pode ser colaborador do processo. Ele pode ser, no máximo, supervisor do processo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ALAN RICK (DEM - AC) – Ele é implementado pela União, pelo MEC (Ministério da Educação). E o Conselho Federal de Medicina, um supervisor, mas não colaborador.

Segundo ponto: as universidades privadas, como está no texto do ilustre Relator, Confúcio Moura, com nota positiva, com avaliação positiva. Se será a universidade com nota quatro ou cinco, isso vai ser regulamentado pelo MEC. Agora, nós precisamos estabelecer uma regra clara, como nós aqui concordamos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

com o Deputado Hiran, no Revalida, duas vezes por ano. Lutamos juntos por isso. Hiran tem sido um batalhador, mas, nesses pontos, nós precisamos avançar e nós estamos, aqui no relatório do Senador Confúcio Moura, avançando.

Primeiro, por quê? Se a universidade privada é autorizada no Brasil a realizar a graduação do médico em Medicina, por que não pode revalidar? Se ela é autorizada neste País a fazer a graduação, ou seja, a formação em Medicina, por que ela não pode revalidar este diploma, com metas claras, com o estabelecimento de uma regra nacional conforme está no relatório do Senador Confúcio Moura, que amarra muito bem a proposta?

Portanto, nós...

(Soa a campainha.)

O SR. ALAN RICK (DEM - AC) – ... estamos aqui encaminhando pela rejeição desta emenda, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Antes de votar o mérito, até para que não haja confusão dos senhores, há sobre a mesa o Requerimento de votação nominal nesse destaque nº 36.

Em votação – não é o destaque, é o formato de votação –, em votação o Requerimento de votação nominal do requerimento de destaque nº 36.

Os Parlamentares que concordam com a votação nominal permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Rejeitado o requerimento.

Agora...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, verificação, Presidente.

Verificação.

Pode pedir verificação, como Vice-Líder...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Pode pedir verificação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... porque era o que ele queria, na verdade, verificação da votação nominal. Era isso o que ele queria.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não, ele queria votação nominal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Estou pedindo verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A votação da emenda é agora.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A votação da emenda é agora.

V. Exa....

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Pela ordem.) – Questão de ordem, Presidente.

Eu só queria dizer que a gente podia fazer simbólica e a nominal no destaque, entendeu? Era isso o que eu queria falar.

O SR. RUY CARNEIRO (PSDB - PB) – Vou colocar agora em votação a emenda.

Agora nós estamos votando a emenda.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição da Emenda 312 permaneçam como se encontram – como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitada a emenda de V. Exa. *(Palmas.) (Pausa.)*

Em votação o destaque referente à supressão do termo "e privadas" constante do §1º, do art. 32, do PLV.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Fala a favor o Deputado Hiran Gonçalves. Contra, o Deputado Alan Rick.

Três minutos para cada.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Para encaminhar.) – Presidente, já que nós não vamos inserir no relatório do Senador Confúcio o Projeto de Lei 4.067, como nós propusemos anteriormente, a minha segunda sugestão seria nós retirarmos do art. 32 apenas a palavra "privadas", porque, volto a dizer, a preocupação do movimento médico, do Conselho Regional de Medicina, AMB, das instituições sindicais é com a questão da falta de clareza em relação à qualidade das universidades...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu pediria aos assessores silêncio, porque o Parlamentar está falando.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – ... privadas que vão fazer esse processo de revalidação.

Volto a dizer: o texto não está claro, meu querido Relator. O texto diz que as universidades de avaliação positiva farão essa revalidação e eu não consegui entender o que é avaliação positiva. Pode ser, Senadora Zenaide, mais meio, mais um, mais 0,75, não sei.

Então, como não ficou claro, eu proponho que a gente deixe só no texto: as universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais.

Essa é a minha proposição, Presidente.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Encaminhando contra, o Deputado Alan Rick. Três minutos.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, rapidamente, resumidamente. O tema é redundante, nós já expressamos isso na defesa anterior da rejeição da proposta, uma vez que, quando essa universidade é nota positiva, ou seja, ela está gabaritada, ela está regulamentada para fazer a graduação e também a revalidação, ela deve ser devidamente acatada, como já está no relatório do Senador Confúcio Moura.

Portanto, como a matéria é redundante, nós aqui encaminhamos pela rejeição da emenda e a manutenção do texto do Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Antes de votar o mérito, eu peço que os senhores tenham atenção.

Existe um novo requerimento sobre a mesa, de votação nominal...

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente, eu quero retirar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu agradeço.

Vamos agora para o mérito do destaque.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com a redação do art. 32 dada pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque. Mantido o texto do Relator. (*Pausa.*)

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Verificação, Presidente. Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Verificação.

Quem vota "sim" vota com o relatório do Senador Confúcio.

Quem vota "não" suprime o texto, como sugerido no destaque.

Painel aberto.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Repetindo: quem vota "sim" vota pelo relatório do Senador Confúcio. Quem vota "não" vota para suprimir o texto.

(Procede-se à votação.)

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente! Presidente, posso fazer uma declaração de voto, Presidente, aqui? Rapidamente, enquanto transcorre a votação?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Enquanto votam, V. Exa. fique à vontade.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, nobre Relator, Revisor, ilustres Senadores, Deputados, eu venho mais uma vez aqui esclarecer essa nossa posição.

Na minha opinião, meu querido Revisor, meu querido Antonio Brito, ao aprovarmos esse modelo que nós estamos aprovando aqui, com a devida vênia de todos, eu acredito que esse processo de revalidação com universidades privadas, com avaliações que não são as melhores avaliações no Enade, vão suscitar um grande balcão de negócios – um grande balcão de negócios.

Vejam bem o que eu estou falando aqui: as pessoas que estão nos assistindo neste País todo sabem o que eu estou dizendo. Há muitas universidades privadas aqui que não têm condição de fazer uma revalidação de diploma séria, e aí, Presidente, vai acontecer como aconteceu nas provas da OAB: nós corremos o risco de termos levas de candidatos para um lado e para outro deste País, porque vai haver uma concorrência muito grande em relação à questão da segunda fase dessa prova do Revalida. De forma, Presidente, pela seriedade com que V. Exa. construiu esse relatório, pensando no Brasil, pensando nas pessoas que estão nos vazios deste País, que necessitam de saúde de qualidade, nós não podemos aqui garantir saúde de segunda classe para o povo pobre. É extremamente grave o que nós estamos fazendo aqui hoje.

Então, eu espero que nós possamos dar uma lição, uma sinalização de seriedade nesse processo que V. Exa. tão bem construiu, mas eu não sei por que esse interesse de fazer esse modelo de revalidação incluindo universidades privadas sem a devida qualificação. Não ficou claro no texto. Eu acho que nós poderíamos ter economizado aqui uma hora e meia nisso se a gente tivesse colocado no texto assim: "que seja feito por universidades privadas de avaliação 4 e 5", já que nós temos poucas universidades com avaliação 5 no País – se não me engano, três ou quatro, não é verdade? Então, eu acho que a gente poderia incluir, e aí a gente estaria salvaguardando as boas práticas, que o senhor tanto defende, como médico competente que o senhor é, além de político competente que o senhor é.

Então, eu acho que nós devemos sinalizar de maneira clara nesse projeto que nós estamos salvaguardando as boas práticas médicas, deixando consignado neste texto, pelo menos, que as universidades que tenham um nível 4 e 5 no Enade possam fazer essa revalidação.

Muito obrigado, Presidente; muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Estamos encerrando a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Rejeitado o destaque, mantido o texto do Relator. *(Palmas.)*

Em votação o destaque referente à supressão do art. 34...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, Presidente, só uma questão de ordem. Eu havia firmado um compromisso com o senhor, enquanto estava aqui ajudando a coordenar as





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ações pela oposição, que a gente não pedisse verificação, que a gente não tivesse qualquer tipo de atitude que gerasse obstrução na votação. Esse acordo foi quebrado. Então, eu só quero dizer que apresentei também pedido de requerimento de votação nominal aos meus destaques, está certo? Quando chegar a hora da votação do destaque a gente trata disso, mas só estou apresentando isso porque a gente havia acertado um compromisso. Nós temos toda a boa vontade, mesmo sendo oposição. Na medida em que vão começar a pedir verificação em todos os destaques, então nós estamos apresentando também pedido de verificação nominal em todos os destaques. Quando chegar a hora lá – vai demorar ainda –, a gente conversa, mas eu acho que acordo tem que ser cumprido.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem, Presidente. O senhor tem uma hora para conceder votação nominal; agora, eu não fiz acordo com absolutamente ninguém de não pedir votação nominal.

Só para deixar claro aqui que eu não quebrei acordo com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Até as 16h07, pelo Regimento, não precisa haver votação nominal.

Em votação, destaque referente à supressão do art. 34 do PLV. Fala a favor o Deputado Hiran Gonçalves e contra, o Deputado Alan Rick. Três minutos. *(Pausa.)*

O tempo de V. Exa. está contando.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Para encaminhar.) – Presidente, eu estava dando atenção ao Ministro Padilha aqui, de forma que eu peço que recomponha o meu tempo. Ele estava aqui me falando... E é por isso que...

Bom, Presidente, em relação à questão da supressão desse artigo, veja bem, o Presidente Bolsonaro tem dito muito claramente que não se pode mais haver médico sem CRM neste País. Acatando essa diretriz do Governo, nós apresentamos esse destaque supressivo porque nós somos a favor de que todo médico que trabalha em Território nacional seja submetido a um exame de revalidação. Não é, Deputada Soraya? Não é justo, volto a dizer, que um nacional faça um curso de Medicina extremamente difícil, que lhe acarreta muito sacrifício para estudar, muito tempo para estudar – quando ele passa numa universidade pública, que é muito difícil, ele tem uma vida dedicada aos estudos... Neste País, as faculdades de Medicina são os cursos mais difíceis, com todo o respeito às outras profissões, e aqueles que vão para as faculdades privadas – e há muitas faculdades privadas de boa qualidade, outras nem tanto – se sacrificam, fazem empréstimos, eles gastam pelo menos em uma mensalidade em média de R\$8 mil a R\$10 mil por mês, e volto a dizer: não é justo que ao aquiescermos que...

(Soa a campanha.)

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – ... médico possa praticar a Medicina aqui sem estar devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, que é a autarquia federal especial que norteia a nossa profissão, e sem o CRM, sem uma inscrição no conselho nós não podemos praticar Medicina neste País... Então, nós não podemos admitir que médicos sem CRM pratiquem Medicina nos lugares mais longínquos. Volto a dizer: nós estamos aqui criando um modelo que deixa – que deixa – principalmente o povo do nosso País que mora lá nos Sertões da Bahia, do Nordeste, da Amazônia, em situação de muita vulnerabilidade. Porque se diz assim, olha o argumento: "Ah, se tiver CRM, ele não vai para os rincões, ele vai embora". Esse não é o problema; o problema é uma carreira médica de Estado. E volto a dizer: nós não temos médicos nos rincões, Senador Confúcio, porque nós não temos um plano de cargos e salários, à





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

semelhança do Ministério Público e da Justiça deste País, porque há juiz e promotor em todas as comarcas deste País. É por isso que nós não temos médico.

Então, nós não podemos tergiversar nem criar modelos mirabolantes para enganar as pessoas.

De forma que é por isso que eu...

(Soa a campanha.)

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – ... solicito a retirada desse artigo do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra, para encaminhar contra, o Deputado Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (DEM - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o Programa Mais Médicos permite a contratação do médico intercambista. Ponto. É a lei e essa lei está em vigor. Ponto.

Segundo, o Presidente Bolsonaro foi bastante contundente quando disse que os cubanos que permanecessem no Brasil, uma vez que decidiram estar no País, foram alijados dos seus direitos políticos, perderam seus documentos, ficaram no Brasil em situação de subemprego, passando uma série de dificuldades, eles seriam abraçados pelo Brasil. Ponto. O Programa Mais Médicos permite a contratação deles, e o programa não está sendo extinto. E o texto do Relator, do nobre Senador Confúcio Moura, é claro:

Art. 23-A. Será reincorporado ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, na forma do inciso II do *caput* do art. 13 da Lei, pelo prazo improrrogável de dois anos [improrrogável de dois anos] o médico intercambista que atenda cumulativamente os seguintes requisitos:

I – estar no exercício de suas atividades, no dia 13 de novembro de 2018, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil em razão do 80º Termo de Cooperação Técnica [...]

II – ter sido desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil em virtude da ruptura do acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde Pública de Cuba e a Organização Pan-Americana de Saúde [a Opas] [...] para a oferta de médicos para esse Projeto; e

III – ter permanecido no território nacional até a data de publicação da Medida Provisória nº 890, [...] de 2019, na condição de naturalizado, residente ou com pedido de refúgio.

Portanto, Sr. Presidente e ilustre Sr. Relator, é uma questão humanitária. Até mesmo os médicos brasileiros formados no exterior já compreenderam isso, até porque esses médicos estão no Brasil sem documentos, estão enfrentando uma série de dificuldades, e o Presidente Bolsonaro se comprometeu em abraçá-los.

Portanto, nós somos pela rejeição dessa proposta, dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – O Relator não vai usar da palavra.

Nós temos um requerimento sobre a mesa, que está prejudicado exatamente pelo §3º do art. 45, do Regimento Comum, que diz o seguinte: "§ 3º Procedida a verificação de votação, e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de 1 (uma) hora".

Vamos agora ao mérito.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com a manutenção do art. 34, oferecido pelo Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque. *(Pausa.)*

(Manifestação da plateia.) (Palmas.)

Votação de um novo destaque.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Em votação o destaque referente às Emendas 9 e 98, que são idênticas.

Fala a favor o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ) – Presidente, vou defender esta emenda.

O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Dr. Luiz Antonio no lugar de Hiran Gonçalves. Três minutos.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ. Para encaminhar.) – Presidente, eu queria aqui pedir o apoio dos nobres colegas, Padilha, Soraya, Luiz Ovando, todos que estão aqui, Carmem. Este destaque nosso é para corrigir uma distorção gravíssima que foi feita quando da formação desta carreira de Estado. Esta carreira aqui ligada à previdência, saúde e trabalho, Senador, infelizmente fez com que os médicos concursados federais hoje recebam um valor menor do que todas as outras categorias de nível superior no Ministério da Saúde, nesta carreira. Todas as outras carreiras, Carmen, todas as carreiras, Alan, todas as carreiras, todos os profissionais de nível superior dessa carreira recebem, Alexandre, cerca de R\$2 mil a mais do que os profissionais médicos.

Este nosso destaque aqui é só para corrigir um defeito, quando foi feita essa carreira, que infelizmente deixou os médicos, Senador, numa situação... São profissionais de nível superior igualmente, os médicos, os enfermeiros, os fisioterapeutas, os psicólogos. Infelizmente, os médicos concursados federais – concursados, Luiz Ovando – estão recebendo cerca de R\$2 mil a menos do que todos os outros profissionais de nível superior.

O que a gente está pedindo aqui, Senadora, é só uma correção dessa injustiça completa e absoluta que está se perpetuando no nosso País. Isso aqui não é uma coisa que a gente está pedindo... O impacto financeiro, Presidente, é mínimo. Estamos falando aqui, Deputado Zacharias Calil, de cerca de 5 a 6 mil profissionais. O impacto é muito pequeno para o Ministério da Saúde, o próprio ministério pode absorver com seu próprio orçamento, não precisaria de suplementação. Por isso, peço encarecidamente o apoio de vocês para a gente corrigir essa gravíssima distorção.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A Deputada Soraya vai encaminhar contra isso?

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – Sr. Presidente, eu vou votar com o Relator. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição das Emendas 9 e 98 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Rejeitado o destaque.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Para a gente tirar dúvida, votação nominal. Quem vota com o Relator vota "não".

(Procede-se à votação.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para encaminhar.) – Presidente, apenas para lembrar que o impacto dessa medida é de 76 milhões. Então, está gerando custo, o que esbarra também na questão constitucional. Não é possível gerar custo extra para o Governo, então, isso pode inclusive ser judicializado. E a gente sabe qual é a situação hoje que nós vivemos dentro do Governo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – A iniciativa foi do Governo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Uma questão de ordem, Presidente. A iniciativa foi do Governo, portanto, pode sim inserir gasto, porque a iniciativa foi do Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu vou apenas repetir só o processo de votação e, no processo de votação, quem quiser falar, tranquilo. Não há problema nenhum.

Quem vota com o Relator nesta votação vota "não". Quem vota pelo destaque vota "sim".

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Para orientar a bancada.) – A Bancada do PT orienta voto "sim". O impacto desta medida é fazer justiça aos médicos federais. Então, nós votamos "sim".

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não se trata de justiça, Presidente, quero deixar isso bem claro. Não se trata de justiça. É uma emenda ao texto. Está criando uma despesa, isso não pode acontecer.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem.) – A Deputada está interferindo no processo de votação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Pela ordem.) – Não, não estou. Eu sou Líder do Governo no Congresso, não estou interferindo. Vocês votam como quiserem, mas o meu papel é falar a verdade, deixar claro o que está acontecendo. O senhor sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A gente vai abrir a palavra, calma.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, desculpe, mas o Governo teve três minutos para fazer a defesa de conteúdo contra o destaque. Não fez a defesa de conteúdo. Depois de discutido, não pode querer interferir na votação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Da mesma maneira que na votação anterior, durante o processo de votação, quem quiser usar da palavra, não há problema.

Deputado Hiran falou a favor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Luizinho, desculpe; a Deputada Soraya falou contra, se pouco ou muito é uma decisão dela.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ) – Presidente, eu gostaria só de ressaltar que nós estamos falando...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Quem mais quer usar da palavra?

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ) – Presidente, enquanto conclui a votação, só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Então, Deputado Luizinho, V. Exa. vai falar, depois a Deputada Joice.

Quem mais quer falar?

Hiran e, se der tempo...

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ. Para encaminhar.) – Serei muito breve, Presidente. Só para fazer a correlação de que isso aqui não é um posicionamento contra ou a favor do Governo, não é corporativo, Carmen.

Não é possível a gente ter um médico concursado federal, que fez um concurso, recebendo menos do que os outros profissionais de nível superior. Nós estamos falando aqui de uma MP que vai levar médicos... Nós temos hoje médicos do Mais Médicos, do Médicos pelo Brasil, estamos discutindo a questão dos médicos cubanos, do Revalida, nós estamos fazendo uma questão aqui cujo impacto, com todo o respeito à





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nossa Líder Joice, pode ser de R\$1,3 milhão por mês, que é o impacto colocado aqui... Anual, então é brincadeira: 1,3 milhão anual! O que a gente está discutindo aqui, Carmen, é o seguinte: vamos colocar o salário do médico concursado no piso, na mesma condição dos outros profissionais de nível superior, com um impacto de 1,3 milhão por ano, e vamos contratar médicos em outras situações. Quer dizer, nós estamos sendo contra o concurso público, estamos sendo contra tudo que a gente defende. É uma inconsistência! Esse impacto é muito pequeno para o Governo, Joice. Eu faço aqui um apelo, porque o impacto é muito pequeno.

O Ministro Mandetta disse que esse impacto poderia ser absorvido no orçamento do Ministério da Saúde. Eu não sou um criador de despesa nem para trazer qualquer tipo de complicação. Esse impacto aqui de 1,383 milhão pode ser absorvido dentro do próprio Ministério da Saúde, principalmente com as medidas de economicidade que estão sendo tomadas. Tenho certeza de que esse impacto não vai fazer diferença para o Ministério e vai corrigir uma distorção histórica.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para encaminhar.) – Deputado, Presidente, não se trata aqui do mérito da questão, quero deixar isso muito claro, porque não dá para confundir o mérito da questão, que é um, com o que nós estamos falando, que é a questão constitucional, um jabuti que está colocado em matéria estranha. Isso deveria ter sido retirado de ofício. É disso que estou tratando porque, quando nós discutimos a questão de mérito, é óbvio, se a gente for discutir a questão de mérito, que todo mundo quer não só igualar mas aumentar o salário do médico, pagar dez vezes mais. Não é disso que estou falando; estou falando que é matéria estranha, que vai gerar custo para o Governo e que não é possível e não há autorização do Ministério da Saúde para isso não. Em nenhum momento ninguém do Governo, nem do Ministério da Saúde nem da Segov nem do nosso jurídico autorizou, até porque se trata de um jabuti. Então, eu peço aos senhores: se a gente vai resolver isso, resolvamos de outra forma, não colocando um jabuti na medida provisória. Eu não posso jogar aqui para a torcida num discurso demagógico. Eu tenho que falar o que é verdade: é matéria estranha e causa um gasto extra para o Governo.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, com todo respeito, amizade e carinho que tenho pela nossa querida Deputada Joice, Líder do Governo, Deputada, nós estamos tratando de pouco mais de 500, são 509 médicos de 20 horas... Não, são 5.211 médicos de 20 horas e 874 médicos de 40 horas, que não têm aumento há mais de 15 anos e são todos mais velhos que eu. Todos têm mais de 60 anos. Eu tenho 62, estou jovem assim, mas tenho 62 anos. Então, o impacto mensal disso seria de 14 milhões para os de 20 horas e 1,616 milhão para os de 40 horas.

Eu quero chamar atenção aqui: esses profissionais, Joice, trabalham principalmente nos hospitais federais deste País e eles não têm uma recomposição salarial há muito tempo – há muito tempo. E não se trata... Trata-se de resgatar dignidade para essas pessoas. Todos já bastante idosos com essa expectativa... Eles estão abrindo mão, Joice... Quando houve uma recomposição de todas as carreiras da equipe multiprofissional da saúde, eles ficaram de fora. Eles abriram mão de receber qualquer retroativo, eles abriram mão de retroativo. Eles só querem receber daqui para frente. De forma que eu acho que o Governo do Presidente Bolsonaro, que foi apoiado por 100% dos médicos deste País, precisa fazer um gesto, um gesto de respeito a esses médicos, que dedicaram 30, 25 anos das suas vidas para cuidar das pessoas.

(Soa a campanha.)

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Esses médicos estão lutando por essa recomposição, minha Líder Joice, há cerca de 10, 12 anos. Os ministros passam, sinalizam com uma possibilidade de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

recomposição, e nunca acontece. De forma que eu acho que agora é uma oportunidade de o Governo brasileiro fazer esse gesto.

E eu queria chamar atenção de vocês para uma coisa: lá no meu Estado de Roraima, o Governo Federal gasta, em menos de um ano, R\$500 milhões só para acolher venezuelanos, Deputada Joice. Não que eles não mereçam essa ajuda. Vamos ajudar os venezuelanos, mas vamos ajudar os médicos brasileiros, que estão ganhando menos do que a equipe multiprofissional dos hospitais federais neste País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Estou encerrando a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Aprovado o destaque.

Aprovadas as emendas, fica vencido o Relator.

Serão feitos os ajustes redacionais necessários para cumprir a decisão da Comissão.

Em votação o destaque referente à Emenda 306.

Fala a favor o Deputado Alexandre Padilha. *(Pausa.)*

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, Relator, houve uma confusão aqui da assessoria. O texto da emenda é o 127. É a mesma sobre carreira, mas o texto é o 127. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Nós estamos votando agora a Emenda 306.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – É que houve uma confusão na entrega do documento para a Mesa. O texto sobre a carreira tinha várias emendas. Na hora de encaminhar, em vez de mandar a 127, de autoria do Senador Humberto Costa, encaminharam a 306, de minha autoria. Não foi confusão da Mesa, foi confusão aqui da assessoria. Vocês estão o.k., foi confusão da assessoria. Então, só...

Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A emenda que está sendo votada é a 306.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Eu estou pedindo desculpas porque, no momento em que a assessoria foi encaminhar à Mesa, em vez de encaminhar a Emenda 127 – é sobre carreira, o tema é o mesmo, sobre carreira –, encaminhou a 306.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – A gente não tem esse requerimento aqui na Mesa.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – A assessora técnica está dizendo ali.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Pela ordem.) – Presidente, a admissibilidade foi apresentada para um destaque, não dá para trocar.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Isso, houve admissibilidade já votada para os dez destaques. Nós vamos votar os dez destaques sem troca.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Está bom. O tema é o mesmo, era só uma questão de redação. Quando o senhor me der o tempo eu faço a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – V. Exa. quer votar o 306 ou não?

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Sim, se é o 306 que eu posso votar sobre carreira...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não é o que pode, é o que V. Exa. trouxe.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – É isso. Está certo, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Nós não estamos apenas permitindo troca. Então, V. Exa. tem três minutos para encaminhar a favor da Emenda 306.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O que é essa emenda? Eu queria a atenção de todos os Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Depois dessa, só para registrar, faltam apenas três emendas para encerrarmos tudo.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Só recuperar meu tempo, Presidente, fazendo favor.

Eu queria atenção dos Parlamentares. O que é essa emenda? É uma emenda que estabelece que o Governo Federal irá, num prazo de cinco anos, para ninguém falar que é vício de iniciativa, que nós estamos criando uma carreira a partir daqui, num prazo de cinco anos, o Governo Federal irá mandar uma legislação específica para criação da carreira pública para Atenção Primária em Saúde, uma carreira para médicos e para outros profissionais de nível superior de saúde, para Atenção Primária em Saúde.

Eu queria muita atenção sobre isso, porque eu já ouvi um comentário de membro do Governo dizendo o seguinte: nós estamos criando uma carreira aqui. Não é isso. A minha emenda cria um prazo de até cinco anos para que seja encaminhada legislação específica para criação da carreira. Acho isso fundamental, primeiro, porque quando foi feita a edição da medida provisória, foi cantado em verso e prosa que se estava criando a carreira para médicos e a carreira pública. Quando a gente lê a medida provisória não aparece a palavra carreira. Então, aprovar esse destaque, em primeiro lugar, vai facilitar para o Governo, que pode dizer o seguinte: a gente mandou a medida provisória sem carreira, mas está incorporando agora o destaque, aprovando o destaque e, com isso, o termo "carreira" está presente.

Segundo, nós estamos dando um prazo para que o Governo mande essa legislação específica, ou seja, ninguém está criando aqui a carreira. Porque já falaram que isso aqui era vício de iniciativa. Nós não estamos, nós estamos criando a obrigação de ser encaminhada a carreira para os profissionais de saúde de nível superior para Atenção Primária em Saúde, carreira para médico e para os outros profissionais da área da saúde. E quero reforçar a importância disso.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Nós não podemos, se queremos fazer uma aposta real na atenção primária em saúde, nós precisamos apostar em carreiras públicas permanentes. O Governo vai decidir se é para todos ou não, qual a quantidade. Essa é uma decisão da legislação específica que vai ser encaminhada, mas é fundamental criar a carreira. Quem defende carreira não pode ser contra esse destaque. Quem defende carreira pública para médico não pode ser contra esse destaque. O discurso que foi feito no lançamento é que se estava criando a carreira, então, não pode ser contrário a esse destaque. E nós estamos dando o prazo necessário, ouvindo as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde, para que o Governo possa mandar uma legislação específica para cá em relação a isso.

Então, não estamos usurpando nenhuma responsabilidade ou competência do Governo nem estamos fazendo qualquer tipo de vício de iniciativa.

Quem votar contra essa proposta vai estar votando contra a criação de uma carreira pública de saúde para médicos e profissionais de saúde de atenção primária.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Presidente, quem diria, hein? O PT defendendo carreira médica do Estado, olha aí.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Quem te viu e quem te vê.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Não, não, não, Presidente, primeiro...

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Parabéns, Ministro Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem.) – Primeiro, não sei se cabem esses comentários, depois vai ter autodefesa. Segundo, vamos lembrar claramente: eu fui Secretário Municipal





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de Saúde da cidade de São Paulo e criei uma carreira pública de Estado para médicos e médicas, uma para Atenção Primária em Saúde e outra para Urgência e Emergência. Nós inclusive criamos, na época do ministério, várias carreiras com grupos de trabalho para médicos. Só para deixar claro a nossa posição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Com a palavra, para encaminhar contra, a Deputada Joice, a Emenda 306.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para encaminhar.) – Presidente, é o seguinte, para deixar o debate aqui de maneira muito transparente, muito clara, apesar de o nosso Ministro dizer que não há criação de uma carreira: há, sim, a criação de uma carreira de servidor. Até no próprio discurso o Deputado disse: não há carreira, há carreira, não há carreira, há carreira. Há a criação de uma carreira e isso é ato privativo do Presidente da República. Se nós colocarmos essa emenda como mais um jabuti, nós estamos usurpando um ato privativo do Presidente da República. Ainda que haja um prazo de cinco anos, continua sendo um vício de iniciativa. Não há como a gente simplesmente fechar os olhos para o regramento, o regimento, a Constituição e as leis.

Ainda que se pensasse também numa carreira, existe uma coisa que foi aprovada nesta Casa pelo Srs. Parlamentares, aliás muito antes de eu chegar aqui, que é a emenda constitucional do teto, que limita por 20 anos os gastos. Nós não podemos ser irresponsáveis para jogar para a torcida. Vamos discutir as questões de carreira? Vamos. Vamos discutir as questões que envolvem todas as profissões? Vamos, mas não colocando jabutis e tirando atos que são privativos do Presidente da República.

Então, não dá para passar uma maquiagem nisso dizendo não é uma carreira, mas é carreira, não vai ter custo, mas vai ter custo. Nós estamos incorrendo aqui em algo que é inconstitucional, ilegal e que fere a emenda constitucional do teto de gastos. De onde vai sair o dinheiro?

Nós estamos aqui discutindo uma reforma tributária já na Comissão Especial; nós discutimos uma reforma da previdência e agora nós vamos criar gastos extras? Isso é uma brincadeira com o povo brasileiro, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – O Relator não vai se pronunciar.

As Sras. e Srs. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição da Emenda 306 permaneçam como se encontram.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não, votação nominal até 16h07. Isso já foi lido para o Deputado Hiran.

Vou repetir. Nós estamos em processo de votação.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição da Emenda 306 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitada a emenda.

Próxima.

Emenda 145. Fala a favor o Deputado Alexandre Padilha.

Deputado Alexandre Padilha com a palavra para o voto a favor, tempo sendo contado. Emenda 145.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sr. Presidente, questão de ordem. Foi aberto o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Estou confirmando a informação de V. Exa. Se isso aconteceu, a gente suspende. *(Pausa.)*

Não abriu não.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Padilha, o tempo de V. Exa. está contando. É a regra do jogo, comece, a favor da Emenda 145.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Para encaminhar.) – Presidente, esse destaque apresentado por nós é fruto do debate feito nas várias audiências públicas apresentadas aqui por esta Comissão. Nas várias audiências públicas desta Comissão, foi apontada a preocupação, por parte de quem valoriza a residência médica no País, de que, do jeito que está a proposta da bolsa do Médicos pelo Brasil e a formação de especialistas do Médicos pelo Brasil, vai desestimular aqueles residentes que querem fazer residência de Família e Comunidade, porque vão receber uma bolsa quase quatro vezes menor, até cinco vezes menor. Então, esse destaque vai no sentido de que a gente garanta que os residentes da especialidade de Medicina da Família e Comunidade do nosso País – que, neste ano, por exemplo, são menos de mil – que vão fazer residência médica em Família e Comunidade, que vão ter a mesma formação, recebam a bolsa no mesmo valor da bolsa de quem faz a formação de especialista do Médicos pelo Brasil.

Por que isso? Para que a gente valorize a Medicina de Família e Comunidade, que a gente valorize a residência. Estamos aqui em defesa da residência. Foi dito até pelo próprio Ministério da Saúde que o padrão ouro da formação de um especialista em Medicina de Família e Comunidade é a residência médica. O Médicos pelo Brasil vai formar especialistas através de um programa de formação ao qual nós estamos favoráveis, mas não queremos desestimular os médicos residentes em Medicina de Família e Comunidade, para que não acabem não fazendo a residência e optando só por fazer a formação de especialista do Médicos pelo Brasil.

Este é um voto a favor da residência médica no País, a favor da residência em Medicina de Família e Comunidade, que é a melhor forma de formação, que vai estar vinculada às instituições formadoras, preceptor junto, acompanhamento e, em alguns casos, até trabalho de conclusão de curso. Nós estamos desestimulando a melhor forma de construção de um especialista em Medicina de Família e Comunidade. Então, a proposta aqui é que aqueles profissionais médicos que façam a residência em Medicina de Família e Comunidade recebam exatamente a mesma bolsa, o mesmo valor do Médicos pelo Brasil. Essa é a nossa proposta, para defender a residência em Medicina de Família e Comunidade no nosso País, como foi solicitado por todas as entidades que participaram.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Encerrado o tempo de V. Exa. Ninguém para falar contra. O Relator também não vai fazer uso da palavra.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição da Emenda nº 145 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Ninguém vai defender, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Destaque...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Ninguém vai defender?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Defender ou não é prerrogativa...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Está certo, é lógico que é prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Em votação destaque referente à Emenda nº 242. A fala a favor, Deputado Alexandre Padilha. Três minutos para V. Exa. Contando o tempo.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, primeiro, essa emenda tem o seguinte sentido, também correspondendo à solicitação de várias entidades que participaram aqui, e correspondendo à solicitação trazida por vários Parlamentares. O que esse destaque busca apresentar? Que os Estados e Municípios, quando não devidamente contemplados pelo Médicos pelo Brasil,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

com a quantidade necessária para o seu atendimento, para a sua atenção primária em saúde, possam executar essas ações a partir das regras dos editais do Mais Médicos.

Essa emenda, em primeiro lugar, é uma reivindicação de Governadores, de Prefeitos, de consórcios públicos no nosso País. Então, ela garante que os Estados e os consórcios públicos, tanto de Estados quanto de Municípios, possam executar essas ações. Ela também garante, Deputado Alan Rick, Deputado Eduardo Costa, Deputado Lucio, Senadora Zenaide, uma questão que foi trazida por vários dos Parlamentares aqui, que é a preocupação de que essa meta de 18 mil médicos não será cumprida apenas por profissionais que têm CRM aqui no Brasil. Então ela permite, por exemplo, que os médicos formados no exterior, enquanto não tiverem o Revalida, possam atender nossa população, cuidar das pessoas, sendo trazidos pelos Estados e pelos Municípios sob acompanhamento do Ministério da Saúde, inclusive com acordo de cooperação com o Ministério da Saúde. Ou seja, ela garante que os Estados e Municípios, caso o Ministério não dê conta dessa necessidade, possam trazer esses profissionais, contratar e atrair esses profissionais para a execução do programa.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Ou seja, é uma emenda justa, reivindicação dos Estados e Municípios trazida aqui, a esta Comissão. Inclusive está muito claro para todos nós: os dados trazidos pelo próprio Ministério da Saúde mostram que hoje cerca de 6 mil – 6 mil a 7 mil – dos médicos que estão atendendo nessas áreas mais vulneráveis são médicos formados fora do Brasil. O Médicos pelo Brasil garante como única porta de acesso àqueles formados no nosso País, ou seja, aqui garantiria uma alternativa para que a gente possa garantir o atendimento à nossa população, pedido forte, importante, inclusive, do consórcio dos Governadores do Nordeste do nosso País, dos consórcios públicos, dos Prefeitos de todo o País e de vários Governos estaduais.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Então, essa é a proposta que nós estamos apresentando como destaque da emenda. Quem votar contra vai estar impedindo Estados e Municípios de, ao não serem atendidos, por vários motivos, pelo Ministério da Saúde, de poderem trazer esses médicos para atender na Atenção Primária em Saúde. E também estará fechando...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu queria pedir a V. Exa. para encerrar, porque V. Exa. já extrapolou o tema.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Só para encerrar, Presidente.

E estará também impedindo a possibilidade de médicos brasileiros formados fora do Brasil que queiram atender nossa população e que ainda não tenham feito Revalida de participar e garantir a Atenção Primária em Saúde.

Aliás, nós vimos aqui durante a audiência, Presidente...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Vamos ter que cortar, pela primeira vez, o tempo de V. Exa.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Calma, Presidente, só para concluir.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Durante a audiência nós vimos aqui centenas de médicos formados no exterior que passaram na prova, estão com os documentos em dia e o Ministério da Saúde não os coloca para trabalhar. Ou seja, essa emenda permitiria que, se o Ministério não quisesse, Estados possam colocar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não há encaminhamento contra. O Relator também não vai opinar.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator pela rejeição da Emenda nº 242 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

É bom lembrar que...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Está rejeitado, Padilha. Nós temos aqui Parlamentares, aqui na mesa.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Mas que são membros da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – O Relator, o Relator substituto.

Em votação o destaque à Emenda nº 126...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Está rejeitado o destaque. Esta é outra fase. Rejeitado o destaque à emenda. Último destaque.

Em votação o destaque à Emenda nº 126...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Presidente, olha o visual aqui. Tem Parlamentar de pé, sentado...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputado Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Presidente, olha aqui, todos os Parlamentares aqui. Por favor, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Três minutos para V. Exa.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Presidente, questão de ordem! Olha o Plenário aqui, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Dê nominal de ofício, Presidente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Dê nominal de ofício, Presidente. Dê nominal de ofício, então.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Sem problema nenhum. Nominal de ofício. *(Pausa.)*

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Presidente, só esclareça: quem vota a favor, quem vota contra. Esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Quem vota "não" vota com o Relator; quem vota "sim" vota o destaque proposto por V. Exa.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Muito obrigado. Então, quem quiser votar para autorizar Estados e consórcios poderem trazer os médicos, votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Repetindo: quem vota "não" vota com o relatório do Senador; quem vota "sim" vota com o destaque.

Iniciado o processo de votação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

*(Procede-se à votação.)***A SRA. CARMEN ZANOTTO** (CIDADANIA - SC) – Presidente!**O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Deputada Carmen Zanotto, para usar a palavra durante o processo de votação.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Para encaminhar.) – Presidente, eu só queria manifestar uma preocupação que eu tenho nesse destaque. Eu sou suplente, a gente tem inclusive divergência nesse item, mas eu queria dizer o seguinte: quando a gente abre, estamos desresponsabilizando o Governo Federal de garantir a participação e o compromisso que ele tem de colocar os profissionais médicos nessas regiões. O Governo Federal tem esse compromisso. Ele mudou do Programa Mais Médicos para o Programa Médicos pelo Brasil, não garantiu aquilo que se discutiu em um passado recente, que era a carreira pública do médico, como se falava num período anterior, mas está trazendo mais solidez ao programa. Isso a gente precisa reconhecer. Esse programa não vai ter contratos temporários de três anos renovados por mais três. Com esse programa, a partir da seleção e da aprovação na seleção, ele passa a atuar no Programa Médicos pelo Brasil.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Senhores, eu peço respeito. A Deputada Carmen Zanotto está falando. Vamos ouvir o que ela está dizendo.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Por gentileza, assessores, Deputados, Alexandre Padilha, peço a atenção de V. Exa. A Deputada está falando. Assessoria. Sei que os ânimos estão acalorados.

Deputada Carmen Zanotto com a palavra.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Só para concluir, Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos implementando, sim. Precisamos reconhecer que a gente está tendo um avanço no programa. Votar para dar responsabilidade aos Estados e Municípios de contratar? Eles são Municípios plenos, eles poderiam contratar, o.k., mas nós estamos falando de um programa, o Médicos pelo Brasil, que é de competência do Governo Federal – a remuneração, a contratação, o acompanhamento desses profissionais. Por isso, eu fico muito preocupada em abrir. Fico, confesso aqui a minha preocupação em abrir, porque nós vamos ter Municípios com condições de acompanhar essas contratações e Municípios sem condições. Avançamos muito e quero aqui reafirmar: avançamos permitindo o Revalida a cada seis meses, no mínimo, para inclusão desses profissionais no Brasil. Então, queria manifestar a divergência que nós temos desse voto na condição de suplente.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Pela ordem, a Deputada Soraya Manato; depois. V. Exa.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós ficamos muito preocupados com esse tipo de proposta pelo seguinte: parece, a impressão que dá, é que estão querendo derrubar o Médicos pelo Brasil. Até pouco tempo, o Governo passado, o Governo da esquerda, trouxe vários médicos cubanos e nós sabemos o jeito que eles eram recebidos aqui: muito bem, mas com regime de escravidão. Parte do dinheiro ficava com eles, muito pouco, e o resto ia para o Governo de Cuba. O Presidente Jair Bolsonaro está dando dignidade a esses cubanos que aqui no Brasil ficaram.

Então, eu quero que respeitem o Programa Médicos pelo Brasil, porque é um programa sério, vindo do Ministério da Saúde. Então, eu acho isso uma irresponsabilidade. Os Estados e Municípios não têm





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

condições de manter o que eles têm, gente. Para que nós vamos criar mais cargos e mais cargos? Então, esse é o meu protesto aqui em relação a essas irresponsabilidades.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para encaminhar.) – Presidente! Sr. Presidente!

Eu quero aqui apenas fazer uma ponderação de forma muito moderada. De forma nenhuma, há qualquer pessoa aqui contra o programa; pelo contrário, nós estamos encaminhando a medida provisória, vamos votar a favor do texto da medida provisória, mas ela pode ser qualificada, e me parece que qualifica a medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu quero apenas encerrar a votação, porque já, já está abrindo a Ordem do Dia no Senado, e aí a gente pode ficar...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, me parece qualificar a proposta a ideia de que, em não o programa atendendo o Município ou Estado, possa fazer um programa próprio.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Só para dar o resultado.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Já concluí, Presidente.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Aprovado o destaque e aprovada a emenda, fica vencido o Relator. Serão feitos os ajustes redacionais necessários para se cumprir a decisão da Comissão. Essa foi a Emenda nº 242.

Última emenda para nós encerrarmos o trabalho da Comissão, a Emenda nº 126.

Fala a favor, três minutos, o Deputado Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – É o Senador Rogério Carvalho que vai defender.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – O Padilha tem que deixar alguma coisa para mim, né?

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Três minutos para V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para encaminhar.) – Antes de mais nada, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu sei que aqui a confusão é muito grande e às vezes a gente não consegue ser ouvido e a gente precisa gritar. Eu queria, primeiro, que o senhor me desse ali o tempo, porque o senhor não estava me ouvindo.

Eu queria primeiro parabenizar o Relator pelo trabalho que ele desenvolveu na construção do parecer dele e do relatório. Demonstra o interesse e a dedicação dele no sentido de construir uma proposta que melhor atenda aos anseios do País.

Eu queria propor uma emenda, que é a emenda do Senador Humberto Costa, para que a gente possa – isso foi um pedido de todas as universidades e de quem trabalha com educação médica no Brasil – reintroduzir o teste de progresso para avaliação dos cursos de graduação em Medicina. Isso significa que, a cada dois anos, a gente aplica a mesma prova para quem está no segundo, quem está no quarto, quem está no sexto ano, para que a gente possa avaliar o crescimento do desempenho dos alunos e avaliar as escolas e a graduação em Medicina no País. Com isso, a gente estabelece um parâmetro para fazer o Revalida, porque nós vamos ter a média de desempenho no último ano do curso de graduação, e portanto ter a referência do grau de dificuldade para a aplicação da prova do Revalida, para garantir àqueles que se formaram fora do País a possibilidade de ter a certificação. Por isso, eu defendo que a gente reintroduza – já existia, já era lei – o teste de progresso a cada dois anos como forma de melhorar a graduação em Medicina no nosso País.

É isso aí. Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

*(Manifestação da plateia.)***O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Não há encaminhamento contra.**A SRA. JOICE HASSELMANN** (PSL - SP) – O encaminhamento é simplesmente com o Relator. Só. Estamos com o Relator.**O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Os Srs. e as Sras. Parlamentares...**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (PT - SE) – Eu queria fazer um apelo ao Relator.**O SR. ALEXANDRE PADILHA** (PT - SP) – Só uma dúvida: existe alguém contra em relação a isso?**O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Nós estamos em processo de votação, Deputado.Os Srs. e as Sras. Parlamentares que concordam com o voto do Relator, pela rejeição da Emenda 126, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Rejeitado o destaque, Deputado Alexandre Padilha.**O SR. ALEXANDRE PADILHA** (PT - SP) – Presidente, olha só a votação!**O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu estou vendo. Eu estou vendo.

Rejeitado o destaque.

Antes de encerrarmos o trabalho, proponho...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) – Quem está votando contra?**O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – ... a aprovação da ata da presente reunião.Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)***O SR. ALEXANDRE PADILHA** (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu queria saudar o senhor nessa condução, queria saudar o nosso Relator, o Senador Confúcio, nessa condução, saudar o Presidente, e o senhor vai ter mais certeza de que aqui se cumpre acordo. Essa medida provisória, em que a oposição tem uma postura de fazer o debate, aprimorar, foi fortemente aprimorada pelo Relator. Nós aprovamos destaques importantes aqui, que aprimoram a medida provisória, e eu acho que essa aqui deveria ser uma tradição nesta Casa, que acordo se constrói e acordo se cumpre. O senhor não teve, por parte da oposição, nenhuma medida para tentar obstruir essa votação, atrasar a votação, atrapalhar. Aliás, o senhor nos fez o pedido de que a votação dessa medida provisória fosse concluída no dia de hoje, e ela foi devidamente cumprida, construída no dia de hoje.

Eu queria passar a palavra aqui à Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Senadora, com prazer.**A SRA. ZENAIDE MAIA** (PROS - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria chamar a atenção porque vários membros sempre questionaram a qualidade dos cursos médicos deste País. Na hora em que há uma proposta para avaliar a cada dois anos para ver se as universidades, se os cursos de Medicina...**O SR. PRESIDENTE** (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu peço a quem passar não passe pela frente da Mesa.



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – ... funcionam votaram contra. Entendeu? O senhor está entendendo? Eu achei que ninguém iria rejeitar. Era uma maneira de avaliar os cursos médicos deste País. Não havia custo para o Governo Federal, gente!

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Eu gostaria de agradecer a fala de V. Exa., de agradecer a todos que participaram da Comissão. Acredito que nós fizemos um trabalho democrático, com sete audiências públicas, mais de 35 exposições aqui, na Casa...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro. PSDB - PB) – Acho que venceu, sem dúvida nenhuma, a democracia até o dia de hoje, quando nós encerramos um trabalho.

Um abraço e boa tarde a todos.

Agradeço também aos amigos do Senado que prestaram assessoria à Comissão e dou os parabéns a todos.

(Iniciada às 15 horas e 10 minutos e suspensa às 16 horas e 05 minutos do dia 17/09/2019, reaberta às 15 horas e 01 minuto e suspensa às 16 horas e 19 minutos do dia 24/09/2019, a reunião é reaberta às 13 horas e 30 minutos e encerrada às 15 horas e 59 minutos do dia 25/09/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Parlamentares Izalci Lucas e Diego Garcia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Jarbas Vasconcelos, Major Olímpio, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Telmário Mota, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorge Solla, Bia Kicis, Bosco Costa, Luciano Ducci, João Roma, Tereza Nelma, Beto Pereira, Dr. Zacharias Calil, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Juíza Selma, Reginaldo Lopes, Alexandre Serfiotis, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues e Rui Falcão. Deixam de comparecer os Parlamentares Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Arthur Lira, Baleia Rossi, André de Paula, Dr. Jaziel, Ossesio Silva, Chico D'Angelo e Sâmia Bomfim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Diego Garcia e designado Relator o Senador Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Diego Garcia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 894, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados; e a Relatoria, sob responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Liderança para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Diego Garcia.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito Presidente o Deputado Diego Garcia.

Imediatamente já passo a Presidência ao Sr. Deputado Diego Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Quero agradecer ao Senador Izalci, ao Deputado Dr. Jorge Solla e a todos os demais Parlamentares que compõem a Medida Provisória nº 894.

Neste momento, designo como Relator o Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal, ao qual concedo, neste momento, a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Agradeço a indicação e a confiança.

Vou pedir licença ao Presidente e aos demais Parlamentares para que a gente possa estabelecer um plano de trabalho. Podemos marcar a próxima reunião já trazendo aqui um plano de trabalho para que a gente possa iniciar os trabalhos dessa medida tão importante e oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Deputado Dr. Jorge Solla, gostaria de usar a palavra?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Só parabenizar pela instalação dos trabalhos e registrar que nós teremos, com certeza, a oportunidade de fazer o debate sobre as diversas questões relacionadas ao tema.

É claro que essa medida provisória tem um foco no benefício, mas é um problema tão importante do ponto de vista da saúde pública que vai ser difícil, Sr. Presidente, a gente discutir sem trazer as nuances da situação da epidemia, como ela se conflagrou no País, como foi disseminada, quais são os grandes desafios que estão colocados hoje ao se enfrentar uma doença dessa natureza.

Então, acho que é bom porque vamos ter a oportunidade de ampliar esse debate. Nós estamos apresentando já alguns requerimentos. Com certeza, nosso Senador, que é o Relator, irá se debruçar sobre eles, para a gente ter um plano de trabalho que busque também criar essa oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Com certeza, Deputado Dr. Jorge Solla, nós vamos assegurar aqui esse amplo debate. De fato, tenho certeza de que vai ser uma oportunidade de discutirmos outras situações que envolvem outras doenças e relações que existam com pacientes no Brasil todo. Então, vai ser uma oportunidade única.

É claro que temos que também trabalhar para que a medida provisória não venha a caducar, a ser prejudicada. Então, queremos contar com o apoio de todos, de todos os partidos, de todos os membros integrantes.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Por falar nisso, Presidente, qual é o prazo que temos de trabalho? Há uma estimativa?

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – O prazo final é 13 de fevereiro de 2020. Mas vamos trabalhar aqui com bastante celeridade porque essas famílias têm pressa.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Pelo menos até o horizonte deste ano. Terminar antes de terminar o ano.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Não. Vamos concluir este ano com certeza.

Acho que é importante, é uma oportunidade de todos os partidos também se posicionarem, marcarem posição com relação a medidas como essa que têm um cunho social pelo qual todos nós aqui, no dia a dia, trabalhamos, lutamos e defendemos também. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só queria fazer um apelo, como Relator eu pretendo, na próxima reunião, já apresentar o plano de trabalho, mas gostaria muito que essa medida fosse votada ainda este ano, de preferência ainda no mês de novembro, devido à relevância e à urgência dessa medida.

Então, é bom fazer um apelo aos membros da Comissão para que apresentem os requerimentos de audiência, porque nós, provavelmente, vamos fazer uma ou duas audiências públicas, para a gente fechar o mais rápido possível o relatório.

A minha disposição é votar o mais rápido possível, provavelmente em novembro.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Com certeza.

Vamos trabalhar, então, todos nessa direção de forma conjunta, unirmos nossos esforços para a aprovação dessa medida provisória da forma mais rápida possível. Agora, é claro, respeitando o processo legislativo, a realização das audiências públicas.

Então, na próxima semana, nós vamos trabalhar para que, em cima desse plano de trabalho o qual o Relator vai apresentar, tentar de uma forma consensual contemplar o maior número de requerimentos possíveis, estabelecer as datas para realização das audiências públicas e, em seguida, a apreciação do voto do Relator, analisando também as emendas que já foram apresentadas sobre o texto.

Eu quero consultar, antes de passarmos para a fase final e para o encerramento dos trabalhos da Comissão – porque hoje é a instalação –, a Deputada Tereza Nelma se gostaria de fazer o uso da palavra.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Boa tarde a todos e a todas aqui. Parabenizo o colega Deputado Diego, que vai ser o nosso Presidente, e o meu colega de partido Senador Izalci, que será o nosso Relator.

Preocupa-me... Eu estou tão ansiosa por essa medida provisória, que eu acho que eu estou igual ao Senador Izalci Lucas, querendo ver se a gente já prova, claro, com algumas mudanças, se possível. Há umas coisas, assim, Presidente, que me angustiam bastante.

Eu acho a medida providencial, eu acho que é uma coisa muito justa para essas famílias. São famílias muito pobres, eu convivo, eu participo do dia a dia de algumas delas, principalmente quando falta o Sabril, quando falta o remédio anticonvulsivante, quando não tem nas secretarias, e a gente tem que fazer uma cota, porque são R\$235, é um remédio que a maioria toma, principalmente quando são menores.

E o que me preocupa é que, pelos dados epidemiológicos, em todas as nossas situações, no Brasil a dengue ainda não foi erradicada, a chikungunya está aí, as pessoas doentes, adoecendo, e essas nossas crianças crescendo – nascendo e crescendo. O que me preocupa, Senador Izalci, é o período, que é de 15 de janeiro de 2015 a dezembro de 2018. Está entendendo? São umas coisas assim que eu acho que são





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

questões até humanitárias. Por quê? Se houvesse uma garantia que, a partir de meia-noite e um minuto de 2019, não teriam nascido mais crianças com a síndrome congênita do zika vírus, que, entre uma das sequelas – além da audição, além da parte motora, além da questão da visão, porque eu convivo com isso, eu sei que são inúmeros as sequelas – é a microcefalia, é uma delas.

E aí a gente vê a medida provisória, que aplaudimos tanto, ansiamos tanto por essa medida provisória, mas ela tem data. Até que eu nem olho tanto a questão de janeiro de 2015, está ótimo; agora a data de dezembro 2018 eu não acho justa, porque as crianças continuam nascendo em 2019. Como é que nós, Deputado Diego, que lutamos tanto pela questão da família, do fortalecimento das doenças raras, da questão da síndrome congênita – eu sei que V. Exa. tem vários projetos caminhando aqui – vamos chegar a um ponto nessa medida, e dizer que a medida é válida só para quem nasceu até 31 de dezembro de 2018? E 2019? Acabou? Não nasce mais? Então, essa é uma das grandes preocupações pelas quais eu apresentei medida.

Uma outra que me preocupa bastante, que eu acho que também a gente vai se debruçar, é a questão da exigência dos exames. Como é que vai se exigir tomografia e ressonância para essas famílias? Porque, lá no meu Estado – eu estou no mês de setembro – desde julho que não há mais ressonância pelo Cora, pelo SUS – é uma por mês, são duas por mês no máximo numa capital como Maceió. Como é que eu vou atender a essas demandas, a essas necessidades de exames, que são pontos de estrangulamento dentro do SUS?

Então, são várias as preocupações, umas delas é essa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Aproveito as ponderações da Deputada só para alertar e também já comunicar e, ao mesmo tempo, tentar sensibilizar os nobres Parlamentares... Eu estou indo agora inclusive para a Comissão Mista do Orçamento, todos sabem a realidade do Orçamento nosso, eu sou o Relator inclusive da parte de educação do Orçamento.

O Orçamento de 2019 já não era suficiente para cobrir as despesas de educação, a previsão é que consiga levar até o mês de setembro, a gente vai ter que buscar alternativa para complementar o Orçamento. E o Orçamento apresentado para 2020 é 20% menor do que o 2019, ou seja, impossível até de executar esse Orçamento da forma como veio para cá.

Então, essa medida vem, primeiro, mostrar que, nesse período de 2015 a 2018, o Governo reconhece que não houve talvez um esforço suficiente para combater essa questão.

Agora, o principal dessa medida provisória é, primeiro, todos que serão beneficiados já são beneficiados pelo BPC, é um pré-requisito. Então, ele já tem o BPC. O objetivo principal da medida é exatamente... Porque hoje, se qualquer membro da família for trabalhar, ele perde o direito ao BPC.

Então, eu diria o seguinte: essa medida não tem hoje impacto orçamentário e financeiro, porque se tivesse dificilmente o Governo mandaria a medida provisória. Eles estão mandando essa medida porque não há impacto. Por que não há impacto? Porque eles já pagam o BPC. O que é essa medida na prática vai permitir é que os pais poderão buscar outras alternativas de emprego, outras fontes de renda sem perder o BPC.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. Fora do microfone.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É sim.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. Fora do microfone.) – A medida não. A medida diz que ele vai perder.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não. Ela passa...

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – É porque, Deputada Tereza, no Benefício de Prestação Continuada a família, a mãe ou o pai acabam não tendo condições, por exemplo, até de avançar, às vezes, buscando uma oportunidade de trabalho, pois a partir de então isso entraria no cômputo da renda familiar e a família perderia o benefício. Com a pensão, fica assegurada essa garantia, a pensão vitalícia assegura essa garantia do recebimento desse salário mínimo para a criança e, ao mesmo tempo, permite também que a família possa buscar uma renda maior. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É isso.

É evidente que nós vamos debater isso, mas eu estou dizendo o seguinte: o que levou o Governo a emitir essa medida provisória neste momento é porque não traz impacto financeiro, porque, se tivesse algum impacto financeiro de imediato, dificilmente ela seria editada. Nós vamos agora debater a questão do Orçamento, e o Orçamento está numa situação caótica. Eu estou indo para lá, inclusive o Paulo Guedes está lá agora, na Comissão Mista de Orçamento. Eu tenho que ir para lá.

Fica marcada, então, para quarta-feira, às 14h?

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Isso.

Eu convoco a próxima reunião de trabalhos nossa, reunião deliberativa, para quarta-feira, dia 2 de outubro, às 14h.

Eu quero propor a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Eu quero agradecer ao Senador Izalci, ao Deputado Dr. Jorge Solla, à Deputada Tereza Nelma, aos demais Parlamentares. Hoje estamos com o dia cheio de atividades e comissões que estão em andamento. Mas para a próxima quarta o Relator... Vamos conversar, Dr. Jorge Solla, Deputada Tereza, se quiserem talvez propor alguma sugestão, peço que encaminhem para o gabinete do Senador Izalci, e vamos tentar, de forma consensual, aprovar um plano de trabalho, para que nós consigamos entender também essa medida de forma melhor.

Vamos trazer aqui o Governo, todos os ministérios com interesse, que têm se pronunciado sobre a importância dessa medida. É uma medida que, na minha visão... Nós não temos ninguém aqui em oposição, mas o impacto social é tão grande que, com certeza, todos os partidos têm interesse, vão querer colaborar, contribuir, opinar, sugerir, e isso vai enriquecer o debate em torno dessa matéria.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Então, deixe-me só concluir aqui, Sr. Presidente. Não posso deixar aqui de falar do nosso Ministro da Cidadania, parabenizá-lo por essa luta, por essa iniciativa. Sei que não foi fácil para o Ministro Osmar Terra. Toda a minha gratidão a ele por ter esse olhar, esse comprometimento e conseguir isso aí.

E também falou o Sr. Relator que não tem impacto, porque a criança que é do BPC é a mesma que vai ter direito à pensão. Mas aí o que eu fico pensando, Deputado Diego? Sim, mas a criança que nasceu agora em 2019 já está procurando o BPC, está entendendo? Para mim era a continuação, porque um dos maiores louvores que eu vejo dessa medida é a questão da possibilidade de a família poder trabalhar. Eu acho assim maravilhoso você ficar com a pensão de um salário mínimo. Tudo bem. A única coisa que eu tenho mais me questionado é a questão do prazo de dezembro de 2018.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Vamos apresentar as emendas.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Sim, eu apresentei quatro emendas e quero saber do Sr. Presidente se a gente pode apresentar requerimento para sugestão de audiências.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Sim. Já há um requerimento, inclusive de V. Exa., apresentado. O Relator já tomou conhecimento.

Nós vamos, como já são vários requerimentos, trabalhar em conjunto para tentar fazer um acordo e contemplar – é claro – o maior número dos requerimentos possíveis e realizar as audiências públicas no mês de outubro de forma mais célere possível para que a gente dê sequência ao trabalho.

Deputado Dr. Jorge Solla.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu só pediria...

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... mais uma vez, Deputado...

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – É rapidinho. É só para registrar que eu pensei que os nossos requerimentos estivessem sido protocolados, mas ainda não foram. Eu queria pedir...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só queria reforçar com os demais Parlamentares para que a gente pudesse apresentar os requerimentos agora, porque, na quarta, a intenção é trazer já o plano de trabalho, já definindo inclusive as audiências.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – E daí queremos contar com a colaboração do Deputado Jorge Solla, que está aqui presente, da Deputada Tereza Nelma, que também está presente, para nos ajudar, para que consigamos, na próxima semana, aprovar o plano de trabalho pelo Relator.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Diego Garcia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Izalci Lucas, Major Olímpio, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Zenaide Maia, Elmano Férrer, Jorge Solla, Dra. Soraya Manato, Dr. Jaziel, Elias Vaz, Ossesio Silva, Beto Pereira, Dr. Zacharias Calil, Pr. Marco Feliciano, Sâmia Bomfim, Maria Rosas, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Humberto Costa, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Styvenson Valentim, Arthur Lira, Baleia Rossi, André de Paula, Luciano Ducci, Tereza Nelma e Chico D'Angelo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e Requerimentos. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 13 (Plano de Trabalho), com a inclusão das seguintes convidadas: Márcia Pinto, representante do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira - FIOCRUZ RJ; Celina Turchi, médica epidemiologista, pesquisadora de saúde coletiva da FIOCRUZ; Darci Neves dos Santos, professora do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e coordenadora de pesquisa sobre o Zika Vírus; e Silvana Mattos, pesquisadora do Núcleo de Família, Gênero, Sexualidade e Saúde da Universidade Federal de Pernambuco - FAGES/UFPE. O calendário fica acrescido de mais uma data (14/10/2019) destinada à realização de Audiência Pública e a deliberação do relatório fica prevista para os dias 15 e 16/10/2019. Rejeitados os Requerimentos nºs 1 a 12. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Diego Garcia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/02>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e três minutos do dia oito de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Diego Garcia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Elmano Férrer, Jorge Solla, Dra. Soraya Manato, Luciano Ducci, Elias Vaz, João Roma, Tereza Nelma, Dr. Zacharias Calil, Pr. Marco Feliciano, Sâmia Bomfim, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Chico Rodrigues e José Nelto. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Weverton, Otto Alencar, Humberto Costa, Telmário Mota, Styvenson Valentim, Arthur Lira, Baleia Rossi, André de Paula, Dr. Jaziel, Ossesio Silva e Chico D'Angelo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 894/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, de 2019. **Participantes:** Darci Neves dos Santos, Professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia; Sílvia de Oliveira Pereira, Pós-Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia; Carlos Brito, Professor da Universidade Federal de Pernambuco; Silvana Matos, Pesquisadora do Núcleo de Família, Gênero, Sexualidade e Saúde da Universidade Federal de Pernambuco; Lenise Garcia, Professora da Universidade de Brasília; Ladyane Souza, Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS. Raphael Câmara, Coordenador do Grupo de Trabalho Materno Infantil do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Diego Garcia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/08>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Diego Garcia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019 com a presença dos Parlamentares Jarbas Vasconcelos, Major Olímpio, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Styvenson Valentim, Jorge Solla, Tereza Nelma, Dr. Zacharias Calil, Eduardo Girão, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Humberto Costa, Telmário Mota, Eduardo da Fonte, Baleia Rossi, Dra. Soraya Manato, André de Paula, Dr. Jaziel, Luciano Ducci, Ossesio Silva, Chico D'Angelo e Sâmia Bomfim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 894/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, de 2019. **Participantes:** Alessandra Hora, Presidente da Associação Família de Anjos do Estado de Alagoas (AFAEAL); Elyana Thereza, Representante da ONG aBRAÇO a Microcefalia; Germana Soares, Presidente da União de Mães de Anjos (UMA); Ingrid Graciliano, Presidente da Frente Nacional na Luta pelos Direitos da Pessoa com a Síndrome Congênita Zika Vírus e Presidente da Associação Pais de Anjos da Bahia (APAB); Rochelle Alves Pereira dos Santos Carneiro, Representante da Frente Nacional na Luta pelos Direitos da Pessoa com a Síndrome Congênita Zika Vírus; Thamires Sanfersil, Representante da Associação de Familiares por Direitos e Apoio – Lótus. Pollyana Dias, Presidente da ONG Aliança das Mães e Famílias Raras (AMAR). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Diego Garcia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/10>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019 com a presença dos Parlamentares Styvenson Valentim, Jorge Solla, Paulo Paim e Eduardo Girão. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Major Olimpio, Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Eduardo da Fonte, Baleia Rossi, Dra. Soraya Manato, André de Paula, Dr. Jaziel, Luciano Ducci, Ossesio Silva, Tereza Nelma, Dr. Zacharias Calil, Chico D'Angelo, Diego Garcia e Sâmia Bomfim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 894/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, de 2019. **Participantes:** Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania; Volmir Raimondi, - Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Maria José da Silva, Secretária da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas; André Veras, Diretor de Benefícios Assistenciais do Ministério da Cidadania; Ângela Vidal Gandra da Silva Martins, Secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Eduardo Marques Macário, Diretor do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Izalci Lucas

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/14>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quinze de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Diego Garcia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019, com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Major Olimpio, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Daniela do Waguinho, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Jorge Solla, Marília Arraes, Dra. Soraya Manato, Joice Hasselmann, Dr. Jaziel, Bosco Costa, Luciano Ducci, Ossesio Silva, João Roma, Tereza Nelma, Dr. Zacharias Calil, Sergio Vidigal, Sâmia Bomfim, Wellington Fagundes, Camilo Capiberibe, Luis Carlos Heinze, Delegado Pablo, José Medeiros, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Maria Rosas, Dário Berger e Rose de Freitas. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Weverton, Otto Alencar, Telmário Mota, Eduardo da Fonte, André de Paula e Chico D'Angelo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 894, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aberta a reunião, é suspensa às quinze horas, do dia quinze de outubro, e a reabertura é agendada para o dia dezesseis de outubro. Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia dezesseis de outubro, a reunião é reaberta. É lido e aprovado o relatório do Senador Izalci Lucas, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela presença dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como a adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 894, de 2019, sendo acolhida a Emenda nº 128, acolhidas parcialmente as de números 24, 35, 73 e 127, e rejeitadas as demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão as atas da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Diego Garcia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/15>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16>

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 894, de 2019. Neste momento, passo a palavra ao Relator, Senador Izalci Lucas, para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, em conversa aqui com os Parlamentares presentes, sugeri que temos um relatório preparado, já com a inclusão da Emenda nº 128, que é de autoria do Senador Romário, que modifica a redação do Art. 1º, substituindo, no texto original, "destinada à criança com microcefalia decorrente de Zika vírus" por "destinadas às crianças com síndrome congênita de Zika vírus", que, evidentemente, engloba um número muito maior, praticamente quase dobra a quantidade de crianças nessa situação.

Ficamos até de madrugada conversando com o Ministério da Economia, juntamente com o da Cidadania, da Mulher e etc., e estamos tentando – e praticamente acertamos – a inclusão de mais algumas coisas, que foi exatamente o que propusemos aqui. Em vez de fazermos a leitura hoje do relatório já pronto, fariamos então a leitura do relatório amanhã, já incluindo dois pontos que praticamente já estão acertados, falta só o Ministério aceitar a redação, que é resolver aquela questão do salário-maternidade,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que foi colocada aqui ontem, e também estender o prazo: em vez de ser 31 de dezembro de 2018, estenderíamos o prazo para até 31 de dezembro de 2019. Colocaria mais um ano com relação a isso. Então a proposta foi no sentido de fazermos a leitura e a votação amanhã mesmo. Não estaríamos aí atropelando o plano de trabalho, que a previsão seria a leitura hoje e a votação amanhã. Então faríamos a leitura do relatório e a votação amanhã mesmo. Esse foi o acordo que fechamos com os Deputados presentes e espero que amanhã a gente possa fazer a leitura e a votação.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Correto, Senador Relator da matéria. Sendo assim, vamos continuar o trabalho para que V. Exa. tenha o tempo hábil para conseguir a construção desse acordo para leitura e votação do parecer amanhã. Como há essa possibilidade, esse diálogo com o Governo para acolher algumas sugestões e emendas, fruto dos trabalhos desta Comissão, não vejo nenhum problema nisso. Então vamos dar sequência dessa forma.

Então, nesse momento, declaro...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só pediria a V. Exa. que pudéssemos suspender apenas, para aproveitar o quórum já amanhã, e, às 14h30, como está previsto, já chegaríamos com a leitura e a votação.

Os Parlamentares que quiserem ainda, no finalzinho da tarde, início da noite, até 18, 19h, iremos disponibilizar o relatório, porque temos reunião daqui a pouco no Ministério da Economia. Fechando o relatório podemos já disponibilizar, até as 18h.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Está ótimo. Então vamos trabalhar todos em conjunto para a construção desse acordo para a votação amanhã, agradecendo os Parlamentares, Deputados e Senadores que nos ajudaram com o quórum para esta reunião.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 16 de outubro, às 14h30. A reunião acontecerá aqui neste mesmo Plenário. Está suspensa a reunião, mantido o quórum.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Declaro reaberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 894, de 2019.

Neste momento, passo a palavra ao Relator, Senador Izalci Lucas, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, antes de começar a leitura, gostaria de explicar que fechamos o relatório ontem e encaminhamos para alguns Deputados, mas depois adicionamos aquilo que tínhamos conversado, que é a questão do acórdão apenas. Não modifica a medida provisória, mas no relatório está a questão do acórdão. Vai estar no texto que eu vou ler.

Peço a V. Exa. para ir direto à análise e ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Concedido.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Vou ler todo o relatório, Sr. Presidente.

Esta Comissão Mista se destina a examinar a Medida Provisória nº 894, de 2019, que institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do zika vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O art. 1º da Medida Provisória nº 894, de 2019, reproduz a ementa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

De acordo com os §§1º e 2º do art. 1º, a pensão especial será mensal, vitalícia e intransferível, terá o valor de um salário mínimo e não poderá ser acumulada com indenizações pagas pela União em razão de decisão judicial sobre os mesmos fatos ou com o BPC de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A seguir, o §3º do art. 1º estabelece que o reconhecimento da pensão especial ficará condicionado à desistência de ação judicial que tenha por objeto pedido idêntico sobre o qual versa o processo administrativo.

Os §§ 4º e 5º do art. 1º, por sua vez, especificam que a pensão especial será devida a partir do dia posterior à cessação do BPC ou dos benefícios referidos no §2º e não gerará direito a abono ou a pensão por morte.

No art. 2º, *caput* e parágrafo único, a medida provisória estipula que o requerimento da pensão especial será realizado perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dependerá de exame pericial por perito médico federal para constatar a relação entre a microcefalia e a contaminação pelo zika vírus.

Na sequência, o art. 3º define que as despesas decorrentes do disposto na medida provisória correrão por conta da programação orçamentária “Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União”.

O art. 4º determina que o INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) adotem as medidas necessárias para a operacionalização da pensão especial, no prazo de 60 dias, contado da data de publicação da medida provisória.

Consta do art. 5º a revogação do art. 18 da Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016. Referido dispositivo tratava do direito ao BPC temporário, a que faziam jus as crianças diagnosticadas com microcefalia em decorrência de doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, bem como do prazo estendido de licença-maternidade concedida a mães de crianças naquela condição.

Por fim, o art. 6º da MP nº 894, de 2019, contém a cláusula de vigência, que determina a entrada em vigor na data de sua publicação.

Na exposição de motivos, explica-se que o Ministério da Saúde reconheceu a relação entre a infecção pelo zika vírus e o surto de microcefalia. Os prejuízos ao desenvolvimento e à participação social da criança acometida ensejariam a sua elegibilidade ao BPC. No entanto, a matéria não teria recebido adequado tratamento legislativo, pois a Medida Provisória 712, de 29 de janeiro de 2016, convertida na Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016, apenas garantiu a percepção de um BPC temporário, por três anos, sendo este o fundamento da edição da Medida Provisória nº 894, de 2019.

Ainda de acordo com a exposição de motivos, a pensão especial seria inspirada em prestações análogas pagas pela União, previstas nas Leis nº 7.070, de 1982 (vítimas de talidomida); nº 9.422, de 1996 (vítimas fatais da hemodiálise de Caruaru); nº 9.425, de 1996 (vítimas do acidente com Césio-137 em Goiânia) e nº 11.520, de 2007 (atingidos pela hanseníase submetidos a internação compulsória). A intransferibilidade decorreria de seu objetivo específico, o de proteger as crianças que tiveram o desenvolvimento comprometido devido a sequelas decorrentes da contaminação pelo zika vírus.

Além disso, sob a justificativa de evitar duplo pagamento pela União, a medida provisória vedou a acumulação da pensão com o BPC ou com quaisquer recursos financeiros percebidos em decorrência de ações judiciais que tenham por objeto pedido idêntico sobre o qual versa o processo administrativo.

Quanto à definição do público atingido pela medida provisória, o documento consigna o seguinte:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Considerando a correlação entre a pensão e o período em que esteve reconhecida a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN pelo Ministério da Saúde (2016 e 2017), optou-se por definir que são elegíveis à pensão as crianças com microcefalia decorrente do vírus zika nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do BPC. O alargamento do período se faz necessário para conferir maior segurança jurídica à medida proposta, uma vez que é necessário considerar que a contaminação se dá potencialmente no período de gestação.

Por fim, em relação aos custos de implementação da pensão especial, o documento observa que seu valor – um salário mínimo mensal – corresponde ao valor pago atualmente a título de BPC e que, com base em levantamento realizado pelo Ministério da Cidadania, 3.112 crianças com microcefalia, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 são beneficiárias do BPC. Considerou-se que a adesão à pensão especial implicaria a renúncia ao BPC e que os dois benefícios possuiriam o mesmo valor. Por essas razões, concluiu-se que a criação da pensão não teria impacto sobre o orçamento público.

A Medida Provisória nº 894, de 2019, foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 5 de setembro de 2019. O prazo para o recebimento de emendas encerrou-se em 11 de setembro de 2019, tendo sido apresentadas 144 emendas.

O prazo de vigência inicial, de 60 dias, expira em 3 de novembro de 2019, com possibilidade de prorrogação por igual período, nos termos do art. 62, §7º, da Constituição Federal.

A partir do 46º dia, que se dará em 20 de outubro de 2019, a medida provisória passa a tramitar em regime de urgência, com trancamento da pauta da Casa Legislativa em que ela estiver tramitando.

No dia 25 de setembro de 2019, foi instalada a Comissão Mista responsável por analisar a Medida Provisória nº 894, de 2019, sendo eleito o Deputado Diego Garcia para Presidente, que me designou para relatar a matéria. O plano de trabalho aprovado pela Comissão Mista definiu a apresentação do relatório no dia 15 de outubro e votação do mesmo relatório no dia seguinte, 16 de outubro, buscando-se evitar o trancamento de pauta da Casa na qual a medida provisória estivesse tramitando, a partir do dia 20 de outubro.

A Comissão Mista realizou três audiências públicas para debater a matéria: no dia 8 de outubro, compareceram técnicos e especialistas que prestaram informações sobre o zika vírus, inclusive sobre a epidemia recentemente registrada no País e a condição das pessoas afetadas pela síndrome congênita do zika vírus, que abrange a microcefalia e outras sequelas da exposição a esse agente durante o período gestacional; no dia 10 de outubro, representantes de pessoas atingidas pelo zika vírus, principalmente mães de crianças afetadas pela síndrome, trouxeram depoimentos que ilustraram vivamente as dificuldades atravessadas pelas famílias; e, no dia 14 de outubro, representantes do Poder Público Federal e do Governo de Alagoas vieram explicar as razões que fundamentam a Medida Provisória 894, de 2019, e os limites que observaram na sua edição.

Análise.

Como pudemos constatar, a epidemia de zika vírus atingiu o Brasil com grande intensidade a partir de 2015. Conforme passaram a ser noticiados os casos de complicações congênitas associadas a doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, instalou-se verdadeiro pânico entre muitas famílias que esperavam ou acabavam de ter bebês. A busca por repelentes esgotou estoques de farmácias e de mercados. O medo e o sentimento de desamparo foram tamanhos que muitas pessoas redobram os





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

cuidados contraceptivos e diversas famílias adiaram os planos de engravidar, contribuindo significativamente para uma redução perceptível nos índices de natalidade durante o período da epidemia.

Parte desse sentimento de desamparo e incredulidade decorreu da constatação de que as políticas públicas de combate ao mosquito transmissor do zika vírus foram parcialmente descontinuadas, deixando a população vulnerável à epidemia. Essa falha, admitida pelo Governo Federal ao reconhecer a sua responsabilidade, por negligência, na epidemia de zika, somente começou a ser paulatinamente suprida com a decretação da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), já em 2016. No contexto de uma epidemia, não basta que o indivíduo se previna; é necessária a coordenação de esforços entre indivíduos, sociedade e Estado para que possamos responder adequadamente à ameaça. Tristemente, não foi isso que ocorreu durante um período demasiado longo, como atestam as famílias e os especialistas, e como reconhece o Governo.

Trata-se, portanto, de admissão de responsabilidade civil do Poder Público pelos danos decorrentes da omissão em adotar políticas públicas preventivas, que favoreceu a ocorrência do surto provocado pelo zika vírus, para a infecção de centenas de pessoas, sobretudo crianças, e para o surgimento de anomalias congênitas e de sequelas neurológicas nas pessoas infectadas. Na clássica lição de jusadministrativistas, trata-se de um típico caso de falta do serviço, em que o Estado não agiu, ou agiu de modo deficiente, para impedir o dano à população. Nesse sentido, é adequado o paralelo traçado com outras pensões especiais legalmente reconhecidas em favor das vítimas da exposição à talidomida, das vítimas fatais da hemodiálise de Caruaru, das vítimas do acidente com Césio-137 em Goiânia e dos atingidos pela hanseníase submetidos a internação compulsória.

Registre-se que o zika vírus continua em circulação no Brasil, como foi nitidamente demonstrado nas audiências públicas realizadas por esta Comissão Mista, mas o número de casos, de fato superior ao observado anteriormente a 2015, é dramaticamente menos vultoso do que o observado no período epidêmico, durante o qual a falha de ação do Poder Público permitiu que o número de atingidos pela zika tenha chegado a uma magnitude trágica.

Restabelecidas, gradualmente, as políticas de combate ao mosquito transmissor, a oferta de repelentes e a educação sobre prevenção, continuaremos a conviver, tensamente, com a circulação do zika e suas sequelas, mas em patamares significativamente menos assombrosos do que no período entre 2015 e 2017, caminhando para uma estabilidade que já podemos vislumbrar nos gráficos apresentados a esta Comissão. Disso decorre o critério temporal adotado pela Medida Provisória nº 894 de 2019, que abrange o ano de 2018, para incluir crianças atingidas pelo zika ainda no período gestacional.

Traçado o contexto do qual surgiu a Medida Provisória 894, de 2019, adiantando a análise sobre o critério temporal, devemos passar à análise de seus pressupostos constitucionais e do restante de seu conteúdo.

Os pressupostos de relevância e urgência são requisitos de admissibilidade das medidas provisórias. No caso ora examinado, a relevância não decorre tanto do número de casos, que podemos considerar relativamente pequeno num país populoso como é o Brasil, mas da constatação de que são milhares de famílias atingidas muito duramente pelas sequelas do zika vírus, a tal ponto que algumas dessas famílias foram desfeitas. A rotina de luta por atendimento, por medicamentos, por alimentos, por estimulação, por algum alento e pelo mínimo reconhecimento da responsabilidade estatal consome a vida das famílias que ainda têm que lidar com a burocracia, com o preconceito e a discriminação, com barreiras diversas à inclusão digna de seus filhos na sociedade. São pessoas que lutam diariamente, sem descanso, pela vida e pelo futuro de seus filhos. A todas as pessoas que perseveram nessa luta, prestamos nossa homenagem e





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nossa solidariedade. Não ver a relevância da medida proposta, inclusive, é não compreender sequer minimamente a realidade em que vivem essas pessoas, principalmente as crianças afetadas pela zika.

A urgência caminha ao lado das razões que demonstram a relevância da medida, pois tratamos aqui de famílias que se desdobram com grande sacrifício para oferecer aos seus filhos o mínimo existencial. Cada dia traz novos e velhos desafios e as crianças nascidas durante a vigência da emergência em saúde pública de importância nacional ainda estão na primeira infância, fase crucial para seu desenvolvimento. Titubear agora é sonegar a essas crianças oportunidades de desenvolvimento e de reabilitação que não voltarão a se apresentar. Especialmente no caso dos mais carentes, sua sobrevivência e suas oportunidades futuras dependem da nossa atuação tempestiva, sem demora, ou seja, agora, já que o passado não está ao nosso alcance.

Isso nos leva à apreciação do mérito da Medida Provisória 894, de 2019. O expressivo número de emendas e os depoimentos oferecidos a esta Comissão Mista deixam claro que a solução adotada pode ser melhorada. É fácil reconhecer esse fato comparando o valor modesto da reparação aos desafios que as famílias das pessoas com sequelas causadas pelo zika vírus enfrentam. Fica nítida a necessidade de políticas públicas bem articuladas para a prevenção e o tratamento das consequências da exposição ao zika vírus, bem como para a inclusão não apenas delas, como também de todas as pessoas com deficiência. Isso é algo que o próprio Governo Federal reconhece, como admitiu aqui o Ministro Osmar Terra, da Pasta da Cidadania, perante esta Comissão Mista. Mas vivemos sob limites bastante reais que constroem duramente o ideal aos limites parcos do que é possível fazer num país ainda muito injusto, que luta para promover condições mais dignas de vida para todos em meio a uma das piores crises econômicas da nossa história.

Sob a perspectiva orçamentária, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal apresentou a Nota Técnica nº 29, de 2019, sobre a medida provisória, informando que nela:

Foram observadas as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis à esfera federal, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os benefícios assistenciais e as prestações indenizatórias têm custos e nos forçam a trabalhar dentro das estreitas margens de possibilidade definidas pelas normas fiscais. Há, certamente, espaço para melhorar as políticas previdenciárias e assistenciais, para ampliar o rol de indenizados, quiçá um dia até mesmo aumentar o valor da prestação devida, mas esperar para tomar essas medidas apenas quando todas forem possíveis na sua máxima magnitude é condenar os que hoje vivem as consequências da epidemia de zika a esperar em vão por uma solução que, se chegar perfeita e somente no futuro em que talvez venha a ser viável, já terá condenado muitos à morte, outros à miséria, e todos ao desamparo.

Novamente, friso que o Ministro Osmar Terra admitiu perante esta Comissão que a pensão indenizatória proposta é apenas um primeiro passo, é a atitude que pode ser tomada de imediato diante das restrições fiscais que todos conhecemos, mas não significa, de modo algum, que novas e melhores soluções não serão buscadas. Alguns dos membros desta Comissão Mista, entre os quais este Relator, veem possibilidade de propor melhorias futuras no atendimento aos afetados pela síndrome congênita do zika vírus, mas isso não nos impede de reconhecer que uma atitude positiva já foi tomada, ainda que não seja definitiva.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Estamos, então, diante de uma escolha entre admitir que esse primeiro passo possa ser dado, com as imperfeições que se impõem, e os aperfeiçoamentos que pudermos oferecer agora e adiante, ou esperar por um dia incerto no qual talvez possamos adotar soluções ainda melhores, ou ideais.

No nosso entendimento, portanto, aprovar a medida proposta não é obstáculo algum a aprimoramentos futuros – muito pelo contrário, assegura que o reconhecimento da responsabilidade civil da União já comece a produzir frutos, permitindo que famílias constrangidas pelos estreitíssimos limites de renda familiar mensal *per capita* impostos para efeitos de recebimento do BPC possam optar pela pensão indenizatória e busquem outras fontes de renda sem o receio de perder o pouco que já têm. Isso só é possível, atualmente, porque o valor despendido com o pagamento do BPC a essas famílias é rigorosamente o mesmo das pensões a que passam a ter direito, condição sem a qual jamais teríamos o aval do Ministério da Economia.

Em atitude que demonstra boa-fé, temos a concordância do Governo para a ampliação do universo de beneficiários, que o texto original da Medida Provisória 894, de 2019, restringe a crianças com microcefalia beneficiárias do BPC, para que passe a abranger crianças com a síndrome congênita do zika vírus, refletindo a compreensão, construída pela ciência, ao longo dos últimos anos, de que a microcefalia não exaure o rol de sequelas da exposição ao zika vírus.

Trata-se de um sinal importante para futuros aprimoramentos, mas devemos ressaltar que tal ampliação também respeita rigorosamente a lógica fiscal que sustenta o texto original, pois apenas os portadores da síndrome congênita que sejam beneficiários do BPC passarão a ter, também, o direito à pensão indenizatória, deslocando a despesa da rubrica assistencial para a de pensões e indenizações, sem acréscimo algum de despesa.

Registre-se, ainda, que a medida proposta não retira direito das pessoas atingidas pelo zika vírus, pois tão somente cria, em seu favor, a faculdade de optar por uma pensão indenizatória vitalícia no lugar de um benefício assistencial passível de revisão bienal. E isso somente ocorrerá mediante requerimento dos interessados, não se tratando de imposição legal. Dessa forma, não se sustenta o argumento de que a Medida Provisória 894, de 2019, subtrai direitos, quando é patente que ela dá a liberdade de optar pela solução proposta ou de continuar na situação anterior, sem obrigar e sem constranger qualquer pessoa a fazer algo contra a sua vontade.

Com relação aos argumentos de que a Medida Provisória 894, de 2019, feriria o princípio da isonomia, já temos a disposição de ampliar o rol de pessoas abrangidas, de portadores de microcefalia para portadores da síndrome congênita do zika vírus. Quanto à limitação da pensão aos beneficiários do BPC, excluindo, por enquanto, os demais acometidos pela síndrome, devemos ponderar que: 1) as políticas públicas devem ser focalizadas nos que delas mais necessitam, já que os recursos públicos são finitos, respeitando o princípio da igualdade material, que consiste em tratar desigualmente as pessoas, de modo que se atenua a sua desigualdade; e 2) os demais atingidos passam a ter, na admissão de responsabilidade civil do Estado, o precedente de que necessitam para sustentar seus futuros pedidos administrativos ou judiciais de indenização, podendo antever a satisfação de seus pleitos no ritmo ditado ou pela oportunidade administrativa ou pela prudência judiciária. É, portanto, um caminho sem volta, no qual o Governo Federal deu o primeiro passo, cabendo a todos nós continuar a trilhar.

Assim, podemos dizer que a solução ora analisada não é, de fato, isonômica, se considerarmos todos os afetados pela zika, mas é igualitária e produtora de equidade, ainda que seja modesta, por focalizar primeiro os mais necessitados, o que é um notório princípio de eficiência do gasto social.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Pela ordem.) – Senador Izalci, licença.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Sou a Deputada Dra. Soraya Manato.

Seria que nós poderíamos ir direto ao voto para termos mais tempo para discutirmos?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Acho que sim. É só a questão das emendas.

Eu resumo as emendas e já passo para o final.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – É só porque vamos entrar aqui onde estamos concedendo, onde avançamos no acordo de ontem que fizemos aqui.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) – Muito obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – A responsabilidade pela inclusão progressiva é de todos nós, mas não podemos rejeitar as soluções possíveis, no ritmo em que se apresentam viáveis, sob o argumento de que não são ideais. Esse seria o caminho da inércia, da inação, de uma omissão dolosa, ao passo que nos cumpre, como agentes públicos, oferecer o que for legalmente possível, prioritariamente a quem mais necessitar.

Tendo abordado a questão da igualdade e da isonomia, devemos ponderar outro aspecto da 894, de 2019, questionado por suposta afronta ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

Novamente uma leitura sóbria e clara do texto normativo mostra que não se retira direito nenhum de quem quer que seja, pois apenas concede a faculdade de optar.

Resumindo, aqui nós falamos também... Fizemos questão no acordo de colocar aqui no texto... E foi o que foi alterado nessa segunda versão, foi colocado aquele texto do acórdão: observa-se, ainda, que é de notório conhecimento o alto custo dos medicamentos e tratamentos relativos à saúde dessas crianças, que recaem sobre o orçamento de suas famílias. Nesse sentido, é dever ressaltar que as famílias que superam o limite de renda estabelecido na Lei nº 8.742, de 1993, que define como critério de acesso a renda familiar mensal *per capita* inferior a um quarto do valor do salário mínimo, ainda poderão acessar o BPC nos termos da Ação Civil Pública – aí vem o número da ação, que permite a dedução desses itens que são negados normalmente.

Então, aqui, temos as emendas no relatório, as emendas que foram acatadas e rejeitadas. Faço uma análise de todas as emendas, que vocês já conhecem, estava no relatório anterior.

E vamos entrar, então, direto no voto, tendo em vista a análise das emendas apresentadas anteriormente, foram 144 emendas.

Voto.

Em razão do que foi exposto, identificamos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como a adequação orçamentária e financeira, concluimos, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 894, de 2019, sendo acolhida a Emenda nº 128 e rejeitadas as demais emendas, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2019
(DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019)

Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada.

Só ressaltando aqui que nós estendemos: então, a medida original era 2018, nós estendemos para 2019 e ampliamos, substituindo a microcefalia pela Síndrome Congênita do Zika Vírus.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Art. 1º Fica instituída a pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º A pensão especial de que trata esta Lei será mensal, vitalícia e intransferível e terá o valor de um salário mínimo.

§ 2º A pensão especial não poderá ser acumulada com indenizações pagas pela União em razão de decisão judicial sobre os mesmos fatos ou com o Benefício de Prestação Continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 3º O reconhecimento da pensão especial ficará condicionado à desistência de ação judicial que tenha por objeto pedido idêntico sobre o qual versa o processo administrativo.

§ 4º A pensão especial será devida a partir do dia posterior à cessação do Benefício de Prestação Continuada ou dos benefícios referidos no § 2º, que não poderão ser acumulados com a pensão.

§ 5º A pensão especial não gerará direito a abono ou a pensão por morte.

Art. 2º O requerimento da pensão especial de que trata esta Lei será realizado no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Parágrafo único. Será realizado exame pericial por perito médico federal para constatar a relação entre a síndrome congênita adquirida e a contaminação pelo Zika Vírus.

Art. 3º As despesas decorrentes do disposto nesta Lei correrão à conta da programação orçamentária “Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União”.

Art. 4º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV adotarão as medidas necessárias para a operacionalização da pensão especial de que trata esta Lei, no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 5º No caso de mães de crianças nascidas até 31 de dezembro de 2019 acometidas por sequelas neurológicas decorrentes da Síndrome Congênita do Zika Vírus, observar-se-á o seguinte:

I – a licença-maternidade de que trata o art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, será de 180 (cento e oitenta) dias;

II – o salário-maternidade de que trata o art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, será devido por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Fica revogado o art. 18 da Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Em discussão.

Deputado Dr. Jorge Solla, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Queria parabenizar os trabalhos, a condução do Deputado Diego na Presidência, e o Senador Izalci como Relator.

Eu confesso... Inclusive, Senador, estou lembrando agora que na última audiência eu fui, no final, pontuar algumas possibilidades de incorporação no seu relatório, e o senhor disse que não queria antecipar, mas me surpreendeu positivamente, foi até além em relação ao que eu aguardava que V. Exa. viesse a incorporar. E eu queria destacar, primeiro, que a mudança da microcefalia para síndrome congênita não é uma coisa de menor importância. Talvez seja um dos pontos mais relevantes.

A incorporação do ano de 2019 não é o que nós pretendíamos, mas já dá conta dos casos que surgem neste ano.

Em relação à questão do critério de renda familiar, a utilização desse acórdão pode ser a solução, porque realmente acho que foi consenso aqui que os gastos com que a família tem que arcar são muito elevados e a limitação do critério do BPC de um quarto do salário mínimo *per capita* deixaria alguns de fora, inclusive – cadê o André? – com o compromisso que foi colocado aqui da revisão daqueles casos que não conseguiram o BPC, para poderem entrar novamente com o pedido e poderem pleitear a análise novamente, levando em consideração a redução das despesas médicas, medicamentos etc.

Outro ponto importante também é a clareza de que o benefício é individual, é da criança, portanto, aquela situação que surgiu aqui, de uma família que tinha duas crianças acometidas, cada uma delas teria direito à pensão vitalícia.

Nós tentamos, como parte do acordo também, um ano da pensão por morte, mas foi levantada a informação de que, pela natureza do benefício, não poderia haver a transferência para o responsável em caso de morte do beneficiário.

Acho que foram passos importantes, acho que Estado brasileiro avança na contribuição para famílias que enfrentam uma dificuldade muito grande em função da gravidade desses quadros e da necessidade de um suporte mais diferenciado. Eu acho que é um ponto importante. E quem sabe, Deputado Diego, a gente não possa depois avançar em outros aspectos também do BPC, como o projeto que V. Exa. colocou, porque, quando há mais de uma pessoa com deficiência na família, o BPC termina prejudicado, na medida em que leva a pensão do primeiro beneficiário para o cálculo da renda da família. Então há outros aspectos que surgiram aqui no debate que eu acho que a gente pode ir amadurecendo e aperfeiçoando em outros projetos.

Eu queria deixar meu voto a favor e pedir licença, porque eu estou na CPI do BNDES e vamos votar lá agora o relatório...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero, antes de V. Exa. se retirar... Como eu atendi ao pedido da Deputada Soraya, eu não li todo o relatório, acabei saltando a parte que fala das emendas. Na p. 14, depois da...

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) – Ah, desculpe. Eu esqueci da licença-maternidade.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ainda tem isso. É verdade, há ainda o que nós acordamos, que seria possível...

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) – A retomada dos 180 dias.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – É. E foi exatamente dentro da ponderação de V. Exa. que nós buscamos o entendimento para contemplar essa questão levantada por V. Exa.

Mas é só para dizer que está no texto aqui também, eu não li, mas está aqui: a proposta de extensão da pensão para os pais, por um período de 12 meses, após eventual óbito da criança acometida pela síndrome congênita do zika vírus, é inconstitucional, uma vez que o benefício devido à criança tem





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

caráter personalíssimo e é intransferível. A criação de tal extensão se caracterizaria por um novo tipo de benefício, que deve atender aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 16, pela previsão de criação de despesa sem indicar a respectiva fonte de custeio, além de caracterizar vício de iniciativa por ser tal competência inerente do Poder Executivo Federal.

Eu fiz questão de colocar isso também. Eu pedi, porque eu também fiquei sensibilizado com a proposta de V. Exa. de conceder durante um ano para a mãe ou para os pais, ou seja, por 12 meses, mas, infelizmente, houve essas questões de impedimentos legais. Nada impede, evidentemente, que nós, depois, para avançar e dar o segundo passo, possamos propor algo, como já há projeto tramitando, do próprio Diego, e tentar buscar uma alternativa para isso.

Mas só ressaltando, porque nem todos estavam aqui ontem, quero agradecer a participação do Deputado Solla, que é médico e que acompanhou todas as audiências, fez diversas ponderações e sugestões.

Quero só lembrá-los – o Deputado estava aqui – que eu já estava com o relatório pronto ontem, em cima do que tinha conseguido com o Ministério da Economia, que era apenas estender a microcefalia para a síndrome congênita. Nós já tínhamos acertado, meu relatório estava pronto. Ponderei isso aqui ontem, o Senador Girão estava aqui, falei com ele, o Deputado Solla estava aqui, eu disse: "Vamos evitar fazer a leitura hoje". Eu daria vista para todo mundo ontem, mas isso daria dificuldade... Nós fechamos um acordo com os presentes de que nós estenderíamos, porque estava em negociação com o Ministério da Economia, e ficamos aqui até tarde. O Deputado Solla participou de parte da reunião na Liderança do Governo, e nós conseguimos avançar. Mas nós tínhamos assumido o compromisso de fazer a leitura hoje e também a votação, para não fugir do plano de trabalho. Por isso quero agradecer a sua participação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Deputada Marília Arraes, pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Para discutir.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Diego; Relator, Senador Izalci. Eu gostaria de parabenizar o trabalho desta Comissão e também ressaltar, assim como disse meu colega Jorge Solla, a importância da mudança de denominação para síndrome congênita do zika vírus. Sem dúvida alguma foi um grande avanço. E quero lamentar que os avanços que nós conseguimos... Apesar de, como V. Exa. ressaltou, o avanço seria somente esse, mas conseguimos estender o prazo dessa instituição da pensão entre crianças que nasceram de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019, mas quero lamentar, porque, na verdade, se é uma síndrome congênita, deveríamos estender a todos que são portadores dessa síndrome. Imagine uma mãe que está grávida hoje, que sabe que seu filho é portador da síndrome e de repente esse filho nasce no dia 1º de janeiro de 2020 ou no dia 2 de janeiro de 2020, e ela vai precisar largar o trabalho, muitas delas vão ser abandonadas pelos maridos que não querem compartilhar com elas o cuidado que essa síndrome exige para a criança e não vão receber a pensão. Então, infelizmente nós não conseguimos avançar nesse sentido.

Ressalto ainda que havia um projeto de lei de nossa autoria, de autoria do nosso mandato, de nº 4.361, que tratava desse tema antes mesmo de a MP ser enviada para a Câmara, e que nós devemos continuar essa luta não somente por conta das crianças, mas principalmente porque nós sabemos que a sociedade delega às mulheres o cuidado, de uma maneira geral, com crianças, idosos e enfermos na família. Então é importante que nós tentemos avançar nesse sentido, inclusive em relação à pensão e para garantir que esses beneficiários tenham também direito a receber outros benefícios de programas sociais.

Muito obrigada, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero ressaltar, evidentemente, que o espírito e o objetivo da medida provisória foi exatamente contemplar o período da epidemia, reconhecido pelo Governo, e não só o Governo local, mas também nacional, e também a OMS estabeleceu o período de 2015 a 2016, até 2017, dessa epidemia. O Governo, entendendo que nesse período poderia haver mulheres grávidas, estendeu para 2018, e nós aqui conseguimos avançar ainda mais para 2019. Isso não impede, evidentemente, de aproveitarmos o projeto do Deputado Diego, como o projeto de V. Exa., para que possamos, até mesmo esta Comissão e mais alguns Parlamentares que queiram participar, aproveitar agora a época do orçamento – nós estamos discutindo o orçamento no Congresso – e buscar uma alternativa para melhorar essas condições.

Mas devemos reconhecer – e eu reconheço que o Governo, em especial o Ministro Osmar Terra, fez um excelente trabalho – que é o primeiro passo. O segundo, com certeza, podemos dar com os projetos de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Dando continuidade à discussão, a Deputada Tereza Nelma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Dr. Zacharias na sequência.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – Está bem.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Então vai você. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Dr. Zacharias.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO. Para discutir.) – No voto do Relator consta que ele acolheu a Emenda 128 e rejeitou as demais.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Na prática, podemos até melhorar e dizer que acolhemos parcialmente uma série de outras.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – Ah, parcialmente. É porque a 135 e a 127, das Deputadas Paula Belmonte e Carla Zanotto estão no relatório, e no voto não foram citadas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E há outras também que foram parcialmente atendidas, não foram integralmente.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – É parcial, não é? Está bem. Era só isso mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas no relatório eu vou fazer essa observação.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Exa. nominou duas emendas. Só para me facilitar, quais foram?

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – A 135 e a 127.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Está bem, acato a observação de V. Exa.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – O Relator faz, então, a complementação do voto, acolhendo as sugestões do Deputado Dr. Zacharias.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não é nem no voto, é só no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Isso, no relatório. Deputada Tereza Nelma. Cinco minutos.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Alô?

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Estamos ouvindo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Primeiro, parabenizo V. Exa. pelo evento em Maceió, diz-se que foi um sucesso total, da Pestalozzi. Parabéns a V. Exa.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) Para discutir.) – Foi. O Congresso Nacional das Associações Pestalozzi foi um sucesso, muito bom, havia mais de 1,2 mil pessoas lá. Houve muitas dificuldades, mas a gente conseguiu contornar. Agora que chega o momento, Senador Izalci...

Mas vamos lá, gente. Desculpem ter chegado um pouco atrasada, mas esses dias está mais difícil ainda por causa da questão das emendas, a gente corre para lá, corre para cá.

Quero parabenizar a Comissão, porque nós evoluímos.

Eu me sinto contemplada com a questão da extensão do ano, foi uma das minhas emendas. Eu achava um absurdo 2018, eu só aceitaria 2018 se nós tivéssemos erradicado no nosso País a dengue, a chikungunya, se tivéssemos expulsado esse bandido desse mosquito do nosso País, o que não é real.

Esta semana mesmo estava lá em Alagoas uma equipe do Ministério da Saúde porque aumentou o problema do mosquito em Alagoas. Então, não havia muito sentido ficar até 31 de dezembro de 2018. Passando para 2019... Quero dizer para a Deputada Marília que a gente vai continuar lutando, não é, Marília? Vamos continuar aqui lutando para melhorar essa pensão.

O §1º do art. 1º e o 3º, acho os dois terríveis. Por quê? Porque no meu entendimento isso é inconstitucional. Como é que você já pode condenar, dizer "não" a uma ação judicial que você venha a fazer no futuro? Eu coloquei uma emenda, que não foi acatada, na qual eu colocava que se faria renúncia do BPC, mas que elas poderiam ter liberdade de dar entrada na Justiça no momento que quisessem, responsabilizando o Estado. E continuou isso aqui. Eu fico preocupada.

Uma outra coisa para a qual chamo a atenção é essa questão do parágrafo único do art. 2º: "Será realizado exame pericial por perito médico federal para constatar a relação entre a síndrome congênita [...]". A gente já parte do princípio de que toda criança com a síndrome congênita até o momento, as que nasceram, são crianças com deficiência mental, motora, intelectual e sensorial.

São crianças que eu espero que... Logo, logo, estaremos travando outra grande luta que é a avaliação biopsicossocial. Eu não posso colocar só que o médico, senhor de si, vá dizer quem é ou não é deficiente. Nós partimos do princípio de que é necessário haver avaliação biopsicossocial de uma equipe para realmente avaliar essa criança. Não é um médico só que vai fazer isso. Já estamos, na Comissão da Pessoa com Deficiência e no Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, discutindo por não aceitar a visão agora de querer colocar que a avaliação multidisciplinar é feita por um médico e um assistente social. Isso não existe.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não querendo interromper e já interrompendo, senão acabo esquecendo os pontos... A senhora está anotando, mas acaba que não anotei.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) Como Relator.) – Com relação a essa questão, na definição do BPC já é utilizado esse critério. Só pode fazer a opção pela pensão vitalícia quem está no BPC. Para ter o BPC, já há essa avaliação.

E, com relação à questão do §2º, é evidente que, como eu disse aqui no relatório, ninguém está obrigado, vamos dizer assim, a fazer a opção. Essa busca judicial está aberta, ela continua tendo direito de buscar de qualquer forma.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Tudo bem. Agora, Sr. Senador, eu acho que a leitura ficaria bem mais leve se, no parágrafo único do art. 2º, fosse: "Será realizado exame pericial por equipe





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

multidisciplinar", e não pelo perito, pelo médico perito, porque já está na lei que é por uma equipe multidisciplinar, não pelo médico. Aqui restringe, aqui contraria a lei já aprovada. Isso me preocupa.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Só para esclarecer. O BPC já contempla essa questão da equipe multidisciplinar; agora, a relação do zika é uma definição clínica, por isso que é um perito e tal. Mas, na escolha do BPC, na definição do BPC, já há essa avaliação social.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – No caso da pensão, a perícia é uma única vez que vai ser feita.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – É, porque ele não vai ficar...

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Então, é uma única perícia. Por isso esse critério tem que ser incorporado na forma da legislação proposta.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Há um perito especialista aqui que vai explicar a V. Exa. os critérios.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Eu vou insistir, para concluir, que esse §2º está contrariando a LBI, está contrariando todas as leis referentes à pessoa com deficiência, porque, mesmo sendo clínico, quando nós olhamos e observamos uma criança com a síndrome congênita do zika vírus, ela precisa, sim, de uma avaliação biopsicossocial. Aí entra o psicólogo, entra o fisio, entra o TO, entra o fono e o médico. Não é o médico federal. Com isso, eu não concordo. É a única coisa em que agora, Sr. Relator, eu acho que nós deveríamos acompanhar o que já foi aprovado lá no Plenário da Câmara e aqui no Senado e trocar: "Será realizado exame pericial pela equipe multidisciplinar" – aí coloque "já constituída" – "para constatar a relação entre a síndrome congênita adquirida e a contaminação".

Muito bom o senhor me informar que será só uma vez, não de dois em dois anos, nem de ano em ano, porque, para essa criança, cura não tem, mas ela melhora muito se for bem atendida.

No mais, continuo parabenizando o relatório, Senador Izalci.

Gostaria que o senhor visse se ainda dá tempo de resolver essa questão do parágrafo único, porque recentemente nós aprovamos a questão da avaliação multidisciplinar, até – me lembrei agora – na Medida Provisória 871, da qual o senhor foi Presidente – agora me lembrei! *(Risos.)*

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois é, mas é por isso que eu lhe estou explicando o seguinte. Quem tem direito a pensão vitalícia? Quem tem o BPC.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – É a mesma coisa...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Não! Para ter o BPC, há toda essa avaliação dessa equipe que V. Exa. cita, entendeu? Na hora de avaliar se tem BPC, não é só o clínico, todo assistente social... Já é feito isso, está na lei. Então, como só pode ter vitalício para quem está no BPC... Essa fase do BPC já foi contemplada, tendo todo esse estudo social e técnico que V. Exa. menciona. Eu fui convencido disso; não sou nem especialista, mas eu entendi dessa forma.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Eu estou falando porque eu sou especialista, trabalho na área há 36 anos e me dedico a essa causa. Trabalhei muito na 871, e nós conseguimos avançar ao tirar a figura só do médico. Nós temos que deixar claro que não é só o médico que avalia, mas, sim, a equipe multidisciplinar. E o senhor era Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Sim!

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E eu me lembro muito bem disto, dessa discussão!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – O senhor foi Presidente da medida provisória que nós fizemos evoluir aqui. Nós tiramos aqui médico federal... Não muda nada no texto, é só colocar "equipe multiprofissional".

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas deixe-me só tentar explicar, na minha linguagem de leigo...

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Só tem direito a pensão vitalícia quem tem o BPC, correto? Para você entrar no BPC, obrigatoriamente, você passa por esta Comissão...

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Pela avaliação da equipe multidisciplinar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... multidisciplinar.

Nesta aqui a gente está tratando apenas daquela pessoa que já foi contemplada e que já passou por esse teste. Aqui é clínico, com relação... E só uma vez, porque é vitalício. Eu entendi bem...

Eu não sei se há algum técnico... Posso até aqui, se o Presidente me permitir... Talvez pudéssemos encontrar um técnico, um especialista, para poder discutir com a superespecialista...

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Autorizado para poder sanar a dúvida do Plenário também.

O SR. ANDRÉ RODRIGUES VERAS – Boa tarde a todos!

Deputada, como disse o Senador Izalci, para fazer jus à pensão especial, é necessário que a criança seja beneficiária do BPC e, para tanto, ela será avaliada, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, por uma equipe multiprofissional no âmbito do INSS, por um perito e um assistente social dentro do INSS.

O exame da contaminação pelo vírus zika e a relação da condição microcefalia, hidrocefalia ou qualquer outra condição neurológica grave não é multidisciplinar, porque é uma avaliação clínica – para essa relação exclusivamente, e não para a avaliação em si com a pessoa. A avaliação biopsicossocial avalia barreiras, inclusive, e essas barreiras não devem ser consideradas para a relação entre a contaminação do vírus zika e a condição da microcefalia – e vou me permitir aqui colocar, Presidente e Relator, a condição da microcefalia, que é a mais frequente –, dentre outras sequelas neurológicas graves que acometem essas crianças.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Deixem-me só concluir.

Não me convence, porque eu tenho... Tudo bem, os meus colegas aqui pensam assim, mas eu acho que não mudaria colocar "equipe multiprofissional".

Mas, Sr. Relator, para concluir de verdade...

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Para concluir, senão podem abrir o Plenário sem que nós tenhamos conseguido votar e ouvir todos os inscritos.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Então, deixe-me só dizer ao senhor que as minhas Emendas 35, a 37 e a 45 foram aprovadas parcialmente, tiraram sempre a vírgula.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL) – Emendas 37 a 45.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Já acato o pedido de V. Exa. no relatório com relação às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Dando continuidade à discussão, passo a palavra à Deputada Soraya Manato. Na sequência, ao Líder do Podemos, José Nelto, à Deputada Sâmia, ao Senador Girão, à Deputada Daniela.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputada Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Para discutir.) – Boa tarde a todos!

Eu queria cumprimentar o Senador Izalci pelo relatório e o Deputado Diego Garcia pela condução dos trabalhos.

Esta é uma causa nobre, e eu fiquei muito satisfeita com o relatório. Logicamente que não vai sanar todos os problemas do mundo, mas resolve muitas das dificuldades dessas famílias que foram acometidas por essa síndrome. Então, parabéns a vocês, parabéns pelo trabalho! Eu, como médica, fico muito satisfeita com o resultado desse relatório. Parabéns!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Agradeço à Deputada Soraya.

Com a palavra, na sequência, o Líder do Podemos...

Deputada Sâmia Bomfim, cinco minutos.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Para discutir.) – Olá! Boa tarde a todas e todos! Boa tarde, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Em primeiro lugar, eu gostaria de destacar a importância dessa medida provisória e da nossa Comissão: fazer com que o Estado brasileiro reconhecesse, pela primeira vez, a sua responsabilidade diante dos casos das crianças que foram vitimadas pela síndrome congênita do zika vírus. Este é um marco significativo, porque não se trata mais somente de um benefício provisório, mas de um direito permanente a uma pensão por parte do Estado brasileiro. Isso é importante.

No entanto, à parte o relatório apresentado, eu gostaria de apresentar alguns pontos que têm a ver com as emendas que nós apresentamos aqui durante os trabalhos desta Comissão e também quando de um debate que foi feito envolvendo especialistas, as mães e familiares de algumas das crianças que apresentam a síndrome congênita do zika vírus.

Também quero destacar que foi importante o relatório ter alterado o termo "microcefalia" para "síndrome congênita", tendo em vista que existem outros tipos de manifestação da deficiência nas crianças – muitas delas nem sequer têm microcefalia, mas também têm o direito de receber essa pensão.

O primeiro aspecto tem a ver com o fato de que são somente aquelas crianças que são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada as que terão direito a essa pensão. Por que eu destaco isso como uma questão que nos gera muita preocupação? Porque são benefícios de caráter distintos. O BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada, é um programa assistencial de transferência incondicional de renda, equivalente a um salário mínimo, destinado à proteção de idosos e de pessoas com deficiência de qualquer idade, com impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual e sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por suas famílias, que são aquelas pessoas que têm como renda até um quarto de salário mínimo.

Já as pensões oficiais, que é do que trata essa matéria, foram criadas, entre outras situações, para atender as demandas sociais geradas por fatores extraordinários de grande repercussão nacional, como foi a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional relacionada ao zika vírus e suas consequentes repercussões, como o nascimento de crianças com comprometimentos neurológicos associados à síndrome congênita do zika vírus.

Neste ano mesmo, no Plenário da Câmara dos Deputados, nós já votamos favoravelmente à instituição de uma pensão, por exemplo, para os moradores da região de Brumadinho, justamente por compreender que aquilo também dizia respeito a uma responsabilidade do Estado, independentemente de serem beneficiários do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada ou de qualquer





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

outro tipo benefício da parte do Governo – através do INSS ou mesmo benefícios assistenciais. Essas pessoas deveriam ter o direito a ter essa pensão – na verdade, esse pagamento por parte do Estado – tendo em vista a sua responsabilização.

E os beneficiários do BPC têm como renda até um quarto de salário mínimo. No entanto, todas as famílias, sem exceção, têm um custo estimado que é seis vezes maior em relação aos custos que teriam para cuidar de seus filhos caso não tivessem contraído a síndrome congênita do zika vírus. Isso é devido aos gastos que se têm com fraldas, com aparelhamento e uma série de outros tratamentos. Ou seja, todas as famílias, necessariamente, precisarão ter uma renda seis vezes maior em função de uma irresponsabilidade que o Estado teve. Por isso, atrelar somente aos beneficiários do BPC significa que cerca de 300 crianças do Brasil que contraíram a síndrome congênita não vão ser beneficiárias dessa pensão, e eu acho que é um pouco contraditório para o Estado brasileiro observar que existem aquelas que são merecedoras da pensão e aquelas que não são merecedoras da pensão, tendo em vista que todas elas, pelas circunstâncias sociais e materiais em que estão inseridas, acabaram contraindo a síndrome justamente por uma responsabilidade do Estado.

(Soa a campanha.)

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Então, este é um ponto que eu gostaria de destacar: não se trata do critério da miséria como elemento para saber se essas crianças são merecedoras ou não da pensão, mas se trata do critério da deficiência que elas contraíram em função da epidemia que foi causada por irresponsabilidade do Estado brasileiro.

Outro elemento que eu gostaria de colocar é que, ainda que eu considere que tenha sido positivo alterar o limite da data de contração do vírus de 2018 para 2019, ainda é insuficiente, tendo em vista que os casos seguem aparecendo, em especial na Região Nordeste, mas também aqui no Centro-Oeste – nós tivemos uma criança em Goiás que contraiu a síndrome, e sua mãe é muito atuante nas associações de mães, que mostram que ainda há casos de crianças que estão nascendo todos os dias com o problema. E me preocupa muito o seguinte: se porventura alguém vier a nascer no ano que vem também como vítima dessa irresponsabilidade do Estado, o Estado brasileiro pode acabar não a amparando.

E quero dizer que todos esses casos que levantei são passíveis de um processo de judicialização, que independentemente do nosso voto, da nossa aprovação de relatório ou não, vai ser feito, porque é um direito dessas crianças e dessas famílias, para que elas não sejam discriminadas pelo Estado brasileiro, tendo em vista que elas foram vítimas do mesmo processo, da mesma negligência.

Fora isso, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os Deputados e especialistas que trouxeram contribuições, assim como os familiares, o Relator e o Presidente, porque eu acho que é um gesto importante do nosso Congresso e que não nos exclui de adotar outras iniciativas, como também foi destacado no relatório, para aumentar o assessoramento e o acolhimento dessas famílias e dessas crianças que, infelizmente, passam por essa situação. Acho que podemos contribuir para que a vida delas não seja tão difícil como vem sendo.

Obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Deixem-me só...

Com relação a esses dois pontos que V. Exa. colocou: está no relatório... É evidente que essa preocupação de V. Exa. é uma preocupação de todos nós e, eu posso dizer, em especial do Relator. Agora, nós tínhamos duas limitações.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A primeira, eu mencionei aqui: a questão de tratar desigualmente para buscar diminuir as desigualdades... Nós não podemos... A ideia é beneficiar primeiro quem está num estado... Nós temos crianças que têm pais com poder aquisitivo muito alto. Então, a gente não deu o mesmo tratamento, tem que estar dentro dos critérios do BPC.

A segunda: as limitações orçamentárias e fiscais. A gente colocou no relatório que nós não poderíamos criar novas despesas, mas, como foi dito aqui, nós vamos aproveitar os projetos de lei que estão tramitando na Casa, aproveitar que nós estamos discutindo o orçamento e buscar dar o segundo passo.

Este é um primeiro passo. Acho que todos estão reconhecendo que nós avançamos. Eu disse aqui que o Ministro Osmar Terra teve um papel fundamental, que eu sempre tenho que ressaltar, porque ele está nessa causa há muitos anos, mesmo antes de ser Ministro. Só esclareço isso, ainda que esteja no relatório.

Nós vamos trabalhar um novo projeto aqui na Casa...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Sr. Relator, eu só tenho uma dúvida, porque os dados a que tive acesso, apresentados pela Associação Anis, que, inclusive, foi uma das entidades que participaram das nossas audiências públicas, mostram que são cerca de 300 crianças que não serão contempladas porque não são beneficiárias do BPC. Gostaria de saber qual é o custo que isso causa para o Estado brasileiro, qual é o rombo e qual seria a justificativa, tendo em vista que são muito poucas crianças.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A questão não é serem 300, 400 ou 100, mas que beneficiar essas crianças implicaria orçamento. Nós temos que ter um orçamento...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Mas esta é justamente a minha questão: qual é o custo orçamentário para que se justifique a exclusão de 300 crianças?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A justificativa é exatamente esta: não é questão de custo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – É que todos esses casos vão ser judicializados e, inevitavelmente, vão gerar custos para o Estado brasileiro.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não vão! Não vão! Isso está no relatório...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Vão, porque essas mães já estão movendo os seus processos para garantir que elas não sejam vitimizadas por essa exclusão do nosso relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Se dependesse apenas de mim, eu colocaria todo mundo, não só microcefalia, não só síndrome congênita, eu colocaria todas as deficiências. Mas a questão é a seguinte: essas que estão sendo contempladas já têm o BPC...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Eu entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... e, por terem o BPC, não há implicação orçamentária e financeira. Simplesmente nós estamos trocando o BPC por uma pensão vitalícia. Agora, qualquer acréscimo nisso dependeria de orçamento e, aí, a gente estaria infringindo a legislação fiscal.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Eu entendi, Sr. Relator, mas deixe-me colocar novamente a minha pergunta. Compreendendo essa preocupação com os custos que isso pode gerar para o Estado brasileiro, eu acho que seria importante que o Sr. Relator apresentasse quais seriam esses custos. Se é impagável pelo Estado, no mínimo a gente deve saber por que é impagável e qual é o valor desse rombo para atender 300 crianças.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu não disse em momento algum que é impagável, eu disse que, neste momento...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Então isso poderia ter sido contemplado no relatório...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... nós temos um impedimento, criaríamos uma despesa e nós não temos, no orçamento, essa previsão.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – E qual é essa despesa?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É só pegar 300 vezes um salário mínimo vezes doze...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Então nos apresente aqui. Em momento algum foram apresentados esses dados para a nossa Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas não é a questão do valor. Se fosse o valor, nós teríamos colocado. Se fossem R\$10 mil ou R\$100 milhões, não faria diferença, porque qualquer desses valores teria impacto sobre a questão orçamentária e financeira, que nós não poderíamos aqui... Estaria tendo vício de iniciativa qualquer proposta diferente da que fizemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – A discussão é louvável, meritória. Nós fizemos esse debate num outro momento também, quando foi apresentado que esse recorte feito pela associação não corresponde de fato ao número estimado, que pode ser muito maior inclusive, de pacientes. Então, assim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Sim, o Governo com certeza deverá apresentar esses dados, essas informações, a partir também da pertinência dos questionamentos que V. Exa. está fazendo. Então, com certeza, nós...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – Mas esta é a Comissão cabível para esses dados terem sido apresentados pelo Governo, mas infelizmente não foram...

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Claro, o Governo esteve...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) – ... e uma entidade séria e responsável os apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – O Governo esteve na audiência pública da segunda-feira à disposição, fazendo os esclarecimentos para os Parlamentares aqui presentes, que tiveram oportunidade de fazer os questionamentos. Acho que nós avançamos muito, como foi bem colocado aqui.

Eu quero registrar que a Deputada Tereza, a Deputada Sâmia, o Deputado Jorge Solla, que esteve aqui, a Deputada Soraya Manato e a Deputada Daniela, todos, participaram e contribuíram muito para os avanços alcançados aqui. Inclusive, quero agradecer à Líder do Governo, a Deputada Joice Hasselmann, que está aqui conosco, porque também vinha acompanhando toda essa discussão. Nós vínhamos conversando com o Governo justamente para que, ao chegar a este momento de tantos avanços, nós não tivéssemos nenhuma obstrução por parte principalmente do Governo, que é quem agora vai ter que assumir essa responsabilidade a partir da aprovação da Casa, não é isso, Deputada Joice?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para discutir.) – É isso aí, Presidente.

Primeiro, muito obrigada pelo trabalho de vocês. Eu fico muito feliz ao saber que há um encaminhamento para o entendimento na votação dessa medida provisória.

O Presidente Jair Bolsonaro, no dia em que assinou a medida, foi muito claro ao dizer que, se houvesse uma expansão no custo, ele teria que breçar a medida, teria que vetar a própria medida, derrubar a medida provisória. É que a questão de incluir mais 300, mais 100 ou mais 400 fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de ser um vício de iniciativa. Então, nós não podemos, aqui na Comissão, ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O cálculo é simples: se a gente for arredondar, 300 vezes 1000 dá 300 mil; pronto, é matemática básica, não tem muita equação; é matemática básica: 300 vezes 1000, se arredondarmos o salário mínimo para mil – estou arredondando aqui. Mas a questão é que nós feriríamos a Lei de Responsabilidade Fiscal e colocaríamos um problema gigantesco no colo do Presidente da República.

O que nós queremos é dar garantia para que essas mães que têm uma renda baixa e estão no BPC tenham a garantia de que, se tiverem uma renda extra, se tiverem um trabalho extra, não vão perder o BPC. É isso que nós queremos, a ideia é dar mais qualidade de vida a essas famílias, transformar isso numa pensão vitalícia, num benefício vitalício, sem que essas mães mais pobres, essas famílias mais pobres, deixem de ter acesso ao mercado de trabalho e de ter uma renda extra.

Então, eu peço aqui a colaboração de todos vocês. Não se trata de querer ou não querer. É claro que todos nós gostaríamos de, eventualmente, até ampliar valores de benefícios. Seria maravilhoso se pudessemos ampliar valores, dar benefícios maiores, mas a gente tem que entender que o orçamento é uma peça finita, que existem leis que nos conduzem, e nós temos que respeitá-las, porque são leis aprovadas por este próprio Parlamento.

Eu espero que nós cheguemos a um entendimento aqui.

Muito obrigada.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) – Só para complementar o que eu falei, Presidente Diego.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Deputada Soraya.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Para discutir.) – É o seguinte. Nós não podemos esquecer que a microcefalia existe, pode vir por outros vírus... Há o vírus da rubéola, que é mais antigo, há o citomegalovírus, o próprio vírus da herpes e vários outros. Mas nós não podemos esquecer um detalhe importante. O zika vírus... A microcefalia, essa síndrome, vem da falta de saneamento básico. Então, nós temos uma MP importantíssima correndo aqui, e a gente tem que resolver o problema. Essa atitude foi uma atitude louvável do Governo Federal, do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Por quê? Ele herdou essa falta de saneamento básico, então ele está herdando todas essas crianças com microcefalia decorrente disso.

Então, eu queria deixar bem claro isso aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Muito bem colocado, Deputada Soraya.

Neste momento, o Líder do Podemos, Deputado José Nelto.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente da medida provisória, Deputado Diego Garcia, Senador Izalci Lucas, Relator dessa medida provisória, Joice Hasselmann, Líder do Governo no Congresso Nacional, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, sobre essa medida provisória eu tive uma audiência com o Presidente da República juntamente com o Deputado Diego Garcia, que muito bem preside esta Medida 894.

Eu pude sentir a preocupação do Deputado Diego Garcia. Cada Parlamentar fazia uma reivindicação – a Deputada Joice esteve presente nessa audiência –, e a principal preocupação, objeto do pedido que fez... Quero deixar registrada nesta medida provisória a atuação do Deputado Diego Garcia. Deputado, quero parabenizá-lo por sua atuação, por sua preocupação e também pela alteração feita no termo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Evidentemente que todos nós queríamos contemplar todos, é o desejo de todos os Parlamentares. Essa medida provisória já é um avanço. No ano que vem, entendo, a economia deverá melhorar, vamos torcer para isso, e o Governo poderá mandar um projeto para esta Casa tratando desse assunto.

Sabemos que é uma irresponsabilidade dos governos. Não vamos aqui culpar apenas o Governo Federal do passado, os Governadores... É política de governo. Houve um equívoco, o governo não se preocupou e foi gerada uma crise muito grande. Eu nunca tinha ouvido falar – não sou médico – em microcefalia no Brasil. Parece-me que começou no Estado de Pernambuco e virou uma crise no Brasil todo.

Essa medida provisória altera o termo "microcefalia" para "síndrome congênita do zika vírus" – é de autoria do Senador Romário essa alteração no texto. Antes havia a previsão de que a medida provisória beneficiasse aproximadamente 3 mil crianças. Com a alteração, esse número praticamente dobrou. Então, quero aqui elogiar o Senador Izalci e o seu relatório, que acatou aqui as emendas dos Srs. Parlamentares.

E há também a alteração no prazo, que era uma preocupação do Deputado Diego Garcia. Eu conversei com ele no Palácio do Planalto. Conversamos numa reunião do Colégio de Líderes sobre a alteração da cobertura do prazo para as grávidas que tivessem crianças com a síndrome congênita. Seria, antes, para as crianças nascidas entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A alteração propõe a ampliação do prazo para 31 de janeiro de 2019.

E a terceira e última, Presidente Diego Garcia e Relator Izalci Lucas, é a seguinte. As mães que tiverem crianças nascidas com a síndrome congênita do zika vírus até 31 de dezembro de 2019 terão a licença-maternidade ampliada – veio, pelo Governo, de 160 dias –, voltando para 180 dias, tendo o salário-maternidade.

Avanço? Houve, essa é a realidade, a verdade.

Sucesso total, ainda não! Mas eu quero parabenizá-los, todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, e deixar registrada a ação do Deputado Diego Garcia, que lutou muito para que o Presidente pudesse enviar...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – ... esta medida provisória para ser votada aqui no Congresso Nacional.

Então, Sr. Senador Izalci, quero deixar aqui o meu reconhecimento pela sua luta, pelo seu trabalho e pelo seu relatório. Não é o relatório que todos nós queríamos, mas é o que é possível aqui.

Vamos avançar mais. No ano que vem a economia vai melhorar. E mesmo se não melhorar a economia, podemos ter um projeto, porque a Deputada questionou, ouvi o questionamento dela, deixando criança... Não queremos deixar uma criança fora do tratamento, do benefício do Governo. Que essa seja a realidade em qualquer Estado da Federação.

Então, deixo aqui o meu reconhecimento pelo trabalho dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Agradeço.

Agradeço ao Líder do Podemos, em especial, pela indicação do meu nome para participar desta medida provisória e por todo apoio que deu para que também pudéssemos ter chegado até aqui, até este momento, conduzindo os trabalhos.

Eu gostaria de consultar o Plenário – nós temos uma lista ainda extensa de inscritos para falar –, devido ao adiantado da hora e à possibilidade, se nós dermos sequência aos inscritos, pelo tempo previsto,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

poderíamos prejudicar a votação dessa medida provisória. Então, eu quero assegurar que todos os inscritos vão ter direito à fala, mas, se houver acordo do Plenário, que nós possamos ir ao processo de votação. Na sequência, retorno à lista dos inscritos para que possam fazer seus pronunciamentos. Podemos dar sequência assim? Há acordo? *(Pausa.)*

Obrigado.

Passamos, então, à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Izalci Lucas, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Neste momento, parablenizo todos os Parlamentares. Parabéns, Senador! *(Palmas.)*

Parabéns a todos os Parlamentares.

Nós vamos seguir a lista dos inscritos.

Eu quero agradecer pelo debate, este debate tão importante que foi realizado aqui – peço à Deputada Sâmia para aguardar um pouquinho, porque quero falar com ela –, agradecer os Senadores e Deputados pela presença de vocês, que nos ajudaram a dar quórum em todas as reuniões da Comissão.

Em seis reuniões, Deputada Joice, nós conseguimos permitir aqui o amplo debate, realizar as audiências públicas, ouvindo o Governo, ouvindo os cientistas, especialistas, as famílias.

Quero agradecer, em especial, a todas as famílias de pacientes aqui presentes e aos que representam também as associações: Sra. Alessandra Hora, Elyana Thereza, Germana Soares, Ingrid Graciliano, Rochelle Alves Pereira dos Santos, Thamires Sanfersil, Pollyana Dias, Fernanda Brito e também o menininho Enzo, que está aqui.

A Fernanda é mãe do Enzo. Têm os nossos cumprimentos pela luta de vocês, pela presença de vocês aqui em uma das nossas audiências públicas.

Se Deus quiser, aproveitando a presença da Líder do Governo aqui, a Deputada Joice, e de todos os partidos aqui representados, nós queremos contar com todos.

Ontem eu conversava no Plenário com a Deputada Sâmia, que está aqui ao meu lado, com o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira e fazia o apelo não só para esta votação de hoje, mas para que a gente construa agora, no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, um acordo para que essa medida provisória passe a ter preferência, que a gente consiga argumentar com os Líderes para que ela, o mais rápido possível, seja pautada no Plenário.

Então, quero agradecer à Líder do Governo, Deputada Joice, e a todos os Parlamentares aqui. Parabéns! Vocês merecem os nossos aplausos. Muito obrigado pela presença de todos.

Nós vamos seguir a nossa lista de oradores, de inscritos.

Neste momento, ouviremos o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente Diego Garcia; Relator, Senador Izalci Lucas; Deputada Joice, eu quero, neste momento, em primeiro lugar, dizer que é um momento feliz o que a gente vive aqui. Se há uma palavra que pode traduzir esta votação que a gente acabou de fazer é gratidão, porque foi uma construção coletiva em que Deputados e Senadores deixaram de lado ideologias. Foi bonito ver todo mundo junto, tentando colaborar para ampliar o máximo possível a proposta que veio do Governo. E o Governo também, com sensibilidade para, no Ministério da Economia ontem, conseguir algumas aberturas, como na questão da extensão do prazo para 2019, para as crianças que nascerem em 2019. Eu acho que isso é um grande avanço.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Outra coisa importante também foi a emenda do Senador Romário, que dobrou a quantidade de crianças beneficiadas.

E há outras que não puderam entrar, mas nós vamos fazer o nosso papel aqui, um projeto de lei. Inclusive, já dei entrada em um, Senador Izalci, há cerca de dois meses. Parece que estava adivinhando que a gente conseguiria avançar, mas não haveria como avançar tanto neste momento. Entrei com o PL 2.633 para procurar dar um suporte maior a essas famílias – pais, mães e crianças –, porque já está comprovado pela ciência que, quando se tem atendimento, quando se tem um trabalho focado nos centros-dia, essa criança evolui muito rapidamente.

Então, acho que hoje nós estamos celebrando a humanidade aqui. E quero parabenizar todos os Deputados, independentemente de se são da esquerda, se são da direita, se são de centro. Hoje foi um momento importantíssimo de celebração da cultura da paz, da vida. Que a gente possa caminhar junto, sempre dialogando e, para o bem das pessoas, deixar de lado alguns posicionamentos mais fortes.

Parabéns, Presidente, Deputado Diego Garcia, e Senador Izalci, que fizeram um trabalho de muito foco, de muita responsabilidade, que vai beneficiar muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Neste momento, a Deputada Daniela do Waguinho.

A SRA. DANIELA DO WAGUINHO (MDB - RJ. Para discutir.) – Boa tarde a todos os presentes, Deputados, Senadores, Presidente Diego Garcia, Senador Izalci, Relator nesta Comissão.

Estou muito feliz com a sensibilidade desta Comissão de acatar anseios dessas mães, ainda que em parte, mas podemos dizer que avançamos bastante.

Como o Senador aqui falou, estamos unidos em um só propósito: melhorar as condições de vida dessas famílias, dessas crianças. Eu também apresentei emendas, mas parte delas foram aprovadas, outras, não; mas não há problema nenhum.

Quero também saudar, em especial, todas as mães, todos os cuidadores pelo papel fundamental que exercem na vida dessas crianças. A gente sabe que não é nada fácil. A gente teve oportunidade, semana passada, de ouvir o relato das mães, seus anseios, suas angústias. E estamos aqui reunidos, fazendo nosso papel de Parlamentar, seja como Deputados, seja como Senadores, para atender, da melhor forma possível, essas mães, essas famílias.

Estou muito feliz e parabenizo, mais uma vez, a todos que contribuíram aqui, de certa forma, para estarmos avançando com esta medida provisória.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Obrigado, Deputada Daniela, que fez todo esforço para estar aqui representando o seu partido, contribuindo, além de com as emendas já apresentadas, com a votação no dia de hoje. Parabéns pela luta e pela defesa que V. Exa. fez aqui nesta Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Quero só fazer uma observação: eu pedi para que colocassem no relatório da medida aquelas emendas que foram acatadas e também que outras emendas que estivessem parcialmente atendidas pudessem ser incluídas no relatório. Somente isto: os números das emendas acatadas e parcialmente acatadas.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Será feita, então, essa correção.

Neste momento, seguindo a lista, o Deputado Dr. Jaziel. Na sequência, o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira.

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE. Para discutir.) – Boa tarde a todos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Presidente Diego Garcia, nobre Relator Izalci Lucas, Senador, nossa Líder Joice, é muito importante a gente ver a conclusão deste trabalho.

Queria só dizer – já foi dito aqui, mas é muito bom entender isso – que nós estamos trabalhando com prejuízo, porque saneamento básico é uma coisa que já era para ser alcançada aqui no nosso País, um país rico, de dimensão continental. Nas nações que têm esse cuidado, esse tipo de coisa não acontece.

Queria também destacar aqui a sensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro de reconhecer que há um prejuízo para essas crianças e também o entendimento do Congresso, que abraçou, que trabalhou, neste momento difícil, nós acabamos com a reforma da previdência, para entrar outro benefício. Então, foi um entendimento e uma questão de justiça. Isso mostra a sintonia deste Congresso com a sociedade. É muito bom trabalhar no sentido do anseio da sociedade.

A justiça é uma coisa muito importante, porque o Reino de Deus é justiça, meu Senador, e alegria do Espírito. Então, se tem justiça, Deus se agrada.

Também quero comemorar a ampliação da definição do benefício, que não é só destinado a criança com microcefalia, mas também foi criada aqui essa condição de síndrome congênita em decorrência do zika vírus. E comemorar também, meu querido Diego Garcia, a ampliação desse prazo. Na realidade, esse prazo ainda deixa a gente... Mas eu ouvi as explicações. Na verdade, ninguém sabe até quando vão surgir crianças, mas, pelo menos, já está dado aqui um remédio. Quero só comemorar e dizer que é um passo muito importante o que esta Casa dá hoje, e a sociedade recebe isso com muito bons olhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Obrigado, Deputado Dr. Jaziel. Quero agradecer a V. Exa., que sempre esteve aqui nos ajudando nos trabalhos para que a Comissão pudesse obter o quórum suficiente para que chegássemos até aqui, à apreciação do relatório do Senador Izalci Lucas. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente Diego Garcia... Senador Izalci Lucas, quero parabenizá-lo por esse eficiente trabalho, agradecer, em nome do Progressistas, por ter acatado em parte a Emenda 73, do Deputado Eduardo da Fonte, e parabenizar V. Exa., Deputado Diego Garcia, pois sei do seu comprometimento.

Senador Izalci, em janeiro de 2016, eu era Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. A gente vinha da maior crise da história da saúde do Estado. E uma das principais bandeiras que fizeram a gente requalificar a saúde do Estado numa crise foi o nosso projeto de atendimento a crianças com microcefalia no Instituto Estadual do Cérebro, que foi premiado na Veja Rio, também recebemos um prêmio aqui no Congresso Nacional, onde nós formamos o primeiro centro de acolhimento a crianças com microcefalia, que centralizou todos os exames, tudo de que tinham necessidade naquele momento as crianças com microcefalia e as gestantes. Quando a gestante era detectada que teria uma criança com microcefalia, já ia para o Instituto do Cérebro para realizar o acompanhamento. Esse trabalho é um trabalho frutífero. Quase mil crianças foram atendidas. E a gente sabe da importância desse benefício para essa família.

Quero parabenizar V. Exa. e dizer que o Brasil ganha com homens de bem que trabalham em prol da população, principalmente para quem mais precisa no nosso País, porque o nosso País precisa atender a quem mais precisa. Diariamente aqui é defendido benefício, isenção para as principais indústrias, os principais cartéis deste País. E hoje a gente aqui está fazendo justiça social, atendendo a quem mais precisa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Parabéns para ambos, nosso Relator e nosso Presidente.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Antes de encerrar, Presidente, quero agradecer a todos os servidores aqui da Casa, em especial, ao nosso Consultor Felipe.

Obrigado pelo trabalho, pelo apoio que você deu.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Antes de passar a palavra ao Senador Styvenson, que será nosso último inscrito, eu gostaria de agradecer o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira, médico responsável pelo avanço nas ações governamentais que aconteceram no Brasil diante do surto. Ele foi o responsável lá no Estado do Rio de Janeiro. Sua presença aqui... Quando eu conversei com V. Exa., de prontidão, se colocou à disposição, está nos ajudando e está aqui presente.

Então, quero agradecer a V. Exa. e ao Senador Izalci Lucas não só pela presença, mas por tudo que já haviam feito anteriormente até o mandato como Parlamentar, como médico brilhante que é, reconhecido, e, agora, como Parlamentar também, nos ajudando na aprovação deste texto. Então, muito obrigado, Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ) – Eu que agradeço, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Obrigado.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senador Izalci, Deputado Diego Garcia.

Parabéns, Senador Izalci. Conseguiu, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Avançou, equalizou... Deu tudo certo?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Tudo certo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Então está bem.

Antes de concluir, meus parabéns é o que eu tenho para falar, já que todos estão satisfeitos com a MP – pelo menos é o que aparentam; é o que mostraram aqui, quando eu cheguei.

Eu preciso só narrar, Senador Izalci, que a gente precisa ver o porquê de demorar tanto para uma mãe hoje entrar, esperar e obter o BPC. É uma reclamação das mães, uma reclamação de quem utiliza esse benefício. Devemos otimizar, diminuir esse tempo, entendeu?

E, no mais, no todo, mais uma vez parabéns! Conseguimos!

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Obrigado.

Consulto o Relator se...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Como Relator.) – Só quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos e dizer que estou muito feliz por ter aprovado o relatório dentro do plano de trabalho.

Obrigado e parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR) – Eu quero agradecer a toda a Comissão, à Liderança e à assessoria do Podemos, também à minha equipe, à minha assessoria, à equipe do Senador Izalci Lucas, uma equipe dedicada e que honra, de fato, os votos do Senador aqui no DF, muito prestativa, participativa, e a gente viu o comprometimento do Senador com essa causa. Por isso foi fácil para mim presidir os trabalhos, conduzir e chegarmos até este momento, porque o Senador é uma pessoa com quem tive a alegria, no mandato passado, de atuar, como Deputado Federal, juntos, e, agora, na Comissão desta importante medida provisória aprovada hoje. Então, agradeço também ao Senador Izalci Lucas.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Agradeço às famílias, às mães, ao Plenário... Na semana passada, quando nós ouvimos as mães aqui, no dia do meu aniversário, eu pedi de presente de aniversário a aprovação da medida provisória. E, graças a Deus, conseguimos. Acho que o presente não é meu, o presente é de todas as famílias, as mais de 6 mil famílias que agora serão atendidas.

Quero parabenizar o Presidente da República pela coragem de assinar essa medida provisória e de permitir esta discussão aqui. Esta discussão, como nós vimos, vai fazer aflorar outras discussões, não vai parar aqui. E o Presidente tem ciência disso, mas teve a coragem de assinar essa medida provisória, e só por isso nós conseguimos chegar até esta tarde de aprovação da MP 894. Então, parabéns ao Presidente Bolsonaro.

Quero agradecer aos Presidentes das Casas, tanto da Câmara como do Senado, e a todos os partidos aqui representados, que contribuíram, ajudaram muito para a aprovação desta medida provisória. Foi um grande avanço.

Senador, parabéns por seu cuidado com o texto, pela sensibilidade em defender a retirada do termo "microcefalia", passando a atender a todas as síndromes congênitas, assim ampliando o rol de famílias e de crianças que serão contempladas com a pensão. Parabéns também pela sensibilidade na questão da licença maternidade. Eu vi pessoalmente o empenho e o esforço de V. Exa. para que esse ponto pudesse retornar ao texto com a expansão do tempo.

E parabéns por todo o trabalho que V. Exa. fez, dedicado a esse texto, aprimorando o texto. E, pelo que nós vimos, é um texto que vai já para análise tanto no plenário da Câmara quanto do Senado com consenso, e esse consenso foi construído aqui. Então, parabéns a V. Exa. pela dedicação, pelo cuidado que teve, inclusive até se colocando à disposição para acatar outros pontos, sobre os quais V. Exa. justificou no seu voto o porquê de não acolhê-los neste momento, explicando com argumentos técnicos. Então, parabéns a V. Exa. por todo esse trabalho.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas do dia 15/10/2019. Reaberta às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos do dia 16/10/2019.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

